

*Dicionário
Biográfico*

*do Setor de
Energia Elétrica
Brasileiro*

VOLUME 1



*Dicionário Biográfico
do Setor de Energia Elétrica Brasileiro*

∞ **Volume I** ∞

Presidentes das empresas do sistema Eletrobrás
e diretores de órgãos reguladores federais

MEMBROS INSTITUIDORES

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF
Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. - ELETROSUL
FURNAS Centrais Elétricas S.A.
LIGHT Serviços de Eletricidade S.A.
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL
Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica - ABCE
Associação de Empresas Distribuidoras de Eletricidade do Norte, Nordeste e Centro Oeste - AEDENNE

MEMBROS MANTENEDORES

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF
Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. - ELETROSUL
FURNAS Centrais Elétricas S.A.
LIGHT Serviços de Eletricidade S.A.
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA
Companhia Energética de Brasília - CEB
Companhia Energética de Goiás - CELG
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE
Companhia Energética do Maranhão - CEMAR
Companhia Energética do Piauí - CEPISA
Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL
Empresa Energética de Sergipe S.A. - ENERGIPE

D546 Dicionário biográfico do setor de energia elétrica brasileiro, v.1 : presidentes das empresas do sistema Eletrobrás e diretores de órgãos reguladores federais / Solange Balbi, Maria Leticia Corrêa [Coord.] . - Rio de Janeiro : Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2002. 272p. ; 21 cm.

ISBN 85-85147-55-5

1. Energia elétrica - Brasil - Dicionários. I. Balbi, Solange.
II. Corrêa, Maria Leticia. III. Centro da Memória da Eletricidade no Brasil.

CDD 621.310981

Centro da Memória da Eletricidade no Brasil
MEMÓRIA DA ELETRICIDADE

*Dicionário Biográfico
do Setor de Energia Elétrica Brasileiro*

∞ **Volume I** ∞

Presidentes das empresas do sistema Eletrobrás
e diretores de órgãos reguladores federais

Rio de Janeiro
2002

Edição

Centro da Memória da Eletricidade no Brasil
MEMÓRIA DA ELETRICIDADE
© 2002

Presidente	Mario Penna Bhering
Diretora-Executiva	Marilza Elizardo Brito
Coordenadora do Centro de Referência	Solange Balbi Cerveira Reis
Coordenadora de Pesquisa	Ligia Maria Martins Cabral
Coordenadora de Comunicação	Liliana Cordeiro de Mello
Coordenadora de Administração	Carlos Henrique da Silva
Elaboração	Coordenadora do Centro de Referência
Coordenação	Solange Balbi Cerveira Reis Maria Letícia Corrêa
Consultoria	Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão
Pesquisa e textos	Maria Letícia Corrêa José Alan Dias Carneiro Luís Octávio Gomes de Souza
Pesquisa de apoio	Mônica de Queiroz Ladeira
Digitalização e tratamento das imagens	Leila Lobo de Mendonça
Projeto gráfico, editoração e produção gráfica	Liliana Neves Cordeiro de Mello

A apresentação

É com satisfação que o Centro da Memória da Eletricidade no Brasil lança mais esta publicação, voltada para o registro e a preservação da história do setor elétrico brasileiro.

O trabalho reúne verbetes biográficos, com dados relativos à formação acadêmica e técnica e à trajetória profissional dos dirigentes que ocuparam os principais cargos executivos das empresas concessionárias do setor de energia elétrica brasileiro, como também de seus órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, vinculados ao governo federal. O eixo cronológico é definido entre a criação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), em 1945 e o ano de 2001, data final de levantamento dos dados. Registra-se, pois, a trajetória percorrida pelo setor, desde o fortalecimento técnico, econômico e político, decorrente de uma maior intervenção do Estado na economia, até a reestruturação institucional, que culminou no processo de privatização.

A opção pela realização de um dicionário biográfico justifica-se pela percepção da riqueza informativa contida no registro de trajetórias pessoais com interferência marcante no contexto institucional, que refletem, sempre condicionadas por aspectos particulares, a vivência acumulada ao longo de anos de atividade no campo do gerenciamento técnico, administrativo e político. A união de dados biográficos com explanações, embora breves, sobre os empreendimentos realizados no setor, em cada gestão retratada, tem o propósito de oferecer ao público leitor um instrumento diferenciado para conhecimento e análise do processo de desenvolvimento do setor de energia elétrica brasileiro.

Em cada verbete, as informações coletadas junto aos próprios biografados, como também a partir da leitura de relatórios e periódicos produzidos pelas empresas e órgãos do setor, encontram-se apresentadas, sempre que possível, em sua seqüência cronológica, com o objetivo não só de facilitar a utilização da obra, como também para proceder-se em consonância com as estruturas curriculares que serviram de base à redação dos verbetes.

Este livro é o primeiro volume de uma série, que, em suas próximas edições, contemplará novas periodizações, assim como outros níveis decisórios da estrutura administrativa do setor, vindo a incluir as diretorias das empresas, assim como as concessionárias estaduais. Os verbetes aqui divulgados também estão disponíveis para consulta em uma base de dados, que inclui informações sobre acervos documentais de parcela dos biografados, pertencentes ao arquivo da instituição ou de entidades congêneres.

O Centro da Memória da Eletricidade agradece o grande apoio prestado pelas equipes técnicas dos centros de referência, bibliotecas e assessorias de comunicação do setor, e, especialmente, pelas personalidades que tiveram suas trajetórias aqui registradas, todos sempre prontos a buscar e fornecer, ágil e gentilmente, as informações necessárias à realização desta obra.



Mario Penna Bhering

Presidente da Memória da Eletricidade

S umário

Metodologia

Verbetes

Bibliografia

Índice onomástico

Índice de intitulativos

M etodologia

O projeto *Dicionário Biográfico do Setor de Energia Elétrica Brasileiro* foi desenvolvido pelo Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – Memória da Eletricidade com o objetivo de reunir e divulgar informações sobre trajetórias profissionais de dirigentes do setor de energia elétrica brasileiro. Apresenta nessa sua primeira parte, ora divulgada, um importante conjunto de biografias de personalidades atuantes em período relativamente recente da história do setor, destacando os aspectos relacionados à formação técnica e profissional dos atores selecionados, bem como os fatos mais relevantes de suas trajetórias sob os pontos de vista político-institucional e técnico.

A reunião e a divulgação dessas informações justificam-se pela importância da contribuição desses atores para a história do setor de energia elétrica brasileiro tanto em razão de sua participação nos processos políticos e decisórios fundamentais na evolução histórica do sistema elétrico do país, bem como na proposição e adoção das soluções técnicas relacionadas à engenharia de projeto e à execução dos principais empreendimentos efetuados ao longo do período.

O escopo do trabalho divulgado com essa publicação abrange dados biográficos e iconografia referentes ao conjunto de dirigentes de primeiro escalão dos órgãos governamentais responsáveis pelas áreas de planejamento, regulamentação e fiscalização das atividades do setor de energia elétrica brasileiro na órbita do governo federal, a saber, os titulares do Ministério das Minas e Energia (MME), os diretores do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee) e da Agência Nacional de Energia

Elétrica (Aneel) e os presidentes das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás). Inclui igualmente os presidentes e diretores-presidentes das empresas que, ao longo da evolução institucional do setor de energia elétrica brasileiro, integraram o sistema da *holding* federal Eletrobrás, quais sejam, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), a Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul), a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletro-norte), a Itaipu Binacional (Itaipu), a Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caeeb), a Light - Serviços de Eletricidade S.A. (Light) e a Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa).

Deve-se ressaltar que a presente publicação corresponde à primeira etapa de um projeto maior, que deverá abarcar um conjunto mais amplo de técnicos e dirigentes do setor de energia elétrica brasileiro. Dessa feita, o trabalho ora divulgado constitui apenas uma parcela de uma história e de um sistema de base de dados que deverá compreender, no prosseguimento da sua elaboração, personalidades ligadas às iniciativas pioneiras de experiências e atividades de geração e distribuição de energia elétrica verificadas no país a partir da década de 1880, aos grandes grupos estrangeiros atuantes até os anos 1960 e 1970 e à condução e efetivação da privatização, ainda em curso.

Para o conhecimento do universo trabalhado, apresentamos a seguir alguns dados históricos sobre os órgãos e empresas que constituem o conjunto de instituições cujos dirigentes foram objeto da pesquisa, nessa etapa do trabalho.

O MME foi criado pela Lei n.º 3.782, de 22 de julho de 1960, e instalado em 1º de fevereiro de 1961, e é o órgão do governo federal responsável pelo planejamento e execução das políticas relativas à produção mineral e à energia. Quando de sua instalação, incorporou o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (Cnaee), da Presidência da República, e o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), até então vinculado ao Ministério da Agricultura, e teve transferidas para a sua jurisdição a Chesf, que havia

sido criada em 1945, e a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen). A implantação e a organização definitiva do MME foi estabelecida pela Lei n.º 4.904, de 17 de dezembro de 1965, e sua estrutura atual foi determinada com a expedição do Decreto n.º 2.826, de 29 de outubro de 1998. Engloba, entre outros órgãos, o Departamento Nacional de Política Energética (DNPE) e o Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético (DNDE), como órgãos específicos singulares, e as entidades vinculadas DNPM, Agência Nacional do Petróleo (ANP), Aneel, Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), Eletrobrás e Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).

O Dnaee foi criado pela Lei n.º 4.904, de 17 de dezembro de 1965, com a denominação original de Departamento Nacional de Águas e Energia (Dnae), diretamente vinculado ao MME. Substituiu a antiga Divisão de Águas do DNPM nas atribuições relacionadas aos serviços de eletricidade e assumiu a denominação posterior através do Decreto n.º 63.951, de 31 de dezembro de 1968. Atuou como órgão normativo e fiscalizador do setor de energia elétrica brasileiro, tendo sob sua responsabilidade a outorga de concessões de aproveitamentos hidrelétricos e de prestação de serviços de energia elétrica até a criação da Aneel, autarquia que o substituiu por força da Lei n.º 9.427, de dezembro de 1996, e cuja regulamentação foi estabelecida pelo Decreto n.º 2.335, de outubro do ano seguinte.

A Eletrobrás foi criada pela Lei n.º 3.890-A, de 25 de abril de 1961, e definitivamente instalada em 11 de junho de 1962. Atua como empresa *holding* das concessionárias públicas de energia elétrica e no planejamento setorial, sendo responsável pela definição dos programas de expansão do sistema elétrico brasileiro. Em 1962, quando de sua instalação, incorporou a Chesf e Furnas e, em 1964, incorporou, por compra, as empresas do Grupo Amforp, inclusive a Caueb. No ano seguinte, passaram a integrar o Sistema Eletrobrás a Eletrosul, a Companhia de Eletricidade de Manaus (Cem) e a Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza (Conefor). Em 1972, foi criada, também como empresa do Sistema Eletrobrás, a Eletronorte, e, em 1978, a holding passou a ter como empresa controlada a Light. Seu impor-

tante papel na condução da expansão do sistema de energia elétrica brasileiro seria minimizado na década de 1990, no contexto da política de progressiva redução da presença do Estado na economia, então implementada, e do início da reestruturação institucional que determinou a privatização das concessionárias federais e estaduais de energia elétrica, entre outras mudanças.

A Chesf foi a primeira empresa de eletricidade do governo federal, tendo sido instituída pelo Decreto-lei n.º 8.031, de 3 de outubro de 1945, com o objetivo de realizar a construção de uma grande usina hidrelétrica na cachoeira de Paulo Afonso, no rio São Francisco. Originou-se de proposta submetida ao Presidente da República Getúlio Vargas, em abril de 1944, pelo Ministro da Agricultura Apolônio Sales, e destinava-se a fornecer energia elétrica em alta tensão aos concessionários de serviços públicos do Nordeste e a realizar a distribuição na região. Sua constituição efetiva deu-se em 15 de março de 1948, ficando o Ministério da Agricultura inicialmente responsável pela organização da empresa. Passou à jurisdição do MME após a criação dessa pasta, em julho de 1960. Com a criação da Eletrobrás, em 1962, passou ao controle da *holding* estatal. A Chesf é atualmente responsável pela produção, transporte e comercialização de energia elétrica nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Furnas foi criada por autorização do Decreto-lei n.º 41.066, de 28 de fevereiro de 1957, com a denominação original Central Elétrica de Furnas S.A. (Furnas), e seu objetivo inicial era realizar o aproveitamento do potencial hidráulico do rio Grande, no trecho das corredeiras de Furnas, no estado de Minas Gerais, próximo à divisa com o estado de São Paulo. A realização desse aproveitamento destinava-se a atender à demanda energética da região Sudeste, diante da crise de suprimento que se anunciava naquele período. O controle acionário da empresa, organizada originalmente como sociedade de economia mista, foi dividido entre o governo federal, o governo do estado de Minas Gerais, o governo do estado de São Paulo, o Grupo Light,

por intermédio da São Paulo Light S.A. Serviços de Eletricidade, e o Grupo Amforp, por intermédio da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). Posteriormente, através dos aumentos do capital social, o governo federal tornou-se seu principal acionista e, com a criação da Eletrobrás, Furnas tornou-se subsidiária dessa empresa. Assumiu a denominação atual em junho de 1971. Sediada na cidade do Rio de Janeiro, sua área de atuação inclui os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás e o Distrito Federal. É a empresa encarregada da transmissão, para o eixo Rio - São Paulo, da energia elétrica gerada na Usina Hidrelétrica Itaipu.

A Eletrosul foi constituída com a denominação original de Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) em 23 de dezembro de 1968, como subsidiária da Eletrobrás, e foi autorizada a funcionar com a expedição do Decreto n.º 64.395, de 23 de abril de 1969. Em 1973, como empresa de âmbito regional, tornou-se responsável pela construção e operação de usinas de interesse supra-estadual, na região Sul do país, bem como pela instalação de linhas de transmissão. Sua área de atuação corresponde aos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Em 23 de dezembro de 1997, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND), a cisão da empresa deu origem à Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul), que viria a ser privatizada em 15 de setembro do ano seguinte, e, em dezembro de 1998, à Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A., que manteve a sigla Eletrosul. Atualmente, a principal atribuição da empresa é a transmissão de energia elétrica em alta e extra-alta tensão, com vistas a garantir o crescimento do mercado regional, o estabelecimento de interligações e intercâmbios com a região Sudeste e com o Mercosul.

A Eletronorte foi criada pela Lei n.º 5.824, de 14 de novembro de 1972, constituída por escritura pública em 20 de junho de 1973 e autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 72.548, de 30 de julho de 1973. Assumiu, na ocasião, os encargos do antigo Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia (Eneram), que havia sido organizado em dezembro de 1968. Incorporada

porou a Companhia de Eletricidade de Manaus (Cem), em 1980, e absorveu, no ano seguinte, os parques geradores termelétricos de Porto Velho, Rondônia, e Rio Branco, Acre. Em virtude da cisão da Eletronorte, dentro do PND, foram criadas em fevereiro de 1998 as subsidiárias Manaus Energia S.A. e Boa Vista Energia S.A., empresas atuantes na área de distribuição nos mesmos municípios. A Eletronorte atua nos estados de Tocantins, Amapá, Rondônia, Roraima, Maranhão, Pará, Amazonas, Acre e Mato Grosso.

A Itaipu Binacional foi criada por tratado celebrado entre os governos do Brasil e do Paraguai, em 26 de abril de 1973 – o Tratado de Itaipu, que dispôs sobre a construção e a operação da Usina Hidrelétrica Itaipu -, e foi definitivamente instalada em 17 de maio de 1974. Sua criação resultou de um processo de negociação empreendido pelos governos do Brasil e do Paraguai, iniciado em 22 de junho de 1966 quando foi firmada a Ata de Iguaçu ou Ata das Cataratas, em que ficaram estabelecidos os princípios de direito internacional que serviram de base à construção da usina. Os entendimentos entre os governos dos dois países envolveram também a instalação da Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaia, em 1967, encarregada dos estudos técnicos e econômicos para o aproveitamento de energia hidráulica do trecho do rio Paraná entre o Salto de Sete Quedas e a foz do Rio Iguaçu, e a contratação das empresas International Engineering Company (Ieco), dos Estados Unidos da América, e Electroconsult Spa. (Elc), da Itália, responsáveis pela avaliação das alternativas de aproveitamentos hidrelétricos existentes. A empresa conta com duas sedes, uma em Assunção, Paraguai, e outra em Brasília, e é controlada, em partes iguais, pela Eletrobrás e pela Administración Nacional de Electricidad (Ande).

A Caeeb originou-se de empresa criada em setembro de 1927 pela American & Foreign Power Company (Amforp), com a denominação Empresas Elétricas Brasileiras (EEB), e seu objetivo inicial era estabelecer a base legal para as operações do Grupo Amforp no Brasil. No período em que se manteve vinculada ao Grupo Amforp, teve sede na cidade do Rio de Janeiro e atuou como empresa de serviços na centralização e na supervisão das ope-

rações administrativas, de engenharia, jurídicas e contábeis das concessionárias do grupo no país. Assumiu a denominação de Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caeeb) em 30 de maio de 1941. Após a operação de compra da Amforp pelo governo brasileiro - aprovada pelo Congresso Nacional em 6 de outubro de 1964, sancionada pela Lei n.º 4.428, e efetivada pelo Tratado firmado em Washington, Estados Unidos, em 12 de novembro seguinte -, continuou a gerir as concessionárias do grupo até 1968, quando da incorporação dessas empresas às concessionárias estatais dos governos estaduais. Passou, então, à jurisdição do MME. Foi extinta pela Medida Provisória n.º 151, de 15 de março de 1990, que dispôs sobre a dissolução de diversas entidades da Administração Pública Federal. O processo de extinção da Caeeb teve continuidade na promulgação da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, e foi determinado pelos decretos n.º 99.192, de 21 de março de 1990, e n.º 99.226, de 27 de abril de 1990.

A Light tem suas origens ligadas a duas empresas organizadas por canadenses e norte-americanos para a exploração dos serviços de eletricidade nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro: a São Paulo Tramway, Light and Power Co. Ltd., cuja criação data de 1899, e a Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd., de 1904. Nas primeiras décadas do século XX, o grupo iniciou um processo de expansão de sua área de atuação, por meio da aquisição de diversas instalações geradoras e de serviços de eletricidade então existentes no interior dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Depois da transferência de sua administração para o Brasil, efetuada em meados da década de 1950, as empresas tiveram suas denominações alteradas para São Paulo Light S.A. Serviços de Eletricidade e Rio Light S.A. – Serviços de Eletricidade, respectivamente. A fusão dessas empresas, em 1967, deu origem à Light – Serviços de Eletricidade S.A. (Light). Onze anos depois, a Light foi nacionalizada mediante a aquisição de seus ativos pela Eletrobrás, passando assim à condição de controlada da *holding* estatal. Em 1981, foi organizada a Eletropaulo -Eletricidade de São Paulo S.A., controlada pelo governo do Estado de São Paulo, a partir dos ativos localizados naquele

estado. Atuante nos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no estado do Rio de Janeiro e contando com suprimentos de Furnas para o atendimento do seu mercado, a Light foi adquirida pelo consórcio formado por AES Coral Reef Inc., EDF Internacional S.A., Houston Industries Energy Inc., BNDES Participações e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em leilão de privatização realizado em maio de 1996.

A Escelsa foi constituída como empresa estadual em setembro de 1956, a partir de autorização concedida em 1953. Conduziu a construção da Usina Hidrelétrica Rio Bonito, inaugurada em 1958. Com a compra da Amforp pelo governo federal, em 1964, promoveu-se sua fusão à Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE), empresa filiada àquele grupo norte-americano, o que foi concretizado em julho de 1968. A partir de então, tornou-se subsidiária da Eletrobrás. Foi adquirida pelo consórcio formado por Iven S.A. (constituído por Banco Pactual, Banco Icatu, City Bank e Opportunity) e pela GTD Participações S.A. (reunindo 11 fundos de pensão), em leilão de privatização ocorrido em julho de 1995.

A opção pelo segmento estatal para a realização desse trabalho justificou-se tanto por razões de ordem histórica quanto por imperativos de ordem metodológica.

Quanto às razões históricas que embasaram essa escolha, considerou-se que a mais importante parcela de unidades geradoras de energia elétrica em operação e os principais troncos de transmissão do sistema interligado, atualmente em funcionamento, foram realizados por força de iniciativas levadas a cabo pelos órgãos e empresas estatais do governo federal, na segunda metade do século XX. Por isso, ao incluirmos os nomes de dirigentes dos órgãos e empresas responsáveis pela execução desses projetos, estaríamos priorizando, nessa etapa, a pesquisa e a divulgação de informações relacionadas à sua participação política e técnica na execução desses mesmos empreendimentos.

Do ponto de vista metodológico, o fato de que a maior parte das empresas estatais encontra-se ainda hoje sob coordenação da Eletrobrás, na órbi-

ta federal, facilitou a pesquisa e a coleta de dados junto aos acervos bibliográficos ou diretamente junto às áreas de comunicação, arquivo e memória dos órgãos e empresas integrantes do universo pesquisado, e também o contato com os atores selecionados.

Dadas as decisões de pesquisa acima indicadas, portanto, do ponto de vista da evolução histórica e institucional do setor de energia elétrica brasileiro o trabalho abrange desde o marco da constituição da Chesf, em 1945, primeira iniciativa de organização de empresa para atuar no segmento de geração de energia elétrica na órbita do governo federal, até o ano de 2001, data final de levantamento dos dados, incluindo as etapas de privatização e desregulamentação. A periodização da pesquisa realizada e dos dados divulgados, no entanto, por ter como foco as biografias dos atores selecionados e não a história institucional, recua em alguns casos até o início do século XX, o que se tornou necessário para atender o objetivo de abarcar as etapas de formação profissional e estudos dos atores e sua atuação anterior em outras empresas ou órgãos que não os selecionados no universo.

Cabe observar, ainda, alguns critérios específicos utilizados. Com relação à Itaipu Binacional, foram considerados apenas os dirigentes brasileiros para a consecução da etapa do trabalho ora divulgada, deixando-se para as etapas seguintes a inclusão dos dados referentes aos dirigentes paraguaios. Quanto à Light, à Caeab e à Escelsa, foram contemplados apenas os períodos em que as duas empresas estiveram ligadas ao Sistema Eletrobrás.

A seleção dos nomes de titulares para elaboração de biografias teve como principal referência a consulta às coleções completas dos relatórios de atividades dos órgãos e empresas que constituem o universo trabalhado, a saber, os relatórios do MME, do Dnaee, da Aneel, da Eletrobrás, da Chesf, de Furnas, da Eletrosul, da Eletronorte, da Itaipu Binacional, da Caeab, da Light e da Escelsa, e a consulta a publicações periódicas e livros editados pelos mesmos órgãos e empresas. São apresentados nesse trabalho verbetes biográficos referentes a 116 dirigentes do setor de energia elétrica brasileiro, cuja inclusão nessa publicação foi determinada pelas condições e critérios acima indicados.

O processo de coleta de informações e iconografia referente às biografias dos atores selecionados incluiu a consulta a fontes diversas.

No tocante a material bibliográfico, destaca-se, por sua importância e pela qualidade e quantidade de informações relevantes para o trabalho, a utilização do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - Pós 1930, edição revista e atualizada, publicada pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) em 2001.

Foram consultadas as coleções de Relatórios da Diretoria da Caeeb (1970-1976), de Relatórios Anuais da Cemig (1985-1990), de Relatórios de Diretoria da Chesf (1972-1995), Relatórios da Diretoria de Furnas (1975-2000), Relatórios Anuais da Itaipu Binacional (1974-1990), Relatórios Anuais da Light (1972-1980), Relatórios de Atividades do Ministério das Minas e Energia (1965-1985), Relatórios da Escelsa (1968-1995). Quanto às publicações periódicas das empresas, destacou-se a consulta ao Boletim informativo de Furnas (números diversos saídos entre 1975 e 1979), e o Linha Direta, também de Furnas (diversos números publicados entre 1979 e 1994). Foram consultados os depoimentos publicados do Projeto Memória Cemig, de História Oral, e depoimentos feitos ao programa de História Oral da Memória da Eletricidade, bem como material inédito, ainda não publicado, referente ao programa de História Oral de Furnas, cedido para a pesquisa.

A pesquisa foi complementada com a consulta à historiografia sobre o setor de energia elétrica brasileiro, à mídia impressa em geral e eletrônica e a acervos históricos, de natureza arquivística e especial, de titulares ou institucionais, sob a guarda da Memória da Eletricidade e dos órgãos e empresas do setor. Foram também consultadas as páginas oficiais dessas empresas e órgãos na Internet, as quais muitas vezes apresentam informações biográficas sobre seus dirigentes, atuais e anteriores.

Foi imprescindível a contribuição das áreas técnicas, de documentação e de comunicação das empresas do setor, que, atendendo à solicitação da Memória da Eletricidade, encaminharam à equipe responsável pela reali-

zação do projeto registros iconográficos e informações biográficas sobre as personalidades pesquisadas, existentes em seus arquivos e bibliotecas. Sempre que possível, esses setores das empresas realizaram a conferência das relações iniciais de nomes pesquisados por órgãos e empresas, sugerindo novas inclusões e correções.

Cabe finalmente destacar que foi inestimável e fundamental a colaboração dos próprios biografados e de suas famílias para os resultados alcançados, no fornecimento de *curriculum vitae* detalhados e de informações pontuais, quando solicitadas, para aprofundamento de aspectos específicos de suas respectivas biografias, e na cessão de iconografia. Deve-se mencionar, também, a dedicação e paciência que muitos revelaram ao participarem da conferência do material produzido no âmbito do trabalho, bem como na apresentação de sugestões valiosas e correções.

O nível de detalhamento variado que por vezes se verifica no material ora publicado justifica-se pelo fato de que os resultados da pesquisa consolidam informações colhidas em um conjunto de fontes muito diversificado e disperso, e nem sempre composto por referências colhidas em fontes primárias. Adotou-se, no entanto, como princípio metodológico, a inclusão necessária dos dados básicos pessoais sobre nascimento, formação escolar e profissional dos biografados, das informações sobre sua passagem por órgãos e empresas do setor elétrico e de sua vinculação com empreendimentos e realizações importantes da área de engenharia dos segmentos de geração, operação e distribuição nas diferentes empresas.

A forma final do trabalho apresenta-se sob a forma de livro e também como sistema de base de dados, disponível para consulta na Memória da Eletricidade.

O sistema de base de dados contempla, para cada biografado, uma ficha de dados biográficos, com detalhamento para as informações referentes a nascimento e falecimento, se for o caso, à formação profissional e às diversas inserções nas instituições do setor de energia elétrica brasileiro, e um verbete definido pela inclusão de todos os dados constantes da ficha de da-

dos biográficos, acrescentando-se o detalhamento da trajetória política, técnica e profissional de cada titular, bem como de informações relevantes cuja divulgação foi considerada pertinente em cada contexto ou trajetória pessoal. Na versão em livro apresentamos o conjunto dos verbetes.

O verbete elaborado para cada biografado procurou obedecer a um padrão de forma e a um roteiro de apresentação dos dados seguindo necessariamente a ordem cronológica dos eventos descritos. Além de apresentar as informações sobre formação acadêmica e inserção institucional no setor de energia elétrica, o verbete inclui dados relevantes tais como filiação partidária e informações sobre trajetória política, participação em entidades de classe (quando específicas do setor de energia elétrica brasileiro), exercício de cargos no Poder Executivo, mandatos parlamentares, cargos parlamentares tais como liderança de partidos e presidência de casa legislativa, presidência de partidos políticos, participação na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, entre outros. Sempre que possível, procurou-se destacar no verbete as contribuições específicas dos biografados nos processos decisórios importantes para a evolução histórica do setor de energia elétrica, bem como suas contribuições técnicas e na área de engenharia.

Adotou-se como títulos dos verbetes os nomes completos de cada um dos biografados, sendo as entradas feitas pelo último nome, em letras maiúsculas. Foram incluídas entradas remissivas com as formas consagradas dos nomes dos biografados, diferentes dos nomes completos, nos casos em que se tratassem de personalidades que exerceram cargos legislativos ou cargos de primeiro escalão da administração pública direta federal (ministros de estado, etc.). Nessas alternativas, as entradas são feitas pelo último nome da forma consagrada e remetem para os títulos dos verbetes.

A versão em livro do Dicionário Biográfico do Setor de Energia Elétrica Brasileiro apresenta índices remissivos de nomes de personalidades e de instituições. Na versão apresentada como sistema de base de dados, disponível para consulta na Memória da Eletricidade é possível realizar consultas

por nomes de personalidades, instituições, siglas (nos campos das fichas de dados biográficos) e pesquisa livre (nos verbetes).

Os resultados ora apresentados consolidam uma primeira etapa dessa pesquisa e da constituição do sistema de base de dados. Nas etapas seguintes previstas, o universo pesquisado deverá passar a abarcar dirigentes e técnicos que atuaram nas etapas pioneiras de implantação das atividades e serviços de eletricidade no país, desde o último quartel do século XIX, dirigentes e técnicos vinculados ou integrantes das grandes empresas estrangeiras e das empresas de capital nacional que predominaram nessas atividades até o início e consolidação do processo de estatização, nos anos 1960, bem como os dirigentes e técnicos atuantes na nova fase da privatização e estatização.

A

ABAURRE, Cesar *Presidente da Escelsa*

Cesar Abaurre nasceu em Vitória (ES) em 14 de março de 1927.

Formou-se em Engenharia Elétrica e Mecânica pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Efei) em 1953, e em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em Vitória.

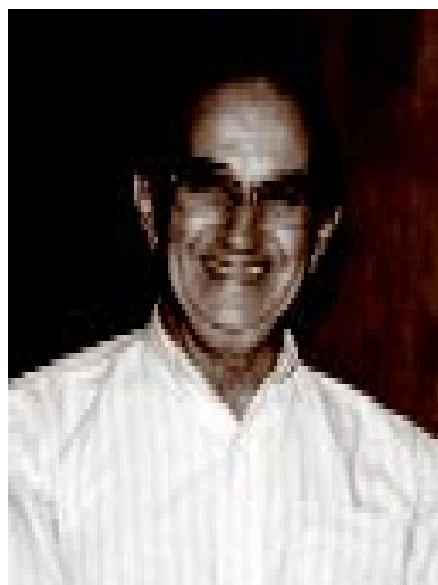
Ingressou na Light - Serviços de Eletricidade S.A. (Light) em 1954, tendo participado nessa empresa do estudo do sistema de refrigeração dos geradores e do ensaio de operação e montagem das máquinas da Usina Hidrelétrica Nilo Peçanha.

Deixou a Light em 1955, tendo sido contratado pela AEG - Companhia Sul Americana de Eletricidade, no Rio de Janeiro (DF), vindo a permanecer nessa empresa até 1957.

Ingressou na Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa) em 1957 e, no mesmo ano, participou da instalação da Usina Hidrelétrica Rubens Rangel, também denominada Mimoso do Sul. No mesmo ano, tornou-se professor titular de Engenha-

ria Civil da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), função que exerceria até 1991.

Permaneceu na Escelsa até 1961. Entre 1961 e 1966 trabalhou na Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi). Retornou em seguida à Escelsa e, entre 1967 e 1971, foi responsável por projetos e construção de redes rurais. Foi professor e chefe do Departamento de Engenharia Mecânica e Elétrica da Ufes entre 1970 e 1980.



Acervo pessoal

Assumiu a Presidência da Escelsa em março de 1986, no lugar de José Tasso de Oliveira Andrade.

No início de sua gestão, em 1987, embora se tenha registrado uma longa estiagem na área da empresa, a energia vendida alcançou o patamar de 3.876.364 MWh. Foram instala-

das novas linhas de transmissão e foi impulsionada a eletrificação rural, verificando-se a instalação de 13.630 kVA, no mesmo ano.

Destacou-se também a inauguração do novo edifício sede da Escelsa e a criação da Escelsos - Fundação Escelsa de Seguridade Social. Deixou a Presidência da empresa em maio de 1991, tendo sido substituído por Carlos Alberto Baptista da Cunha.

Foi membro do Grupo Coordenador para Operação Interligada (GCOI), tendo participado dos subcomitês de Operação e de Energia, integrou o Conselho de Administração da Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) e foi presidente do Conselho de Administração da Escelsa.

Foi membro do Grupo de Trabalho de Produção Elétrica e do Grupo de Trabalho de Comunicação de Operação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

Além dos cargos mencionados, atuou como assessor técnico de diversas instituições, tais como o Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), entre 1968 e 1989, o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), entre 1975 e 1980, e a Companhia Siderúrgica de Tubarão, entre 1977 e 1985. Foi também engenheiro certificante da Alfândega de Vitória, engenheiro avaliador da Caixa Econômica Federal, presidente do Cen-

tro de Promoções e Investimentos e membro-delegado do Comitê Coordenador do Corredor de Exportação Minas-Goiás-Espírito Santo.

Atualmente na iniciativa privada, presta assessoria técnica na área de engenharia e no acompanhamento de concorrências.

ABDO, José Mário Miranda

Diretor-geral do Dnaee; diretor-geral da Aneel

José Mário Miranda Abdo nasceu em Araraquara (SP) no dia 16 de março de 1950.



Acervo Aneel

Formou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília (UnB) e em Administração de Em-

presas pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB). Pós-graduado em Engenharia de Sistemas Elétricos pela UnB, trabalhou nas áreas de Operação e Manutenção de Furnas Centrais Elétricas S. A. (Furnas). Foi gerente da Divisão de Análise de Sistemas Elétricos, assistente da Diretoria de Planejamento e Engenharia, gerente do Departamento de Planejamento e superintendente de Planejamento da Diretoria de Engenharia das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (Eletro-norte).

Em junho de 1996, assumiu a Diretoria-Geral do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee), vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME). Sucedendo a José Said de Brito, sua gestão consolidou as novas atribuições do órgão, resultantes do processo de reestruturação do setor iniciado nos primeiros anos da década. A reformulação dos serviços de eletricidade, iniciada ainda no governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), teve por base a abertura do setor à iniciativa privada, através da privatização das concessionárias de energia, e a separação das áreas de geração, transmissão e distribuição. Buscava-se, dessa forma, superar a crise gerada pela redução da capacidade de investimento do Estado, configurada a partir de meados dos anos 1980.

O novo ordenamento institucional do setor implicou na reformulação de seus órgãos reguladores. As ações de normatização e de fiscalização desenvolvidas pelo Dnaee ganharam a partir de então uma nova importância, acentuando-se sua função reguladora das atividades de agentes privados. Com a promulgação da Lei nº 8.987, em fevereiro de 1995, o órgão passou também a realizar as licitações, a partir de então obrigatórias para a outorga de concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Num ambiente de livre mercado, esta passaria a ser uma das principais atribuições do Dnaee.

Na gestão de José Abdo, as ações do órgão estiveram voltadas prioritariamente para a garantia da expansão do sistema, sem prejuízo de suas funções fiscalizadoras e de normatização e em consonância com o novo ordenamento jurídico do setor. Foi iniciado o Programa de Licitações e realizadas iniciativas visando a conclusão de empreendimentos paralisados, a regularização e prorrogação de concessões, bem como o estímulo à construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e a retomada dos estudos das bacias hidrográficas brasileiras.

Em parte como decorrência do processo de reformulação do setor elétrico e para atender às novas atri-

buições assumidas pelo órgão, o Dnaee foi extinto em dezembro de 1997, sendo criada em seu lugar a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), cuja Direção-Geral foi também entregue ao próprio titular do Dnaee.

Além das atribuições herdadas do Dnaee, a Aneel incorporou as ações de arbitragem tarifária e de mediação de conflitos entre consumidores e concessionárias. Nesse novo contexto, tiveram prioridade os programas voltados para a melhoria da qualidade no fornecimento de energia. Entre as atividades desenvolvidas pela agência a partir de 1998, merecem ser citadas a criação do Sistema de Monitoramento Automático de Interrupção de Energia Elétrica; a descentralização das atividades de regulação, mediação e fiscalização, através da assinatura de convênios com Agências Reguladoras Estaduais; a divulgação de campanhas informativas sobre os direitos do consumidor; e a instituição de uma Central de Teletendimento (CTA) para recebimento de reclamações. No ano de 2000, a agência realizou a primeira Pesquisa Nacional de Satisfação dos Consumidores, que permitiu avaliar o desempenho das concessionárias.

José Abdo também integrou o Conselho Diretor do Projeto de Reestruturação do Setor Elétrico Brasilei-

ro (Reseb) e o Conselho Estadual de Energia do Estado de Mato-Grosso.

AGRIPINO FILHO, João
Ministro das Minas e Energia

João Agripino Filho nasceu em Brejo da Cruz (PB) no dia 1º de março de 1914.



Acervo MME

Trabalhou como professor, agropedagogo, procurador da prefeitura de sua cidade e adjunto de promotor. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife (PE), em 1937, tendo atuado como promotor público em Jardim do Seridó (RN) e em Brejo da Cruz (PB). Em 1945, foi um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN). Presidiu a seção

paraibana do partido e ocupou os cargos de secretário-geral e de vice-presidente nacional da agremiação.

Foi constituinte (1946) e deputado federal (1946-1963) e, em 1961, no governo de Jânio da Silva Quadros, foi o primeiro titular da recém-criada pasta das Minas e Energia.

Na Câmara dos Deputados, liderou a bancada udenista (1959-1960) e a oposição ao governo de João Belchior Marques Goulart (1961-1964), além de ter sido relator do projeto de criação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

Foi senador da República (1963-1966), tendo liderado, também nessa casa, a oposição a João Goulart. Já sob o período militar, foi o autor da emenda que prorrogou o mandato do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967). Aliado de primeira hora do movimento de 1964, divergiu contudo de alguns aspectos da política econômica do novo regime, tendo sido um dos principais críticos dos termos pelos quais se pautou a compra das empresas subsidiárias da American & Foreign Power Company (Amforp) pelo governo brasileiro em 1965.

Durante a vigência do bipartidarismo (1965-1979), integrou os quadros da Aliança Renovadora Nacional (Arena), elegendo-se governador da Paraíba por essa legenda em 1965. Concluiu em sua gestão (1966-1971)

um amplo projeto de eletrificação urbana no estado, entre outras iniciativas. Após deixar o governo, foi diretor do Banco Industrial de Campina Grande e ministro do Tribunal de Contas da União (1972-1974), tendo presidido esse órgão em 1973. Retornando à iniciativa privada, exerceu em São Paulo o cargo de diretor-presidente do grupo Camargo Corrêa. Foi também diretor-proprietário do jornal Tribuna do Povo, de João Pessoa (PB).

Com o fim do bipartidarismo em 1979, foi um dos fundadores do Partido Popular (PP), depois incorporado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Foi novamente deputado federal entre 1983 e 1987.

Faleceu no Rio de Janeiro (RJ) no dia 6 de fevereiro de 1988.

ALELUIA, José Carlos

Chefe da Divisão de Planejamento Energético, coordenador do Comitê de Coordenação de Programas e Obras, adjunto da Coordenadoria-Geral da Presidência e diretor de Distribuição da Coelba; diretor de Engenharia e diretor-presidente da Chesf

José Carlos Aleluia Costa nasceu em Salvador (BA) no dia 9 de dezembro de 1947.

Formou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1969 e fez pós-graduação na Escola Federal de Engenharia de Itajubá, em Minas Gerais, entre 1969 e 1971. Nesse último ano, ingressou como engenheiro na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) e tornou-se professor da Escola Politécnica da mesma universidade, função que exerceria por quase vinte anos.

Acervo Chesf



Em 1975, quando ocupava a Chefia da Divisão de Planejamento Energético da Coelba (1974-1977), realizou estágio na Tennessee Valley Authority (TVA) e na Texas Electric Service Company, ambas nos Estados Unidos, e na Autoridad de las Fuentes Flubiales, em Porto Rico. No

ano seguinte frequentou o curso especial de Administração para Desenvolvimento de Executivos do Setor Elétrico na Universidade de São Paulo (USP) e, de 1977 a 1981, foi professor do curso de especialização em Distribuição de Energia Elétrica da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Durante sua passagem pela Coelba foi também coordenador do Comitê de Coordenação de Programas e Obras (1980-1981), adjunto da Coordenadoria-Geral da Presidência (1980-1981) e diretor de Distribuição (1981-1985).

Entre 1985 e 1986, ocupou o cargo de diretor de Engenharia da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e atuou como conselheiro do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel).

Assumiu a Presidência da Chesf em 1987, em substituição a Antônio Ferreira de Oliveira Brito. O período foi marcado por uma grave crise no setor de energia elétrica brasileiro, pela drástica redução no ritmo de crescimento do parque gerador nacional e pelo adiamento da conclusão de vários empreendimentos. A Usina Hidrelétrica Xingó, cujas obras haviam sido iniciadas em março daquele ano, teria sua construção interrompida dois anos depois. Ainda no mesmo mês, o governo federal anunciou o racionamento de energia no Nordeste, que

vigorou até janeiro do ano seguinte, em razão de um longo período de estiagem no rio São Francisco e do atraso da construção da Usina Hidrelétrica Itaparica, também denominada Usina Hidrelétrica Luís Gonzaga. Diante deste quadro, a expansão das atividades da Chesf foi seriamente comprometida.

Um pequeno acréscimo na capacidade instalada da companhia foi verificado a partir de 1988, quando o governo anunciou um plano de emergência para a região. Com o aporte de novos recursos, foi possível concluir a Usina Hidrelétrica Itaparica, inaugurada oficialmente em outubro daquele ano. Também em 1988 foi colocada em operação a primeira unidade geradora da Usina Termelétrica Camaçari II.

Deixou a Presidência da Chesf em 1989, sendo sucedido por Genildo Nunes de Souza. No ano seguinte, elegeu-se deputado federal pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Reeleito em 1994 e 1998, foi relator do projeto de regulamentação da participação da iniciativa privada na setor de energia elétrica, iniciativa da qual resultaria, em 1996, a criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), autarquia que sucedeu o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee) na regulação e fiscalização do setor.

ALQUÉRES, José Luiz

Chefe-adjunto do Departamento de Estudos de Mercado, diretor-adjunto de Planejamento, Distribuição e Comercial da Light; presidente da Cerj; diretor de Planejamento e Engenharia e presidente da Eletrobrás

José Luiz Alquéres nasceu no Rio de Janeiro (DF) no dia 31 de março de 1944.

Ingressou em 1964 por concurso público no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) - atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - em 1964, tendo trabalhado durante três anos no Departamento de Controle de Aplicações, no Financiamento à Pequena e Média Indústrias (Fipeme) e na Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame).

Formou-se em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro (GB) em 1966. Depois de um estágio em Planejamento Urbano e Regional em prefeituras e órgãos públicos americanos nos Estados Unidos (1967), foi contratado como professor da PUC, onde lecionaria por sete anos. Foi também funcionário das firmas de engenharia Sondotécnica Engenharia de Solos S.A., Severo e Villares e do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU). Diplomou-se no curso de extensão em Planejamento

e Desenvolvimento da Organização dos Estados Americanos (OEA) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e e foi professor do curso de Planejamento Urbano e Regional na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) .

Acervo Furnas



De 1972 a 1979, trabalhou na Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), no Departamento de Planejamento e Engenharia dessa estatal, onde ocupou o cargo de chefe-adjunto do Departamento de Estudos de Mercado de 1974 a 1979. Ao longo desse período, prestou consultorias na área imobiliária e foi sócio da firma Carioca Engenharia, Planejamento e Arquitetura, da qual se afastou em 1977.

Em 1978, sob a liderança de Arnaldo Rodrigues Barbalho, então presidente da Eletrobrás, participou do trabalho denominado Projetos Especiais da Eletrobrás, que criou uma base referencial para as ações que seriam realizadas no setor elétrico na década seguinte.

No final da década de 1970, colaborou nos estudos que resultaram na criação da Fundação Nacional Pró-Memória, entidade da qual faria parte, como membro do Conselho Curador, entre 1985 e 1990. Em 1979, fez curso de pós graduação em Planejamento Energético na DOE - Department of Energy da Universidade de Chicago nos Estados Unidos, e assumiu a Diretoria-Adjunta de Planejamento, Distribuição e Comercial da Light - Serviços de Eletricidade S.A. (Light), recém estatizada pelo governo federal.

Durante sua passagem pela Light criou a Superintendência de Eletrificação de Interesse Regional, responsável pelo programa de eletrificação das favelas do Rio de Janeiro, e a Superintendência de Racionalização Energética e participou de estágio em tarifação pelo custo-marginal da Électricité de France (EDF) em Paris.

De volta à Eletrobrás em 1983, assumiu a função de assistente da Diretoria de Planejamento e Engenharia. No exercício do cargo, coor-

denou o Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos - GCPS, tendo participado do orçamento anual de investimentos do setor elétrico, da elaboração de estudos sobre a expansão dos sistemas elétricos brasileiros, incluindo o chamado Plano 2010, e coordenou o projeto binacional brasileiro-argentino de construção do Aproveitamento Hidrelétrico Garabi.

Depois de ocupar a Presidência da Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro (Cerj) em 1988 e de ter sido nomeado sub-secretário de Planejamento e Coordenação do Estado do Rio de Janeiro, em janeiro do ano seguinte, retornou mais uma vez à Eletrobrás como diretor de Planejamento e Engenharia (1989-1992). Nesta fase, coordenou a elaboração do Plano Diretor de Meio Ambiente, realizou estudos para interligação dos sistemas elétricos da Bacia do Prata e da região Norte do país com a Venezuela e coordenou estudos de desenvolvimento tecnológico visando à expansão do parque gerador brasileiro, com maior presença na geração térmica. Em 1991, assumiu a Presidência do Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia (CBCME) e, de agosto a novembro de 1992, no governo Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, chefiou a Secretaria Nacional de

Energia. Foi, em seguida, diretor do BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), empresa holding de participações acionárias do BNDES.

Em 1993, foi nomeado presidente da Eletrobrás, sucedendo Eliseu Resende. Durante sua gestão foram criadas as bases para a reestruturação do setor elétrico brasileiro. A atuação da holding no mercado acionário foi sensivelmente ampliada e foram equacionadas as dívidas do setor. Também cresceu a participação dos acionistas minoritários no capital social da empresa e foi criado o Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica (Sintrel), instituído em dezembro de 1993. Sob sua coordenação, foi elaborada uma proposta de divisão da empresa, a partir da criação da Eletrobrás Participações. A nova empresa consolidaria as participações no capital de suas subsidiárias operacionais, enquanto a Eletrobrás manter-se-ia governamental nas funções de coordenação do planejamento, da operação, do meio ambiente, da geração nuclear, de controladora de Itaipu Binacional, além de atuar no investimento do setor. O projeto, entretanto, não chegou a ser implementado pelo Executivo.

José Luiz Alquéres deixou a presidência da Eletrobrás em dezembro de 1994, sendo substituído interinamente por Mario Fernando de Melo

Santos. Aposentou-se da empresa no início do ano seguinte, passando a atuar na iniciativa privada. De 1995 a dezembro de 1998, foi diretor-executivo da Companhia Bozano Simonsen Comércio e Indústria, uma das empresas do consórcio vencedor do leilão de privatização da Espírito Santo Centrais Elétricas S. A (Escelsa), que havia sido realizado em junho de 1995 e constituía um marco da abertura do setor elétrico brasileiro. Até o final de 1996 presidiu o Conselho de Administração da Escelsa.

Em janeiro de 1999, fundou a JL Alquéres Engenharia Consultiva e, em abril de 2000, assumiu a Presidência da Alstom Brasil Ltda., empresa multinacional fabricante de turbinas, geradores, equipamentos de transmissão e de distribuição e material de transporte metroviário.

Em julho de 2002 lançou o livro *Petrópolis*, ilustrado por Mario Penna Bhering, ex-presidente da Eletrobrás.

AMARANTE, Carlos Alberto Pádua

Presidente da Escelsa; chefe do Departamento de Engenharia, diretor de Planejamento e Engenharia e diretor de Gestão Empresarial da Eletrobrás; diretor-presidente da Celf; diretor-presidente da CBEE

Carlos Alberto Pádua Amarante nasceu no Rio de Janeiro (DF) em 6 de fevereiro de 1934.

Formou-se em Engenharia Civil na Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1956, tendo realizado aperfeiçoamento em obras hidráulicas.



Acervo Eletrobrás

Iniciou suas atividades profissionais em 1956, como estagiário na Seção de Engenharia Civil e Hidrologia da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caeb).

No ano seguinte ingressou como engenheiro na Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. (Cemig), depois transformada na Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), ten-

do participado da implantação da Usina Hidrelétrica Camargos, da Usina Hidrelétrica Três Marias e da Usina Hidrelétrica Jaguará, da ampliação da Usina Hidrelétrica Itutinga e dos estudos de inventário e de planejamento energético da região Sudeste, em especial no estado de Minas Gerais.

No ano de 1967 acumulou o cargo de presidente da Companhia Mineira de Águas e Esgotos (Comag).

No ano seguinte, deixou a Cemig para assumir a Presidência da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa). Nesse cargo, conduziu o processo de fusão dessa empresa com a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE), então filiada à American and Foreign Power Company (Amforp), concretizado em 1º de julho de 1968 e, após o qual, a Escelsa se tornou subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás). Atuou na expansão do sistema elétrico estadual, na conversão do sistema de 50 Hz para 60 Hz e na construção da Usina Hidrelétrica Mascarenhas.

Em 1971 deixou a Presidência da Escelsa, tendo sido substituído por Luiz Moreira Barbirato. Tornou-se em seguida chefe do Departamento de Engenharia da Eletrobrás, tendo atuado nos Estudos Energéticos do Nordeste e nos Estudos Energéticos da Amazônia. Em 1974, tornou-se as-

sistente da Diretoria de Planejamento e Engenharia da holding estatal.

Foi presidente das Centrais Elétricas Fluminenses S.A. (Celf) e da Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE) entre 1975 e 1978. Nesse cargo, foi responsável pela absorção, pela CBEE, do sistema elétrico da Celf, e pela implementação do programa de eletrificação rural. Em 1980, a CBEE seria transformada na Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro (Cerj).

Assumiu a Diretoria de Planejamento e Engenharia da Eletrobrás em 1979 e, em 1981, tornou-se assessor da Presidência da empresa, na gestão de José Costa Cavalcanti. Nessa função, representou a Eletrobrás em reunião da Organização Latino-Americana de Energia (Olade), tendo elaborado relatório sobre o papel da hidreletricidade na expansão dos sistemas elétricos da América Latina.

Como presidente do Comitê Brasileiro de Grandes Barragens (CBGB), organizou a 50ª Reunião Executiva e o XIV Congresso Internacional de Grandes Barragens, ambas realizadas no Rio de Janeiro (RJ), em 1982.

A partir de 1982, como consultor independente, atuou junto ao Grupo Othon e à Companhia Brasileira de Estruturas (Cobe) e realizou a coordenação geral do Programa de For-

talecimento Institucional da Electro-Peru, com patrocínio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Foi diretor de Gestão Empresarial da Eletrobrás de 1985 a 1990 e membro do Conselho de Administração da Escelsa.

Faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 15 de janeiro de 1990.

ARANHA, Luiz Oswaldo Norris

Coordenador técnico de Projetos Especiais da Eletrobrás; diretor de Finanças e presidente da Light

Luiz Oswaldo Norris Aranha nasceu no Rio de Janeiro (DF) no dia 19 de outubro de 1938.

Diplomou-se em Engenharia Elétrica pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1961, iniciando sua carreira na Companhia Telefônica Brasileira (CTB) como auxiliar de Engenharia (1960-1961).

De 1962 a 1968, trabalhou no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Chefiou o Setor I da Divisão de Energia Elétrica do Departamento de Projetos da instituição (1964-1967) e foi assessor

do Grupo de Trabalho Intermistrial encarregado da reformulação do Sistema Tarifário Nacional do Setor de Energia Elétrica (1967). Também no BNDES, analisou o 1º Plano de Expansão da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e estudou o mercado do Rio Grande do Norte, que então estava sendo incorporado à área de atuação dessa empresa. Analisou diversos projetos de usinas elétricas, incluindo-se os projetos da Usina Hidrelétrica Governador Parigot de Souza, também denominada Usina Hidrelétrica Capivari-Cachoeira, no Paraná, e da Usina Hidrelétrica Funil e da Usina Hidrelétrica Pedras, na Bahia. Indicou, também, a alocação de recursos do Fundo Federal de Eletrificação (FFE) para a Usina Hidrelétrica Furnas.

Foi diretor da Plae Planejamento S.C. Ltda. (1969-1972 e 1975-1979) e coordenador do setor de energia elétrica (1969-1970) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Em 1970, representou o Ipea na Comissão Especial de Alto Nível do Ministério das Minas e Energia (MME) para revisão do Código de Águas. Pelo Ipea, participou da elaboração do Plano Decenal de Desenvolvimento, na parte de energia elétrica, e foi membro da Comissão de Fiscalização da Matriz Energética Brasileira (1970-1971).



Exerceu a função de assessor da Presidência (1970-1972 e 1975-1976) da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

Foi diretor econômico-financeiro (1972-1975) da Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear (CBTN), depois transformada na Empresas Nucleares Brasileiras S.A. (Nuclebrás) e atual Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB).

Em 1975, formou-se em Economia pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, assumindo, no ano seguinte, o cargo de assistente da Diretoria de Integração Regional da Eletrobrás. Exerceu paralelamente a essa função as atribuições de coordenador técnico nacional (1977-1978) do

Subcomitê de Gestão Empresarial da Comissão de Integração Elétrica Regional (Cier) e de coordenador técnico de projetos especiais da Eletrobrás (1978).

Transferiu-se no início de 1979 para a Light - Serviços de Eletricidade S.A. (Light), participando da elaboração e implantação do modelo de transição na etapa da sua estatização pelo governo federal. Depois de uma curta passagem pela Diretoria de Finanças – na qual sucedeu a Leslie Thomas Smith –, assumiu, em março de 1979, a Presidência da Light, no lugar de Luiz Teixeira Alves de Lima. Presidiu a empresa até maio de 1985, transmitindo o cargo a Tullio Romano Cordeiro de Mello.

Na Light, implantou o programa de eletrificação de favelas, atendendo a mais de 300.000 moradias, iniciou o programa de eletrificação rural, instalou uma estação ecológica, em conjunto com a Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), na região de Ribeirão das Lajes, e iniciou a política de ocupação das faixas de linhas de transmissão por pequenos produtores rurais, pelo regime de comodato. Destaca-se, ao longo de sua gestão, a participação da empresa, através de suas oficinas, no programa de conversão de motores de explosão para o uso do álcool hidratado e a conversão experimental de um dos queimadores das cal-

deiras da Usina Termelétrica Piratininga para uso de álcool hidratado, em vez de óleo combustível. Atuou também na preservação do patrimônio documental e fotográfico da Light.

Em outubro de 1985 reassumiu as funções de assistente da Presidência da Eletrobrás e de diretor da Plae.

Participou da implantação do OPE – Orçamento Plurianual de Investimentos, coordenou projetos especiais da Eletrobrás, a gestão empresarial e a implantação de novos Estatutos Sociais para as empresas controladas, face à Lei das Sociedades por Ações. Participou da criação da Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro (Cerj) e analisou a inserção da Usina Termonuclear Angra I e da Usina Termonuclear Angra II no sistema interligado e a viabilidade da construção da Usina Termonuclear Angra III.

Em novembro de 1985 foi eleito diretor-presidente da Fermasa Máquinas e Equipamentos S.A., cargo que ocupou até abril do ano seguinte. Foi também vice-presidente-executivo da Transcontinental Comercial Exportadora S.A. (1986-1990) e diretor da Embalagens Líder S.A (1987-1990). De 14 de março a 2 de abril de 1990, chefiou interinamente a Secretaria Nacional de Energia do Ministério das Minas e Energia (MME).

Foi diretor da Creative Propaganda e Marketing (1990-1991), da Cicoex Comercial Exportadora S.A. (1991-1993) e da IAB Assessoria Tributária (1992-1994). Em meados dos anos 1990, participou da avaliação dos bens das empresas de energia elétrica incluídas no Programa Nacional de Desestatização (PND). Assumiu, em janeiro de 1996, a Presidência da Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas e, em maio de 2000, a Coordenadoria de Projetos do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

ARAÚJO, Armando Ribeiro de

Chefe do Departamento de Coordenação de Sistemas da Eletrobrás; diretor de Operação da Ceb; presidente da Eletronorte; secretário nacional de Energia

Armando Ribeiro de Araújo nasceu no Rio de Janeiro (DF) no dia 22 de julho de 1942.

Formou-se engenheiro eletricista pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1965.

Iniciou sua carreira profissional em janeiro desse ano como estagiário na General Electric (GE). Depois de se formar, ascendeu à função de

engenheiro da Seção de Engenharia Aplicada, tendo se tornado responsável pelos estudos de proteção de sistemas industriais, e passou a auxiliar na preparação de propostas de suprimento de sistemas. Exerceu essa função até fevereiro de 1967, quando deixou a empresa. No mês seguinte ingressou na Engenharia Especializada Brasileira (Engebrás) como chefe da Seção Técnica de Projeto. Nessa condição, participou da elaboração dos projetos da Refinaria Gabriel Passos, em Betim (MG), e da Refinaria Alberto Pasqualini, em Canoas (RS), tendo sido responsável pela inspeção em fábrica e pela recepção de todos os equipamentos elétricos dessas instalações. Em junho desse ano obteve o mestrado em Engenharia Elétrica no Illinois Institute of Technology (IIT), em Chicago (EUA). No mês seguinte deixou a Engebrás.

Em agosto de 1968 ingressou na Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e passou a integrar o grupo Meco-Caeb, de apoio direto à Diretoria de Planejamento e Engenharia da empresa. Esse grupo, composto de engenheiros brasileiros e consultores da Montreal Engineering Company Ltd., do Canadá, realizou vários estudos de planejamento de sistemas de transmissão e participou dos painéis de definição do sistema de transmissão da Usina

Hidrelétrica Itaipu. Em 1970, foi nomeado chefe do Departamento de Coordenação de Sistemas da Eletrobrás, setor responsável pela operação interligada dos sistemas elétricos brasileiros. Durante essa sua gestão foi criado o Grupo Coordenador para Operação Interligada (GCOI), tendo Armando Ribeiro de Araújo se tornado o primeiro secretário-executivo desse colegiado. Nessa condição, atuou na interligação dos sistemas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e, posteriormente, na interligação com o Sul do país. Colaborou também na elaboração do projeto de lei que regulamentou a distribuição da energia elétrica da Usina Hidrelétrica Itaipu e da elaboração do projeto de decreto que regulamentou o GCOI.



Acervo Eletronorte

Permaneceu na Eletrobrás até agosto de 1974 e, em setembro seguinte, assumiu a função de assistente de Planejamento da Presidência das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte). Nessa função, entre outras tarefas desempenhadas, criou a área de planejamento da empresa e foi o responsável pelo planejamento dos sistemas de transmissão da Usina Hidrelétrica Tucuruí, da Usina Hidrelétrica Balbina e da Usina Hidrelétrica Samuel. Ainda em 1974 concluiu o doutorado e a livre-docência em Engenharia Elétrica na Escola Federal de Engenharia de Itajubá (MG).

De 1968 a 1974 lecionou diversas disciplinas no curso de Engenharia Elétrica da UFRJ e, de 1968 a 1975, na Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Em 1971 foi professor do curso de mestrado em Engenharia Elétrica da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). De 1975 a 1986 lecionou diversas disciplinas na graduação e no mestrado em Engenharia Elétrica da Universidade de Brasília (UnB). De abril a junho de 1978 fez o curso de Administração Pública e Finanças na Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro (RJ), e o de Finanças de Empresas, de outubro a dezembro desse mesmo ano, no Centre D'Enseignement Supérieur des Affairs.

Deixando a Eletronorte em abril de 1979, no mesmo mês ingressou na Companhia de Eletricidade de Brasília (Ceb) como diretor de Operação. Nessa condição, tornou-se responsável pela operação do sistema de transmissão em 138 KV e 34,5 KV da capital federal, pela operação da Usina Hidrelétrica Paranoá, da Usina Termelétrica do Setor Industrial e do Sistema de Distribuição e Comercialização de Brasília e das nove cidades-satélites da região. Durante esse seu período na Ceb, foi eleito presidente do Comitê de Distribuição (Codi). Permaneceu na Ceb até dezembro de 1982, quando retornou à Eletronorte como coordenador geral da Presidência. Nessa função, além de ser o responsável por todo o planejamento elétrico, energético e empresarial, coordenou os estudos de impacto ambiental e as operações de fechamento dos reservatórios da Usina Hidrelétrica Tucuruí, da Usina Hidrelétrica Balbina e da Usina Hidrelétrica Samuel. Foi também responsável pela criação da área de meio ambiente da empresa.

Exerceu esse cargo até maio de 1986 e, em seguida, foi trabalhar no Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

Licenciou-se dessa entidade em julho de 1990 para servir ao governo brasileiro, tendo sido eleito e empossado no mesmo mês na Presidência da Ele-

tronorte, em substituição a Nelson Farhat. Durante sua gestão, promoveu uma reforma substancial na empresa e concentrou suas ações na conclusão de obras que então se encontravam em andamento. Permaneceu no cargo até abril de 1991, tendo sido posteriormente substituído por Afonso Tiago Pinto Simas. No mesmo mês assumiu o cargo de Secretário Nacional de Energia do Ministério da Infra-Estrutura (Minfra), em substituição a Rubens Vaz da Costa.

Durante essa sua gestão, coordenou a atualização da Matriz Energética Brasileira, concluída em 1992, a qual recomendou o aumento da participação do gás natural como fonte primária de energia. Participou das negociações com o governo da Bolívia para a construção do gasoduto entre os dois países, que culminaram com a assinatura do acordo em Santa Cruz de la Sierra, naquele país, em 17 de agosto de 1992. No mesmo período, um grupo de trabalho da Secretaria Nacional de Energia recomendou a reforma do setor de energia elétrica com a separação dos segmentos de geração, transmissão e distribuição e, como decorrência dessa orientação, foi preparado um projeto de lei nesse sentido, para ser submetido ao Congresso Nacional. Na área de combustíveis, foi eliminada a unificação de preços em nível nacional e introduzida a competição entre os postos de distribuição.

Durante sua permanência na Secretaria integrou o Conselho de Administração da Itaipu Binacional e foi presidente do Conselho de Administração de Furnas Centrais Elétricas S. A. (Furnas), do Conselho de Administração da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e do Conselho de Administração da Eletronorte. Permaneceu no cargo até agosto de 1992. Em seguida, reassumiu suas funções no Bird, tendo ocupado o cargo de Diretor de Políticas de Licitações e Contratações.

ARAÚJO, Mozart de Siqueira Campos

Chefe do Gabinete da Presidência, secretário-geral da Diretoria, diretor Econômico-Financeiro (interino) e diretor-presidente da Chesf

Mozart de Siqueira Campos Araújo nasceu em Sertânia (PE) no dia 5 de abril de 1954.

Graduou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1976. Durante o curso, fez estágio na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf). Concluiu mestrado (1977) e doutorado (1979) no Institut National Polytechnique de Grenoble, França, e, de volta ao Brasil, ainda em 1979 tornou-se professor da UFPE.



Contratado pela Chesf em 1982, trabalhou inicialmente na Diretoria de Operação da empresa. Em 1986 passou também a lecionar na Escola Politécnica da Universidade de Pernambuco (Fesp).

Exerceu na Chesf as funções de chefe do Gabinete da Presidência (1993-1994), secretário-geral da Diretoria e do Conselho de Administração (1994-1995) e diretor econômico-financeiro interino (1995-1997). Sucedendo a Júlio Sérgio de Maya Pedrosa Moreira, assumiu a Presidência da empresa em outubro de 1997.

No primeiro ano de sua gestão, com a entrada em operação da última unidade geradora e a conclusão da Usina Hidrelétrica Xingó, a Chesf se tornou a maior empresa brasilei-

ra em termos de capacidade instalada em geração de energia. O mercado de energia na área da empresa cresceu 5,3% e foram investidos 214 milhões de reais na construção do sistema de transmissão. Em 1998, foram construídos 365 quilômetros de linhas de transmissão, com um investimento de 391 milhões de reais no sistema de transmissão.

Em 1999, foi obtida a certificação ISO 9002 do Laboratório de Análise Físico-Química da Chesf, pela Fundação Vanzolini. Foram assinados convênios com as prefeituras de João Pessoa, Serra Branca e Patos (PB), Juazeiro e Lauro de Freitas (BA) e Petrolina (PE), para execução de projetos de eficiência energética no sistema de iluminação pública, e firmou-se convênio com a UFPE, com o objetivo de economizar energia nas instalações do campus da universidade. No mesmo ano foram construídos 879 quilômetros de linhas de transmissão e instalados 373 MVA em instalações de transformação, correspondendo a investimento de 374 milhões reais.

Em 2000 foi obtida a certificação na Norma NBR ISO 9002, pela Fundação Vanzolini, dos cinco centros regionais de operação da empresa, localizados nas cidades de Recife (PE), Salvador e Paulo Afonso (BA), Fortaleza (CE) e Teresina (PI), os quais foram os primeiros centros de operação no Brasil a ob-

terem a certificação em todos os seus processos. Também foi certificada na Norma NBR ISO 9002 a Subestação Tacaimbó, de 230 kV, constituindo-se na primeira subestação do Brasil certificada nessa Norma. Foi também implantado o Centro de Informação da Operação da Geração e Transmissão, criado para realizar a coleta e o tratamento das informações operacionais da empresa. Verificou-se nesse mesmo ano a instalação de 1.171 quilômetros de novas linhas de transmissão.

No ano de 2001, a Usina Hidrelétrica Paulo Afonso IV tornou-se a primeira no país a obter a certificação ISO 9002 pela Fundação Vanzolini, e foi celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) o contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, válido até julho de 2015. Durante a crise energética, a operação em cascata das usinas do rio São Francisco garantiu o atendimento dos usuários, tendo-se destacado a colaboração da empresa com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (GCE), com vistas a minimizar os efeitos negativos do racionamento.

ARAÚJO, Ney Webster

Secretário-geral do MME; presidente e diretor industrial da Caeab

Ney Webster Araújo nasceu em Arroio dos Ratos (RS) no dia 26 de outubro de 1924.

Formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS).

Trabalhou na ARMCO Industrial e Comercial em Porto Alegre (RS), exercendo a função de desenhista entre 1948 e 1949.

Foi engenheiro assistente (1950-1969) e engenheiro chefe (1969-1975) na Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais (Copelmi), também em Porto Alegre.



Acervo pessoal

Foi assessor (1975-1976) e secretário-geral adjunto (1976-1977) do Ministério das Minas e Energia (MME). Entre 1977 e 1978, como secretário-geral do ministério, assu-

miu a pasta em caráter interino. No mesmo período, integrou o Conselho de Administração da Itaipu Binacional.

Foi diretor industrial da Copelmi em 1979 e, no mesmo ano, assumiu a Presidência da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caeeb) no lugar de José Esmeraldo da Silva, tendo permanecido nesse cargo até 1983. Foi sucedido na Presidência da Caeeb por Alzir Nunes Gay.

Em seguida, foi diretor vice-presidente da Copelmi (1983-1984), diretor industrial da Caeeb (1984-1986) e, novamente, diretor vice-presidente da Copelmi (1986-1996).

Tornou-se sócio-gerente da Webster Consultoria S/C Ltda. em 1996.

ÁVILA, Cláudio

Secretário de Ciência e Tecnologia, Energia e Meio-Ambiente do Estado de Santa Catarina; diretor-presidente da Eletrosul; presidente da Eletrobrás

Cláudio Ávila da Silva nasceu em Florianópolis (SC) no dia 2 de julho de 1953.

Durante o governo de Colombo Machado Sales (1971-1975), ocupou o cargo de chefe-de-Gabinete da Secretaria de Justiça do Estado de San-

ta Catarina. Também chefiou o Setor de Estatística do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), entre 1974 e 1975, e foi assistente comercial da Usina de Açúcar Tijucas. De 1975 a 1979, desempenhou as funções de assessor da Presidência do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Badesc).

Após bacharelar-se em Administração de Empresas pela Escola Superior de Administração e Gerência de Florianópolis (ESAG) em 1979, ocupou o cargo de superintendente da Fundação de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (1979-1982).

Foi deputado estadual (1983 e 1985-1987), prefeito nomeado de Florianópolis (1983-1985), deputado constituinte (1987-1988) e deputado federal (1987-1991).

Pertenceu ao Partido Democrático Social (PDS) e foi um dos fundadores do Partido da Frente Liberal (PFL) em 1985. De 1991 a 1993, exerceu a função de assessor especial do secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), João Clemente Baena Soares, em Washington, nos Estados Unidos. De volta ao Brasil em 1993, assumiu a Secretaria de Ciência e Tecnologia, Energia e Meio Ambiente de Santa Catarina. Permaneceu à frente desse cargo por apenas alguns meses e, no mesmo ano, foi nomeado diretor-

presidente da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul), em substituição a Amílcar Gazaniga.

Durante sua gestão, foram reiniciadas as obras que se encontravam paralisadas desde a década de 1980. Através de parcerias com a iniciativa privada, foi retomada a construção da Usina Hidrelétrica Itá, da Usina Hidrelétrica Machadinho e da Usina Termelétrica Jorge Lacerda IV. Com a inauguração da Usina Termelétrica Jacuí, em 1997, e a repotenciação das usinas em operação, foi possível aumentar consideravelmente a capacidade de geração da empresa, somando cerca de 20 mil GWh em fins do mesmo ano.

Em sua administração, a Eletrosul foi submetida a um amplo processo de reestruturação, visando à abertura de seu capital e a privatização de seu parque gerador. Em dezembro de 1997, a companhia foi desmembrada em uma empresa de transmissão e outra de geração, a Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul), que ficou com cerca de 70% do patrimônio da Eletrosul. Em setembro de 1998, a Gerasul foi vendida à empresa belga Tractebel, ligada à holding Société Générale de Belgique. Três meses depois, a Eletrosul teve sua denominação alterada para Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul).



Acervo Eletrobrás

Em abril de 2001, renunciou à direção da Eletrosul para assumir a Presidência da Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobrás), em substituição a Firmino Sampaio Neto. Com sua saída, a direção da Eletrosul passou a ser exercida por João Paulo Karam Kleinübing.

O início de sua gestão na Eletrobrás se deu em meio a uma grave crise no setor elétrico, provocada pelo atraso de importantes obras de geração e pelo baixo índice pluviométrico verificado nas regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste do país nos primeiros meses do ano. A iminência de um colapso no abastecimento levou o governo a adotar, ainda em abril, o Plano de Racionalização de Energia, voltado para a diminuição da demanda e o aumento da oferta do produto.

À Eletrobrás coube a elaboração dos estudos para a expansão da oferta e, entre as medidas apresentadas, destacaram-se a retomada e a agilização dos projetos de geração e transmissão e o incentivo à co-geração e ao Programa de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Dentre esse projetos, destacam-se as parcerias para execução dos aproveitamentos hidrelétricos de Guaporé, Inquirá e Lajeado, as linhas de transmissão Tucuruí - Presidente Dutra e Tucuruí - Vila do Conde, o projeto de execução da segunda fase da Usina Hidrelétrica Tucuruí e os projetos da Usina Termelétrica Campos, da Usina Termelétrica Santa Cruz, da Usina Termelétrica São Gonçalo, da Usina Termelétrica Bonji e da Usina Termelétrica Camaçari. Foi encaminhado à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) o Estudo de Viabilidade do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, no estado do Pará.

Deixou a Presidência da Eletrobrás em março de 2002, tendo sido sucedido por Altino Ventura Filho.

AZEVEDO, Luís Felipe Corrêa de

Presidente da Caeeb; secretário de Minas, Energia e Comunicações do Estado do Rio Grande do Sul

Luís Felipe Corrêa de Azevedo nasceu em Pelotas (RS) no dia 12 de dezembro de 1929.

Formou-se engenheiro agrônomo pela Escola de Agronomia Eliseu Maciel (1953) e em Economia pela Faculdade Católica de Ciências Econômicas (1962), ambas em Pelotas. Iniciou sua carreira no Serviço de Expansão do Trigo, onde trabalhou entre 1954 e 1955. Foi fiscal-visitador da Carteira Agrícola do Banco do Brasil S.A (1955-1966) e funcionário da área de crédito rural e industrial (1966-1973) do Banco Central do Brasil (BC). De 1973 a 1975, trabalhou na Junta Interamericana de Defesa, da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington (EUA).



De volta ao Brasil, foi membro da Comissão de Avaliação de Mérito da Presidência do BC (1975-1976) e diretor do Banco Regional de Brasília S.A. (1976-1977), assumindo, em novembro de 1977, a chefia do Departamento Regional do BC em Porto Alegre (RS).

Ocupou este cargo até maio de 1985, quando foi nomeado presidente da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caeeb) em substituição a Alzir Nunes Gay. Em março de 1986, deixou a empresa para assumir a Secretaria de Minas, Energia e Comunicações do Estado do Rio Grande do Sul, no governo Jair de Oliveira Soares (1987-1990), acumulando essa função com a de presidente do Conselho Estadual de Energia até março de 1987. Foi sucedido na Presidência da Caeeb por Luiz Gonzaga de Souza Fagundes.

De março a setembro de 1990, respondeu pela Diretoria-Geral do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), assumindo, no mês seguinte, a Presidência da Companhia Petroquímica do Sul (Copesul). Último presidente da empresa antes de sua privatização, deixou a Copesul em maio de 1992.

B

BARBALHO, Arnaldo Rodrigues

Diretor da Celpe; secretário-geral do Ministério das Minas e Energia; presidente da Chesf; presidente da Eletrobrás



Acervo Chesf

Arnaldo Rodrigues Barbalho nasceu em Recife (PE) no dia 31 de dezembro de 1923.

Formou-se em Engenharia Civil (1947) e em Engenharia Mecânica (1948) pela Escola de Engenharia de Pernambuco, da qual seria diretor e professor por muitos anos. Contratado pelo Departamento de Águas e Energia (DAE) do Estado de Pernambuco em 1952, atuou na eletrificação de várias cidades do interior do estado, o que se tornou possível a partir da entrada em operação da Usina Hidrelétrica Paulo Afonso I.

Formado em Engenharia Elétrica também pela Escola de Engenharia de Pernambuco em 1955, no ano seguinte realizou estudos de Técnica em Altas Tensões na École Nationale Supérieure d'Énergie Électrique, em Toulouse, França. Retornando ao Brasil, foi nomeado secretário de Vi-

ação e Obras Públicas de Pernambuco (1957-1959) pelo governador Osvaldo Cordeiro de Farias. Em 1959 obteve o doutorado em Termodinâmica e Motores pela Escola de Engenharia de Pernambuco. No mesmo ano, ocupou o cargo de diretor-industrial da Companhia Manufatora de Tecidos do Nordeste.

Como diretor-técnico da Companhia de Transportes Urbanos de Recife (1961), colaborou na implantação da rede de ônibus elétricos da cidade. Atuou ainda como administrador judicial da Pernambuco Tramways and Power Company, concessionária dos serviços de eletricidade, gás e transporte coletivo de Recife encampada pelo governo estadual em 1962, e foi diretor da Companhia de Eletricidade de Pernambuco S.A (Celpe), atual Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), de 1965 a 1970.

No governo Eraldo Gueiros (1971-1975), ocupou a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do estado. Em 1974, assumiu a Secretaria-Geral do Ministério das Minas e Energia (MME), chefiado à época por Shigeaki Ueki (1974-1979). Deixou suas funções no MME em fevereiro de 1978 para assumir a Presidência da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), em substituição a André Dias de Arruda Falcão Filho. Três meses depois, afastou-se do cargo para suceder Antô-

nio Carlos Peixoto de Magalhães na Presidência da Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobrás).

Sua gestão à frente da Eletrobrás foi marcada pela compra das empresas do Grupo Light pelo governo, praticamente selando a nacionalização do setor elétrico brasileiro. Transformada em subsidiária da Eletrobrás, a antiga holding do Grupo Light passou a chamar-se Light - Serviços de Eletricidade S.A. (Light).

Com a posse do general João Batista de Oliveira Figueiredo na Presidência da República em março de 1979, Arnaldo Barbalho deixou o comando da Eletrobrás. Sucedido por Maurício Schulman, reassumiu em seguida a Presidência da Chesf, em substituição a Alberto Costa Guimarães. Durante sua segunda passagem pela companhia, foram inauguradas as primeiras unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Sobradinho, da Usina Hidrelétrica Paulo Afonso IV e da Usina Termelétrica Camaçari I.

Em dezembro do mesmo ano, transmitiu o comando da Chesf a Luiz Carlos Menezes e voltou à Secretaria-Geral do MME, então chefiado por César Cals de Oliveira Filho, cargo que ocupou até o final do mandato de João Figueiredo em março de 1985.

Além de vários trabalhos de Engenharia, publicou, em colaboração com Marta Helena Barbalho, Energia e Desenvolvimento no Brasil (1987).

BARBIRATO, Luiz Moreira

Engenheiro-chefe da Divisão de Operação da CCBFE; engenheiro-chefe da Divisão de Operação e presidente da Escelsa; presidente da Celf; coordenador de Recursos Energéticos, secretário de Tecnologia e coordenador de Recursos Minerais do MME

Luiz Moreira Barbirato nasceu em Campos (RJ) em 5 de outubro de 1923.

Formou-se em Engenharia Elétrica pelo Instituto Eletrotécnico de Itajubá, depois Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Efei), em Itajubá (MG), em 1948, tendo sido um dos fundadores do Diretório Acadêmico daquele instituto.

Entre 1952 e 1954, foi engenheiro-chefe da Divisão de Operação da Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE) e, entre 1955 e 1956, foi diretor da Divisão de Viação e Obras Públicas da Prefeitura Municipal de Vitória (ES).

A partir de 1955, foi professor titular nos cursos de Engenharia Civil, Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), funções que desempenharia até 1975. Na UFES, chefiou a comissão especial encarregada de implantar o curso de Engenharia Mecânica do Centro Tecnológico da universidade.

Entre 1956 e 1959, na Divisão de Águas e Energia Elétrica da Secretaria de Viação e Obras do Estado do Espírito Santo, foi responsável pela instalação e manutenção de usinas hidrelétricas e termelétricas, bem como pelo projeto e instalação de linhas e redes de distribuição.

No período de 1959 a 1967, desempenhou na Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa) as funções de engenheiro-chefe da Divisão de Operação e de assessor técnico da Presidência.



Acervo

Em 1967 assumiu a Presidência da Centrais Elétricas Fluminenses S.A. (Celf), empresa holding que havia sido organizada pelo governo do estado do Rio de Janeiro em 1963.

Na sua gestão, efetuou a encampação das quatro empresas concessionárias de serviços de eletricidade então vinculadas à Celf, tendo passado esta última a responder diretamente pelos mesmos serviços. Em decorrência dessa iniciativa, elaborou e implantou, com financiamento da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), um novo plano de obras de geração, transmissão e distribuição para a área de concessão da Celf. Foi concluída e inaugurada a Usina Termelétrica Roberto Silveira, também conhecida como Usina Termelétrica Campos, em Campos, e foi realizada a expansão da rede de distribuição da empresa e a interligação com o sistema de transmissão de Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas). Deixou a Celf em 1969, ingressando em seguida na Eletrobrás, onde atuou até 1971. Como representante da Eletrobrás, participou do Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia (Eneram).

Nesse ano assumiu a Presidência da Escelsa, no lugar de Carlos Alberto Pádua Amarante. Na sua gestão, Luiz Moreira Barbirato concluiu e inaugurou a Usina Hidrelétrica Mascarenhas, unificou o sistema elétrico estadual e implementou a conversão do sistema de 50 Hz para 60 Hz. Deixou a Presidência da empresa em 1975, tendo sido substituído por Kerman José Machado.

Passou a exercer o cargo de assessor e chefe de gabinete da Presidência da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), na gestão de Raul Garcia Llano, até o ano de 1979.

No Ministério das Minas e Energia (MME), no âmbito da Secretaria de Tecnologia, esteve à frente da Coordenadoria de Recursos Energéticos, de 1980 a 1983, acumulando esse cargo como o de Secretário de Tecnologia. Entre 1983 e 1984, chefiou a Coordenadoria de Recursos Minerais, também vinculada à Secretaria de Tecnologia. Foi representante suplente da Secretaria-Geral do MME no Comitê Executivo do Sistema de Informações Empresariais do Setor de Energia Elétrica (Siese), de 1982 a 1984.

Foi cedido pela UFES em 1984 ao Ministério da Educação (MEC), tendo desempenhado atividades no Cedate – Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação (Cedate), tendo coordenado o Programa de Transferência e Absorção de Tecnologia Ótica, da Alemanha para o Brasil. Representou o MEC no Codomed – Comitê de Coordenação do Setor Odonto-Médico-Hospitalar (Codomed) e no SPIN – Subprograma de Provimento de Insumos Essenciais, do PADCT – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Aposentou-se da Eletrobrás em 1984, e da UFES em 1989.

BARROS, José Maria Siqueira de

Presidente da Eletrobrás

José Maria Siqueira de Barros nasceu em Cachoeira Paulista (SP) no dia 2 de agosto de 1937.

Acervo Eletrobrás



Formou-se em Engenharia Civil e Elétrica pela Escola de Engenharia Mackenzie, em São Paulo, em 1962. Trabalhou na firma Construção e Comércio Obras Ltda. e, entre 1963 e 1966, na Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo (Cherp), tendo participado da construção da Usina Hidrelétrica Caconde, também denominada Usina Hidrelétrica

Graminha. Foi funcionário da Centrais Elétricas de São Paulo S.A. (Cesp), atual Companhia Energética de São Paulo (Cesp), tendo chefiado o Departamento de Custos, Medições, Contratos e Pagamentos dessa empresa. Presidiu a Companhia do Metropolitano de São Paulo entre 1979 e 1980 e, no mesmo período, foi consultor da Diretoria Financeira da Itaipu Binacional.

Chefiou a Secretaria de Transportes do Estado de São Paulo entre 1980 e 1982, no governo de Paulo Salim Maluf (1979-1982), e foi assessor do ministro do Planejamento, Antônio Delfim Neto (1982-1985). Em 1985, abriu a empresa Enbar Assessoria e Participações S. C. Ltda. Presidiu também a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro.

No governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), presidiu a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), sucedendo a Mario Penna Bhering.

Sua passagem pela Eletrobrás foi marcada por uma grave crise financeira na empresa, ocasionada pelos altos índices de inadimplência das concessionárias dos serviços de energia elétrica e pelo aumento das dívidas do setor. Durante sua gestão, foi lançado o primeiro programa de demissão voluntária, visando a redução de 30% do quadro de pessoal. As empresas controladas Light - Servi-

ços de Eletricidade S. A. (Light) e a Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa) foram incluídas no Programa Nacional de Desestatização, e os recursos disponíveis foram quase todos canalizados para a retomada da construção da Usina Hidrelétrica Xingó, da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf). Após a renúncia de Collor em outubro de 1992, passou o comando da Eletrobrás a Eliseu Resende. Voltou então à Cesp como assessor da Presidência (1992-1995), aposentando-se em seguida e retomando suas atividades na Enbar Assessoria e Participações e na Public Quadras Esportivas Ltda., essa última também empresa de sua propriedade.

BASTOS, Fernando

Diretor-presidente da Eletrosul

Fernando José Caldeira Bastos nasceu em Florianópolis (SC) no dia 3 de dezembro de 1932.

Bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1955.

Foi professor da UFSC, deputado estadual (1967-1975) pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) e secretário do Trabalho e Promoção Social de Santa Catarina (1975-1977), no governo Antônio Carlos Konder Reis (1975-1979).

Durante a gestão de Jorge Konder Bornhausen (1979-1982) no governo de Santa Catarina, chefiou a Secretaria do Trabalho e Coordenação Política do Estado de Santa Catarina (1979-1981) e presidiu o Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), entre 1981 e 1982. Foi também deputado federal (1983-1985), tendo sido eleito pelo Partido Democrático Social (PDS) e se transferido posteriormente para o Partido da Frente Liberal (PFL).



Acervo pessoal

Em 1989, assumiu a Presidência da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) – empresa que mais tarde seria transformada na Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) -, em substituição a Paulo Afonso de Freitas Melro.

Em virtude da crise econômica que afetou todo o setor elétrico brasileiro nos anos 1980, durante sua gestão a Eletrosul se viu obrigada a atrasar o cronograma de várias obras. Dentre os empreendimentos na área de geração, puderam ser mantidos, ainda que em ritmo bastante irregular, a Usina Hidrelétrica Itá, a Usina Termelétrica Jorge Lacerda IV e a Usina Termelétrica Jacuí.

Deixou o comando da Eletrosul em 1990, sendo sucedido por Amílcar Gazaniga. Afastando-se da vida pública, passou a atuar como advogado em Florianópolis.

BATISTA, Eliezer

Ministro das Minas e Energia

Eliezer Batista da Silva nasceu em Nova Era (MG) no dia 4 de maio de 1924.

Formou-se em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da Universidade do Paraná em 1948.

Iniciou sua carreira na Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), trabalhando no Departamento de Construções da Estrada de Ferro Vitória-Minas, do qual tornou-se chefe em 1951. Desempenhou também as funções de assistente de Engenharia, em 1957, e de superintendente dessa ferrovia. Presidiu a CVRD nos governos Jânio da Silva Quadros (1961) e João

Belchior Marques Goulart (1962-1964). No mesmo período, realizou cursos de especialização nos Estados Unidos e na Europa.



Acevo pessoal

Entre 1962 e 1963, acumulou a Presidência da CVRD com o cargo de ministro das Minas e Energia, sucedendo nesta função a João Mangabeira. Durante essa sua gestão, foram iniciadas as negociações para a compra das empresas subsidiárias da American & Foreign Power Company (Amforp) pelo governo brasileiro. Comandada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), a operação seria concluída em 1964, já sob o regime militar. Eliezer Batista foi substituído no Ministério das Minas e Energia (MME) por Antônio Ferreira de Oliveira Brito em 1963, e

deixou a Presidência da CVRD após a deposição de João Goulart em 31 de março de 1964.

Ocupou em seguida os cargos de diretor-presidente da Minerações Brasileiras Reunidas S.A. (1964-1968) e de vice-presidente da Itabira International Company, sediada em Nova York (Estados Unidos). Foi ainda diretor da Itabira Eisenerz GMPH (1968-1974), com sede em Dusseldorf (Alemanha Ocidental), e presidente da Rio Doce Internacional S.A., subsidiária da CVRD com sede em Bruxelas (Bélgica), tendo exercido essa última função entre 1968 e 1979 e entre 1986 a 1997. Voltou a presidir a CVRD no governo João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), permanecendo à frente do cargo até 1986, já na gestão do presidente José Sarney Costa (1985-1990).

No governo de Fernando Collor de Mello, (1990-1992), chefiou a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), a partir de abril de 1992. Nessa sua gestão, coordenou um estudo sobre o setor elétrico brasileiro, cujas conclusões apontaram para a necessidade de integração dos sistemas elétricos sul-americanos. Dentre os frutos desse trabalho, destaca-se a retomada do projeto de construção do gasoduto Brasil-Bolívia e a assinatura de um protocolo de intenções por Fernando Collor e o presidente boliviano, Jaime Paz Zamora (1989-

1993) para a realização do empreendimento. As obras de construção foram iniciadas nas gestões de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) e Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997).

Eliezer Batista deixou o comando da SAE em outubro de 1992. Mais tarde, tornou-se membro do Conselho de Desenvolvimento Estratégico do Grupo Inepar e foi um dos fundadores do Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentado. Durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), assumiu uma vaga no Conselho Coordenador das Ações Federais no Rio de Janeiro.

Foi também professor da Escola Politécnica do Espírito Santo e o único brasileiro a receber o título de doutor honoris causa da Academia Russa de Ciências.

Publicou Infra-estrutura para o desenvolvimento sustentado e integração da América do Sul (1997).

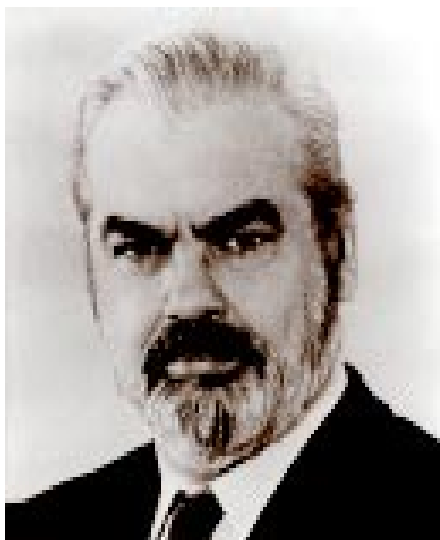
BAUMGARTEN, Oswaldo

Gerente regional, superintendente de Distribuição e diretor-presidente da CEEE; superintendente-geral de Distribuição e Vendas da CPFL; diretor de Distribuição da Cesp; diretor da Divisão de Assuntos Regionais, diretor da Divisão de Controle Econômico-Financeiro e diretor-ge-

ral do Dnaee; diretor administrativo e diretor de Operação e Planejamento da Eletrosul; diretor adjunto do DNDE; coordenador geral de Assuntos de Eletricidade da Secretaria de Energia

Oswaldo Baumgarten nasceu em Rio Grande (RS) no dia 22 de julho de 1936.

Acervo Aneel



Formou-se em Engenharia Civil e Elétrica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) em 1961. Em seu estado natal, ocupou os cargos de gerente regional (1962-1969) e de superintendente de Distribuição (1969) da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE).

Foi superintendente-geral de Distribuição e Vendas da Companhia

Paulista de Força e Luz (CPFL) de 1971 a 1975 e diretor de Distribuição da Centrais Elétricas de São Paulo S.A. (Cesp), depois denominada Companhia Energética de São Paulo (Cesp), de 1975 a 1977.

Foi assessor da Diretoria de Operação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) de 1977 a 1995 e, durante a maior parte desse período, esteve cedido para o Ministério das Minas e Energia (MME). No Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee), dirigiu a Divisão de Assuntos Regionais (1978).

Foi também diretor administrativo (1978-1979) e diretor de Operação e Planejamento (1979) da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) – empresa que mais tarde seria transformada na Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul). Em 1979, tornou-se diretor -geral do Dnaee, cargo que exerceu até 1983. Foi diretor-presidente da CEEE de 1987 a 1989.

Foi assessor do ministro das Minas e Energia (1989-1990), chefe da Divisão Nacional do Dnaee, quando da vinculação desse órgão ao Ministério da Infra-Estrutura (Minfra), em 1990, diretor adjunto do Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético (DNDE) do MME, de 1995 a 1999, diretor da

Divisão de Controle Econômico Financeiro do Dnaee (1996-1997) e coordenador geral de Assuntos de Eletricidade da Secretaria de Energia do mesmo ministério, desse último ano até 2001.

BHERING, Mario Penna

Diretor comercial, vice-presidente e presidente da Cemig; diretor de Furnas; presidente da Eletrobrás; presidente da Memória da Eletricidade

Mario Penna Bhering nasceu em Belo Horizonte (MG) no dia 24 de maio de 1922.

Formou-se pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1945, realizando em seguida uma viagem de estudos aos Estados Unidos. Retornou ao Brasil dois anos depois, trabalhando junto à representação da Allis Chalmers, fabricante norte-americana de equipamentos hidráulicos e elétricos.

No início dos anos 1950, integrou o grupo fundador da Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A (Cemig), depois denominada Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Como diretor comercial dessa empresa (1952-1955), foi responsável pela aquisição dos equipa-

mentos destinados à execução do Plano de Eletrificação de Minas Gerais, no governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1951-1955). Coordenou também as negociações com o Banco Mundial (Bird), o Export-Import Bank (Eximbank) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), visando a concessão de empréstimos para a construção da Usina Hidrelétrica Itutinga e da Usina Hidrelétrica Camargos, e para a montagem dos sistemas de transmissão e de distribuição de energia elétrica da Cemig. Como vice-presidente da empresa (1955-1964), liderou o processo de captação de recursos externos e de fornecimento de equipamentos para a Usina Hidrelétrica Bernardo Mascarenhas, também denominada Usina Hidrelétrica Três Marias. Embora tenha participado da Semana de Debates sobre Energia Elétrica em 1956 - evento que reuniu várias personalidades contrárias ao projeto de criação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobrás) -, desempenhou importante papel no processo de constituição da holding em 1962, cedendo, na ocasião, vários técnicos da Cemig para colaborar na estruturação da empresa. De 1960 a 1965, representando a empresa acionista Cemig, integrou a diretoria da Central Elétrica de Furnas S.A.

(Furnas), atual Furnas Centrais Elétricas S. A. (Furnas).

Acervo Furnas



Vice-presidente do Comitê Brasileiro à Conferência Mundial de Energia (1964-1968), ocupou interinamente a Presidência da Cemig de julho a outubro de 1965. Foi efetivado no cargo no ano seguinte, em substituição a Celso Melo de Azevedo. Entre outras realizações, sua gestão foi responsável pela incorporação da Companhia Sul Mineira de Eletricidade (CSME) e pela inauguração de linhas de transmissão em direção à região Noroeste do estado. Permaneceu à frente da empresa até 1967, quando assumiu a Presidência da Eletrobrás. Sucessor de Octávio Marcondes Ferraz na holding, foi substituído na Cemig por João Camilo Penna. De 1967 a 1969, tam-

bém presidiu a Comissão de Integração Elétrica Regional (Cier).

Sua primeira gestão como presidente da Eletrobrás durou oito anos, estendendo-se pelos governos dos generais Arthur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1974-1979). Durante este período, a empresa consolidou-se como órgão encarregado do planejamento e da coordenação da expansão do sistema elétrico do país. Beneficiada pelo ciclo de crescimento econômico conhecido como “Milagre Brasileiro”, a Eletrobrás tornou-se a principal agência de financiamento do setor, ampliando consideravelmente seus investimentos e sua atuação na geração de energia. Esse crescimento foi possibilitado pela criação das novas subsidiárias Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) – empresa que mais tarde seria transformada na Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) - e a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletro-norte), organizadas em 1968 e 1973, respectivamente, e que se juntaram a Furnas e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) como geradoras do governo federal. Em contrapartida, quase todas as empresas subsidiárias da American & Foreign Power Company (Amforp) adquiridas pelo governo federal em

1964 passaram ao controle das concessionárias estaduais, excetuando-se a empresa distribuidora do Espírito Santo, que permaneceu no sistema da Eletrobrás.

Outra realização de sua gestão foi a unificação da frequência no padrão de 60 hertz em todo o país. Um dos marcos do período foi a instalação de Itaipu Binacional em maio de 1974, entidade binacional formada por Brasil e Paraguai, responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Itaipu. Renunciou ao comando da Eletrobrás em 1975, tendo sido substituído por Antônio Carlos Peixoto de Magalhães.

Entre 1977 e 1983, sob orientação do presidente de Itaipu Binacional, general José Costa Cavalcanti, participou da execução das obras da usina, da política de suprimentos e das negociações com os dirigentes paraguaios, representados por Enzo Debernardi. Também no mesmo período, representou o Brasil nas negociações tripartites com a Argentina e o Paraguai, visando a definição das características técnicas para a construção do projeto do Aproveitamento Hidrelétrico de Corpus, na fronteira entre Argentina e Paraguai, e do regime hidráulico a jusante de Itaipu.

Em março de 1983, depois de ter atuado no BID como consultor do governo do Peru (1981-1982), aceitou

convite do governador de Minas Gerais, Tancredo de Almeida Neves (1983-1984), e assumiu novamente a Presidência da Cemig. Em sua nova gestão deu-se a transformação da Cemig em companhia energética. Sua segunda passagem pela companhia foi marcada pela execução de um amplo programa de eletrificação rural e urbana no estado, pelo estímulo aos projetos de conservação do meio ambiente e de incorporação de novas fontes de energia, como a gaseificação de biomassas. Em 1985, deixou a direção da Cemig para novamente ocupar a Presidência da Eletrobrás. Sucedendo a José Costa Cavalcanti, foi substituído na empresa mineira por Guy Villela Pascoal. Durante sua permanência à frente da Cemig, ocupou o cargo de secretário executivo do Conselho Estadual de Energia de Minas Gerais.

Presidente da Eletrobrás durante quase todo o governo José Sarney Costa (1985-1990), teve sua administração dificultada pela grave crise econômica vivida pelo país no período. Um dos projetos prejudicados pela falta de recursos foi o Plano de Recuperação do Setor de Energia Elétrica (PRS), lançado ainda no primeiro ano de sua gestão. Apesar das dificuldades, foram iniciadas as obras da Usina Hidrelétrica Xingó e da Usina Hidrelétrica Tucuruí, além de praticamente ter sido concluída a

Usina Hidrelétrica Itaipu. Tal como fizera na Cemig, deu especial atenção aos problemas ambientais, que passaram a merecer tratamento sistemático nos projetos e estudos da holding.

Mario Bhering foi o principal idealizador do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil - Memória da Eletricidade, tornando-se seu presidente-fundador em 1986. Nesse mesmo ano, passou a atuar como consultor da diretoria do grupo Tratex-Rural/Servix. Deixou a Presidência da Eletrobrás em junho de 1990, já durante o governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), transmitindo o cargo a José Maria Siqueira de Barros. Em 1994, tornou-se diretor da BFB Engenharia e Consultoria Ltda.

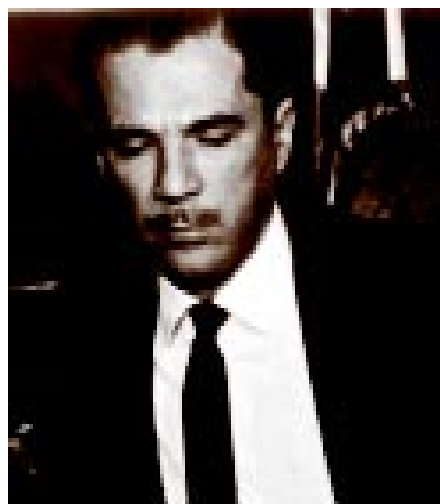
BRAGA, Ney

Diretor-Geral da Itaipu Binacional

Ney Aminthas de Barros Braga nasceu em Lapa (PR) no dia 25 de julho de 1917.

Cursou a Escola Militar do Realengo e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Esao), no Rio de Janeiro (DF), de onde saiu em 1948. Serviu em Itu (SP), Curitiba (PR) e no Rio Grande do Sul. No governo de Bento Munhoz da Rocha Neto, ocupou o

cargo de chefe de polícia do estado do Paraná (1952-1954). Filiado ao Partido Libertador (PL), foi o primeiro prefeito de Curitiba eleito diretamente (1955-1958). Mais tarde, ajudou a fundar e foi eleito presidente nacional do Partido Democrata Cristão (PDC), pelo qual exerceu os mandatos de deputado federal (1958-1961) e de governador do Paraná (1961-1965).



Acervo CPDOC/FGV

Em 1961, foi um dos líderes do movimento que garantiu a posse do vice presidente da República João Belchior Marques Goulart, durante a crise provocada pela renúncia do presidente Jânio da Silva Quadros em agosto daquele ano. Dois anos depois, ainda como governador, ocupou a Presidência do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (Codesul). Também em 1963 foi

transferido para a reserva do Exército como general-de-brigada. No governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), chefiou o Ministério da Agricultura (1965-1966) e assumiu a Presidência da Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (Fundação Mudes), cargo que ocuparia por mais de três décadas. Com a instauração do bipartidarismo, em novembro de 1965, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), legenda pela qual elegeu-se senador (1967-1974). De dezembro de 1968 a outubro de 1969 - período em que o Congresso Nacional esteve fechado por força do Ato Institucional nº5 -, ocupou a Vice-Presidência da empresa Atlântica Boa Vista de Seguros. Foi também ministro da Educação (1974-1978), no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), e novamente governador do Paraná (1979-1982). Com o fim do bipartidarismo, em novembro de 1979, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS). Eleito presidente da agremiação no Paraná, candidatou-se às eleições para o Senado em 1982, sem sucesso. Em 1984, deixou a legenda para ser um dos fundadores do Partido da Frente Liberal (PFL).

Em maio de 1985, durante o governo do presidente José Sarney Costa (1985-1990), foi empossado no

cargo de diretor-geral de Itaipu Binacional, em substituição ao general José Costa Cavalcanti.

Sua gestão deu prosseguimento ao programa de implantação da Usina Hidrelétrica Itaipu e de fornecimento de energia elétrica aos mercados paraguaio e brasileiro. A potência instalada da usina foi consideravelmente ampliada no período, com a entrada em operação de 13 unidades geradoras, perfazendo um total de 15 máquinas construídas ao final de 1989. Em termos potenciais isso significou uma capacidade de geração máxima de 10.500 milhões de KW, cerca de 83% do total projetado para 1991, quando as 18 unidades previstas deveriam estar todas concluídas. O fornecimento da energia gerada pela usina também teve um aumento significativo, atingindo cerca de 70% do mercado nacional paraguaio e aproximadamente 30% do consumo nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil em 1990.

Não obstante os avanços na construção do empreendimento, a empresa foi duramente afetada pela crise que se abateu sobre a economia brasileira nos anos 1980. Pressionada pela defasagem dos preços das tarifas com relação à inflação e pelos sucessivos atrasos de pagamento das concessionárias brasileiras, a empresa atrasou o cumprimento de alguns compromissos e enfrentou dificulda-

des para a obtenção de novos empréstimos e financiamentos.

Ney Braga foi sucedido na Presidência da Itaipu Binacional por Fernando Xavier Ferreira em 1990. No governo de Roberto Requião de Melo e Silva (1991-1994), presidiu o Conselho Administrativo da Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Faleceu em Curitiba no dia 16 de outubro de 2000.

Sobre sua carreira política foi publicado Ney Braga; tradição e mudança na vida política (1996), de autoria do jornalista Aderbal Fortes de Sá Júnior.

BRITO, José Said de

coordenador-geral econômico-financeiro, diretor-geral adjunto e diretor-geral do Dnaee; gerente de Planejamento e Orçamento da Eletrosul

José Said de Brito nasceu em Paranaíba (MS) no dia 9 de maio de 1948.

Formou-se em Ciências Contábeis na Faculdade de Ciências Contábeis e Administração Moraes Júnior no Rio de Janeiro (RJ). Fez os cursos de Administração Financeira na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, de Projetos de Energia Elétrica do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e de Gestão Eco-

nômico-Financeira de Empresas de Energia Elétrica em Ontário, Canadá.



Acervo Aneel

Foi gerente de Planejamento e Orçamento da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) – empresa que mais tarde seria transformada na Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) - e coordenador-geral econômico-financeiro do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee), órgão subordinado ao Ministério das Minas e Energia (MME).

Foi coordenador-geral de Planejamento e Controle do Departamento de Assuntos Inter-Regionais da Presidência da República em 1992.

Foi diretor-geral adjunto (1993-1994) e diretor-geral (1994-1996) do Dnaee.

Em 1996 tornou-se diretor superintendente da Votorantim Energia Ltda., empresa do Grupo Votorantim para investimentos no setor de energia elétrica.

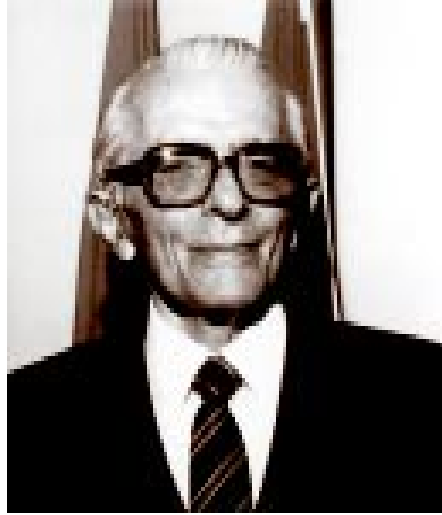
Foi membro do Conselho de Administração da VBC Energia, do Conselho de Administração da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), do Conselho de Administração da Rio Grande Energia (RGE) e do Conselho de Administração da Maesa - Machadinho Energética.

BRITO, Oliveira

*Ministro das Minas e Energia;
presidente da Chesf*

Antônio Ferreira de Oliveira Brito nasceu em Ribeira do Pombal (BA) no dia 8 de outubro de 1908.

Formou-se pela Faculdade de Direito da Bahia em 1933, especializando-se em Direito Penal. Iniciou sua carreira política no Partido Social Democrático (PSD), exercendo mandato de deputado estadual constituinte na Bahia (1947-1951). Licenciando-se do mandato, ocupou a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia no governo de Otávio Mangabeira (1947-1951).



Acervo Chesf

Eleito deputado federal em 1950, 1954 e 1958, foi relator da comissão do Congresso Nacional que analisou o pedido de impedimento do vice-presidente da República João Belchior Marques Goulart, feito pelos ministros militares, logo após a renúncia do presidente Jânio da Silva Quadros, em agosto de 1961. Manifestando sua oposição ao pedido de impedimento, defendeu a instituição do parlamentarismo como solução para a crise então instaurada - solução essa que viria assegurar a posse de João Goulart. Foi nomeado ministro da Educação e Cultura do novo governo e esteve à frente da pasta de setembro de 1961 a junho de 1962, período em que se licenciou novamente de suas funções parlamentares.

Reeleito deputado federal em 1962, foi escolhido líder da maioria

no Congresso. No ano seguinte, encarregado por João Goulart, denunciou como lesivos aos interesses do país os termos do contrato de compra das empresas subsidiárias da American & Foreign Power Company (Amforp) e da International Telegraph and Telephone (ITT) pelo governo brasileiro, negociado pelo embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Roberto de Oliveira Campos, e autoridades norte-americanas. Resultado de denúncias feitas também pelo deputado Leonel de Moura Brizola, a crise acabou levando à suspensão das negociações e culminou na reforma do ministério, em junho de 1963, já na fase presidencialista da gestão de João Goulart. Indicado para a pasta das Minas e Energia em substituição a Eliezer Batista da Silva, Oliveira Brito mais uma vez licenciou-se da Câmara dos Deputados.

Sua gestão nessa pasta foi marcada por iniciativas visando à expansão da capacidade energética do país e à reformulação do Fundo Federal de Eletrificação (FFE), entre outras medidas. No campo siderúrgico, foram inauguradas as Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) e a Ferro e Aço de Vitória. Deixou a pasta em 1º de abril de 1964, em decorrência da deposição de João Goulart. Foi sucedido no cargo por Arthur da Costa e Silva, inte-

rinamente, e por Mauro Thibau, em caráter definitivo, em 17 do mesmo mês.

De volta à Câmara dos Deputados, no ano seguinte ingressou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido criado após a instauração do bipartidarismo, em novembro de 1965. Em 1966, transferiu-se para a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e foi reeleito para mais um mandato. Esteve licenciado da Câmara de abril de 1967 a novembro de 1968 e a partir de dezembro desse último ano para chefiar a Secretaria de Estado da Bahia no governo de Luís Viana Filho (1967-1971). Em setembro de 1969 teve seu mandato cassado com base no Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Voltou à vida pública em 1985, quando assumiu a Presidência da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), em substituição a Rubens Vaz da Costa. Durante sua gestão, foram iniciadas as obras de construção das novas cidades de Petrolândia, em Pernambuco, e Itacuruba, Rodelos e Barra do Tarachil, na Bahia, que substituíram as cidades de mesmo nome inundadas para a construção do reservatório da Usina Hidrelétrica Luís Gonzaga, também denominada Usina Hidrelétrica Itaparica. Deixou a Presidência da Chesf em 1987, sendo sucedido por José Carlos Aleluia Costa.

Durante sua carreira política foi também prefeito de sua cidade natal.

Faleceu em Salvador (BA) no dia 3 de julho de 1997.

BRITO, Raimundo de

Secretário de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia; ministro das Minas e Energia

Raimundo Mendes de Brito nasceu em Acajutiba (BA) no dia 27 de agosto de 1948.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1971.

Ocupou os cargos de assessor (1971) e de assessor-chefe de Programação e Orçamento (1972-1975) da Secretaria de Minas e Energia do Estado da Bahia, e formou-se técnico em Planificação Regional em curso promovido pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e pelo governo baiano em 1972.

Foi coordenador do Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec) de 1975 a 1982, secretário de Saneamento e Recursos Hídricos da Bahia (1982-1983), no governo de Antônio Carlos Peixoto de Magalhães (1979-1983), advogado e diretor do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Desenbanco), diretor-presi-

dente da Caraíba Metais S.A. (1984-1986), advogado da Telecomunicações da Bahia S.A. (Telebahia) e sócio do Escritório de Direito Econômico (1987-1991). No segundo governo de Antônio Carlos Peixoto de Magalhães (1991-1994), chefiou a Secretaria de Energia, Transportes e Comunicações do estado.

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência da República, em 1994, foi nomeado ministro das Minas e Energia, tendo substituído Delcídio do Amaral Gomez.



Acervo pessoal

Sua gestão prolongou-se durante todo o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) e foi marcada pelo início de um amplo processo de abertura dos setores mineral e energético. Nesse período

foram privatizadas a Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa), a Light - Serviços de Eletricidade S.A. (Light), a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul), empresa criada a partir da cisão da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul), a qual, por sua vez, seria mais tarde transformada na Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul). Além disso, foram incluídas no Programa Nacional de Desestatização (PND) a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas) e a própria Eletrosul.

Com as funções de coordenar e fiscalizar a nova configuração da área de energia, foram criadas a Agência Nacional do Petróleo (ANP) - surgida após a aprovação do fim do monopólio da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) - e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que sucedeu ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee) nas funções de regulação e fiscalização das atividades do setor elétrico.

Raimundo de Brito deixou o MME em dezembro de 1998, tendo sido sucedido por Rodolpho Touri-

nho Neto, voltando em seguida ao exercício da advocacia.

BRITO DE CARVALHO, José Marcondes

Chefe da Seção de Despacho de Carga da Usina Hidrelétrica Paulo Afonso I da Chesf; chefe de Montagem e responsável pela Operação da Usina Hidrelétrica Lucas Nogueira Garcez, da Servix/Uselpa; chefe do Departamento de Operação da Uselpa; chefe do Departamento de Operação e diretor de Operação da Cesp; diretor de Gestão Empresarial e diretor de Operação de Sistemas da Eletrobrás; Diretor-Presidente da Light

José Marcondes Brito de Carvalho nasceu em Brasópolis (MG) no dia 1º de março de 1931.

Graduou-se em Engenharia Elétrica e Mecânica no Instituto Eletrotécnico de Itajubá, depois Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Efei), em Itajubá (MG), em 1954. Especializou-se na área de Operação de Sistemas Elétricos na Électricité de France (EDF) em Paris e Toulouse (França) em 1959.

Iniciou sua carreira profissional ao ingressar na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) em 1955, como chefe da Seção de Proteção e Provas. No ano seguinte che-

fiou a Seção de Despacho de Carga da Usina Hidrelétrica Paulo Afonso I. Em 1957 foi trabalhar na Servix Engenharia S. A., tendo chefiado a montagem elétrica da Usina Hidrelétrica Lucas Nogueira Garcez, também denominada Usina Hidrelétrica Salto Grande.

Transferindo-se em 1958 para São Paulo, passou a trabalhar na Usinas Elétricas do Paranapanema S.A. (Uselpa), na organização e implantação desse empreendimento. Nessa empresa, chefiou, de 1960 a 1963, o Departamento de Operação.

Acervo Eletrobrás



Em janeiro de 1964 começou a trabalhar na Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobrás), tendo integrado o Grupo de Trabalho de Sete Quedas (GTSQ). Em agosto de 1965

deixou a Eletrobrás e, no mês seguinte, ingressou na Centrais Elétricas de Urubupungá S.A. (Celusa), tornando-se chefe do Departamento de Montagem Elétrica e Mecânica da Usina Hidrelétrica Eng. Souza Dias, também denominada Usina Hidrelétrica Jupia. Exerceu esse cargo até novembro de 1966.

Com a criação da Centrais Elétricas de São Paulo S.A. (Cesp) em dezembro do mesmo ano, como resultado da unificação das companhias de energia elétrica do estado de São Paulo, passou a integrar os quadros da nova estatal. Em fevereiro do ano seguinte, quando da composição da primeira diretoria efetiva da empresa, sob a Presidência de Lucas Nogueira Garcez, José Marcondes Brito de Carvalho passou a ocupar a chefia do Departamento de Operação, órgão da Diretoria de Operações. Permaneceu nessa função até março de 1971, quando assumiu a Diretoria de Operações, em substituição a Mário Lopes Leão. Ainda nesse ano assumiu a coordenação técnica internacional do Subcomitê de Operação e Manutenção de Sistemas Elétricos da Comissão de Integração Elétrica Regional (Cier), no Uruguai, função que exerceu até 1972. Nesse mesmo ano passou a integrar o Conselho de Administração de Furnas Centrais Elétricas S. A. (Furnas).

Permaneceu na diretoria da Cesp até abril de 1974, quando retornou à Eletrobrás para assumir a Diretoria de Gestão Empresarial, em substituição a Antônio Carlos do Amaral Bastos, na gestão de Mario Penna Bhering. Em 1976, na gestão de Antônio Carlos Peixoto de Magalhães, essa diretoria passou a se chamar Diretoria de Operação de Sistemas, por sugestão do próprio titular, uma vez que a denominação anterior não mais correspondia às atividades então desenvolvidas pelo órgão. No mesmo ano, José Marcondes Brito de Carvalho passou a integrar o Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. (Cemig), depois denominada Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). De março de 1977 a abril de 1989 foi membro do Conselho de Administração da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). Em fevereiro de 1978 tornou-se membro do Conselho de Administração da Chesf. De 1982 a março de 1987 voltou a integrar o Conselho de Administração da Cemig. De abril de 1985 a agosto de 1988 integrou o Conselho de Administração da Cesp e, de agosto de 1987 a fevereiro de 1989, o mesmo órgão na Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte). Nesse mesmo mês passou a integrar o Conselho de Administração da Eletrobrás.

Como diretor dessa estatal, organizou, implantou e dirigiu o Grupo Coordenador para Operação Interligada (GCOI), responsável pela definição e acompanhamento do uso racional e otimizado dos recursos energéticos das diversas usinas geradoras que compõem o sistema elétrico interligado brasileiro, incluindo a Usina Hidrelétrica Itaipu, e objetivando garantir a segurança e a confiabilidade da malha de transmissão em Alta Tensão (AT) e Extra Alta Tensão (EAT). Organizou e implantou o Comitê de Distribuição (Codi), o Comitê Coordenador de Operações Norte e Nordeste (CCONN), integrando as empresas de distribuição das regiões Norte e Nordeste com a Chesf e o Grupo de Apoio Técnico às Concessionárias da Região Norte (GAT-CRN). Também orientou e participou da organização e implantação da Comissão Mista de Operação (CMO) da Usina Hidrelétrica Itaipu, juntamente com a Administración Nacional de Electricidad (Ande), bem como da coordenação e supervisão da interligação do sistema elétrico da Chesf com a Usina Hidrelétrica Tucuruí, da Eletronorte, através de sistema de transmissão de 500 kV com 1.700 quilômetros de extensão.

Desenvolveu e implantou o projeto do Sistema Nacional de Supervisão e Coordenação da Operação do

Sistema Interligado (Sinsc). Como obra da Eletrobrás, dentro do projeto do Sinsc, coordenou também a implantação do Centro Nacional de Operação do Sistema (CNOS) em Brasília (DF).

Permaneceu na Diretoria de Operação de Sistemas da Eletrobrás até maio de 1990, tendo sido substituído por Lindolfo Ernesto Paixão. No mesmo mês deixou o Conselho de Administração da Chesf e no seguinte o da Eletrobrás.

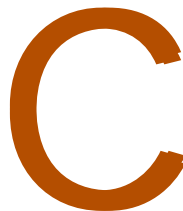
Em julho desse ano assumiu o cargo de diretor-presidente da Light - Serviços de Eletricidade S. A. (Light), em substituição a Tullio Romano Cordeiro de Mello. Nessa condição, passou a integrar o Conselho de Administração da empresa, tornando-se vice-presidente desse órgão. No mês seguinte tornou-se membro do Conselho de Administração da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S. A. (Eletropaulo), da Cesp e suas subsidiárias Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e Companhia de Gás de São Paulo (Comgás).

Permaneceu na Presidência da Light e nos demais cargos que ocupava por força daquele exercício até setembro de 1991, quando foi substituído por Confúcio Rodrigues Calvanti.

Durante a gestão de José Marcondes Brito de Carvalho na Light foi realizada importante reforma admi-

nistrativa na empresa, a qual teve como consequência a elevação do índice de consumidores por emprego de 159/1 para 195/1, resultado da redução do quadro de pessoal, de 25% dos cargos de chefia e de 33% de funções gratificadas. Em junho do ano seguinte, a empresa seria incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND).

A partir de 1992, como diretor técnico da Coosenge – Cooperativa de Serviços de Engenharia Ltda., atuou na prestação de serviços de consultoria referentes a análises técnicas e econômicas de novos aproveitamentos hidrelétricos, estudos de sistema elétrico, estudos de recapitação de linhas de transmissão, estudos técnicos e econômicos para ampliação de subestações e linhas de transmissão, estudos institucionais face a nova legislação e estrutura do setor elétrico.



CALS, César

Diretor do Departamento de Energia Elétrica do Piauí; presidente da Conefor; presidente da Cohebe; presidente da Cemar; diretor de Co-

ordenação da Eletrobrás; ministro das Minas e Energia

César Cals de Oliveira Filho nasceu em Fortaleza (CE) no dia 30 de dezembro de 1926.

Estudou na Escola Preparatória de Fortaleza - da qual mais tarde seria professor - e na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro (DF), sendo declarado aspirante-a-oficial da Arma de Infantaria em 1946. Em 1954, formou-se em Engenharia Elétrica na Escola Técnica do Exército (ETEx) e em Engenharia Civil na Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi chefe-adjunto do Serviço de Obras da 10^a Região Militar, em Fortaleza (1955-1961), e responsável-técnico do Serviço de Força e Luz do Município de Fortaleza (Serviluz), cargo que ocupou de 1957 a 1960. Também trabalhou no Departamento de Energia Elétrica da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e foi diretor do Departamento de Energia Elétrica do Piauí (1961), tendo colaborado na implantação da rede de distribuição de energia de Teresina (PI).

Entre 1962 e 1963, exerceu a Presidência da Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza (Conefor), empresa que sucedeu à Serviluz.

Como presidente da Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança (Cohebe), no Maranhão, cargo que exerceu entre 1963 e 1970, comandou o processo de construção da Usina Hidrelétrica Presidente Castelo Branco, também denominada Usina Hidrelétrica Boa Esperança, inaugurada em 1970.



Acervo Eletrobrás

Em 1966, após ter sido promovido a coronel, passou para a reserva do Exército. No ano seguinte, assumiu também a Presidência da Centrais Elétricas do Maranhão S.A. (Cemar) – depois denominada Companhia Energética do Maranhão (Cemar) -, em substituição a Arthur Ribeiro Bastos. Esteve à frente dessa empresa até 1970, sendo sucedido por Miguel Rodrigues Nunes. Ainda

nos anos 1960, coordenou a instalação da Usina Hidrelétrica Carolina e fez diversas viagens para tratar de assuntos técnicos e econômicos ao exterior, tendo representado o Brasil em um congresso mundial de energia elétrica realizado na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Foi governador do estado do Ceará de 1971 a 1975. Ocupou em seguida o cargo de diretor de Coordenação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), função que exerceu entre 1975 e 1978.

Filiado à Aliança Renovadora Nacional (Arena), foi um dos principais articuladores da candidatura do general João Batista de Oliveira Figueiredo à Presidência da República em 1978, ano em que se elegeu senador indireto pelo estado do Ceará.

Com a eleição de João Figueiredo (1979-1985) pelo Colégio Eleitoral, foi nomeado ministro das Minas e Energia, em substituição a Shigeaki Ueki. Empossado em março de 1979, licenciou-se do Senado Federal. No mesmo ano, após o fim do bipartidarismo, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS).

No Ministério das Minas e Energia (MME), defendeu a manutenção do programa nuclear brasileiro e procurou estimular as pesquisas so-

bre fontes alternativas de energia. Sua gestão foi marcada pela inauguração da Usina Hidrelétrica Itaipu, em outubro de 1984, e pela entrada em operação da primeira unidade geradora da Usina Hidrelétrica Tucuruí, em novembro seguinte. Uma das maiores realizações do período foi o considerável avanço da produção de petróleo do país, que ultrapassou a marca de 500 mil barris/dia, fazendo do Brasil o terceiro maior produtor da América Latina.

Deixou o MME em 1985, sendo substituído por Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, e reassumiu sua cadeira no Senado, exercendo o mandato até o final da legislatura, em 1987. Em 1988, transferiu-se para o Partido Social Democrático (PSD), assumindo a Secretaria-Geral dessa agremiação.

Durante sua carreira atuou também como empresário dos setores de comunicação, agricultura e comércio exterior e foi presidente da Minérios Centurião S.A.

Faleceu em Fortaleza (CE) no dia 10 de março de 1991.

Publicou Um modelo de desenvolvimento para o Ceará, Uma estratégia desenvolvimentista de uma nação e A responsabilidade do empresariado brasileiro, além de diversos trabalhos na área de Engenharia.

CASTRO, Mac Dowell Leite
de
Presidente da Light

Joaquim Afonso Mac Dowell Leite de Castro nasceu no Rio de Janeiro (DF) no dia 22 de julho de 1934.

Acervo pessoal



Bacharelou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro no ano de 1958, doutorando-se na mesma instituição em 1962. Foi professor de Direito Constitucional na PUC e presidente da Comissão de Vistoria e Segurança do Estado da Guanabara, no governo de Carlos Frederico Werneck de Lacerda (1960-1965).

Iniciou sua trajetória política na União Democrática Nacional (UDN), ingressando mais tarde no Move-

mento Democrático Brasileiro (MDB), legenda criada após a instauração do bipartidarismo em 1965. Foi deputado estadual (1963-1975) e deputado federal (1975-1983) pelo Rio de Janeiro. Com o fim do bipartidarismo em 1979, filiou-se ao Partido Popular (PP), agremiação depois incorporada ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), no qual ingressou em 1982. No pleito de novembro deste último ano, tentou sem sucesso a reeleição à Câmara dos Deputados.

Em 1993 assumiu a Presidência da Light - Serviços de Eletricidade S.A. (Light), em substituição a Confúcio Rodrigues Cavalcanti.

A Light havia sido incluída desde o ano anterior - juntamente com a Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa), também então integrante do Sistema Eletrobrás - no Programa Nacional de Desestatização (PND) do governo federal e foi vendida em maio de 1996 para consórcio formado por AES Coral Reef Inc., EDF Internacional S.A., Houston Industries Energy Inc., BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

Joaquim Afonso Mac Dowell Leite de Castro manteve-se à frente do cargo até 1996, tendo sido sucedido, após a privatização, por Michel Gaillard.

Publicou *O crime passional* (1957), *Filosofia do Direito* (1960) e *A tecnologia do abastecimento na Guanabara* (1966).

CAVALCANTI, Confúcio Rodrigues

Presidente da Light

Confúcio Rodrigues Cavalcanti nasceu no Rio de Janeiro (RJ) em 28 de março de 1946.

Formou-se em Economia pela Universidade Mackenzie em 1971 e realizou diversos cursos de extensão na Universidade de São Paulo (USP), na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo e na Georgia Tech University, em Atlanta, Estados Unidos.

Foi gerente financeiro da Transformadores União S.A, empresa controlada da Siemens S.A. (1966-1974), diretor financeiro da Sotave Nordeste (1974-1976) e diretor financeiro do Escritório Técnico Eurico Meili (1976-1979). Foi gerente de projeto da Promon Engenharia S.A. de 1979 a 1983, tendo coordenado a área financeira do projeto que implantou o linhão da Usina Hidrelétrica Itaipu. Foi diretor financeiro da Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A. (1986-1988) e diretor-geral da CPM Informática S.A. (1988-1990).



Acervo pessoal

Em 1991, foi presidente da Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (Dataprev) e, no mesmo ano, assumiu a Presidência da Light – Serviços de Eletricidade S.A. (Light), no lugar de José Marcondes Brito de Carvalho. Deixou a empresa no ano seguinte, tendo sido substituído por Joaquim Afonso Mac Dowell Leite de Castro.

Tornou-se diretor-geral da Clipper – Transportes Internacionais Ltda., empresa da qual foi sócio-fundador, exercendo o mesmo cargo até 1996. A partir de então, assumiu a direção da EPC – Empreendimentos Participações e Consultoria Ltda., tendo sido igualmente fundador dessa última empresa.

Foi membro do Conselho de Administração da Eletropaulo - Eletri-

cidade de São Paulo S. A. (Eletropaulo), do Conselho de Administração da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), do Conselho de Administração da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), do Conselho de Administração da Companhia de Gás de São Paulo (Comgás) e do Conselho de Administração da Light. Integrou, também, o Conselho Fiscal do Banco do Estado de São Paulo S.A. (Banespa).

CAVALCANTI, José Costa

*Ministro das Minas e Energia;
diretor-geral da Itaipu Binacional;
presidente da Eletrobrás*

José Costa Cavalcanti nasceu em Fortaleza (CE) no dia 6 de janeiro de 1918.

Transferindo-se para o Rio de Janeiro (DF), cursou a Escola Militar do Realengo, de onde saiu aspirante-a-oficial da arma de infantaria em 1937. Entre 1946 e 1948, frequentou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Esao) e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme). Oficial tríplice coroadado - título dado ao primeiro colocado na Escola Militar, na Esao e na Eceme - foi, mais tarde, instrutor da Eceme. De 1950 a 1951, fez o Infantry School Advanced Course, em Fort Benning, Geórgia (EUA). Exerceu como mili-

tar as funções de oficial-de-Gabinete do Ministério da Guerra e de adjunto do adido militar brasileiro, em Washington (EUA). Entre 1957 e 1959, foi assessor da delegação brasileira na Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos.



Acervo Eletrobrás

Após ter chefiado a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, elegeu-se deputado federal (1963-1967) pela União Democrática Nacional (UDN). Durante o movimento de 1964, atuou como intermediário entre um grupo de coronéis e a oposição parlamentar ao presidente João Belchior Marques Goulart (1961-1964). No pleito de novembro de 1966, foi reeleito deputado federal por Pernambuco pela

Aliança Renovadora Nacional (Arena), legenda à qual se filiou após a instauração do bipartidarismo, em novembro de 1965. Em 1967, no entanto, licenciou-se do mandato para assumir o Ministério das Minas e Energia (MME), em substituição a Mauro Thibau.

Sua passagem pelo MME foi marcada, entre outras medidas, pela implantação do Código de Mineração, pela criação da Petrobrás Química S.A. (Petroquisa), primeira subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), e pelo início das pesquisas que dariam origem ao Projeto Carajás. Outra iniciativa importante foi a assinatura do convênio entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) para a implantação da primeira central nuclear brasileira. Sucedido no MME por Antônio Dias Leite Júnior, José Costa Cavalcanti chefiou em seguida a pasta do Interior (1969-1974), nos governos dos generais Arthur da Costa e Silva (1967-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

Em abril de 1974, durante o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), foi nomeado Diretor-Geral de Itaipu Binacional (Itaipu), empresa encarregada da construção da Usina Hidrelétrica Itaipu, segundo o estabelecido no Tratado de Itaipu, assinado por Brasil e Para-

guai em abril de 1973, para aproveitamento do potencial hidrelétrico do rio Paraná, na região entre Foz do Iguaçu (PR) e Ciudad del Este (Paraguai).

As obras de construção do empreendimento foram iniciadas em outubro do ano seguinte. O êxito do empreendimento permitiu o cumprimento do cronograma nos prazos previstos, com a realização do desvio do rio Paraná em outubro de 1978 e o início do enchimento do reservatório em 1982. A primeira unidade geradora entrou em operação experimental em dezembro de 1983 e, em outubro do ano seguinte, a usina foi oficialmente inaugurada. Com 12.600.000 kW de potência instalada, tornou-se a maior usina em atividade no mundo.

Com a extinção do bipartidarismo em novembro de 1979, ingressou no Partido Democrático Social (PDS).

A partir de setembro de 1980, acumulou a direção da Itaipu com a Presidência da Eletrobrás, sucedendo a Maurício Schulman. Sua principal iniciativa à frente da holding foi a elaboração do chamado Plano 2000, o qual previu o estímulo à adoção de novas fontes de energia, como o carvão, a lenha e o urânio, entre outras. José Costa Cavalcanti deixou a Presidência da Eletrobrás em abril de 1985, transmitindo o cargo a Mario Penna Bhering.

No mês seguinte, deixou a direção da Itaipu, sendo substituído no cargo por Ney Aminthas de Barros Braga.

Em 1986, assumiu a direção do Projeto Jari.

Faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 10 de agosto de 1991.

CHAVES, Aureliano

Diretor-técnico da Eletrobrás; diretor da Cemig; ministro das Minas e Energia

Acervo Memória da Eletricidade



Antônio Aureliano Chaves de Mendonça nasceu em Três Pontas (MG) no dia 13 de janeiro de 1929.

Bacharelou-se em Engenharia Elétrica e Mecânica em 1953, pelo

Instituto Eletrotécnico de Itajubá (MG), do qual mais tarde seria professor. Foi engenheiro-chefe da Prefeitura Municipal de Itajubá e professor do Instituto Politécnico da Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte (MG). Em 1958, concluiu curso sobre Organização Racional do Trabalho na Faculdade Fluminense de Engenharia, em Niterói (RJ).

Integrou como diretor-técnico (1962) a primeira diretoria da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás). Filiado à União Democrática Nacional (UDN), foi suplente de deputado estadual em Minas Gerais na legislatura 1959-1963, e deputado eleito à legislatura seguinte, de 1963 a 1967. Com a instauração do bipartidarismo, em 24 de novembro de 1965, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena). No governo de José de Magalhães Pinto (1961-1966), chefiou as secretarias de Educação (1964-1965) e de Viação e Obras Públicas (1965-1966) de Minas Gerais. Como deputado federal (1967-1975), presidiu a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados e a comissão mista que estabeleceu as normas de venda de energia da Usina Hidrelétrica Itaipu. Em 1968, foi um dos deputados arenistas que votaram contra o pedido de licença feito pelo governo militar para processar o deputado oposicionista Márcio Morei-

ra Alves. Durante o período de recessão do Congresso Nacional, entre dezembro de 1968 e outubro de 1969, decorrente do Ato Institucional nº 5, trabalhou em empresa de assessoria em São Paulo (SP).

Em outubro de 1977, período em que ocupava o cargo de governador de Minas Gerais (1975-1978), foi um dos principais articuladores da reação à tentativa de golpe contra o presidente Ernesto Geisel (1974-1979), liderada pelo ex-ministro do Exército Gen. Sílvio Frota. Como vice-presidente da República (1979-1985), foi indicado pelo presidente João Batista de Oliveira Figueiredo para presidir a Comissão Nacional de Energia (1979-1984), órgão voltado para a formulação de alternativas aos problemas gerados pela crise mundial do setor. Ao longo desse período, ocupou diversas vezes, como interino, a Presidência do país, revelando uma postura independente e em algumas ocasiões contrária à política econômica e aos setores militares do governo. Filiado ao Partido Democrático Social (PDS) - no qual ingressou após a extinção do bipartidarismo, em 22 de novembro de 1979 -, lançou sua pré-candidatura à sucessão de Figueiredo em 1984. Posteriormente, no entanto, rompeu com a direção do partido e foi um dos fundadores da Frente Libe-

ral, depois transformada em Partido da Frente Liberal (PFL), do qual tornou-se presidente de honra.

No governo José Sarney Costa (1985-1990), ocupou o cargo de ministro das Minas e Energia (1985-1988), em substituição a César Cals de Oliveira Filho. No primeiro ano de sua gestão, foi elaborado o Plano de Recuperação do Setor de Energia Elétrica (PRS), para o período de 1985 a 1989, com os objetivos de adequar o setor elétrico ao cumprimento das metas e objetivos expressos nos programas da Nova República, assegurando o fornecimento de energia essencial ao desenvolvimento, de promover a recuperação financeira do setor e de dotar as entidades envolvidas na problemática do setor elétrico de referência confiável que permitisse um ordenamento de ações conseqüente e passível de acompanhamento ao longo do tempo, contemplando os interesses dos vários grupos de agentes envolvidos. O encaminhamento do documento foi feito por exposição de motivos conjunta dos ministros do Planejamento, Fazenda e pelo próprio Aureliano Chaves, de novembro de 1985, que seria aprovada pelo presidente da República no mesmo mês. Com a alternativa, buscava-se contornar a gravidade da situação com que se confrontava o setor elétrico no período, diante das perspectivas

de racionamento e da urgência em ajustar os cronogramas das obras então em andamento, os preços dos serviços e o relacionamento entre empresas e entidades governamentais.

Aureliano Chaves deixou o ministério em dezembro de 1988 para candidatar-se à Presidência da República pelo PFL, sendo substituído interinamente por Íris Resende Machado. Derrotado no pleito presidencial de novembro de 1989, no ano seguinte assumiu a Presidência do Conselho Consultivo da Paulo Habib Engenharia, mantendo-se, desde então, afastado da política. Em janeiro de 1999, passou a integrar o Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig).

Também dedicou-se a atividades agropecuárias em sua cidade natal e foi membro do Comitê Brasileiro de Grandes Barragens (CBGB). Nacionalista, participou de campanhas em favor do monopólio do petróleo e contra a privatização das empresas estatais brasileiras, notadamente as do setor elétrico e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Além de trabalhos técnicos e de orientação didática, publicou Itajubá – Escola Federal de Engenharia; Átomos a serviço do progresso; Política econômica dos governos da revolução; Panorama energético mun-

dial e a Petrobrás; Ciência, tecnologia, desenvolvimento e segurança; Democracia e liderança e Recursos humanos para o desenvolvimento: estratégias, opções, conseqüências.

CÍCERO, Paulino

Ministro das Minas e Energia; secretário de Minas e Energia do Estado de Minas Gerais

Paulino Cícero de Vasconcelos nasceu em São Domingos da Prata (MG) no dia 12 de janeiro de 1937.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, atual Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1959, exercendo a advocacia em sua cidade natal.

Filiado ao Partido Social Democrático (PSD), foi prefeito de São Domingos da Prata (1959-1963). Transferiu-se depois para o Partido Social Progressista (PSP), pelo qual elegeu-se deputado estadual para a legislatura 1963-1967. Reeleito em 1966 - desta feita na legenda da Aliança Renovadora Nacional (Arena) -, no ano seguinte fez o curso da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg).

Elegeu-se deputado federal pela legenda arenista nos pleitos de 1970, 1974 e 1978, tendo sido membro e

presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. Licenciado do mandato, foi secretário de Educação do Estado de Minas Gerais (1979-1981) no governo Francelino Pereira do Santos (1979-1983). Entre 1983 e 1987, então filiado ao Partido Democrático Social (PDS), exerceu mais um mandato de deputado federal. Durante a legislatura, transferiu-se para o Partido da Frente Liberal (PFL).

Acervo pessoal



Foi presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Atividades Técnicas e Científicas na Área Nuclear, entre 1987 e 1990, e da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), em 1988. Eleito pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), voltou a ocupar uma cadeira na Câmara federal na legislatura 1991-1995, licenciando-se

do mandato, entre 1992 e 1993, para chefiar o Ministério das Minas e Energia (MME) no governo Itamar Franco (1992-1994), em substituição a Marcus Vinícius Pratini de Moraes.

Assumiu a pasta em outubro de 1992. Durante a sua gestão foram implementadas medidas com vistas ao desenvolvimento do processo de privatização das empresas de energia elétrica estatais, destacando-se a mudança legislativa consignada na Lei n.º 8.361, de 1993, a qual estabeleceu novo regime tarifário para as empresas de energia elétrica e com a qual se procurou criar condições para a recuperação financeira das concessionárias, tornando-as mais atrativas para os investimentos privados.

Deixou a pasta em dezembro de 1993, tendo sido substituído, em caráter interino, por José Israel Vargas.

Em 1994, retornou ao PFL. Foi secretário de Administração (1997-1998) de Belo Horizonte (MG), durante a gestão do prefeito Célio de Castro (1997-2000), secretário das Minas e Energia do Estado de Minas Gerais de 1º de janeiro de 1999 a 11 de agosto de 2000 e tomou posse como secretário de Agricultura deste estado em 6 de dezembro de 2001, na administração de Itamar Franco (1998 -2002) no governo estadual.

Publicou Nossa política do estanho (1971), Plano siderúrgico nacional (1972), Nossa política de minas e energia (1973), A fecunda convivência dos povos (1975), Acordo nuclear Brasil-Alemanha (1976), Relatório sobre gás liquefeito de petróleo (1976), Aleijadinho, patrono da arte no Brasil (1977) e Estudo sobre o negro no Brasil, pós-abolição (1985).

COSTA, Hélio Cunha

Diretor-administrativo e presidente (ínterino) da Eletronorte

Hélio Cunha Costa nasceu em Jaboticabal (SP) no dia 22 de julho de 1923.

Cursou a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro (DF) e bacharelou-se em Ciências Políticas e Econômicas pelas Faculdades Cândido Mendes.

De 1947 a 1949 foi subalerno no 5º Regimento de Cavalaria em Quaraí (RS) e no Regimento Escola de Cavalaria na Vila Militar no Rio de Janeiro. Em 1950 tornou-se instrutor da Escola de Equitação do Exército em Realengo, função que exerceu até 1952. No ano seguinte foi comandante de esquadrão no Regimento Escola de Cavalaria na Vila Militar. De 1954 a 1964 foi instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

(Esao) e de 1956 a 1958 foi aluno da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (Eceme). Em 1959 tornou-se oficial do Estado-Maior no Quartel-General (QG) da 3ª Divisão de Cavalaria em Bajé (RS), exercendo esse posto até 1961, quando retornou ao Rio de Janeiro. Desse ano até 1963 assumiu o posto de oficial do Estado-Maior do Grupamento de Unidade de Escolas da Vila Militar.



Acervo Guilherme Cunha Costa

Após o movimento político-militar de 31 de março de 1964, que depôs o presidente da República João Belchior Marques Goulart (1961-1964), Hélio Cunha Costa tornou-se adjunto da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional (CSN) no Rio de Janeiro (GB). Com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI),

passou a trabalhar nesse órgão, como adjunto da Presidência da República, nessa cidade, transferindo-se para Brasília (DF) em 1965, onde exerceu a mesma função até 1971. No ano seguinte assumiu o posto de oficial do Estado-Maior da 6ª Seção do Estado-Maior do Exército na capital federal. Em 1973 serviu como adjunto da Secretaria do CSN e de 1974 a 1979 foi novamente adjunto da Presidência da República, como representante do SNI.

Em abril desse ano assumiu o cargo de diretor administrativo da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), em substituição a Jayme Barcessat. Permaneceu nessa função até maio de 1985, quando foi substituído por José Garcia Neto. Durante esse período assumiu, em caráter interino, a Presidência dessa estatal em duas oportunidades: em dezembro de 1982 e janeiro do ano seguinte, em substituição a Raul Garcia Llano, até a posse do novo titular, Douglas Souza Luz, e em setembro de 1984, em substituição ao próprio Douglas Souza Luz, até a posse de Miguel Rodrigues Nunes.

Faleceu em novembro de 1988.

COSTA, Rubens Vaz da

Presidente da Chesf; secretário Nacional de Energia

Rubens Vaz da Costa nasceu em Garanhuns (PE) no dia 28 de setembro de 1927.



Acervo Chesf

Trabalhou como balconista em sua cidade natal e foi gerente da Cooperativa de Laticínios de Garanhuns (PE). Transferindo-se para Salvador (BA), ocupou o cargo de subgerente da Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentícios, subsidiária da Nestlé S.A. (1949-1954).

Formou-se em Ciências Econômicas pela Universidade da Bahia em 1954, realizando posteriormente um curso sobre Desenvolvimento Econômico promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) no Rio de Janeiro (DF). Como funcionário do Banco do Nordeste do Brasil, parti-

cipou de programa de treinamento do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), em Washington, nos Estados Unidos.

Em 1958, fez o curso de Projetos de Desenvolvimento Econômico da Universidade do Ceará. Transferindo-se para os EUA, participou do programa de crédito agrícola da Farmer Credit Administration e da Universidade de Purdue, Indiana. Como funcionário da União Pan-Americana, chefiou missão de integração do Peru Central (1960-1961).

Ainda em 1961, concluiu pós-graduação em Política Econômica na Universidade George Washington (1961), passando a trabalhar para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Foi assessor-adjunto de programas da Presidência do BID e subdiretor da Divisão de Empréstimos para a América do Sul. Chefiou diversas missões externas, lecionou em vários cursos promovidos pela instituição e representou o BID na Conferência das Nações Unidas sobre Bacias de Rios Internacionais, realizada em Vancouver, Canadá (1961).

De 1966 a 1967, de volta ao Brasil, assumiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), no governo de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967). No governo de Arthur da Costa e Sil-

va (1967-1969), presidiu o Banco do Nordeste do Brasil. Foi também presidente da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (1968-1969) e representante do governo brasileiro no conselho consultivo do Instituto para a Integração da América Latina (Intal). No governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), exerceu a Presidência do Banco Nacional da Habitação (BNH), cargo que ocupou entre 1971 e 1974. Nesse período, participou da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente (1972). Depois de deixar o governo, foi diretor da Cimento Nacional de Minas (Ciminas) e da Abril Cultural e Industrial.

Durante a gestão do governador Paulo Salim Maluf (1979-1982), chefiou a Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo.

Em 1983, no governo de João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), assumiu a Presidência da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), em substituição a Luiz Carlos Menezes. Esteve à frente do cargo até 1985, tendo sido sucedido por Antônio Ferreira de Oliveira Brito.

Desempenhou em seguida as funções de gerente de operações do BID, em Washington (1985-1989), e de secretário da Fazenda e Planejamento da Bahia (1989-1990), na gestão de

Francisco Valdir Pires de Souza (1987-1989). Em março de 1990, durante a gestão do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), assumiu a Secretaria Nacional de Energia (1990-1991), órgão do Ministério da Infra-Estrutura (Minfra). Foi sucedido na Secretaria Nacional de Energia por Armando Ribeiro de Araújo.

De volta ao BID em 1993, tornou-se mais tarde consultor em comércio eletrônico da instituição.

Além de várias obras econômicas sobre o Nordeste e os problemas do desenvolvimento, publicou *A missão da Igreja na construção do mundo de hoje*, *Equilíbrio entre setor privado e iniciativa governamental*, *Desenvolvimento agrícola: realidade histórica e especulações futurísticas*, *Da utilidade da futurologia e das lições que poderíamos aprender* e *Notas sobre a formulação de uma política eficiente de emprego*.

COTRIM, John Reginald

Vice-Presidente e diretor-técnico da Cemig; presidente de Furnas; diretor técnico da Itaipu Binacional

John Reginald Cotrim nasceu em Manchester, Inglaterra, no dia 10 de janeiro de 1915. Tornou-se brasileiro nato com base na Constituição de 1891.

Formou-se engenheiro civil em 1936 pela Escola Politécnica, depois transformada na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



Arquivo Memória da Eletricidade

Iniciou suas atividades profissionais ainda estudante, como calculista de concreto armado para empresas especializadas. Em 1937 ingressou como engenheiro na Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caeeb), empresa do grupo norte-americano American & Foreign Power Company (Amforp). Em 1942 foi para os Estados Unidos onde cumpriu um período de estágio na Electric Bond & Share Corporation (Ebasco), em coordenação e operação de sistemas interligados. De 1943 a 1944 atuou na coordena-

ção dos sistemas elétricos do Noroeste daquele país.

Nesse último ano retornou ao Brasil e em 1947 tornou-se colaborador dos trabalhos da Comissão Especial do Plano Nacional de Eletrificação do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE). No ano seguinte passou a integrar o grupo chefiado pelo engenheiro Lucas Lopes responsável pela elaboração do Plano de Eletrificação de Minas Gerais, permanecendo no mesmo até 1950. Ainda em 1948 tornou-se consultor-técnico da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), órgão supra-ministerial diretamente vinculado à Presidência da República que tinha por finalidade promover o desenvolvimento da região do vale do rio São Francisco, função que exerceria até 1951. Nesse ano, juntamente com os engenheiros Mauro Thibau, Lucas Lopes, Flávio Henrique Lyra da Silva e Mario Penna Bhering, e com Júlio Soares, participou da organização das Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. (Cemig). Tornou-se vice-presidente e diretor-técnico dessa empresa, tendo exercido essas funções até 1957. Durante esse período integrou a delegação brasileira à Conferência Mundial de Energia realizada em 1954 no Hotel Quitandinha, em Petrópolis (RJ), e, no ano seguinte, fez viagem aos EUA para estudos do estágio de aplicação da

energia nuclear à produção de eletricidade. De 1955 a 1956 integrou o Conselho Diretivo e Coordenador Geral dos Trabalhos do Plano de Eletrificação de São Paulo. Nesse último ano passou a integrar o Conselho de Desenvolvimento e foi chefe de Planejamento da “Meta de Energia Elétrica” do governo federal, o qual teria dentre seus resultados a construção da Usina Hidrelétrica Furnas e da Usina Hidrelétrica Três Marias. Também integrou e foi coordenador dos grupos de trabalho designados pelo presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961) para revisão da legislação sobre energia elétrica e atualização do Plano Nacional de Eletrificação. Ainda em 1956 integrou a delegação brasileira à Conferência Mundial de Energia realizada em Viena, na Áustria.

Foi um dos fundadores, em 28 de fevereiro de 1957, da Central Elétrica de Furnas S. A. (Furnas) - depois denominada Furnas Centrais Elétricas S. A. (Furnas) -, e tornou-se o primeiro presidente dessa empresa. No mesmo ano passou a integrar o Conselho de Administração da Cemig, no qual permaneceria até 1978.

Durante sua gestão em Furnas foram construídas a Usina Hidrelétrica Furnas, a Usina Hidrelétrica Estreito, a Usina Hidrelétrica Porto Colômbia e a Usina Hidrelétrica

Marimbondo, em Minas Gerais, a Usina Hidrelétrica Itumbiara, em Goiás, a Usina Hidrelétrica Funil e a Usina Termelétrica Santa Cruz, no Rio de Janeiro, e foi iniciada a construção da Usina Termonuclear Angra I, integrante da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, em Angra dos Reis (RJ). Juntas, essas unidades passariam a gerar cerca de 7.500 MW, cerca de 70% da potência instalada na empresa. John Cotrim foi também responsável pela construção de uma rede de linhas de transmissão de 5.500 quilômetros de extensão, cobrindo parte importante da Região Sudeste do país.

Em 1962 integrou a delegação brasileira à reunião da Conferência Mundial de Grandes Barragens realizada na Rússia e visitou as grandes obras hidrelétricas desse país. No ano seguinte, foi eleito presidente do Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Região Centro-Sul, encarregado do levantamento dos recursos hidrelétricos dessa região e cujos resultados seriam apresentados no Relatório Canambra, em 1966. Ainda em 1962 foi eleito presidente do Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia (CBCME), cargo que exerceria até 1985. Em 1965 passou a integrar o Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobrás), no qual permaneceria até 1978.

Em junho de 1966 integrou a delegação brasileira que negociou o acordo Brasil-Paraguai relativo ao aproveitamento do potencial hidrelétrico do rio Paraná entre o Salto de Sete Quedas e a foz do rio Iguaçu. Esse acordo ficou conhecido como Ata de Iguaçu ou Ata das Cataratas e através dele ficaram estabelecidos os princípios de direito internacional, entre eles o do condomínio brasileiro-paraguaio sobre o Salto de Sete Quedas, que serviram de base para a construção da Usina Hidrelétrica Itaipu.

De 1970 a 1973 foi vice-presidente do Conselho Executivo Internacional da Conferência Mundial de Energia e a partir desse último ano tornou-se vice-presidente honorário do mesmo conselho. Em 26 de abril de 1974 renunciou à Presidência de Furnas, tendo sido substituído por Luiz Cláudio de Almeida Magalhães.

No mês seguinte assumiu o cargo de diretor-técnico da Itaipu Binacional. Nessa função, conduziu o Projeto de Itaipu, acompanhou a execução das obras e a implantação da estrutura operacional da Usina Hidrelétrica Itaipu. De 1977 a 1979 integrou a delegação brasileira nas negociações tripartites entre Brasil, Paraguai e Argentina sobre os aproveitamentos hidrelétricos de Itaipu e Corpus, no rio Paraná. Permane-

ceu no cargo de diretor-técnico da Itaipu Binacional até 1985, quando se tornou consultor dessa empresa, função que exerceria até o fim da vida. Durante esse período integrou o Conselho de Administração da Light - Serviços de Eletricidade S.A. (Light) e foi consultor do Conselho para Assuntos de Energia (Coase) da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

De 1987 a 1989 foi membro do comitê executivo e do grupo de trabalho “Organização” da Revisão Institucional do Setor Elétrico (Revise), consultor e membro do Conselho de Administração da Iesa - Internacional de Engenharia S.A., membro do Conselho Consultivo do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) e do Conselho Consultivo do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – Memória da Eletricidade. De abril de 1989 a maio de 1992 foi consultor da Enge-Rio - Engenharia e Consultoria S. A. e de janeiro de 1991 a abril de 1993 integrou o Conselho de Administração da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf). Em abril de 1991 foi eleito membro da Academia Nacional de Engenharia (ANE). Em junho do ano seguinte tornou-se consultor da Enerconsult Engenharia Ltda.

Faleceu no Rio de Janeiro (RJ) no dia 8 de janeiro de 1996.

CUNHA, Carlos Alberto Baptista da

Presidente da Escelsa

Carlos Alberto Baptista da Cunha nasceu em Mimoso do Sul (ES) em 12 de setembro de 1934.

Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em Vitória (ES), em 1965, tendo realizado pós-graduação em Direito Civil pela Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim (ES) em 1998.

Iniciou suas atividades profissionais em 1964, como professor de Direito da Escola de Comércio de Mimoso do Sul. Entre 1966 e 1967, foi diretor presidente da mesma escola e, de 1970 a 1984, foi assessor jurídico do Hospital Apóstolo Pedro da mesma cidade.

Foi presidente da Companhia Habitacional do Estado do Espírito Santo (Cohab/ES), tendo implantado entre 1982 e 1984 projetos de abastecimento de água e esgoto sanitário em diversos municípios do estado, tais como Linhares, Aracruz e São Mateus.

Foi vereador em Mimoso do Sul (ES) no período de 1958 a 1967 e deputado estadual pelo estado do Espírito Santo por dois mandatos, de 1971 a 1975 e de 1975 a 1979.

Assumiu a Presidência da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escel-

sa) em 1991, no lugar de Cesar Abaurre, e foi destituído do cargo em 30 de abril de 1993. Foi substituído por José Antônio Almeida Pimentel, que assumiu o cargo em caráter interino, pelo período de dez dias, e em caráter definitivo, em 14 de maio de 1993, por Henrique Mello de Moraes.

Carlos Alberto Baptista da Cunha tornou-se diretor-proprietário da empresa Comércio de Petróleo Trevo Ltda.

CUNHA, Mario Lannes

Diretor-geral da CEEE; diretor da Termochar; diretor da Termoal; presidente da Eletrosul

Mario Lannes Cunha nasceu em Pelotas (RS) em 22 de maio de 1912.

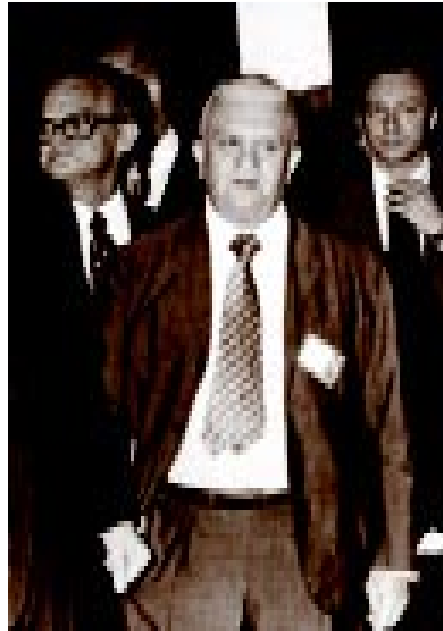
Formou-se em Engenharia Mecânica e Elétrica em 1934 pela Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, depois Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS).

Iniciou sua carreira na Usina de Açúcar Santa Martha da Açucareira Rio-Grandense Ltda. e em seguida foi engenheiro-diretor da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 1943, foi um dos fundadores da Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), autarquia que depois seria transformada na Compa-

nhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE).

Na gestão de Leonel de Moura Brizola no governo estadual, colaborou na elaboração e na execução do Plano de Eletrificação do Estado do Rio Grande do Sul, idealizado pelo Eng. Noé de Melo Freitas. Na mesma época, em missão do Ministério das Minas e Energia (MME), realizou visitas à França, Checoslováquia, Inglaterra e Itália.



Acervo Memória da Eletricidade

Foi assistente da Direção e diretor-geral da CEEE, exercendo esse cargo entre 12 de novembro de 1957 e 3 de março de 1959. Realizou o levantamento dos potenciais hidráulicos

cos do Rio Grande do Sul e estudos para construção de usinas termelétricas no mesmo estado. De 1960 a 1965, foi diretor da Termoelétrica de Charqueadas S.A. (Termochar).

Como representante do MME, presidiu o Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Região Centro-Sul de abril de 1963, data da criação desse órgão, até o segundo semestre de 1964.

A organização do Comitê resultara de iniciativa do ministro das Minas e Energia Gabriel de Resende Passos, que ocupara a pasta de setembro de 1961 a junho de 1962, data de seu falecimento. A mesma iniciativa, entretanto, teria prosseguimento somente durante a gestão de Eliezer Batista da Silva no mesmo ministério, que se estendeu de setembro de 1962 até junho do ano seguinte. O Comitê foi criado por convênio celebrado em novembro de 1962 entre o MME, os estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara, a recém-criada Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), então presidida por Paulo Richer, e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), com o objetivo de coordenar os estudos de levantamento do potencial hidráulico e do mercado de energia elétrica da região Su-

deste. As tarefas propostas ao Comitê foram executadas pelo consórcio denominado Canambra Engineering Consultants Ltd., formado pelas empresas de consultoria Montreal Engineering Company Ltd. e G. E. Crippen Associates Ltd., do Canadá, e Gibbs and Hill Inc., dos Estados Unidos, cujos estudos definiram os aproveitamentos hidrelétricos, as usinas termelétricas e os sistemas que seriam incluídos nos planos governamentais de energia elétrica para aquela região.

Nesse mesmo período, como membro do Conselho de Administração da Eletrobrás, Mario Lannes Cunha foi relator do processo referente a contrato celebrado entre a entidade estatal polonesa Cekop e a Comissão do Plano do Carvão Nacional, em 1963, para aquisição de equipamentos para usinas termelétricas, e atuou na coordenação dos estudos relativos ao preparo das propostas orçamentárias do MME para os exercícios de 1963 e 1964.

Presidiu a Termoelétrica de Alegrete S.A. (Termoal) de 1965 a 1970.

Entre 1967 e 1968, foi supervisor do Setor de Engenharia do Instituto de Pesquisas Econômicas do Ministério do Planejamento.

Foi o primeiro presidente da Centrais Elétricas do Sul do Brasil

S.A. (Eletrosul), antecessora da Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil (Eletrosul), entre 1968 e 1976. Nesse período, foram colocadas em operação a Usina Hidrelétrica Passo Fundo, primeira central hidrelétrica da empresa, e a Usina Hidrelétrica Salto Osório, e deu-se continuidade à instalação do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda. Também na Eletrosul, realizou estudos para implantação da Usina Termelétrica Jacuí. Foi sucedido no cargo por Telmo Thompson Flores.

Para a Eletrobrás, realizou estudos técnico-econômicos referentes a usinas termelétricas a vapor e turbinas a gás, com a utilização de combustíveis nacionais. Desenvolveu para a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) estudo do mercado para carvão, consolidando os relatórios existentes relativos a sua utilização para fins siderúrgicos, industriais e termelétricos.

Entre 1977 e 1992, foi consultor da Sondotécnica, diretor da Brascep Engenharia Ltda. e consultor da BC Projetos Ltda.



DALLA, Abdalla João Pereira
Presidente da Escelsa

Abdalla João Pereira Dalla nasceu em São João da Boa Vista (SP) em 23 de fevereiro de 1921.

Formou-se em 1953, em Direito, pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e em Engenharia Elétrica em 1968, pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

Suas atividades profissionais tiveram início na Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) quando participou da construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas.

Atuou junto a iniciativa privada sendo responsável na Companhia Técnica Internacional (Techint), pelo gerenciamento de contratos referentes à construção da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes e na Construções Eletromecânicas S.A. (CoEmSa), pelo fornecimento de equipamentos para concessionárias de energia elétrica.

Em 1971 fundou a Cerisa - Construções, Engenharia, Representações e Indústria S.A., com sede no Rio de Janeiro (RJ), onde realizou projetos de construção de subesta-

ções, linhas de transmissão e redes de distribuição urbana e rural no estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, até o ano de 1979.

Entre 1979 e 1983 foi assessor de José Costa Cavalcanti, presidente da Itaipu Binacional.

Assumiu a Presidência da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa) em março de 1983, no lugar de Roberto Haig, tendo permanecido nesse cargo até outubro de 1984. Durante a sua gestão, caracterizada pela preocupação com a segurança no trabalho, foi reativado o programa de eletrificação rural da empresa, realizado em colaboração com o governo estadual e com recursos do Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE). Foi substituído no cargo por José Tasso de Oliveira Andrade.

Faleceu no dia 19 de outubro de 1984 em Vitória (ES).

DALLANHOL, Wilmar

Diretor financeiro da Celesc; presidente da Eletrosul

Wilmar Dallanol nasceu em Videira (SC) no dia 16 de outubro de 1940.

Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1963. Além de professor da UFSC, foi assessor técnico do gover-

no de Santa Catarina em 1962 e 1970, representante do estado no Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (Codesul), entre 1963 e 1968, e assistente técnico do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Badesc), de 1963 a 1971.

Foi diretor financeiro da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc) de 1963 a 1970.

Foi consultor jurídico do estado, integrou o Grupo de Planejamento Global de Santa Catarina e foi diretor da Companhia Melhoramentos de Videira e presidente da Metropolitana - Empresa de Shopping Centers S.A.



Acervo pessoal

Filiado à Aliança Renovadora Nacional (Arena), foi deputado federal entre 1971 e 1979, tendo integrado a Comissão de Minas e Energia da Câ-

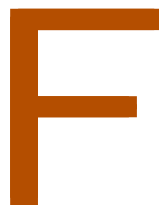
mara dos Deputados. Indicado em seguida para o Tribunal de Contas de Santa Catarina, ocupou a Vice-Presidência (1980-1982) e a Presidência (1982-1984) do órgão. De 1984 a 1996, lecionou na Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Udesc) e, em 1985, foi um dos fundadores do Partido da Frente Liberal (PFL), tornando-se presidente da legenda no estado.

Nesse último ano sucedeu Telmo Thompson Flores na Presidência da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A (Eletrosul) – empresa que mais tarde seria transformada na Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul).

O período de sua gestão transcorreu em meio a uma grave crise do setor elétrico, o que provocou a revisão dos programas de expansão da empresa. Apesar das dificuldades, algumas iniciativas importantes foram tomadas, entre elas o início das obras civis e a montagem dos equipamentos eletromecânicos da Usina Termelétrica Jacuí. Outra realização do período foi a assinatura, em 1986, do acordo entre o Brasil e a Argentina para a construção da Usina Hidrelétrica Garabi, no rio Uruguai, tendo a Eletrosul participado da elaboração do projeto básico desse empreendimento na qualidade de subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

Afastou-se da Presidência da Eletrosul em 1987, transmitindo o cargo a Paulo Afonso de Freitas Melro.

De 1995 a 1999, foi diretor de Administração e Finanças e presidente substituto do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), passando em seguida a atuar como consultor de empresas em Santa Catarina. Trabalhou também como técnico do Departamento de Pesquisa da Federação das Indústrias de Santa Catarina e foi vice-diretor da Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG) da Udesc.



FABRÍCIO, Ronaldo Arthur Cruz

Diretor técnico e diretor de Planejamento da CEEE/RJ; superintendente de Construção da Celf; chefe da Divisão de Coordenação Técnica da Usina Hidrelétrica Funil e do Escritório de Obras da Usina Termonuclear Angra I, diretor de Produção Termonuclear e presidente de Furnas; diretor-superintendente e diretor de Centrais Nucleares da Nuclen; presidente da Eletronuclear



Ronaldo Arthur Cruz Fabrício nasceu no Rio de Janeiro (DF) no dia 24 de setembro de 1933.

Formou-se em Engenharia Civil pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1957.

Iniciou sua carreira na Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro (CEEE/RJ), da qual foi diretor técnico e diretor de Planejamento de 1959 a 1962. Engenheiro responsável pela construção da Avenida Perimetral, no Rio de Janeiro (GB), entre 1962 e 1964, ocupou em seguida o cargo de superintendente de Construção (1964-1967) da Centrais Elétricas Fluminenses S.A. (Celf). Foi responsável pela cons-

trução da Usina Termelétrica Roberto da Silveira, também denominada Usina Termelétrica Campos.

Em 1967, ingressou na Central Elétrica de Furnas S.A. (Furnas), depois denominada Furnas Centrais Elétricas S.A (Furnas). Chefiou a Divisão de Coordenação Técnica da Usina Hidrelétrica Funil, de 1967 a 1970, e o Escritório de Obras da Usina Termonuclear Angra I, de 1970 a 1975. Neste último ano, assumiu a Prefeitura de Niterói (RJ), cargo que ocupou até 1977.

Ingressou em seguida na Nuclebrás Engenharia S.A. (Nuclen), primeiro como diretor-superintendente (1977-1984) e depois como diretor de Centrais Nucleares (1985-1986). Foi também diretor-presidente da Cenosi Indústria e Comércio Ltda. (1987-1989) e primeiro diretor de Produção Termonuclear de Furnas (1993-1994), sendo sucedido neste cargo por Pedro José Diniz de Figueiredo.

Assumiu a Presidência de Furnas em maio de 1994, em substituição a Marcello Lignani Siqueira.

Sua gestão foi marcada por ações visando o saneamento financeiro da empresa e pelas dificuldades para a obtenção de novos financiamentos. A escassez de recursos levou a direção de Furnas a adotar novas estratégias, destacando-se as medidas de racionalização administrativa e de redução de

custos. Na área de geração de energia, destacam-se a negociação de uma parceria com a iniciativa privada para a conclusão da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa e a obtenção de dois empréstimos da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) para a conclusão da Usina Termonuclear Angra II e da Usina Hidrelétrica Corumbá, respectivamente. Os novos empreendimentos no setor de transmissão tiveram, no entanto, suas obras interrompidas, conservando-se apenas as atividades de manutenção e ampliação do sistema.

Ronaldo Arthur Cruz Fabrício deixou a Presidência de Furnas em junho de 1995, tendo sido substituído por Luiz Laércio Simões Machado.

Foi eleito em seguida presidente da Nuclen e depois da Eletrobrás Termonuclear S.A. (Eletronuclear), empresa resultante da cisão de Furnas em agosto de 1997, promovida como etapa necessária ao processo de privatização da empresa. Uma vez concluída a Usina Termonuclear Angra II, em 2000, renunciou ao seu mandato, retirando-se para a iniciativa privada.

FAGUNDES, Luiz Gonzaga de Souza

Diretor-Presidente da Caeeb; diretor de Operação da Eletrosul; diretor de Operação da Gerasul; diretor de Geração da CEEE

Luiz Gonzaga de Souza Fagundes nasceu em Porto Alegre (RS) no dia 14 de junho de 1939.

Formou-se em Engenharia Civil, iniciando carreira como topógrafo da Prefeitura de Porto Alegre em 1963. Dois anos depois, tornou-se professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio Grande do Sul, atividade que exerceria por mais de 20 anos.



Acervo pessoal

Em 1968, ingressou na Companhia Rio Grandense de Saneamento (Corsan), permanecendo nessa empresa até 1982, quando foi nomeado secretário do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul.

Deixando esse cargo em 1986, assumiu o de diretor-presidente da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caeeb), em substituição a Luís Felipe Corrêa de Azevedo. Esteve à frente do órgão até

1989, sendo sucedido por Almir José dos Santos.

Exerceu em seguida as funções de assessor da Presidência da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), de 1989 a 1990, e da Corsan, de 1991 a 1995, e foi diretor da Secretaria das Obras Públicas, Saneamento e Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (1995-1996), tendo sido secretário substituto em 1996 e 1997. Nesse último ano, foi diretor-presidente da Companhia de Indústrias Eletro-Químicas (Ciel).

Ainda em 1997 assumiu a Diretoria de Operação da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A (Eletrosul) – empresa que seria transformada, no ano seguinte, na Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) - e a Diretoria de Operação da Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul), tendo acumulado ambas as funções até 1998.

Chefiou a Diretoria de Geração da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) de 2000 a 2001.

FALCÃO FILHO, André Dias de Arruda

Diretor de operação e presidente da Chesf

André Dias de Arruda Falcão Filho nasceu em Escada (PE) no dia 13 de novembro de 1925.

Formou-se em Engenharia Elétrica e Civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1952. Trabalhou na General Electric do Brasil S.A. (1954-1955) em Recife (PE) e no Departamento de Águas e Energia (DAE) do Estado de Pernambuco (1955-1956). Especializado em Técnicas de Altas Tensões pela UFPE em 1956, ainda no mesmo ano iniciou sua carreira no magistério superior, tornando-se professor livre-docente dessa universidade em 1959. Na década de 1960 e no início dos anos 1970, prestou assistência técnica a empresas privadas e a várias usinas de açúcar em Pernambuco.



Acervo Chesf

Em 1969, ingressou na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) como consultor técnico da Diretoria de Operação. Assumiu o comando desta diretoria em setembro de 1973, permanecendo nesse cargo até junho do ano seguinte, quando foi designado para a Presidência da empresa, em substituição a Apolônio Jorge de Faria Sales.

Em sua gestão o parque gerador da Chesf foi consideravelmente ampliado. Além do início das obras de construção da Usina Termelétrica São Luiz II, foram inauguradas em 1977 a Usina Termelétrica Bongí, com 142,5 MW de potência, e a Usina Hidrelétrica Apolônio Sales, também denominada Usina Hidrelétrica Moxotó, com 440 MW de potência. Outro passo importante foi a conclusão da barragem da Usina Hidrelétrica Sobradinho, um dos maiores empreendimentos da empresa.

Na área de transmissão, as principais realizações foram a inauguração da linha Paulo Afonso-Camaçari em 1976 e a assinatura de um acordo, no mesmo ano, com Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas) e a Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. (Cemig) - atual Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) -, que permitiu complementar as necessidades energéticas da Chesf.

Faleceu no dia 7 de fevereiro de 1978, vitimado por um acidente aé-

reo quando vistoriava obras na região de Paulo Afonso, Bahia. Foi sucedido na Presidência da Chesf por Arnaldo Rodrigues Barbalho.

Além de artigos para revistas especializadas na área de Engenharia, publicou Reenrolamento do estator dos motores de indução trifásicos (1958) - sua tese de livre-docência - e Regulação de tensão em sistemas radiais (1972).

FERRAZ, Octávio Marcondes

Engenheiro-chefe do Departamento Técnico da Central Elétrica de Rio Claro; diretor-técnico da Chesf; presidente da Eletrobrás

Octávio Marcondes Ferraz nasceu em São Paulo (SP) no dia 23 de novembro de 1896.

Formou-se engenheiro civil pelo Instituto Eletrotécnico de Grenoble, na França, em 1918. No ano seguinte tornou-se assistente do professor Louis Barbilion, nesse instituto, e, em 1920, engenheiro auxiliar do engenheiro Lemmonier e do professor Maudit, em Nancy, também na França.

De volta ao Brasil nesse último ano, tornou-se professor da cadeira de Engenharia Eletrotécnica no Instituto Eletrotécnico de Itajubá, em Minas Gerais. Em 1922, passou a exercer as funções de engenheiro-

chefe do departamento técnico da Central Elétrica de Rio Claro. Em 1924 organizou em São Paulo a Longovica, consórcio constituído pela empresa francesa Forjas e Aciarias Longwy, passando a dirigir o setor de engenharia da mesma.

Acervo Eletrobrás



Em 1928 fundou o primeiro escritório de projetos, consultoria, planejamento e perícias técnicas sobre energia elétrica e tecnologias conexas do país, o Escritório OMF Ltda., em São Paulo. A partir de 1930, tornou-se o engenheiro responsável pelas obras na região do vale do rio Paraíba da São Paulo Tramway, Light and Power Company Ltd., tendo projetado e dirigido a construção de linhas de transmissão e subestações, além da operação da

zona norte da empresa. Em 1934 integrou a comissão criada pelo governador de São Paulo, Armando de Sales Oliveira, para o estudo da organização e dos contratos de fornecimento de energia elétrica no estado. Dedicou-se às atividades privadas até março de 1948, quando foi nomeado diretor-técnico da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), tendo iniciado, no ano seguinte, as obras de construção da Usina Hidrelétrica Paulo Afonso I.

Em abril de 1955, durante o governo do presidente João Café Filho (1954-1955), foi nomeado ministro da Viação e Obras Públicas, em substituição a Rodrigo Otávio Jordão Ramos. Após a grave crise política iniciada com a eleição de Juscelino Kubitschek de Oliveira para a Presidência da República, em outubro do mesmo ano, e o movimento militar liderado pelo general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra, em novembro seguinte, Octávio Marcondes Ferraz foi afastado da pasta, sendo substituído por Lucas Lopes.

Pouco depois reassumiu suas funções na Chesf, permanecendo na empresa até março de 1960. Em 1962, já no governo de João Belchior Marques Goulart (1961-1964), recebeu do ministro das Minas e Energia, Gabriel de Resende Passos, a incumbência de estudar o planejamento do aproveitamento hidrelétrico

co do Salto de Sete Quedas, no rio Paraná, e elaborou um projeto prevendo a localização da usina exclusivamente em território brasileiro.

Em abril de 1964, após a vitória do movimento político-militar de 31 de março, que depôs o presidente João Goulart, foi nomeado pelo chefe do governo, marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, para a Presidência da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobrás). Assumiu o cargo em substituição ao presidente interino general José Varonil de Albuquerque Lima, que havia substituído, por sua vez, a Paulo Richer. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965, e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena). Permaneceu à frente da Eletrobrás até o final do governo de Castelo Branco, em 15 de março de 1967, sendo sucedido por Mario Penna Bhering. Em seguida retornou ao setor privado.

Em maio de 1976, em depoimento à Comissão de Minas e Energia do Senado, manifestou-se contrário aos termos do Tratado de Itaipu, firmado em abril de 1973 por Brasil e Paraguai, com vistas à construção da Usina Hidrelétrica Itaipu. Criticou o comando administrativo binacional do projeto, apontando as possíveis dificuldades decorrentes da diferen-

ça de frequência entre os dois países e a possibilidade de novos atritos na área internacional, uma vez que a Argentina também tinha parte de seu território banhado pelo rio Paraná. Tendo-se tornado um dos adversários mais ferrenhos da construção dessa usina nos moldes acordados pelo governo, desligou-se da Arena em agosto de 1976.

Integrou as delegações brasileiras presentes à Conferência Mundial de Energia em Paris, França (1951) e Viena, Áustria (1956), à Reunião da Economic and Social Council (Ecosoc), da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, Suíça (1956) e ao Conseil International des Grands Réseaux Électriques (Cigré), em Paris (1956, 1958 e 1960). Exercendo intensa atividade empresarial, participou da direção de numerosos empreendimentos no setor privado, na Rhodia Indústrias Químicas e Têxteis S.A., na Oxigênio do Brasil S. A. e no Grupo Sul América, entre outros.

Tornou-se membro e presidiu a Société des Ingénieurs Civils de France (seção do Brasil). Membro efetivo da American Society of Civil Engineers, do conselho diretor do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, do conselho deliberativo da Associação Comercial de São Paulo. Foi também presidente do Comitê Eletrotécnico Internacional (Seção

do Brasil), vice-presidente da Fundação Liceu Pasteur e membro do Conselho Administrativo da Rodhia S.A.

Faleceu em São Paulo (SP) no dia 8 de fevereiro de 1990.

Sobre a sua vida foi publicado Octavio Marcondes Ferraz, um pioneiro da engenharia nacional, depoimento prestado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ao Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – Memória da Eletricidade (1993). Seu arquivo particular encontra-se depositado no CPDOC.

FERREIRA, Fernando Xavier

Diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional

Fernando Xavier Ferreira nasceu em Ponta Grossa (PR) no dia 13 de fevereiro de 1949.

Graduou-se em Engenharia Elétrica, com especialização em Telecomunicações, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro (GB) em 1971. De volta ao Paraná, ingressou na Telecomunicações do Paraná S. A. (Telepar) como engenheiro de telecomunicações. Em 1973, foi transferido para a recém-criada Telecomunicações Brasileiras S. A. (Tele-

brás), holding do setor de telecomunicações, sediada em Brasília (DF), permanecendo nessa empresa até 1975, quando retornou à Telepar. Nesse mesmo ano, passou a lecionar na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), atividade que exerceria até 1992.



Acervo pessoal

Foi vice-presidente e diretor econômico-financeiro e de relações com o mercado da Telepar de 1979 a 1987 e, nesse ano, assumiu a Presidência dessa empresa, permanecendo no cargo até 1990.

Afastando-se da área de telefonia, foi nomeado para a Diretoria Geral Brasileira da Itaipu Binacional em julho de 1990, em substituição a Ney Aminthas de Barros Braga. Nesse mesmo mês, registrou-se a entrada

em operação da 16ª unidade geradora da Usina Hidrelétrica Itaipu. De julho a dezembro de 1990 foram entregues ao sistema elétrico 768.571 KWh de energia e, ao final desse ano, a usina respondia pelo abastecimento de 30% do consumo de energia no Brasil, e por 70% do consumo nacional do Paraguai. Em 1991, com a entrada em operação da 17ª e da 18ª unidades geradoras, o que marcou a conclusão de sua instalação, a usina tornou-se responsável pela atendimento de 23% do consumo total de energia elétrica do Brasil e por 76% do consumo do Paraguai.

Em dezembro de 1991 Fernando Xavier Ferreira deixou a direção geral da empresa, sendo substituído por Jorge Nacli Neto. A partir de então e até dezembro de 1994, trabalhou na iniciativa privada.

Retornou ao setor público em janeiro de 1995, quando assumiu a Secretaria Executiva do Ministério das Comunicações. Foi ministro interino da pasta de setembro a novembro desse ano, devido a impedimento do titular Sérgio Saldanha da Gama Motta por motivo de doença. Em seguida, assumiu a Presidência da Telebrás, atuando na preparação da empresa para a privatização, o que viria a ocorrer em julho de 1998. No mês seguinte deixou a Telebrás, permanecendo entretanto no setor de telefonia, vindo a se tornar o princi-

pal executivo da Telefónica de España, sendo o presidente do Grupo Telefónica no Brasil.

FIALHO, Vicente

Ministro das Minas e Energia

Vicente Cavalcanti Fialho nasceu em Tauá (CE) no dia 27 de janeiro de 1938.



Acervo Agência Brasil

Iniciou o curso de Engenharia Civil em 1957 na Universidade Federal do Ceará (UFCE), em Fortaleza (CE), diplomando-se em 1961. Nesse último ano, foi nomeado secretário do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) naquela capital. Fez pós-graduação em Transportes na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) de 1965 a 1966. Nesse mesmo período, foi secretário de Obras, Minas e Energia de Fortaleza. De 1966 a 1969, dirigiu o De-

partamento de Estradas de Rodagem (DER) do Maranhão, nomeado pelo governador José Sarney Costa (1966-1970). Foi prefeito de São Luís (MA) de 1969 a 1970. De volta a Fortaleza, foi nomeado pelo novo governador do Ceará, César Cals de Oliveira Filho (1971-1975), prefeito da capital do estado, cargo que exerceu de março de 1971 a março de 1975. Durante esse ano e o seguinte, foi técnico da Comissão Nacional de Política Urbana da Região Metropolitana de Fortaleza.

Diretor-geral do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), em Brasília (DF), de 1976 a 1978, no ano seguinte foi nomeado superintendente da Amazônia Mineração, empresa ligada à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), permanecendo nessa função até 1985. Com a posse de José Sarney na Presidência da República, em março desse ano, Vicente Fialho foi nomeado diretor-geral do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), cargo que exerceu até fevereiro do ano seguinte, quando foi nomeado ministro do recém-criado Ministério Extraordinário para Assuntos de Irrigação. Em 1988 passou a integrar a Comissão Nacional de Energia (CNE), na qual permaneceria até 1990.

Em janeiro de 1989 deixou o Ministério da Irrigação e foi empossa-

do no Ministério das Minas e Energia (MME), em substituição a Antônio Aureliano Chaves de Mendonça. No exercício desse cargo, defendeu a manutenção do programa de energia nuclear, apoiando a continuidade das obras da Usina Termonuclear Angra I, Usina Termonuclear Angra II e da Usina Termonuclear Angra III, unidades integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto em Angra dos Reis (RJ). Em julho seguinte, autorizou as multinacionais Billington Metais, Alcon e Dow Chemical e a empresa nacional Camargo Corrêa a executarem, com recursos próprios, o projeto de uma usina hidrelétrica no rio Tocantins, no Maranhão. Deixou o MME em 15 de março de 1990, ao término do governo de José Sarney. Nessa data, o MME foi incorporado ao recém-organizado Ministério da Infra-Estrutura (Minfra), pasta que passou a ser ocupada por Ozires Silva.

No pleito de outubro desse ano elegeu-se deputado federal na legenda do Partido da Frente Liberal (PFL). Empossado em fevereiro de 1991, foi suplente da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. Deixando de concorrer à reeleição em outubro de 1994, permaneceu na Câmara dos Deputados até o fim de janeiro de 1995, quando se encerraram o seu mandato e a legislatura.

Tornou-se proprietário de uma emissora de TV no interior do Ceará e professor universitário.

FLORES, Telmo Thompson
Presidente da Eletrosul

Telmo Thompson Flores nasceu em Porto Alegre (RS) em 5 de julho de 1921.

Iniciou suas atividades profissionais ainda como estudante de Engenharia na Diretoria de Saneamento da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e na Divisão de Via Permanente da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Formou-se em Engenharia Civil pela Universidade do Rio Grande do Sul em 1944.

Foi engenheiro fiscal, engenheiro chefe de Secção Técnica e engenheiro chefe do Distrito do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) no período de 1950 a 1969. Ao longo desse período participou da realização de vários empreendimentos, destacando-se as barragens Engenheiro José Maia Filho, Enerstina, Blang, Divisa, Canastra, Laranjeiras, João Amado, Ajuricaba, Emílio Sesti e Itu. No setor de irrigação, realizou a barragem do Arroio Duro, os canais de irrigação do Sistema Camaquã e o Sistema de Irrigação do Taim. Teve também atuação decisiva no Plano de Eletrificação,

Irrigação e Saneamento do Estado do Rio Grande do Sul, além de ter colaborado em diversas obras nas áreas de saneamento rural e urbano e de saneamento básico.

Em 1969, foi nomeado prefeito municipal de Porto Alegre, tendo permanecido no cargo até 1975. Em seguida foi engenheiro supervisor da Empresa Melhoramentos e Construções S.A., de 1975 a 1976.



Acervo Eletrosul

Em janeiro de 1976, assumiu a Presidência da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) - empresa que mais tarde seria transformada na Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A (Eletrosul) -, no lugar de Mário Lannes Cunha. Exerceu esse cargo por dois períodos, o primeiro encerrando-se em maio de 1978, e o segundo, entre janeiro de 1979 e abril de 1985. Entre seu primeiro e segun-

do mandatos a Presidência da estatal foi exercida por Luiz Cals de Oliveira. Telmo Thompson Flores foi sucedido em 1985 por Wilmar Dallanhol.

Ao longo de sua gestão, foram realizadas a Usina Hidrelétrica Salto Osório, a Usina Hidrelétrica Salto Santiago, a Usina Termelétrica Jorge Lacerda III, e foi dado início à Usina Termelétrica Jorge Lacerda IV, a Usina Termelétrica Jacuí I e a Usina Hidrelétrica Itá. Na área de transmissão, foram construídas, entre outras, a LT Passo Fundo-Xanxerê-Salto Osório (2º circuito), a LT Jorge Lacerda-Siderópolis (2º circuito), a LT Curitiba-Joinville, em tensão de 230 kV, totalizando aproximadamente 400 quilômetros de linhas, a LT Areia-Curitiba, em tensão de 500 kV, com extensão de 240 quilômetros, e a LT Assis-Londrina-Maringá, em tensão de 230 kV, com extensão de 200 quilômetros, além de diversas subestações.

Foram realizados os estudos preliminares e de engenharia da Usina Hidrelétrica Segredo, o inventário da bacia do rio Uruguai, os estudos da Usina Hidrelétrica Machadinho, da Usina Hidrelétrica Capanema e da Usina Hidrelétrica de Garabi. Foi construído o edifício sede da Eletrosul em Florianópolis (SC) e os edifícios dos Centros Regionais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pa-

raná e Mato Grosso do Sul, e verificou-se a implantação da Associação dos Funcionários da Eletrosul.

Telmo Thompson Flores foi também catedrático da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e professor fundador da Escola de Engenharia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio Grande do Sul. Recebeu diversos títulos e condecorações. Foi membro da International Association of Navigation, da Associação Brasileira da Mecânica de Solos e da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária.

FONSECA, Getúlio Lamartine de Paula

Diretor-geral do Dnaee

Getúlio Lamartine de Paula Fonseca nasceu em Pains (MG) no dia 10 de novembro de 1937.

Iniciou sua carreira na Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. (Cemig), depois denominada Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig).

Foi secretário-adjunto de Indústria e Comércio do Estado de Minas Gerais (1972-1975 e 1978-1979) e secretário-executivo do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), do Ministério de Indústria e Comércio (1979-1984). Foi também presidente da Comissão de Benefícios Fis-

cais a Programas Especiais de Exportação (1979-1984).

Foi diretor-geral do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee), órgão subordinado ao Ministério das Minas e Energia (MME), de 1985 a 1990

Em 1990, iniciou a edição de um boletim semanal, depois difundido por meio eletrônico, de informação e análise, especialmente sobre energia elétrica. Na mesma data estabeleceu-se como consultor nos campos de energia elétrica e assessoria econômica.

Acevo Aneel



Foi secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal (1994-1995), na gestão de Henrique Brandão Cavalcanti, tendo assumido a pasta em caráter interino. No mesmo período, foi secretário-executivo do Conselho Nacional da Amazônia Legal.

Integrou, entre outros, os seguintes órgãos colegiados: Conselho de Política Aduaneira, Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Conselho Deliberativo da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

G

GARCIA LLANO, Raul

Diretor-técnico da Cem; presidente da Eletronorte

Raul Garcia Llano nasceu no Rio de Janeiro (DF) em 13 de julho de 1919.

Cursou a Escola Militar do Realengo de 1938 a 1940, da qual saiu aspirante a oficial da arma de Engenharia. Serviu como oficial subalterno no 32º Batalhão de Caçadores de 1941 a 1942, no Batalhão Escola de Infantaria (BEI) em 1943, e como auxiliar instrutor na Escola Militar de Resende, depois transformada na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em 1944. No ano se-

guinte ingressou na Escola Técnica do Exército (ETEx), depois transformada no Instituto Militar de Engenharia (IME), pelo qual se formou em Engenharia Elétrica em 1948.



Acervo Eletronorte

Iniciou sua carreira profissional em 1949 como chefe do setor de eletricidade e hidráulica da Comissão Especial de Obras nº 8 do Exército, função que exerceu até junho de 1953. Do mês seguinte até junho de 1959 foi professor em comissão na Escola Técnica do Exército, lecionando Termodinâmica, Hidráulica, Máquinas Hidráulicas e Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica.

Em julho de 1959 assumiu o cargo de diretor-técnico da Companhia de Eletricidade de Manaus (Cem).

Durante sua gestão, inaugurou, em setembro de 1962, o novo sistema elétrico da capital amazonense, implantado através da Usina Termelétrica Manaus I, a vapor, e da reforma e substituição do antigo sistema de distribuição em corrente contínua da cidade. De novembro de 1962 a setembro de 1966 foi superintendente da Refinaria de Manaus da Companhia de Petróleo da Amazônia.

Deixando a Cem em março de 1967, nesse mesmo mês assumiu o cargo de assistente da Diretoria de Planejamento e Engenharia das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás). Nessa condição, tornou-se vice-presidente do Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia (Eneram), função que exerceu de maio de 1969 a dezembro de 1971. O relatório final dos trabalhos indicou a criação das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte) e determinou a continuação dos estudos de inventário do potencial hidráulico da Bacia Amazônica. Representou a Eletrobrás também no Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Região Nordeste (Enenorde), de abril de 1970 a março de 1973.

Em 20 de junho de 1973 foi eleito presidente da recém-criada Eletronorte. Durante sua gestão, deu-se continuidade à execução dos estudos

de potencial hidráulico da Amazônia até então realizados, foram conduzidas negociações para viabilização de diversos projetos e iniciou-se a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Foi reeleito para o cargo em 23 de junho de 1977 e em 14 de abril de 1981.

Permaneceu na Presidência da Eletronorte até o seu falecimento no Rio de Janeiro (RJ) no dia 13 de dezembro de 1982. Foi substituído em caráter interino pelo diretor administrativo Hélio Cunha Costa, que ocupou o cargo até que o novo titular Douglas Souza Luz assumisse em janeiro do ano seguinte.

GAY, Alzir Nunes

Diretor de Administração de Furnas; presidente da Caeab

Alzir Nunes Gay nasceu em Santo Ângelo (RS) no dia 30 de dezembro de 1927.

Depois de fazer o curso secundário no Colégio Tijuca-Uruguai e no Colégio Baptista no Rio de Janeiro (DF), entrou para a Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre (RS) em 1944. De 1945 a 1959 estudou na Escola Militar de Resende (RJ), depois denominada Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), e fez os cursos de Minas, Armadilhas e Destruições na Escola de Instrução Es-

pecializada do Realengo; de Instrutor de Educação Física na Escola de Educação Física do Exército (EEFEx); de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), todos no Rio de Janeiro.



Acervo pessoal

Como major, em 1966, foi oficial de Gabinete do então ministro do Exército, marechal Arthur da Costa e Silva. Promovido a tenente-coronel, de 1967 a 1969 foi comandante da Polícia Militar do Distrito Federal. Nesse último ano passou a chefe da 1ª Seção do Estado-Maior do Exército em Brasília (DF). No ano seguinte tornou-se assessor-chefe da 3ª Subchefia na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN), função que exerceu até 1973,

quando, já como coronel, assumiu a 5ª Subchefia e a Secretaria da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras da Secretaria Geral do CSN, funções que exerceu até o ano seguinte. De 1974 a 1976 foi assessor e depois chefe de seção na Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI) em Brasília. Em 1977 assumiu o comando da EEFEx no Rio de Janeiro (RJ), cargo que exerceu até o ano seguinte.

Em abril de 1979 assumiu o cargo de diretor de Administração de Furnas Centrais Elétricas S. A. (Furnas), cargo que assumiu em substituição a Natércio Pereira. Exerceu essa função até março de 1983.

Exerceu a Presidência da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caeeb) entre 1983 e 1984.

GAZANIGA, Amílcar

Chefe da Divisão do Distrito de Lages e da Divisão de Projetos e Orçamentos do Distrito de Blumenau e gerente de Distribuição do Setor Itajaí da Celesc; diretor-presidente da Eletrosul

Amílcar Gazaniga nasceu em Itajaí (SC) no dia 18 de março de 1947.

Formou-se engenheiro eletricista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1968.

Iniciou sua carreira profissional ainda estudante, em março de 1968, como projetista auxiliar na Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc). Após a conclusão do curso de Engenharia, em dezembro, assumiu a Chefia da Divisão do Distrito de Lages (SC) e tornou-se responsável-técnico pelo Setor de Curitiba (SC) daquela empresa. Manteve-se nesses cargos até janeiro de 1972, quando assumiu a Chefia da Divisão de Projetos e Orçamentos do Distrito de Blumenau (SC), permanecendo nesse cargo até agosto do ano seguinte. No mesmo mês passou a gerente de Distribuição do Setor Itajaí, função que exerceu até fevereiro de 1977, quando assumiu a Prefeitura de sua cidade natal.



Acervo Eletrosul

Chefiou o Executivo municipal até maio de 1982, quando se desincompatibilizou do cargo para concorrer a uma cadeira na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. No pleito de novembro desse ano foi eleito deputado estadual na legenda do Partido Democrático Social (PDS), iniciando seu mandato em 1983. Nesse ano tornou-se vice-presidente da Associação dos Deputados Pedessistas do Sul do Brasil (Adepsul). Concorreu ao governo do Estado no pleito de novembro de 1986, mas não conseguiu se eleger e em janeiro do ano seguinte encerrou-se seu mandato legislativo.

Voltou a atuar no setor elétrico em junho de 1990 quando assumiu o cargo de diretor-presidente da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) – empresa que mais tarde seria transformada na Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) -, em substituição a Fernando José Caldeira Bastos. No mês seguinte passou a integrar o Conselho de Administração dessa estatal. Permaneceu na Presidência da empresa até junho de 1993, quando foi substituído por Cláudio Ávila da Silva.

No mesmo mês foi nomeado secretário de Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina. Nessa condição, tornou-se presidente do Fundo Rotativo de Fomento e Pesqui-

sa Científica e Tecnológica (Funcitec), do Conselho de Política Científica e Tecnológica (Conciect) e do Conselho Deliberativo do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec). Exerceu essas funções até março de 1994, quando foi nomeado secretário de Transportes e Obras do mesmo estado, permanecendo nesse cargo até dezembro do mesmo ano. Integrou o Conselho de Administração da SC Gás - Companhia de Gás de Santa Catarina de fevereiro de 1994 a abril de 1997.

Foi presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) de dezembro de 1995 a setembro de 1997. No ano seguinte tornou-se diretor da empresa Sólida Participações Ltda. Em maio de 1999 assumiu a Superintendência do Porto de Itajaí. Em março de 2001 deixou o Conselho de Administração da Eletrosul e, em maio seguinte, tornou-se sócio-diretor da WGC Networks Ltda.

Publicou Estudos para Planejamento de Projetos de Redes de Distribuição e Atendimento a Zonas Balneárias em Concessionárias de Energia Elétrica, em co-autoria com o engenheiro Benedito Aparecido Carraro.

GOMEZ, Delcídio

Gerente regional e diretor de Operações da Eletronorte; presidente do

CCON; diretor de Planejamento e diretor de Finanças da Eletrosul; secretário-executivo do MME; ministro de Minas e Energia

Delcídio do Amaral Gomez nasceu em Corumbá (MS), então no estado de Mato Grosso, no dia 8 de fevereiro de 1955.

Acervo pessoal



Formado em Engenharia Elétrica, trabalhou na General Electric do Brasil S.A. em 1976 e 1977, em atividades relacionadas à Engenharia de Campo, manutenção e testes de equipamentos de subestações e usinas. Em 1978 tornou-se funcionário da Themag Engenharia Ltda. (Themag), tendo fiscalizado obras de geração e transmissão para a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e

para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte).

Em 1983, assumiu a Gerência Regional de Operação da Eletronorte, na Usina Hidrelétrica Tucuruí, exercendo esse cargo até 1988, quando foi nomeado diretor de Operação e presidente do Comitê Coordenador de Operações Norte e Nordeste (CCONN).

Deixando a Eletronorte em 1990, nesse mesmo ano passou a trabalhar na Shell do Brasil e tornou-se coordenador da Comissão de Energia da Associação Brasileira do Alumínio (ABA) e membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia Elétrica (Abrace). No ano seguinte, tornou-se diretor de Planejamento e Engenharia da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S. A. (Eletrosul) – empresa que mais tarde seria transformada na Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) - e assumiu a Diretoria de Finanças em 1993, permanecendo nesse cargo até 1994. No mesmo ano, licenciou-se da Eletrosul para assumir a Presidência do Conselho de Administração da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e foi designado secretário-executivo do Ministério das Minas e Energia (MME).

Em setembro de 1994 foi indicado para assumir interinamente essa pasta, no governo Itamar Franco

(1992-1994), substituindo Alexis Stepanenko.

Em novembro, Delcídio do Amaral Gomez levou ao presidente recém-eleito, Fernando Henrique Cardoso, um estudo em defesa da privatização do setor elétrico. Deixou o ministério em 31 de dezembro de 1994, tendo sido substituído na pasta por Raimundo Mendes de Brito, que assumiu no dia seguinte. Em fevereiro de 1995, já no primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), reassumiu a Diretoria de Finanças da Eletrosul. No ano seguinte, foi empossado como presidente do Conselho de Administração da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. (Enersul).

Em agosto de 1999 assumiu a Diretoria de Participações e Desmobilizações da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás). Posteriormente, em 24 de outubro de 2001, assumiu a Secretaria de Infraestrutura e Habitação do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, tendo deixado este cargo em 5 de abril de 2002, para concorrer ao Senado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) do Mato Grosso do Sul.

GOMIDE, Francisco

Diretor administrativo-financeiro e diretor-presidente da Copel; di-

retor-geral da Itaipu Binacional; diretor-presidente da Escelsa; diretor-presidente da Enersul; ministro de Minas e Energia

Francisco Luiz Sibut Gomide nasceu em Curitiba (PR) no dia 30 de novembro de 1945.



Acervo MME

Formou-se engenheiro civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1968. Nesse mesmo ano bacharelou-se em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da mesma universidade.

Iniciou suas atividades profissionais em janeiro de 1969 como chefe da Divisão de Hidrologia do Centro de Hidráulica e Hidrologia Professor

Parigot de Souza (Cehpar), função que exerceu até março de 1970. A partir de então passou a prestar serviços de consultoria à empresa Etel S.A.

Em 1975 fez o doutorado na Colorado State University (CST), nos Estados Unidos da América (EUA). Em março desse mesmo ano assumiu a chefia da Divisão de Hidráulica do Centro de Hidráulica e Hidrologia Professor Parigot de Souza (Cehpar), no comando do convênio firmado entre a UFPR e a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel). Em 1977 foi aprovado em concurso público para professor assistente do Departamento de Hidráulica e Saneamento do Setor de Tecnologia da UFPR. Permaneceu na chefia da Divisão de Hidráulica do Cehpar até março de 1983. Durante esse período prestou serviços de consultoria a empresas públicas e privadas, como os estudos hidro-energéticos e estatísticos das bacias do rio Jiquiá e do rio São Lourenço, para o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE/SP) em 1982. No mesmo ano, coordenou o grupo de trabalho responsável pela proposição de diretrizes para a política energética do programa de governo José Richa, então candidato ao governo estadual.

Com a eleição de José Richa e sua posse em março de 1983, Francisco

Gomide foi nomeado diretor administrativo-financeiro da Copel, cargo que exerceu até março de 1986. Nesse mesmo mês foi nomeado diretor-presidente dessa empresa. Mais tarde, atuou também como coordenador do grupo de trabalho responsável pela proposição de diretrizes para a política energética do programa de governo de Álvaro Fernandes Dias, então candidato ao governo estadual.

Ainda em 1986 tornou-se diretor da Associação Nacional de Empresas Estaduais de Energia Elétrica (Acesa), permanecendo na mesma até 1988. De abril de 1987 a julho de 1990 integrou o Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) – empresa que mais tarde seria transformada na Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul).

Em abril de 1993 foi nomeado diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, em substituição a Jorge Nacli Neto. Deixou a Presidência da Copel em junho seguinte. De 1994 a 1995 integrou o Conselho Consultivo do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel).

Permaneceu na Itaipu Binacional até setembro de 1995, quando foi substituído por Euclides Girolamo Scalco. No mês seguinte assumiu o cargo de diretor-presidente e passou

a integrar o Conselho de Administração da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa).

No mês seguinte tornou-se diretor-presidente da TV a Cabo Vitória. De 1996 a 1997 foi vice-presidente da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abra-dee). Em julho desse último ano tornou-se diretor-presidente da Escelsa Participações S.A. (Escelsapar) e em novembro assumiu também o cargo de diretor-presidente da Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. (Enersul).

Passou a integrar, em fevereiro de 1998, o Conselho do Sustainable Markets for Sustainable Energy (SMSE), programa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Assumiu ainda os cargos de diretor-presidente da Costa Rica Energética S.A., em abril desse ano, e da Castelo Energética S.A. (Cesa) em novembro de 1999. No mês seguinte deixou o Conselho de Administração da Escelsa.

Assumiu a pasta de Minas e Energia em abril de 2002.

GUIMARÃES, Alberto Costa

Chefe do Departamento de Engenharia, diretor superintendente, vice-presidente e presidente da CEEB; vice-presidente e presidente da Coelba; diretor econômico-finan-

ceiro e diretor-Presidente da Chesf; coordenador-geral da Presidência da Eletrobrás; superintendente-geral de Orçamento, diretor de Finanças e presidente da Light

Alberto Costa Guimarães nasceu em Salvador (BA) no dia 5 de fevereiro de 1929.



Acervo pessoal

Formou-se em Engenharia Civil e Elétrica pela Escola Politécnica da Universidade da Bahia, atual Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1951, ingressando, no ano seguinte, na Companhia de Energia Elétrica da Bahia (CEEB), empresa do grupo American & Foreign Power Company (Amforp). Entre 1953 e 1954, realizou o Curso de Treinamento para Graduados na A. Reyrolle Co., em Newcastle, Ingla-

terra. De volta ao Brasil, reassumiu suas funções na CEEB, sendo promovido a engenheiro assistente em 1955 e a chefe do Departamento de Engenharia no ano seguinte, cargo que ocuparia até 1965. Também neste período, iniciou sua carreira docente, tendo sido professor da Escola Técnica de Salvador (1959-1961) e da UFBA (1961-1967).

Com a compra das empresas da Amforp pelo governo brasileiro em 1964, a CEEB tornou-se subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobrás). Nessa etapa, Alberto Costa Guimarães ocupou simultaneamente o cargo de diretor superintendente da CEEB (1965-1969) e a Presidência da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) de maio a setembro de 1967. Em maio de 1969 assumiu a Presidência da CEEB (1969-1972).

Em 1970, concluiu o curso de Management Development Program for Electric Utilities Executives, no Rensselaer Polytechnic Institute, em Troy, Estados Unidos. Exerceu cumulativamente a Vice-Presidência da Coelba e a Vice-Presidência da CEEB, de junho a dezembro de 1972, quando a CEEB foi incorporada pela Coelba. No ano seguinte, passou a responder pela Vice-Presidência da Companhia Baiana de Eletricidade Rural (Cober), também subsidiária da Coelba. Deixou a Coelba e a Cober

em 1975 para assumir a Diretoria Econômico-Financeira da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), função que exerceu até maio de 1978, quando foi eleito presidente da companhia, em substituição a Arnaldo Rodrigues Barbalho.

Sua gestão na Chesf deu continuidade ao programa de expansão da empresa. Ainda em 1978, foi concluído o enchimento do reservatório da Usina Hidrelétrica Sobradinho, dando origem a um dos maiores lagos artificiais do mundo e melhorando substancialmente a regularização da vazão do rio São Francisco.

Alberto Costa Guimarães foi sucedido por Arnaldo Rodrigues Barbalho em março de 1979, tendo deixado então o comando da Chesf. Transferiu-se em seguida para o Rio de Janeiro (RJ), assumindo a Coordenadoria-Geral da Presidência da Eletrobrás (1979-1985), tendo também ocupado o cargo de assistente da Diretoria de Gestão Empresarial da holding (1985). Ainda neste último ano, foi nomeado Superintendente-Geral de Orçamento da Light - Serviços de Eletricidade S.A. (Light), função que exerceu por dois anos. Assumiu em seguida a Diretoria de Finanças (1987-1991) e exerceu em caráter interino a Presidência da empresa entre abril e julho de 1990, ocupando o cargo entre as gestões de Tullio Romano Cordeiro de Mello e a

de José Marcondes Brito de Carvalho. Aposentou-se logo em seguida.



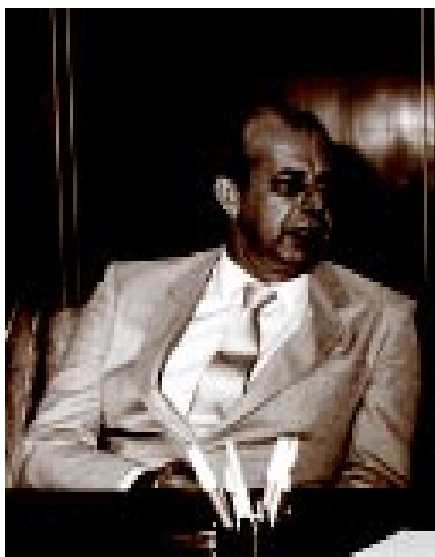
HAIG, Roberto

Chefe da Divisão de Estudos e Projetos, chefe da Divisão de Operações, chefe do Departamento de Operação e Manutenção do Sistema, diretor de Operação e presidente da Escelsa; chefe do Centro de Operação do Sistema, diretor de Produção e Comercialização e presidente de Furnas; diretor técnico da Light

Roberto Haig nasceu em Vitória (ES) em 31 de dezembro de 1937.

Formou-se como Engenheiro Mecânico-Eletricista em 1962, pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Efe). Em 1976 cursou o Ceade – Curso Especial de Administração para Desenvolvimento de Executivos, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro (RJ). Fez curso de especialização em Eletricidade no Leeds & Northrup Technical Training Center em 1970, e estágios em Operação de Sistemas Elétricos em diversas instituições norte-america-

nas, destacando-se a Virginia Electric and Power Co., de Richmond, Virgínia, a Tennessee Valley Authority, em Chattanooga, Tennessee, e a Bonneville Power Administration, em Portland, Oregon.



Acervo pessoal

Iniciou suas atividades profissionais na Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa) em janeiro de 1963, quando chefiou a fiscalização da montagem dos equipamentos eletromecânicos da Usina Hidrelétrica Suíça. Em abril de 1965 assumiu a chefia da Divisão de Estudos e Projetos da empresa, tendo como atribuição a elaboração de projetos de linhas de transmissão, redes de distribuição e subestações. Logo em seguida, no mês de agosto, assumiu a chefia da Divisão de Operações da

Diretoria Técnica. Em janeiro de 1966 passou a chefe do Departamento de Operação e Manutenção do Sistema, mantendo-se nessa função até agosto de 1968.

Em setembro do mesmo ano, ingressou em Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas). Em junho de 1969, tornou-se chefe do Centro de Operação do Sistema, tendo atuado na expansão do sistema de transmissão da empresa e do sistema interligado da região Sul-Sudeste, mediante a implantação de novas técnicas operativas. Permaneceu nesse cargo até setembro de 1975, quando foi cedido à Escelsa, por requisição da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

De novo na Escelsa, esteve à frente da Diretoria de Operação, entre outubro de 1975 e abril de 1979. Em abril desse último ano assumiu a Presidência da empresa, no lugar de Kerman José Machado.

Na sua gestão, foi imposta uma política de redução de custos operacionais e racionalização dos investimentos da empresa, o que incluiu a sua reordenação interna e a redução do número de diretorias. Foi inaugurado o Centro de Operação do Sistema (COS), que abriga o Centro de Operação da Distribuição (COD). Foi iniciado o fornecimento de energia elétrica e a operação da rede de distribuição do município de Muniz

Freire, e foram construídas as linhas de transmissão Carapina-Cofavi e o segundo circuito de Praia-Linha Velha. Foram realizadas obras na Subestação Bom Jesus do Norte, nas Subestação Mascarenhas, na Subestação Carapina II e na Subestação Mimoso do Sul. A área de atuação da Escelsa foi ampliada, tendo sido formalizada a concessão dos serviços de energia elétrica no município de Muniz Freire.

Permaneceu no cargo até abril de 1983, tendo sido substituído por Abdalla João Pereira Dalla.

Retornou à Furnas em maio de 1983, por ter sido nomeado assistente do presidente. Exerceu essa função até abril de 1985, quando assumiu a Diretoria de Produção e Comercialização da empresa, cargo que ocupou até setembro de 1989.

Entre outubro de 1989 e junho de 1990 assumiu a Presidência de Furnas. Nesse último ano, foi emitido o Plano Estratégico da empresa, e implantada a reorganização administrativa e o programa de qualidade total.

Ingressou na Light - Serviços de Eletricidade S.A. (Light) em julho de 1990, ocupando o cargo de diretor técnico até abril de 1992, tendo-se tornado responsável, nesse período, pelas áreas de planejamento, construção, operação e suprimentos da empresa.

A partir de 1992 passou a prestar consultoria e assessoria técnica nas atividades de avaliação econômico-financeira de empreendimentos e análise de oportunidades de investimentos no setor elétrico brasileiro. Realizou atividades como consultor para diversas empresas e instituições, destacando-se a Escelsa, o Idort - Instituto da Organização Racional do Trabalho, o Banco Bradesco, a Nacional Energética, a Engevix Engenharia Ltda., a Chilectra S.A., a Andersen Consulting e a AEP Resources Inc. Desenvolveu estudos de avaliação técnico-operacional com vistas à privatização da Escelsa, da Light, da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S. A. (Eletropaulo), das Centrais Elétricas de Goiás S.A. (Celg), da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), da Companhia Energética do Ceará (Coelce), da Companhia Energética do Piauí (Cepisa), da Empresa Energética do Mato Grosso do Sul (Enersul) e das Centrais Elétricas do Pará S.A. (Celpa).

Participou também do projeto de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro (Reseb), como integrante do consórcio liderado pela Coopers & Lybrand, empresa de consultoria inglesa contratada pelo governo federal em 1996 e que atuou conjuntamente com técnicos da Eletrobrás e da Secretaria Nacional de Energia do Ministério de Minas e Energia.

Integrou o Grupo Coordenador de Planejamento de Sistemas (GCPS), o Grupo Coordenador para Operação Interligada (GCOI), a Comissão Mista de Operação (CMO), para operação da Usina Hidrelétrica Itaipu, e o Conselho de Administração do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel).

HOLTZ, Antônio Carlos Tatit

Chefe da Divisão de Hidrologia do Centro de Hidráulica e Hidrologia Professor Parigot de Souza; diretor de Planejamento e Engenharia da Eletrobrás; ministro das Minas e Energia (interino); diretor-geral do Dnaee; diretor de Planejamento, Engenharia e Construção da Eletronorte; vice-presidente do CBGB; presidente do CBCME; secretário da Secretaria de Energia do MME

Antônio Carlos Tatit Holtz nasceu em Itararé (SP) no dia 29 de julho de 1936.

Formou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) em 1960. No ano seguinte, tornou-se engenheiro do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE/SP), tendo se mantido nesse órgão até 1964. Foi professor da Escola de Engenharia da Universidade do Paraná, atual Universidade Fede-

ral do Paraná (UFPR), e chefe da Divisão de Hidrologia do Centro de Hidráulica e Hidrologia Professor Parigot de Souza (Cehpar) entre 1964 a 1968. Atuou também como especialista em Recursos Hídricos da Organização dos Estados Americanos (OEA) entre 1968 e 1969.

Em seguida, de 1970 a 1982, foi engenheiro, chefe de departamento e assistente da Diretoria de Planejamento e Engenharia da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás). Foi diretor de Planejamento e Engenharia da empresa em 1983, mantendo-se nessa função até 1988, e integrou o seu Conselho de Administração entre 1985 e 1988. No mesmo período, foi vice-presidente do Comitê Brasileiro de Grandes Barragens (CBGB), entre 1983 e 1986, e presidente do Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia (CBCME), entre 1985 e 1991. Foi também presidente da Associação Brasileira de Hidrologia e Recursos Hídricos (1984-1985).

Exerceu o cargo de secretário-geral do Ministério das Minas e Energia (MME) entre 1989 e 1990, tendo assumido a pasta em caráter interino nesse último ano. Também em 1990 foi Diretor-Geral do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee) e, em seguida, Diretor de Planejamento, Engenharia e Construção da Centrais Elétricas

do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), função que manteve até 1991.



Acervo pessoal

Foi presidente do Conselho Intergovernmental Coordenador do Programa Hidrológico Internacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) entre 1990 e 1992; diretor da Organização Latino-Americana de Energia (Olade) em Quito (Equador), de 1991 a 1992; especialista em Energia e Infra-Estrutura do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de 1992 a 1998, tendo-se tornado, em seguida, consultor nessas áreas da mesma instituição. Em 2001, tornou-se gerente do Grupo Técnico Executivo do Eixo Interoceânico do Comitê de Coordenação Técnica da Iniciativa para a Integração da

Infraestrutura Regional da América do Sul, formado pelo BID, pelo Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) e pela Corporação Andina de Fomento (CAF). Em 21 de maio de 2002 assumiu a Secretaria de Energia do Ministério de Minas e Energia (MME)

Além dos cargos e funções citados, Antônio Carlos Tatit Holtz integrou o Conselho de Administração da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), o Conselho de Administração de Furnas Centrais Elétricas S. A. (Furnas), o Conselho de Administração da Light - Serviços de Eletricidade S. A. (Light), o Conselho de Administração da Itaipu Binacional, o Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (Cemig), entre outras empresas do setor elétrico brasileiro.



IMBASSAHY, Antônio

Diretor de Produção da Cem; presidente da Coelba; presidente da Cerne; presidente da Eletrobrás

Antônio José Imbassahy da Silva nasceu em Salvador (BA) no dia 12 de março de 1948.

Formado em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1969, foi admitido no ano seguinte na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), onde permaneceu até 1977. Foi diretor de produção da Companhia de Eletricidade de Manaus (Cem) de 1978 a 1979, presidente da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) e da Companhia de Eletrificação Rural da Bahia de 1979 a 1984 e da Associação de Empresas Distribuidoras de Eletricidade do Norte/Nordeste/Centro Oeste (Aedenne) de 1983 a 1984.

Nesse último ano foi nomeado secretário estadual de Saneamento e Recursos Hídricos pelo governador João Durval Carneiro (1983-1987) e, simultaneamente, ocupou a Presidência da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Paraguaçu. Permaneceu nesses cargos até março de 1987, quando findou esse governo. Nesse mesmo ano passou a trabalhar no gabinete do ministro das Comunicações Antônio Carlos Peixoto de Magalhães, no qual permaneceu até o ano seguinte, quando assumiu a Diretoria Administrativa da Telecomunicações da Bahia S.A. (Telebahia). Permaneceu nesse cargo até 1990, quando se desincompatibilizou do mesmo para concorrer a cargo eletivo.



Em outubro desse ano foi eleito deputado estadual na legenda do Partido da Frente Liberal (PFL), assumindo sua cadeira na Assembléia Legislativa em fevereiro do ano seguinte. Presidiu o Legislativo baiano de fevereiro de 1993 a maio de 1994.

Dada a vacância dos cargos de governador e vice-governador do estado, cujos titulares haviam se desincompatibilizado para disputar o pleito de outubro desse ano, e transcorrido o prazo de 30 dias durante os quais o governo foi ocupado pelo presidente do Tribunal de Justiça, Antônio Imbassahy foi eleito governador em 2 de maio desse ano pela Assembléia Legislativa, derrotando o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), deputado estadual Calmito Fagundes, representante da oposição. Per-

maneceu à frente do Executivo baiano até 1º de janeiro de 1995, quando passou o cargo a Paulo Ganen Souto.

Em maio de 1995 foi nomeado presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), em substituição a Mario Fernando de Melo Santos, que ocupava o cargo interinamente. Nessa condição, passou a integrar o Conselho de Administração da Itaipu Binacional, o Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), o Conselho de Administração da Coelba e o Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) – empresa que mais tarde seria transformada na Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul). Durante sua gestão foi iniciada a preparação da holding federal para o processo de privatização do setor elétrico.

No final de maio de 1996, afastou-se da Presidência da Eletrobrás, candidatando-se à Prefeitura de Salvador na legenda do PFL. Foi substituído no cargo por Firmino Ferreira Sampaio Neto. Vitorioso no pleito de 3 de outubro de 1996 com mais de 400 mil votos, assumiu em 1º de janeiro de 1997, propondo à Câmara de Vereadores um plano de privatização de empresas municipais e um programa de extinção de secretarias

e de demissão voluntária de funcionários públicos. Foi reeleito em outubro de 2000, também no primeiro turno.

J

JORGE, José

Ministro de Minas e Energia

José Jorge de Vasconcelos Lima nasceu em Recife (PE) no dia 18 de novembro de 1944.

Formou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1967, e em Economia pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), em 1968. Concluiu o mestrado na Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1971, especializando-se em Pesquisa Operacional. Fez também pós-graduação em Estatística na Universidade de Madri (Espanha) em 1972. Tornou-se professor da UFPE e da Unicap.

Foi secretário de Educação e Cultura (1975-1979) e de Habitação (1979-1982) de Pernambuco nos governos de José Francisco de Moura Cavalcanti (1975-1979) e Marco An-

tônio de Oliveira Maciel (1979-1982). Conquistou seu primeiro mandato de deputado federal em novembro de 1982, elegendo-se pelo Partido Democrático Social (PDS). Em 1984, foi um dos fundadores do Partido da Frente Liberal (PFL). Reelegeu-se nos pleitos de 1986, 1990 e 1994. Esteve licenciado da Câmara dos Deputados de março de 1991 a setembro de 1992 e de outubro de 1992 a março de 1993, quando assumiu a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Pernambuco, no governo de Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti (1991-1995). De 1995 a 2001, ocupou a Vice-Presidência nacional do PFL, tendo exercido a Presidência do partido entre 1996 e 1997.



Acervo pessoal

Eleito senador em outubro de 1998, solicitou licença do mandato em março de 2001 para assumir o Ministério de Minas e Energia (MME), no lugar de Rodolpho Tourinho Neto.

O início de sua gestão foi marcado por uma grave crise no setor de energia elétrica brasileiro. No primeiro semestre de 2001, a redução da oferta de energia, provocada pelo atraso de importantes obras de geração, foi agravada por uma drástica redução nos níveis de chuvas verificados nos três primeiros meses do ano, período em que os reservatórios das usinas hidrelétricas atingiam, em média, 40% de sua capacidade de armazenamento. A estiagem afetou principalmente as regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste do país, comprometendo seriamente a capacidade das usinas.

Tentando evitar um possível colapso no abastecimento, José Jorge anunciou, em abril de 2001, o Plano de Racionalização de Energia. As principais medidas visando a redução do consumo foram a veiculação de uma campanha publicitária nos meios de comunicação, com orientação para a economia de energia, e o estabelecimento de cotas de consumo para os diversos tipos de consumidores. Foram também anunciados

uma redução de 15% no consumo das repartições públicas federais e o incentivo a programas de redução do desperdício de energia.

O aumento da oferta seria garantido pela construção de novas unidades termelétricas e pela expansão do sistema de transmissão. Procurou-se facilitar a implementação do Programa Prioritário de Termelétricas (PPT), lançado no ano anterior, através da edição de uma portaria do MME fixando um modelo de proteção cambial para o preço do gás a ser utilizado nas novas usinas a serem instaladas. Com a medida visava-se retirar um dos principais entraves à participação da iniciativa privada na construção das usinas termelétricas previstas.

A condução do programa de emergência foi entregue à Câmara de Gestão da Crise de Energia (CGCE), instituída em maio de 2001 e presidida pelo ministro da Casa Civil, Pedro Pullen Parente. Dela também fizeram parte quatro coordenadores setoriais, incluindo o titular do MME. Entre outras atribuições, a CGCE ficou responsável pelo estabelecimento dos regimes especiais de tarifação e pela instituição de limites ao consumo de energia, sendo tais medidas submetidas ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

A execução do plano foi efetivamente concretizada no mês de junho, quando teve início o racionamento de energia. A imposição das cotas para os consumidores das regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste previu a adoção de cortes de energia para aqueles que não conseguissem cumprir a meta de 20% de redução no consumo. A definição das cotas para cada unidade consumidora ficou a cargo das empresas distribuidoras, e teve por base a média de consumo verificada entre maio e julho do ano anterior.

Como complemento às ações emergenciais foram planejadas no âmbito do MME várias iniciativas de médio e longo prazo, destacando-se a interligação do sistema elétrico do Brasil com o da Argentina, a conclusão e extensão do gasoduto Brasil-Bolívia e o aumento da capacidade instalada da Usina Hidrelétrica Itaipu. Foram também retomados os debates sobre o projeto nuclear brasileiro e a construção da Usina Termonuclear Angra III e incentivados os investimentos em energia eólica.

José Jorge publicou diversos trabalhos, destacando-se textos sobre educação e estudos sobre Pernambuco. Foi também autor de Energia Eólica.

Deixou o ministério em março de 2002, tendo sido substituído por Pedro Parente, em caráter interino, e, no mês seguinte, por Francisco Luiz Sibut Gomide.

K

KLEINÜBING, João Paulo

Karam

Diretor-presidente da Eletrosul

João Paulo Karam Kleinübing nasceu em Florianópolis (SC) em 19 de dezembro de 1972.



Acervo Eletrosul

Formou-se em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1994 e, no ano seguinte, concluiu a graduação em Administração de Empresas na Universidade do Estado de Santa Catarina (Uesc).

Cursou especialização em Administração e Gerência na Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo (SP).

Foi gerente administrativo comercial da Macedo Koerich S.A (1995-1996) e superintendente administrativo financeiro da RC Telecomunicações Ltda. (1995-1998), em Florianópolis. Em 1999, tornou-se consultor e sócio-gerente da Santa Catarina Consultoria e Projetos Ltda., em Blumenau (SC).

Em abril de 2001, foi nomeado diretor-presidente da Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil (Eletrosul), no lugar de Cláudio Ávila da Silva. Durante a sua gestão, registrou-se a conclusão da Subestação Caxias, da Subestação Itajaí e da Linha de Transmissão Blumenau-Itajaí, entre outros empreendimentos.

Permaneceu no cargo até janeiro do ano seguinte, quando foi substituído por Ruberval Francisco Pilotto.

Foi membro do Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc) e da Eletrosul.



LEAL, Alexandre Henriques
Chefe da Divisão de Estudos e Normas, supervisor de Engenharia, superintendente do Departamento de Eletricidade, superintendente-geral-adjunto, vice-superintendente-geral e diretor de Coordenação Técnica da Companhia Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro; diretor-vice-presidente de Assuntos de Engenharia e Tecnologia e diretor presidente da Light

Alexandre Henriques Leal nasceu no Rio de Janeiro (DF) no dia 20 de junho de 1910.

Engenheiro Civil e Eletricista formado pela Escola Politécnica (1932), no Rio de Janeiro, obteve o mestrado no Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos Estados Unidos (EUA). Como militar, chegou a segundo-tenente da reserva do Exército.

Ingressou na Companhia Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro em 1933. Além de ter chefiado a Divisão de Estudos e Normas, foi supervisor de Engenharia (1953-1954), superintendente do Departamento

de Eletricidade (1954), superintendente-geral-ajunto e vice-superintendente-geral. Foi diretor de Coordenação Técnica da empresa. Exerceu a função de diretor-vice-presidente de Assuntos de Engenharia e Tecnologia (1973-1975) e foi eleito diretor-presidente em junho de 1975 da Light – Serviços de Eletricidade S.A. (Light).

Acervo Alexandre Henriques Leal Filho



Renunciou à direção da empresa após a compra das empresas do Grupo Light pelo governo brasileiro, em 1979, tendo sido substituído por Arnaldo Rodrigues Barbalho.

Faleceu no Rio de Janeiro (RJ) no dia 18 de dezembro de 1988.

LEITE, Dias

Ministro das Minas e Energia

Antônio Dias Leite Júnior nasceu no Rio de Janeiro (DF) no dia 29 de janeiro de 1920.

Ingressou em 1937 na Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, mais tarde Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), formando-se engenheiro civil e mecânico em 1941. Em dezembro desse ano iniciou estágio em Engenharia Mecânica nos Estados Unidos e, em seguida, passou a engenheiro efetivo na Worthington Pump and Machinery Co.

No final de 1944 foi nomeado assessor da primeira comissão de planejamento econômico criada no Brasil, vinculada ao Conselho de Segurança Nacional (CSN). Professor assistente das cadeiras de Estatística, Economia Política e Finanças da Escola de Engenharia a partir de 1946, em 1948 foi nomeado professor titular de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil. Nesse mesmo ano prestou concurso para livre-docência na Escola Nacional de Engenharia, pela qual se doutorou em 1950. Dois anos depois doutorou-se em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas dessa mesma universidade. Ainda em 1952 foi aprovado no concurso para catedrático de Economia

dessa mesma faculdade. Paralelamente, assumiu em 1955 o cargo de diretor da Ecotec - Economia e Engenharia Industrial S. A. Consultores, tornando-se posteriormente vice-presidente dessa empresa.

No início de 1963, Dias Leite foi nomeado subsecretário para assuntos econômicos pelo ministro da Fazenda, Francisco Clementino de San Tiago Dantas, função que exerceu até a saída do ministro, em junho desse ano.

Em 1965 passou a integrar o Conselho Consultivo do Planejamento (Consplan), órgão criado em março pelo presidente da República Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) com o objetivo de debater os problemas relacionados à política econômica do governo, estipulada pelo Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), de 1964. No conselho, defendeu o controle do Estado sobre os setores petrolífero, de energia nuclear, de energia elétrica, siderúrgico, de minério de ferro e de transportes.

Em março de 1967, Dias Leite foi nomeado presidente da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Sua administração incentivou principalmente o setor exportador, buscando contato direto com as indústrias consumidoras e iniciando entendimentos para a construção conjunta de usinas de pelletização de minérios.

No final de 1968, no governo Arthur da Costa e Silva (1967-1969), deixou a direção da companhia para assumir o Ministério das Minas e Energia (MME).



Acervo Memória da Eletricidade

Nomeado ministro dessa pasta em janeiro de 1969, em substituição a José Costa Cavalcanti, foi mantido no cargo até outubro de 1969, quando o general Emílio Garrastazu Médici foi empossado na Presidência da República, em substituição a Costa e Silva, afastado por problemas de saúde em agosto anterior.

Na sua gestão à frente dessa pasta foram lançadas, ainda em 1969, as bases que conduziram ao acordo para o aproveitamento do rio Paraná, no local previsto para a instalação da Usina Hidrelétrica Itaipu, firmado entre os governos do Brasil e

do Paraguai. Em dezembro de 1971, pela Lei nº 5.740, foi criada a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear (CBTN), encarregada de executar pesquisas nessa área, reservando-se à Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) as funções de natureza política. No setor petrolífero, foi feita uma revisão dos planos de pesquisa de petróleo pela Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobrás).

Em abril de 1972 tiveram início os estudos sobre o rio Tocantins, em Tucuruí (PA), com o que buscava-se instalar nessa região uma fonte geradora de energia elétrica para suprir as necessidades surgidas com as descobertas de jazidas de bauxita e minério de ferro, tendo resultado dessa iniciativa a construção da Usina Hidrelétrica Tucuruí. Em maio de 1973, após a assinatura do tratado entre Brasil e Paraguai para a construção da Usina Hidrelétrica Itaipu, foi enviada ao Congresso Nacional uma mensagem, que resultou na Lei nº 5.899, promulgada em julho do mesmo ano, definindo as condições para o projeto da usina e a distribuição da energia gerada no território nacional. Em março de 1974, ao final do governo Médici, Dias Leite deixou a pasta do MME, tendo sido substituído por Shigeaki Ueki.

De volta ao Rio de Janeiro, mais tarde retornou à UFRJ, passando a exercer funções administrativas e a

lecionar na Faculdade de Economia e Administração (FEA), sendo nomeado diretor dessa escola em abril de 1982. Aposentou-se em 1985, após 40 anos de serviços na UFRJ e, dois anos depois, foi titulado professor emérito dessa universidade. Em 1996 tornou-se consultor do MME sobre a reforma do setor elétrico e sobre a questão das usinas térmicas e sua relação com o meio ambiente, função que exerceu até o ano seguinte.

Além da obra citada, Dias Leite publicou, entre outros, Renda nacional (1948), Teoria da produção (1952), Caminhos do desenvolvimento: contribuições para um projeto brasileiro (1965), Política mineral e energética (1973), Equilíbrio financeiro das empresas de crescimento regular e continuado (1976), Uma investigação de alternativas de reequilíbrio simultâneo de preços relativos (1985), Transição para a Nova República (1985), Em busca de novos caminhos (1990), A energia do Brasil (1997) – livro laureado com o Prêmio Jabuti de Literatura no ano de 1998 - e Crescimento econômico: a experiência histórica do Brasil (1999).

LIMA, Gastão Luiz de Andrade

Diretor Financeiro da Celpe; diretor administrativo e financeiro e

presidente da Ceb; diretor-geral do Dnaee

Gastão Luiz de Andrade Lima nasceu em Olinda (PE) no dia 14 de maio de 1935.

Bacharelou-se em Engenharia Civil (1957) e em Engenharia Elétrica (1959) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Recife (PE).

Acervo Aneel



Trabalhou nas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), foi diretor financeiro da Companhia de Eletricidade de Pernambuco S.A. (Celpe), depois denominada Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), entre 1965 e 1971, e diretor administrativo e financeiro da Companhia de Eletricidade de Brasília (CEB), depois denominada Compa-

nhia Energética de Brasília (CEB), entre 1971 e 1977. Presidiu essa última empresa entre 1979 e 1985.

Foi diretor-geral do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee), órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia (MME), entre 1992 e 1994.

Foi também professor de Mecânica Racional e Eletrotécnica Geral na Escola de Engenharia da UFPE, e interventor federal, por nomeação da Presidência da República, para os serviços de energia elétrica da Prefeitura Municipal de Pesqueira (PE) e da Cooperativa de Melhoramentos de Caruaru (PE).

LIMA, Luiz Teixeira Alves de
Chefe da Seção de Projetos da Rede de Distribuição Subterrânea e chefe da Subdivisão de Projetos da Distribuição Subterrânea e Aérea da Companhia Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro; chefe do Departamento de Engenharia da Rio Light S.A.; superintendente de Engenharia e Operação, superintendente de Operação, diretor de Operações, vice-presidente de Engenharia e Tecnologia, presidente (interino) e diretor de Operações da Light

Luiz Teixeira Alves de Lima nasceu em São Paulo (SP) no dia 3 de setembro de 1924.

Formou-se engenheiro civil em 1947 e engenheiro eletricitista no ano seguinte pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, depois Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Iniciou sua carreira profissional em 1950, quando ingressou na Companhia Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, do Grupo Light, na supervisão dos setores de planejamento e projetos das redes de distribuição aérea e subterrânea da região do Rio de Janeiro - com exceção da área situada no Vale do Paraíba. Exerceu essa função até 1962, quando assumiu a supervisão sobre os setores responsáveis pelo planejamento do Sistema Rio, incluindo projetos de transmissão, subestações e rede distribuidora, no período em que a empresa teve a denominação Rio Light S.A. De 1968 até 1971, na Light – Serviços de Eletricidade S.A., supervisionou os setores de Planejamento e Operação do Sistema Rio e o Serviço de Mudança de Frequência do Sistema Rio, órgão criado temporariamente para coordenar a mudança de frequência da região do Rio de Janeiro para 60 Hz. A mudança de frequência do sistema Light-Rio foi efetuada juntamente com um plano de expansão e a substituição da rede subterrânea de 25 KV, da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, para a tensão de 138 KV. De 1971 a 1973,

Luiz Teixeira Alves de Lima supervisionou os setores de Operação dos sistemas Rio e São Paulo.

Nesse último ano assumiu a Diretoria de Operações da Light, permanecendo nesse cargo até 1975. Em seguida, de 1975 a 1979, assumiu a Vice-Presidência de Engenharia e Tecnologia da empresa. Nesse período, coordenou a execução, pela primeira vez na América Latina, do uso de equipamentos de subestações blindadas com isolamento a SF6 nas tensões de 88 KV e de 230 KV, em São Paulo, e posteriormente na tensão de 500 KV, no Rio de Janeiro.



Acervo pessoal

Exerceu o cargo de presidente da Light, em caráter interino, durante o período de transferência do controle acionário da empresa para a Cen-

trais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletronorte), de 20 a 30 de março de 1979. Logo após, deixou o cargo de vice-presidente da empresa.

Em 1985 Luiz Teixeira Alves de Lima voltou a ocupar a Diretoria de Operações da Light, permanecendo no cargo até 1990.

Foi membro do Clube de Engenharia, da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg) e da Fundação de Seguridade Social Braslight, tendo integrado a Diretoria Executiva dessa entidade como diretor-presidente.

LOPES, José Antônio Muniz

Chefe da Divisão de Montagem de Subestações e Usinas Térmicas, chefe do Departamento de Aproveitamento e Transporte, diretor administrativo e diretor-presidente da Chesf; coordenador-geral da Presidência, diretor de Planejamento e Engenharia e diretor-presidente da Eletronorte

José Antônio Muniz Lopes nasceu em Rosário (MA) no dia 12 de julho de 1945.

Em 1963, ainda estudante da Escola Técnica Federal de Pernambuco, ingressou na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf). Formou-se em 1969 e tornou-se professor da mesma escola, exercendo essa função até 1974.



Acervo Eletronorte

Na Chesf, chefiou a Divisão de Montagem de Subestações e Usinas Térmicas (1973-1975) e o Departamento de Aproveitamento e Transporte (1975-1978) e foi adjunto da Diretoria de Engenharia (1978-1980) e da Diretoria de Construção (1980-1985). Transferiu-se em seguida para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (Eletronorte), exercendo as funções de assistente (1985-1986) e de coordenador-geral da Presidência (1986-1989) e de diretor de Planejamento e Engenharia (1989-1990). Voltou à Chesf em 1990 como adjunto da Presidência. Ocupou esse cargo até 1992, quando assumiu a Diretoria Administrativa da empresa. Nesse último ano foi também diretor em exercício do Departamento Nacional de Desenvolvi-

mento Energético (DNDE) do Ministério das Minas e Energia (MME).

Assumiu a Presidência da Chesf em substituição a Marcos José Lopes em dezembro de 1992, sendo sucedido, em maio de 1993, por Júlio Sérgio de Maya Pedrosa Moreira.

No ano seguinte atuou na Secretaria-Executiva do MME, no equacionamento do projeto da Usina Termelétrica Candiota III e no plano de recuperação das empresas Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (Cemat) e Companhia Energética do Piauí (Cepisa).

Em maio de 1996, foi eleito presidente da Eletronorte em substituição a Mario Fernando de Melo Santos.

LOPES, Marcos José

Chefe da Divisão de Carga do Sistema do Departamento de Movimento de Energia, chefe do Departamento de Estudos do Sistema de Transmissão, diretor de Engenharia e diretor-presidente da Chesf; diretor da Área Nordeste da Themag

Marcos José Lopes nasceu em Petrolândia (PE) no dia 1º de setembro de 1943.

Formou-se em Engenharia Elétrica pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1966.

No ano seguinte foi contratado como engenheiro projetista pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf). Em seus primeiros anos na empresa, trabalhou em projetos ligados à área de transmissão. Entre 1968 e 1969 fez um curso de especialização em Engenharia Elétrica nos Estados Unidos.

De volta ao Brasil, foi professor do curso de pós-graduação da Escola de Engenharia de Campina Grande (PB), entre 1969 e 1970. Na Chesf, ocupou os cargos de engenheiro-chefe da Divisão de Carga do Sistema do Departamento de Movimento de Energia (1974-1975) e do Departamento de Estudos do Sistema de Transmissão (1975-1981). Como diretor de Engenharia (1981-1985), coordenou os programas de planejamento dos sistemas de geração e transmissão da empresa. Nessa época, fez dois cursos em Equipamentos de Alta Tensão, o primeiro na Siemens A. G., em Berlim, Alemanha, em 1982, e o segundo na BBC, na Suíça, em 1984. No ano seguinte, passou à iniciativa privada, tornando-se diretor da Área Nordeste da Themag Engenharia Ltda. (Themag), e foi instrutor do Curso de Planejamento Energético para Países de Língua Portuguesa, promovido pelo Núcleo de Energia da Universidade de Campina Grande.



Foi membro e vice-presidente do Comitê Nacional Brasileiro do Conseil International des Grands Réseaux Électriques (Cigré) de 1989 a 1991.

Assumiu a Presidência da Chesf em maio de 1990, em substituição a Genildo Nunes de Souza. Não obstante a escassez de recursos para investimentos no período, algumas iniciativas importantes foram verificadas em sua gestão, destacando-se a retomada das obras da Usina Hidrelétrica Xingó em junho de 1990, com o desvio e o fechamento do rio São Francisco no ano seguinte, e a inauguração da quarta e última unidade geradora da Usina Hidrelétrica Presidente Castelo Branco, também denominada Usina Hidrelétrica Boa Esperança, que passou a contar com

235,3 MW de capacidade instalada. A contrapartida ao crescimento do parque gerador da companhia ocorreu com a desativação, em 1991, da Usina Termelétrica Camaçari II, posteriormente transferida para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte).

Deixou a Presidência da empresa em dezembro de 1992, sendo sucedido por José Antônio Muniz Lopes.

Entre 1993 e 1994 prestou serviços na Assessoria de Assuntos Internacionais da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), a convite do presidente da empresa José Luiz Alquéres.

A partir de 1995 atuou como consultor independente, tendo prestado serviços a diversas empresas, destacando-se a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), em centrais termelétricas, a Centrais Elétricas do Piauí S.A. (Cepisa), na área de suprimento, e E & Co., de Bloomfield, Estados Unidos, em projetos de desenvolvimento de empresas de energia rural no Brasil.

Em agosto de 2001 tornou-se conselheiro do Mercado Atacadista de Energia (MAE).

Entre outros trabalhos, publicou *Switching Conditions not Covered by Standards* (1979), *Situação atual e futura do sistema elétrico do Nordeste* (1983) e *Uso múltiplo das águas do rio São Francisco* (1984).

LUZ, Douglas Souza

Engenheiro-chefe do Departamento de Estudos e Controle e engenheiro-superintendente da Eletrocap; engenheiro-chefe do Escritório Regional do Paraná, engenheiro-chefe do Departamento de Construção e Geração e diretor de Engenharia e Construção da Eletrosul; diretor-presidente da Copel; chefe do Departamento de Recursos Energéticos da Eletrobrás; presidente da Eletronorte

Douglas Souza Luz nasceu em Curitiba (PR) no dia 31 de outubro de 1934.

Acervo Eletronorte



Formou-se engenheiro civil pela Universidade do Paraná (UPR), atu-

al Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1957.

Iniciou sua carreira profissional no ano seguinte, quando ingressou na Servix Engenharia S.A. (Servix) como engenheiro responsável pela área técnica na construção da Usina Hidrelétrica Jurumirim, também denominada Usina Hidrelétrica Armando Avellanal Laydner, exercendo essa função até 1962. Em 1961 foi o engenheiro responsável pela implantação do canteiro de obras e acampamento da Usina Hidrelétrica Xavantes. No ano seguinte foi engenheiro-superintendente das obras civis da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp). Em 1963 foi engenheiro-superintendente da obra da Usina Hidrelétrica Salto Grande do Iguaçu.

Deixando a Servix em 1964, ingressou na Central Elétrica Capivari-Cachoeira S.A. (Eletrocap), empresa especialmente organizada para realizar a construção da Usina Hidrelétrica Gov. Parigot de Souza, também denominada Usina Hidrelétrica Capivari-Cachoeira. Na Eletrocap, exerceu o cargo de chefe do Departamento de Estudos e Controle de 1964 a 1969. No ano seguinte passou a engenheiro-superintendente da empresa, função que desempenhou até 1971, quando se transferiu para as Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) – empresa que mais

tarde seria transformada na Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul).

Assumiu na Eletrosul o cargo de engenheiro-chefe do Escritório Regional do Paraná, unidade responsável pelo apoio técnico-administrativo da Usina Hidrelétrica Salto Osório e pela ligação entre a Eletrosul e a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel). Exerceu essa função até 1974, quando passou a engenheiro-chefe do Departamento de Construção e Geração, unidade responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Salto Osório e da Usina Hidrelétrica Salto Santiago, bem como da Usina Termelétrica Jorge Lacerda III. Em janeiro e maio de 1975 exerceu, interinamente, o cargo de diretor de Engenharia e Construção da Eletrosul.

Em setembro desse ano, deixou a chefia do Departamento de Engenharia e Construção e assumiu a função de assistente executivo do diretor dessa área, tornando-se responsável direto por todos os serviços de engenharia e construção de usinas hidrelétricas e termelétricas, linhas de transmissão, subestações, sistemas de comunicação e edificações diversas. Permaneceu nesse cargo até janeiro de 1976. Assumiu a Diretoria de Engenharia e Construção, permanecendo nesse cargo até 1979.

Em março desse último ano assumiu a Presidência da Copel, tendo permanecido no cargo até fevereiro de 1981.

Douglas Souza Luz assumiu a Presidência da Eletronorte em 7 de janeiro de 1983, em substituição a Raul Garcia Llano, que havia deixado o cargo em 14 de dezembro do ano anterior, e que vinha sendo substituído, interinamente, por Hélio Cunha Costa. Exerceu essa função até 10 de setembro de 1984, tendo sido substituído, em caráter interino, por Hélio Cunha Costa, e depois, efetivamente, por Miguel Rodrigues Nunes.

Faleceu em dia 26 de dezembro de 1995.



MACHADO, Kerman José

Diretor-presidente da Cemat; presidente da Escelsa; diretor-presidente da Enersul; e chefe de gabinete da Presidência e diretor técnico da Eletronorte

Kerman José Machado nasceu em Campo Grande (MT) em 22 de novembro de 1926.

Formou-se em Engenharia Eletro-Mecânica em 1949 pelo Institu-

to Eletrotécnico de Itajubá, atual Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Efei).

Iniciou suas atividades profissionais em 1950, como engenheiro responsável pela Sociedade Campo-grandense de Engenharia Ltda. (Socel). Participou da elaboração dos projetos da Usina Hidrelétrica Casca II, da Usina Termelétrica Maracaju e da Usina Termelétrica Rio Brilhante.

Desempenhou atividades no serviço público no estado do Mato Grosso entre 1957 e 1975, tendo sido secretário de Viação e Obras Públicas da Prefeitura Municipal de Campo Grande e diretor da Companhia Matogrossense de Siderurgia (Cosima). Representou o estado do Mato Grosso na Subcomissão de Estudos Hidrelétricos da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí (CIBPU).

Ingressou na Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (Cemat) em 1957, tendo chefiado a Superintendência de Obras do Setor Sul, quando do desenvolvimento do projeto da Usina Hidrelétrica Mimoso. Na mesma época foram instalados 20 MW em unidades diesel nas cidades de Campo Grande, Aquidauana e Corumbá. Foi assessor da Diretoria da Cemat junto à Centrais Elétricas de São Paulo S.A. (Cesp) – depois denominada Companhia Energética de São Paulo (Cesp) –, à Centrais

Elétricas de Urubupungá S.A. (Celusa), e ao escritório da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) no Brasil, no financiamento para a expansão do sistema de geração, transmissão e distribuição de energia no sul do estado.



Acervo pessoal

Assumiu a Presidência da Cemat em 1970. Sua gestão foi marcada por uma profunda reforma administrativa, a qual resultou na reformulação das diretorias técnicas e administrativas da empresa, na implantação de política de cargos e salários e na modernização de procedimentos comerciais. Realizou investimentos na expansão do sistema elétrico, tendo-se verificado a ampliação de 45 MW na potência instalada, na geração hidro e termelétrica. Foi reali-

zada a ampliação da Usina Hidrelétrica Mimoso, além da recuperação de redes de distribuição, da ampliação de 100 quilômetros do sistema de transmissão Rio Verde – Alto Araguaia – Rondonópolis – Cuiabá e da duplicação do sistema Jupia – Mimoso – Campo Grande.

Deixou a Cemat em maio de 1975, tendo ingressado em seguida na Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), como assistente da Diretoria Técnica, função que manteve até agosto do mesmo ano. Na Eletronorte, atuou na avaliação e na análise dos projetos da Usina Hidrelétrica Tucuruí, da Usina Hidrelétrica Couto de Magalhães, da Usina Hidrelétrica Cotingo, da Usina Hidrelétrica São Félix e da Usina Hidrelétrica Barra do Peixe.

Em outubro do mesmo ano assumiu a Presidência da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa), no lugar de Luiz Moreira Barbirato.

Na Escelsa, foi responsável pela expansão do sistema de transmissão e pela ampliação da potência instalada em subestações, totalizando um acréscimo de 420 MW para o suprimento de cargas industriais, e de 238 MW para o consumo tradicional. Na área de eletrificação rural, ampliou o atendimento a seis mil novas propriedades. Concluiu o centro operativo em Carapina e as linhas de transmissão João Neiva – Linhares

– Nova Venécia e Cachoeiro – Iuna. Por intermédio de convênios específicos com o governo estadual, realizou o atendimento a 5.630 novos consumidores de baixa renda.

Deixou a Presidência da Escelsa em abril de 1979. No mesmo mês, por solicitação do governo do recém criado estado do Mato Grosso de Sul, atuou no processo de cisão da Cemat, do qual resultou a criação da Empresa Energética do Mato Grosso do Sul (Enersul), e participou de negociações com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e o governo do estado com vistas à fixação do capital social da nova empresa. Foi o primeiro diretor-presidente da Enersul.

Em agosto, tendo-se concluído o processo de criação dessa empresa, retornou à Eletronorte, como chefe do Gabinete da Presidência, vindo a assumir a Diretoria Técnica em 1982. Desse ano até 1989, foi responsável pela coordenação dos orçamentos de investimentos e pela coordenação técnica dos projetos da Usina Hidrelétrica Tucuruí, da Usina Hidrelétrica Balbina, da Usina Hidrelétrica Samuel, da Usina Termelétrica Manaus e da Usina Termelétrica Porto Velho.

Aposentou-se em abril de 1991 e passou a atuar, entre 1996 e 1999, como consultor do Conselho Nacional

de Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq) e do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), tendo contribuído na formulação do programa de promoção social denominado Xingó, de desenvolvimento regional do Médio São Francisco, voltado para a oferta de oportunidades educacionais à população dessa região.

Em agosto de 2001 foi designado pelo MCT para a criação de núcleo de gestão do Projeto Energia Brasil, com o objetivo de estruturar os cursos promovidos pelo CNPq, em associação com universidades federais, voltados para a formação em Conservação de Energia.

MACHADO, Luiz Laércio Simões

Chefe do Departamento de Distribuição de Material, superintendente de Relações Industriais, superintendente de Material, superintendente de Recursos Humanos e presidente de Furnas

Luiz Laércio Simões Machado nasceu em Brasópolis (MG) no dia 14 de setembro de 1941.

Formou-se em Engenharia Mecânica e Elétrica pelo Instituto Eletrotécnico de Itajubá, atual Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Efei), em 1964.

Iniciou, no ano seguinte, longa carreira como funcionário da Central Elétrica de Furnas S.A. (Furnas), depois denominada Furnas Centrais Elétricas S.A (Furnas). Trabalhou inicialmente nos escritórios da empresa em Poços de Caldas (MG) e em Lavras (MG), tendo atuado na construção de linhas de transmissão e de subestações. Em 1970, realizou uma viagem de estudos ao Canadá e aos Estados Unidos, com o objetivo de conhecer linhas de transmissão em Alta Tensão (AT), que até então não haviam sido construídas no Brasil. De volta ao país, assumiu em 1971 a chefia do escritório de Poços de Caldas.



Arquivo Furnas

Em meados dos anos 1970 transferiu-se para Campinas (SP), onde

chefiou o escritório de construção de linhas de transmissão e subestações e o depósito de materiais, subordinado à Diretoria Técnica de Furnas. Em 1976, convidado pelo superintendente de Material, João Mauro Brandão, transferiu-se para o Rio de Janeiro (RJ), onde criou e chefiou o Departamento de Distribuição de Material da empresa. Depois de um ano à frente do novo departamento, foi promovido a adjunto do superintendente de material, cargo que ocupou por seis anos.

Chefiou em seguida a Superintendência de Relações Industriais (1983-1986), a Superintendência de Materiais (1986-1990) e a Superintendência de Recursos Humanos (1990-1991).

Desligou-se da empresa após o retorno de uma missão em Angola (1991-1992), passando a atuar na iniciativa privada, prestando consultorias nas áreas de Engenharia, Desenvolvimento de Modelos de Gestão e Suprimentos para empresas do setor de energia elétrica. Retornou a Furnas em junho de 1995, indicado para presidir a empresa, no lugar de Ronaldo Arthur Cruz Fabrício.

Furnas havia sido incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND) em maio de 1995, e a gestão de Luiz Laércio Simões Machado priorizou o saneamento financeiro e administrativo da empresa.

Em agosto de 1997, em decorrência da decisão de manter a área de geração nuclear sob controle federal e excluída do processo de privatização, foi criada a Eletrobrás Term nuclear S.A. (Eletronuclear), como subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), resultante da fusão da Nuclen Engenharia e Serviços S.A (Nuclen) com a área nuclear de Furnas.

Posteriormente, a Lei nº 9.648, de maio de 1998, autorizou o desmembramento de Furnas em duas empresas de geração e uma de transmissão de energia elétrica. Previa-se com a medida iniciar a venda da empresa pelo segmento de geração, mantendo-se o de transmissão sob poder estatal, por prazo indefinido.

Além da ampliação das atividades no exterior, Furnas realizou ao longo da gestão de Luiz Laércio Simões Machado parcerias com o setor privado. Em 1995, com vistas à conclusão da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, foi firmado contrato com a Serra da Mesa Energia S.A. (Semesa), verificando-se a inauguração desse empreendimento em 1998. Merecem ser destacados também em sua gestão a inauguração da Usina Hidrelétrica Corumbá I, em 1997, e os programas de preservação do meio-ambiente. No setor de transmissão, as iniciativas mais importantes foram a entrada em

operação da linha de transmissão Angra-Rio II, em 500 KV, e a participação da empresa na interligação do Sistema Norte-Sul.

Luiz Laércio Simões Machado deixou a Presidência de Furnas em abril de 1999, sendo sucedido por Luís Carlos dos Santos.

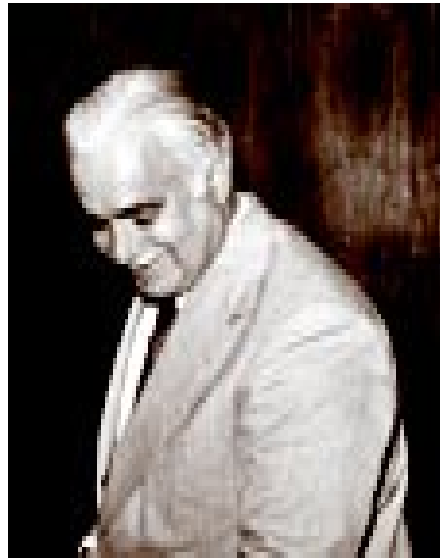
MAGALHÃES, Antônio Carlos
Presidente da Eletrobrás

Antônio Carlos Peixoto de Magalhães nasceu em Salvador (BA) no dia 4 de setembro de 1927.

Formou-se em Medicina em 1952 pela Faculdade de Medicina da Bahia. Foi professor-assistente de Higiene da mesma faculdade e médico do serviço público do estado da Bahia.

Foi deputado estadual de 1955 a 1959 pela União Democrática Nacional (UDN), tendo sido líder do seu partido e do governo na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia. Eleito deputado federal em 1958, nessa legislatura atuou na oposição ao governo de Jânio da Silva Quadros (1961). Reeleito em outubro de 1962, participou das articulações do movimento político-militar de 31 de março de 1964, que depôs o presidente da República João Belchior Marques Goulart (1961-1964). Com a dissolução dos partidos políticos pelo Ato

Institucional n° 2, de 27 de outubro de 1965, e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), agremiação governista criada em abril de 1966. Foi o primeiro presidente da Arena baiana, obtendo novo mandato de deputado federal por essa legenda em novembro de 1966. Licenciou-se em fevereiro de 1967 para assumir a Prefeitura de Salvador, para a qual fora nomeado pelo governador Luís Viana Filho (1967-1971).



Acervo Memória da Eletricidade

Em abril de 1970 deixou a prefeitura e reassumiu sua cadeira de deputado federal, sendo eleito governador pela Assembléia Legislativa do Estado da Bahia em outubro do mesmo ano. Concluiu seu mandato na

Câmara dos Deputados no fim de janeiro de 1971 e assumiu a chefia do Executivo baiano em março seguinte. Permaneceu no cargo até março de 1975, tendo sido substituído por Roberto Figueira Santos.

Em novembro desse ano foi nomeado pelo presidente Ernesto Geisel (1974-1979) para a Presidência da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobrás), em substituição a Mario Penna Bhering.

No primeiro ano de sua gestão, registrou-se o aumento da capacidade instalada do sistema elétrico brasileiro de 19.563 MW para 21.796 MW. Os programas de transmissão e distribuição foram expandidos em 3.211 km de novas linhas de transmissão em tensões acima de 138 kV e foram realizadas mais de 912.000 ligações de novos consumidores. No final de 1976, o ativo real da Eletrobrás acusava um aumento de 61% sobre o valor apurado no ano anterior, e os ingressos de recursos financeiros na empresa haviam apresentado um crescimento real de 21%.

Em meados de 1977, Antônio Carlos Magalhães manifestou-se contrário à encampação, pelo governo brasileiro, das empresas do Grupo Light, então responsável pelo fornecimento de energia elétrica à maior parte da região Sudeste do país. Foi criado por sua iniciativa na Ele-

trobrás um grupo permanente de estudos incumbido de acompanhar a atuação daquela empresa, com o objetivo de assessorar o governo nessa questão, vindo a concretizar-se, entretanto, a operação de compra no final de 1978.

Durante sua gestão, o programa de eletrificação rural, iniciado em 1976, beneficiou 671 municípios de 21 unidades da Federação. O setor de energia elétrica manteve em 1977 altas taxas de crescimento, o que levou o Brasil a atingir a marca dos 100 bilhões de KW/h de geração bruta de energia. Nesse ano, o governo aprovou a interligação dos sistemas elétricos regionais para possibilitar o transporte de eletricidade de um ponto a outro do país, ligando sistemas distantes do território nacional. A capacidade geradora foi acrescida de 1.737 MW, com a entrada em operação de novas unidades geradoras. Ao final de 1977, o capital social da empresa alcançou Cr\$ 27,5 bilhões, enquanto que o patrimônio líquido ascendia a Cr\$ 52,5 bilhões (em moeda da época).

Permaneceu à frente da Eletrobrás até maio de 1978, quando foi substituído por Arnaldo Rodrigues Barbalho. Deixando o cargo, postulou novamente a indicação ao governo baiano na convenção da Arena e, em setembro seguinte, foi eleito governador pelo colégio eleitoral do

estado. Em janeiro de 1979 começou a circular o diário *Correio da Bahia*, de sua propriedade, em sociedade com o ex-governador da Bahia Antônio Balbino e o embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima. Assumiu o governo baiano em março seguinte, substituindo Roberto Santos.

Com a extinção do bipartidarismo em novembro de 1979, filiou-se no ano seguinte ao Partido Democrático Social (PDS). Permaneceu à frente do Executivo baiano até março de 1983, tendo sido substituído por João Durval Carneiro. Tornou-se presidente da Fundação Baiana de Estudos Econômicos e Sociais, ligada ao Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Desenbanco)

Em abril de 1984, após a derrota na Câmara dos Deputados da Emenda Dante de Oliveira, que propunha a realização de eleições diretas para presidente da República, Antônio Carlos Magalhães apoiou a pré-candidatura do ministro do Interior Mário Davi Andreazza para o Colégio Eleitoral, o qual viria a ser derrotado por Paulo Salim Maluf na convenção do PDS realizada em agosto seguinte. Em seguida, Antônio Carlos Magalhães aderiu à ala dissidente dessa agremiação que juntamente com partidos de oposição e liderada pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), na denominada Frente Li-

beral, elegeu Tancredo de Almeida Neves e José Sarney Costa, respectivamente, presidente e vice-presidente da República no Colégio Eleitoral em janeiro de 1985. No novo governo, exercido por José Sarney a partir de 15 de março em razão da doença e posterior falecimento do presidente eleito, coube a Antônio Carlos Magalhães a pasta das Comunicações, em substituição a Haroldo Correia de Matos.

Em janeiro de 1986 ingressou no Partido da Frente Liberal (PFL). Permaneceu no Ministério das Comunicações até março de 1990, quando, no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), essa pasta passou a integrar o Ministério da Infra-Estrutura (Minfra), assumido por Ozires Silva. Voltou ao governo da Bahia, desta feita pelo voto direto, ao ser eleito em outubro de 1990 na legenda do PFL. Exerceu o cargo de março de 1991, quando assumiu em substituição a Nilo Augusto de Moraes Coelho, até março de 1994, quando deixou o Executivo baiano para concorrer ao Senado. Nessa oportunidade, foi substituído pelo então presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Antônio José Imbassahy da Silva. Eleito no pleito de outubro desse ano, assumiu o mandato no Senado em fevereiro de 1995, tendo sido eleito presidente dessa casa em 1997, substituindo o agora senador

pelo Amapá José Sarney, e reeleito em 1999. Exerceu essa função até fevereiro de 2001, tendo renunciado ao mandato neste mesmo ano, quando foi substituído por Jäder Fontenelle Barbalho.

MAGALHÃES, José Duarte de
Diretor-Geral do Dnaee

José Duarte de Magalhães nasceu em Caratinga (MG).

Formou-se em Engenharia Civil e Elétrica pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Águas e Energia Elétrica (Dnaee), órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia (MME).

Representou a Divisão de Águas no Grupo de Trabalho de Sete Quedas (GTSQ) e no Grupo de Trabalho de Conversão de Frequência e presidiu o Grupo de Trabalho para Estudos do Alto Paraíba. Foi também membro da comissão especial criada para rever e atualizar o Código de Águas e representou o governo brasileiro na X Conferência Anual sobre Energia Elétrica, em San Juan (Porto Rico).

Como delegado do Brasil, compareceu à V Reunião do Decênio Hidrológico Internacional, em Paris (França).

MAGALHÃES, Luiz Cláudio de Almeida

Gerente de Distribuição de Energia da Cidade Industrial (MG), superintendente de Distribuição de Energia, diretor de Distribuição de Energia e vice-presidente da Cemig; diretor-superintendente da Ermig; presidente do Sindicato das Indústrias de Energia Hidro e Termo Elétrica do Estado de Minas Gerais; presidente de Furnas; assessor especial do Ministro das Minas e Energia

Foi chefe de seção, diretor da Divisão de Águas e diretor-geral (1968-1974) do Departamento Nacional de

Luiz Cláudio de Almeida Magalhães nasceu em Belo Horizonte (MG) no dia 21 de julho de 1922.

Acervo Aneel



No período da Segunda Guerra Mundial, fez o curso do Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva (CPOR) de 1940 a 1942, da arma de Artilharia, sendo promovido a segundo tenente em 1943, com estágio no 8º Regimento de Artilharia Montada em Pouso Alegre (MG). Formou-se em 1946 em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais, atual Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Foi prefeito municipal de Machado (MG) de 1946 a 1947 e engenheiro-chefe de oficinas da Rede Mineira de Viação (RMV) desse ano até 1952.

Em 1953 ingressou na Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A (Cemig), atual Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), como gerente de Distribuição de Energia da Cidade Industrial (MG). Permanecendo nessa gerência entre 1952 e 1955, ocupou sucessivamente vários cargos de chefia e superintendências nas áreas de Relações Industriais, Relações Públicas, Organização e Métodos e Gestão Empresarial, entre outras, destacando-se o de superintendente de Distribuição de Energia, entre 1956 e 1962.

Entre 1963 e 1974 foi também diretor-superintendente da Eletrificação Rural de Minas Gerais S.A. (Ermig), empresa pioneira no Brasil

que serviu de modelo a várias outras empresas congêneres em diversos estados. Como subsidiária da Cemig, a Ermig foi posteriormente incorporada por aquela empresa, após ter levado o serviço de eletricidade a centenas de fazendas, distritos e localidades rurais.

Também em 1963, realizou nos Estados Unidos o primeiro curso sobre eletrificação rural, ali realizado para participantes da América Latina, patrocinado pela Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) e copatrocinado pela entidade que congrega as cooperativas de eletrificação rural dos EUA, National Rural Electrification Cooperatives Association (NRECA).



Acervo Furnas

Foi o primeiro diretor da Diretoria de Distribuição de Energia, criada em 1964, tendo sido o principal responsável pelo planejamento e implantação do sistema de distribuição da Cemig, que em sua gestão estendeu-se a cerca de 600 localidades de Minas Gerais. Permaneceu nesse cargo até 1970.

Foi também presidente do Sindicato das Indústrias de Energia Hidro e Termo Elétrica do Estado de Minas Gerais (1967-1969).

Foi vice-presidente da Cemig de 1968 a 1974, e nesse período ocupou em diversas ocasiões o cargo de presidente em exercício da empresa.

Exerceu o cargo de secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais e integrou o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico (1970-1971), no governo Israel Pinheiro da Silva (1966-1971).

Em abril de 1974, assumiu a Presidência de Furnas Centrais Elétricas S.A (Furnas), em substituição a John Reginald Cotrim. Durante sua gestão, foi inaugurada a Usina Hidrelétrica Marimondo e construída a Usina Hidrelétrica Itumbiara, foi concluída a Usina Termonuclear Angra I e iniciada a construção da Usina Termonuclear Angra II. Na mesma ocasião verificou-se a assinatura do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, ato no qual a empresa teve participação importante. A atenção ao meio ambiente foi

uma das principais preocupações de sua administração, destacando-se as iniciativas pioneiras no campo da piscicultura e de reflorestamento ciliar e das áreas ocupadas por usinas e subestações. Em 1978 deixou a Presidência de Furnas, tornando-se assessor especial do Ministro das Minas e Energia, César Cals de Oliveira Filho. Foi sucedido em Furnas por Licínio Marcelo Seabra.

Em 1982, por indicação do MME, como representante do Brasil, assumiu o cargo de Diretor Técnico da Organização Latino-Americana de Energia (Olade), sediada em Quito, Equador, onde residiu até 1984.

De volta ao Brasil, foi diretor executivo do Banco Mercantil do Brasil (BMB), entre 1984 e 1988, e diretor executivo do BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. Tornou-se membro do Conselho de Administração da Companhia de Águas e Saneamento de Minas Gerais (Copasa) e do Conselho de Administração da Cemig.

Foi também membro do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e do Conselho Fiscal da Petróleo Brasileiro S.A. – Distribuidora (Petrobrás – BR). Presidiu e foi membro do Conselho Superior do Centro das Indústrias da Cidade Industrial (MG). Recebeu o título de Economista Honorário pela

Sociedade de Economistas de Minas Gerais.

MEDEIROS, Norberto de Franco

Diretor Econômico-Financeiro da Eletrobrás; diretor-financeiro da Light; diretor financeiro da Nuclen; secretário de Minas e Energia do Estado do Rio de Janeiro; diretor financeiro e presidente (interino) de Furnas; presidente do CBCME; membro do World Energy Council's Programme Committee

Norberto de Franco Medeiros nasceu em Juiz de Fora (MG) em 7 de novembro de 1938.

Acervo Furnas



Formou-se engenheiro electricista pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, atual Uni-

versidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1962. No ano seguinte especializou-se em Projetos de Máquinas e Controles Elétricos na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Fez pós-graduação em Engenharia Econômica na UFRJ em 1965 e também os cursos de Proteção e Controle de Sistemas Elétricos, na General Electric do Brasil S.A., e o de Produtividade Industrial, no Grupo de Estudos de Produtividade Industrial da UFRJ. cursou Avaliação de Projetos, com patrocínio do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica e da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), o General Projects Evaluation Course, no Economic Development Institute (EDI) do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), em Washington, de 1966 a 1967, o Curso Superior de Guerra na Escola Superior de Guerra (Esg), em 1981 e o MBA Energy Management da Fundação Dom Cabral, no Rio de Janeiro.

Foi estagiário de Engenharia na fábrica de equipamentos da General Electric, engenheiro comissionado na Divisão de Engenharia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) – depois Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - e chefe da Divisão de Análise Técnico-Econômica da Cen-

trais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobrás) de 1963 a 1967. Foi coordenador do setor de Energia Elétrica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica em 1966, assistente do presidente da Eletrobrás Mario Penna Bhering de 1967 a 1974, diretor do Comitê Brasileiro do Conselho Mundial da Energia (CBCME), chefe da Assessoria Especial da Presidência da Eletrobrás; e diretor Econômico-Financeiro da Eletrobrás, de 1974 a 1980.

Foi diretor de Finanças da Light - Serviços de Eletricidade S. A. (Light), diretor financeiro da Nuclebrás Engenharia S.A. (Nuclen), subsecretário e secretário de Estado de Minas e Energia do Rio de Janeiro.

Em junho de 1990 assumiu a Diretoria Financeira de Furnas Centrais Elétricas S. A. (Furnas).

Em abril de 1994, Norberto Medeiros assumiu, interinamente, a Presidência de Furnas, em substituição a Marcello Lignani Siqueira, que deixara a função para concorrer a mandato eletivo. Nessa condição, passou a integrar o Conselho de Administração da empresa. Exerceu o cargo até o ano seguinte, quando assumiu o novo presidente Ronaldo Arthur Cruz Fabrício. Permaneceu na Diretoria Financeira até julho de 1999, quando foi sucedido por Paulo Roberto Ribeiro Pinto.

É presidente do CBCME, desde agosto de 1999.

Foi também membro do Conselho de Administração da Eletrobrás, do Conselho de Administração da Companhia Estadual de Gás (CEG) do Rio de Janeiro, do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), do Conselho de Administração da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), do Conselho de Administração da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), do Conselho de Administração da Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro (CERJ), do Conselho de Administração da Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), do Conselho de Administração da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S. A. (Eletropaulo), do Conselho de Administração da Light Participações S. A. (Lightpar) e do Conselho de Administração da Eletrobrás Termonuclear S. A. (Eletronuclear).

MELLO, Tullio Romano Cordeiro de

Superintendente comercial da Rio Light S.A. – Serviços de Eletricidade e Carris; superintendente de Concessões da Rio Light S.A. – Serviços de Eletricidade; superintendente de Tarifas, diretor de Tarifas e Mercado, vice-presidente de Pla-

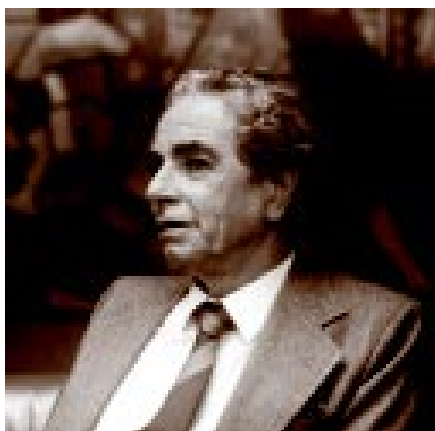
nejamento Empresarial, diretor de Planejamento Empresarial e presidente da Light; diretor da BAI – Brascan Administração Investimentos Ltda.

Tullio Romano Cordeiro de Mello nasceu em Catende (PE) no dia 20 de julho de 1924.

Formou-se engenheiro mecânico-eletricista pelo Instituto Eletrotécnico de Itajubá, atual Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Efei), em 1949.

Começou sua carreira na Fábrica Nacional de Motores (FNM), inicialmente como auxiliar técnico (1949) e depois como assistente do Serviço de Instalação e Manutenção (1950-1951). Trabalhou em seguida na Hadan Engenharia Ltda., tendo participado, nessa empresa, do projeto de iluminação pública da cidade de Bela Vista (MT) e da elaboração de orçamentos e especificações técnicas para a reconstrução da Usina Hidrelétrica Casca II, em Cuiabá (MT) (1951-1952). Na mesma época, trabalhou na F. A. Ditll Engenharia Ltda. (1951-1952) e na Automáticos Elétricos Ltda. (1951-1954), sendo que, nessa última empresa, tomou parte na construção da nova central geradora termelétrica da Usina de Barcelos (RJ) e do estudo para recuperação da barragem da Usina Hidrelétrica Aiuroca (MG).

Em 1954, transferiu-se para a Deerns Planejamento e Engenharia S.A., subsidiária da Adviesbureau P. W. Deerns N. V. e da Nederlandsch Bureau voor Ingenieurswerke, ambas com sede em Haia, Holanda, tornando-se seu diretor executivo entre 1957 e 1960. Nessa empresa, dirigiu o Projeto de Via Navegável Tibagi-Parapanema-Paraná-Ivinheima-Brilhante, entre 1954 e 1959.



Acervo pessoal

Em 1960 foi contratado pela Rio Light S.A., depois denominada Rio Light S.A. – Serviços de Eletricidade e Carris, tendo ocupado os cargos de assistente do diretor superintendente geral (1960-1961) e de subchefe do Departamento Comercial (1961-1962). Nesse período, realizou exame e alteração das normas e métodos do serviço de suprimentos, exame e reforma das normas e métodos dos serviços comerciais e de

atendimento a consumidores e reforma organizacional e reformulação das normas e métodos do Departamento Comercial. Como superintendente comercial (1963-1966), atuou na supervisão administrativa, na preparação e controle de racionamentos e na coordenação da reformulação do sistema de atendimento ao público. Participou nos estudos para adaptação da empresa ao regime de serviço pelo custo, na implantação de métodos de cálculo de tarifas e reajustes tarifários, na preparação de processos de reajuste e revisão tarifária, na chefia do grupo de supervisão da conversão de frequência para 60 Hz e na preparação dos projetos de decretos que regulamentaram a execução dos tombamentos dos bens das concessionárias de energia elétrica.

Em 1965, a empresa teve sua razão social alterada para Rio Light S.A. – Serviços de Eletricidade. Como superintendente de Concessões (1966-1967), Tullio Romano Cordeiro de Mello participou da preparação dos processos de revisão e reajuste tarifário e nos estudos financeiros e tarifários para a fusão da empresa com a São Paulo Light S.A. - Serviços de Eletricidade, o que foi concretizado em 1967. A empresa resultante dessa fusão recebeu a denominação Light – Serviços de Eletricidade S.A. (Light).

Como superintendente de Tarifas (1968-1972), atuou na criação e desenvolvimento desse órgão, na preparação de cálculos e processos de reajuste tarifário e no preparo dos projetos de decretos que fixaram a estrutura tarifária no regime de serviço pelo custo. Como consultor da Presidência para assuntos tarifários (1972-1977) e diretor de Tarifas e Mercado (1973-1974), participou na revisão do Plano de Contas das Empresas de Energia Elétrica e nos estudos de reestruturação administrativa da empresa. Supervisionou a revisão das normas e procedimentos comerciais e de atendimento ao público e participou nos estudos de organização dos serviços de planejamento financeiro e tarifário.

Passou em seguida a vice-presidente de Planejamento Empresarial (1974-1979), tendo sido responsável pela reformulação dos instrumentos de planejamento e pela supervisão dos trabalhos de reformulação do sistema orçamentário. De 1976 a 1978, exerceu também o cargo de diretor da BAI - Brascan Administração e Investimentos Ltda., responsável pela orientação centralizada e administração das empresas do Grupo Light. Presidiu nesse período o Comitê de Tarifas e Mercado, o Comitê e o Sub-Comitê de Assuntos Orçamentários. Foi novamente consultor de Tarifas e Mercado (1977-

1982), tendo realizado a preparação dos planos financeiros, cálculos e processos de reajuste tarifário.

Com a compra da Light pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) em 1979, passou a diretor de Planejamento Empresarial (1979-1982), tendo desenvolvido atividades relacionadas à supervisão dos serviços de organização, normas e métodos, ao processamento de dados e informação gerencial e ao planejamento orçamentário e tarifário.

Em 1982, foi consultor da Vice-Presidência da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo). No mesmo ano, tornou-se coordenador de Planejamento e Programação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Desempenhou posteriormente as funções de chefe do Gabinete da Presidência dessa entidade, tendo substituído o presidente da mesma em algumas ocasiões (1982-1984).

Retornou à Light em 1984, atuando na análise da implantação de um novo sistema de planejamento e atendimento e da proposição de medidas de aperfeiçoamento. Assumiu a Presidência da empresa em maio de 1985, em substituição a Luiz Oswaldo Norris Aranha. Na Presidência, conduziu os processos de recuperação e ampliação do sistema elétrico, estruturação organizacio-

nal e recuperação financeira da empresa. Permaneceu no cargo até abril de 1990, tendo sido substituído por José Marcondes Brito de Carvalho.

Em 1994, foi eleito presidente do Conselho Consultivo do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil - Memória da Eletricidade.

Passou a atuar em seguida como consultor de empresas e entidades. Entre 1996 e 1999, participou, como membro do Conselho Superior, dos estudos para Revisão Institucional do Setor Elétrico (Revise). No âmbito do Revise, colaborou na formulação do projeto de lei para regulamentação do dispositivo constitucional que estabeleceu o regime de concessão dos serviços públicos, o qual foi transformado na Lei n.º 8.987, de 1995, e na formulação do projeto de lei para revisão do regime de serviços públicos de energia elétrica, que teve como consequência a Lei n.º 9074, de 1995.

Foi membro da Associação Promotora de Estudos de Economia, do Comitê de Altos Dirigentes da Comissão de Integração Elétrica Regional (Cier), da Confederação Nacional do Comércio (CNC), da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e da Academia Nacional de Engenharia (ANE).

MELRO, Paulo

Presidente da Comissão de Energia Elétrica de Santa Catarina; presidente da Celesc; presidente da Eletrosul

Paulo Afonso de Freitas Melro nasceu em Blumenau (SC) no dia 7 de março de 1928.

Acervo pessoal



Transferindo-se para Itajubá (MG), fez o curso de Engenharia do Instituto Eletrotécnico de Itajubá, depois Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Efei), pelo qual diplomou-se engenheiro mecânico-eletricista em 1952. De volta a Santa Catarina, em dezembro desse mesmo ano ingressou na Empresa Força e Luz Santa Catarina (EFLSC), na função de engenheiro, vindo a chefiar o Departamento de Distribuição da mesma empresa.

Em 1961 assumiu a Presidência da Comissão de Energia Elétrica de Santa Catarina, tendo coordenado o planejamento energético estadual, inclusive a eletrificação rural. Em 1967 tornou-se membro do conselho consultivo da Sociedade Termoelétrica de Capivari S.A. (Sotelca) em Tubarão (SC), e representante do governo catarinense na Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí (CIBPU).

Em julho desse ano assumiu a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul), órgão de desenvolvimento regional vinculado ao Ministério do Interior e sediado em Porto Alegre (RS), exercendo essa função até fevereiro de 1979. Nesse período integrou a delegação brasileira à III Reunião da Comissão Técnica Ad Hoc para o projeto de integração energética, realizado em abril de 1972, em Buenos Aires, na Argentina.

Presidiu a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc) de 1979 a 1982. Em novembro desse último ano foi eleito deputado federal por seu estado na legenda do Partido Democrático Social (PDS). Empossado em fevereiro de 1983, tornou-se membro titular da Comissão de Minas e Energia.

Em março de 1985, Paulo Melro foi eleito primeiro-vice-presidente da Comissão de Minas e Energia. Foi

coordenador da bancada do Partido da Frente Liberal (PFL) na Câmara dos Deputados e integrou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que discutiu a política nacional de mineração no tocante à concessão de alvarás para extração e comercialização de minerais estratégicos.

Concorreu à reeleição em novembro de 1986, obtendo uma suplência. Deixou a Câmara dos Deputados no fim de janeiro de 1987, ao encerrar o mandato.

Em 23 de abril seguinte, assumiu a Presidência da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S. A. (Eletrosul) – empresa que mais tarde seria transformada na Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) - e do seu Conselho de Administração, substituindo Wilmar Dallanhol.

Durante sua gestão, a receita proveniente da venda de energia elétrica em 1987 representou um aumento nominal de 308,1% em relação ao ano anterior e verificou-se um crescimento no mercado da ordem de 6,7% na demanda de potência e de 3,1% no consumo de energia. No ano seguinte, em atendimento ao Programa Decenal de Geração (1988-1997) da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), deu-se prosseguimento às obras prioritárias da Usina Termelétrica Jorge Lacerda IV e da Usina Termelétrica Jacuí I. Ocupou esse

cargo até 27 de abril de 1989, quando foi substituído por Fernando José Caldeira Bastos. A partir de então, retirou-se para a iniciativa privada.

MENEZES, Amaury Alves de
Diretor-Técnico e presidente (interino) da Chesf

Amaury Alves de Menezes nasceu no Rio de Janeiro (DF), no dia 1º de dezembro de 1917.

Formou-se engenheiro eletricista pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá, em Itajubá (MG). Foi professor do Instituto de Eletrotécnica da antiga Escola Politécnica, atual Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



Acervo Chesf

Em 1961 assumiu o cargo de diretor-técnico da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), em substituição a Carlos Berenhauser Júnior, que ocupava a função interinamente. Com a morte do engenheiro Antônio José Alves de Souza, presidente da empresa, em dezembro desse ano, Amaury Alves de Menezes assumiu a Presidência em caráter interino, cargo que passou a acumular com o de diretor-técnico. Permaneceu na Presidência até maio do ano seguinte, data da posse de Apolônio Jorge de Faria Sales. Manteve-se como diretor-técnico até maio de 1974, quando deixou a Chesf.

Ingressou em seguida no Escritório Técnico Carlos Berenhauser Júnior, tornando-se vice-presidente dessa empresa e mantendo-se nessa função até 1977. No mesmo ano transferiu-se para a Monasa - Montreal Engenharia S. A., empresa de consultoria.

Faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 1977.

MENEZES, Luiz Carlos

Chefe do Setor de Sondagem, subchefe da Seção de Projetos Hidrelétricos, chefe da Seção de Custos Industriais, assessor técnico da Presidência, chefe do Escritório do Rio de Janeiro e procurador da CEEE; diretor-técnico da Cemat; chefe do De-

partamento de O&M e diretor de Coordenação da Eletrobrás; diretor de Distribuição da CPFL; diretor da CPE; diretor de Distribuição da Cesp; diretor-geral do Dnaee; presidente da Chesf; chefe de Gabinete do Ministro das Minas e Energia



Acervo Aneel

Luiz Carlos Menezes nasceu em Caxias do Sul (RS) no dia 24 de dezembro de 1926.

Formou-se engenheiro civil e engenheiro mecânico e eletricitista em 1951 pela Universidade do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre (RS).

Ingressou na Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) em 1952 como engenheiro auxiliar da Seção de Projetos Hidrelétricos, cargo que exerceu até 1956, quando assumiu a chefia do Setor de Sondagem. Permaneceu nessa função até

1963, quando passou a subchefe da Seção de Projetos Hidrelétricos, na qual permaneceu até o ano seguinte. De 1965 a 1966 exerceu a chefia da Seção de Custos Industriais e, nesse último ano, tornou-se assessor-técnico da Presidência, função que exerceu até 1967. Nesse mesmo ano foi designado chefe do escritório e procurador da empresa no Rio de Janeiro (GB), tendo exercido essas funções até 1968, quando assumiu o cargo de diretor-técnico da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (Cemat).

No ano seguinte, começou a trabalhar na Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobrás), tendo assumido nessa empresa a chefia do Departamento de O&M e a Assessoria de Bem-Estar. Exerceu esses cargos até abril de 1971, quando assumiu o cargo de diretor de Distribuição da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), no qual permaneceria até abril de 1975. Durante esse período, assumiu, interinamente, a Presidência da empresa em cinco oportunidades: em novembro e dezembro de 1971; em janeiro, julho e agosto e dezembro de 1973 e em maio de 1974. Em 1973 foi eleito diretor da Companhia Paulista de Eletricidade (CPE), função que exerceu simultaneamente com a que ocupava na CPFL. Também foi presidente interino da CPE em julho e agosto desse

mesmo ano, exercendo essa função até dezembro, quando a empresa foi extinta. Ainda em 1973 assumiu a Diretoria de Distribuição da Centrais Elétricas de São Paulo S. A. (Cesp) – depois denominada Companhia Energética de São Paulo (Cesp) -, na qual permaneceria até o ano seguinte.

Após deixar a CPFL em abril de 1975, assumiu o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee) e tornou-se membro do Conselho de Administração da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). Exerceu esses cargos até 1978, quando deixou o Dnaee para assumir a Diretoria de Coordenação da Eletrobrás. Na mesma ocasião, passou a integrar o Conselho de Administração dessa empresa. Permaneceu nesses cargos até março do ano seguinte, quando retornou ao Dnaee como diretor-geral.

Em 1979 passou a integrar o Conselho de Administração da Light - Serviços de Eletricidade S. A. (Light), então recém-adquirida pelo governo federal.

Em dezembro desse ano foi eleito presidente da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), cargo que assumiu em substituição a Arnaldo Rodrigues Barbalho. Durante sua gestão, destacaram-se na área de geração a conclusão da Usi-

na Termelétrica Camaçari I, a entrada em operação e a inauguração oficial da Usina Hidrelétrica Sobradinho e da eclusa da Barragem de Sobradinho, a entrada em operação da segunda e da terceira unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Paulo Afonso IV e a inauguração oficial dessa usina e a entrada em operação da Usina Termelétrica São Luís II. Na área de transmissão, deve ser mencionada a implantação do sistema de 500 KV de Paulo Afonso a Salvador (BA) e Recife (PE) e a implantação da linha de transmissão de 220 KV entre Sobradinho e Bom Jesus da Lapa (BA). Foram contratadas as obras civis da Usina Hidrelétrica Itaparica e o projeto e a aquisição dos equipamentos da Usina Hidrelétrica Xingó.

Luiz Carlos Menezes permaneceu na Presidência da Chesf até fevereiro de 1983, quando foi substituído por Rubens Vaz da Costa.

Nesse mesmo ano assumiu a chefia de Gabinete do ministro das Minas e Energia, César Cals de Oliveira Filho, cargo que exerceu até março de 1985, ao final do governo do presidente João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985). Durante esse período exerceu, interinamente, o cargo de ministro de Estado dessa pasta em fevereiro de 1984. Após deixar o MME em março seguinte, tornou-se diretor regional em

Brasília (DF) da Iesa- Internacional de Engenharia S.A. A partir de então, dedicou-se a atividades diversas na iniciativa privada.

MORAES, Henrique Mello de
Chefe da Divisão de Coordenação de Projetos, da Divisão de Estruturas e Hidráulica e da Divisão de Hidrologia da Eletronorte; diretor-presidente da Escelsa

Henrique Mello de Moraes nasceu em Cachoeiro do Itapemirim (ES) em 8 de junho de 1948.

Formou-se em Engenharia Civil em 1971 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e concluiu em 1972 pós-graduação no Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre (RS). Posteriormente, especializou-se em Recursos Hídricos pela USGS Water Resources Division, no Colorado (EUA).

Iniciou suas atividades profissionais em 1973, como engenheiro de projetos do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee). Nesse órgão, participou do Projeto Hidrologia, tendo sido responsável pelo Grupo de Hidrologia, encarregado da coleta, análise, processamento e divulgação de dados relativos à rede hidrométrica brasileira.



Deixou o Dnaee em 1975 para ingressar na Monasa Consultoria de Projetos Ltda., tendo atuado na realização de estudos de inventário do rio Erepecuru, do rio Mapuera, e do rio Jatapu, e dos estudos de inventário e viabilidade para aproveitamento hidrelétrico do rio Uatumã, do rio Trombetas e do rio Cotingo.

Ingressou na Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte) em 1977 como assistente do Departamento de Projetos, assumindo logo em seguida e sucessivamente as chefias da Divisão de Coordenação de Projetos, da Divisão de Estruturas e Hidráulica e da Divisão de Hidrologia.

Permaneceu na Eletronorte até 1988, tendo participado da realiza-

ção da Usina Hidrelétrica Manso, da Usina Hidrelétrica Porteira, da Usina Hidrelétrica Tucuruí, da Usina Hidrelétrica Balbina, da Usina Hidrelétrica Samuel, da Usina Hidrelétrica Couto de Magalhães, da Usina Hidrelétrica Cotingo, da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes e da Usina Hidrelétrica Santa Isabel, e dos inventários da bacia do rio Xingu e do rio Jamari, entre outros empreendimentos.

Entre 1983 e 1986 atuou como consultor da Centrais Elétricas do Pará S.A. (Celpa), tendo realizado estudos de inventário e de viabilidade técnica para instalação da Usina Hidrelétrica Aparaí e da Usina Hidrelétrica Aru, estudos de inventário do rio Itapacurá, estudos para aproveitamento do rio Jamanxim e de avaliação da segurança da Usina Hidrelétrica Curuá–Una. Prestou consultoria também para a Centrais Elétricas do Amazonas S.A. (Celetramazon) e para a Construtora Mendes Junior S.A.

Em 1988 foi contratado pela Engevix Engenharia S.A. para assumir a Diretoria Regional de Brasília (DF). Coordenou o Consórcio Engevix-Themag, na realização da Usina Hidrelétrica Tucuruí. Atuou na complementação da primeira etapa e no projeto básico da segunda etapa da mesma usina, e na implantação da primeira parte do sistema

de automação do Centro de Operação da Distribuição da Companhia Energética de Brasília (CEB), entre outras atribuições.

Deixou a Engevix em 1992 para organizar a empresa Eneserv Engenharia e Serviços Ltda., da qual foi sócio-diretor. Neste mesmo ano tornou-se assessor da Secretaria de Obras do Distrito Federal, tendo participado de diversos projetos urbanísticos, destacando-se o do Metrô do Distrito Federal.

Entre 1990 e 1992 presidiu o Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco).

Assumiu a Presidência da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa) em maio de 1993, tendo substituído José Antônio Almeida Pimentel, que vinha exercendo o cargo em caráter interino desde a saída de Carlos Alberto Baptista da Cunha.

Nessa sua gestão, implementou a modernização administrativa da empresa, na busca da redução da inadimplência dos consumidores. Em 1993, destacou-se a assinatura de protocolo de intenções com a Samarco Mineração para a construção da Usina Hidrelétrica Muniz Freire e o investimento de 13,3 milhões de dólares na expansão dos sistemas elétricos da Escelsa. No ano seguinte a empresa deu continuidade

de às iniciativas em prol da ampliação da geração própria de energia, e foram lançados dois novos programas de eletrificação rural.

Ainda na sua gestão, foi concretizado o processo de privatização da Escelsa, vendida à Iven S.A. em leilão de privatização ocorrido em julho de 1995. Foi sucedido no cargo, no mesmo mês, por Ruderico Ferraz Pimentel.

Foi membro do Comitê Brasileiro de Grandes Barragens (CBGB), da Associação Brasileira de Hidrologia e Recursos Hídricos (ABRH) e da American Water Resources Association (AWRA), entre outras entidades.

Publicou diversos trabalhos técnicos, destacando-se Tucuruí: World's largest spillway full time in service since november 1984 (1988), Vertedouro de Tucuruí: estudos hidráulicos (1986) e Operação hidráulica da UHE Tucuruí: política inicial (1985).

MORAES, Pratini de *Ministro das Minas e Energia*

Marcus Vinícius Pratini de Moraes nasceu em Porto Alegre (RS) no dia 23 de abril de 1939.

Formou-se em economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul, em São Leopoldo (RS), em 1963, e

nesse mesmo ano foi nomeado chefe de gabinete do secretário de Economia do Rio Grande do Sul. Em 1964, tornou-se chefe de gabinete do ministro da Indústria e Comércio, Daniel Agostinho Faraco, no governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967). Em 1965 fez um curso de Administração Pública na Alemanha e, no ano seguinte, fez novo curso de pós-graduação, em Administração de Projetos, na Universidade de Pittsburgh, nos Estados Unidos.

Acervo pessoal



Entre 1967 e 1970, no governo de Arthur da Costa e Silva (1967-1969) e no início do governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), foi assessor-chefe da Assessoria Especial da Presidência da República e chefe de gabinete do ministro do Planeja-

mento e Coordenação Geral. Chegou a ocupar interinamente a pasta, substituindo os titulares Hélio Marcos Pena Beltrão (1967-1969) e João Paulo dos Reis Veloso (1969-1979). De 1968 a 1970 foi conselheiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), depois denominado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Assumiu o Ministério da Indústria e Comércio em fevereiro desse último ano, em substituição a Fábio Yassuda. Exerceu o cargo até o fim do governo de Médici, em março de 1974, quando passou a pasta a Severo Fagundes Gomes.

Em 1976, tornou-se presidente do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (Cebeu), cargo que ocuparia por quatro anos. No período 1976-1985, participou do conselho diretor da Fundação Nacional de Comércio Exterior (FNCE), órgão do qual também foi presidente. De 1977 a 1981, integrou e presidiu o conselho consultivo do Centro de Estudos Brasileiros (CEB) da John Hopkins University, nos EUA.

Eleito deputado federal em novembro de 1982 na legenda do Partido Democrático Social (PDS), representando o estado do Rio Grande do Sul, tomou posse em fevereiro de 1983 e tornou-se suplente da Comis-

são de Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

Foi vice-líder do PDS para assuntos econômicos na Câmara dos Deputados. Presidiu o Grupo Parlamentar Metalúrgico, formado no Congresso Nacional por diversos representantes do setor. Deixou a Câmara no fim de janeiro de 1987, ao final da legislatura. Em outubro de 1990, candidatou-se novamente, obtendo uma suplência.

Em abril de 1992, foi nomeado ministro das Minas e Energia pelo presidente da República, Fernando Collor de Mello (1990-1992). Permaneceu na pasta até outubro desse ano, quando Fernando Collor deixou o governo por força da aprovação, na Câmara dos Deputados, da autorização para a abertura do processo de impeachment. Em outubro seguinte transmitiu a pasta ao novo titular, Paulino Cícero de Vasconcelos.

Ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados de fevereiro a julho de 1993 e em janeiro de 1995, quando se encerrou a legislatura.

Em julho de 1999, no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), assumiu o Ministério da Agricultura, no lugar de Francisco Sérgio Turra.

Publicou Complexo carboquímico catarinense (1964) e Programa siderúrgico nacional (1972).

MOREIRA, Sérgio

Presidente da Chesf

Júlio Sérgio de Maya Pedrosa Moreira nasceu em Maceió, mas foi registrado em Capela (AL), no dia 31 de julho de 1960.



Acervo Chesf

Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) em 1982, em novembro desse ano concorreu a uma vaga na Câmara dos Deputados na legenda do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PDMB), obtendo a primeira suplência.

Foi um dos fundadores da Fundação Teotônio Vilela, em 1984, e integrou o seu Conselho Diretor até 1992.

Ainda em 1984 assumiu o mandato de deputado federal, ocupando

a vaga de José Renan Vasconcelos Calheiros e deixando a Câmara dos Deputados com o retorno do titular, no mesmo ano.

Em janeiro de 1986 foi efetivado na Câmara dos Deputados, na vaga aberta com a saída de Djalma Falcão, recém-empossado na prefeitura de Maceió. Em novembro desse ano, candidatou-se a deputado federal constituinte, obtendo novamente uma suplência. Permaneceu no Legislativo federal até o fim de janeiro de 1987, quando se encerraram o seu mandato e a legislatura.

Entre 1987 e 1988 foi secretário de Administração e de Planejamento de Alagoas, no governo de Fernando Collor de Mello (1987-1989). De 1989 a 1991 cuidou da administração do patrimônio familiar e de 1992 a 1993 foi assessor do senador Teotônio Brandão Vilela Filho.

Em junho desse último ano assumiu a Presidência da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), sucedendo a José Antônio Muniz Lopes. Por força do exercício do cargo passou também a integrar o Conselho de Administração da empresa. Durante essa sua gestão foi inaugurada a Usina Hidrelétrica Xingó, com a entrada em operação da primeira unidade geradora em dezembro de 1994, com 500 MW de capacidade instalada. Mais duas máquinas começaram a operar no

ano seguinte, e mais duas em 1996. A sexta e última unidade geradora da Usina Hidrelétrica Xingó entrou em operação em agosto de 1997, tornando-a a maior usina da Chesf, com 3.000 MW de capacidade instalada, e responsável por cerca de 30% da capacidade instalada da região Nordeste. No final da sua administração, o sistema de transmissão da Chesf se estendia da Bahia ao Piauí, interligando-se ao sistema da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte) através da subestação de 500 KV de Boa Esperança.

Permaneceu à frente da Chesf até setembro de 1997, quando foi substituído por Mozart de Siqueira Campos Araújo. Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente de outubro de 1997 a maio de 1998, na gestão de Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, nessa condição foi presidente da Comissão de Desenvolvimento Sustentável e coordenador nacional da Agenda 21, programa resultante da Conferência Rio-92, que previu a articulação do desenvolvimento econômico com a preservação ambiental.

Em maio de 1998 assumiu a Superintendência e Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), substituindo o general Newton Moreira Rodrigues, função na qual permaneceu até janeiro de 1999. No mês seguinte, assumiu o cargo de diretor-presidente

do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

N

NACLINETO, Jorge

Diretor financeiro executivo e diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional

Jorge Nacli Neto nasceu em Curitiba (PR) no dia 20 de maio de 1952.

Formou-se administrador de empresas pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná (FESP).

Acervo pessoal



Iniciou sua carreira profissional como diretor da J. Malucelli Corretora de Câmbio e Valores Mobiliári-

os Ltda. em Curitiba, permanecendo nessa empresa entre 1973 e 1990. Simultaneamente, exerceu o cargo de diretor na Paraná Financeira de 1975 a 1989 e foi vice-presidente do Paraná Banco S. A. de 1988 a 1990.

Em julho desse último ano foi nomeado diretor financeiro executivo da Itaipu Binacional, cargo que exerceu até 31 de dezembro de 1991, quando foi nomeado diretor-geral brasileiro da entidade, em substituição a Fernando Xavier Ferreira. Permaneceu no cargo até abril de 1993, tendo sido substituído por Francisco Luiz Sibut Gomide.

NUNES, Miguel Rodrigues

Superintendente, diretor administrativo, diretor-superintendente e presidente da Cemar; presidente da Eletronorte

Miguel Rodrigues Nunes nasceu em São Luís (MA) no dia 16 de setembro de 1936.

Engenheiro eletricista, iniciou sua carreira profissional em janeiro de 1963 como engenheiro de manutenção da companhia aérea Cruzeiro do Sul S.A., cargo que exerceu até junho desse mesmo ano. No mês seguinte transferiu-se para a Hidrel Engenharia e assumiu a função de engenheiro-chefe de construção, na qual permaneceu até dezembro.



Em janeiro de 1964 ingressou no Ministério das Minas e Energia (MME), como engenheiro no Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee). Nessa função realizou análise e recomendou alterações ou aprovação de cerca de duzentos projetos nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, em todo o território nacional, e atuou na fiscalização e controle da aplicação de recursos federais em obras, por meio de perícias técnicas especiais. Permaneceu no Dnaee até maio de 1966 e, no mês seguinte, foi nomeado superintendente das Centrais Elétricas do Maranhão S.A. (Cemar) – empresa posteriormente denominada Companhia Energética do Maranhão (Cemar). Foi também diretor admi-

nistrativo, diretor-superintendente e presidente dessa empresa.

Em 1968 integrou o Conselho Fiscal da Companhia de Água e Esgoto do Maranhão (Caema) e, de 1969 a 1970, o Conselho de Administração da Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança (Cohebe).

Durante sua gestão à frente da Cemar, Miguel Rodrigues Nunes atuou na eletrificação do interior do estado do Maranhão, tendo construído redes de distribuição em todas as sedes municipais e realizado a reforma geral da rede de distribuição de São Luís. Construiu a malha de subtransmissão para distribuição da Usina Hidrelétrica Presidente Castelo Branco, também denominada Usina Hidrelétrica Boa Esperança, totalizando 80 quilômetros em 69 KV e 3.000 quilômetros em 138 KV. Implantou, também, cerca de 1.000 quilômetros de redes de eletrificação rural e construiu usinas geradoras regionais com capacidade de geração de 26.000 kW, entre outras ações. Foi vice-presidente do Clube de Engenharia do Maranhão de 1972 a 1974 e conselheiro dessa entidade de 1975 a 1977. Em 1974 foi eleito suplente de senador por seu estado natal. Permaneceu na Presidência da Cemar até março de 1979.

Em abril seguinte ingressou na Mineração Rio do Norte, tendo as-

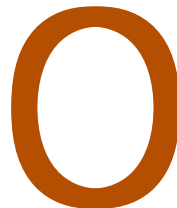
sumido o cargo de diretor-presidente, exercendo essa função até setembro de 1984.

No mesmo mês assumiu a Presidência da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), em substituição a Douglas Souza Luz. Durante sua gestão foi concluída e inaugurada a Usina Hidrelétrica Tucuruí, realizada a montagem de dez unidades geradoras de 350.000 kW de potência unitária, de um total de doze que constituíam a primeira etapa da usina, e foi ampliado o sistema de transmissão associado. Foram concluídas a construção e a montagem da Usina Hidrelétrica Balbina e a construção da Usina Hidrelétrica Samuel. Foram elaborados estudos e projetos de inventário e de usinas geradoras na Região Amazônica, com vistas ao atendimento do mercado das regiões Norte e Nordeste e dos sistemas de transmissão associados.

Miguel Rodrigues Nunes foi também presidente do Conselho de Administração da Eletronorte de 1985 a 1990 e membro do Conselho de Administração da Cemar de 1987 a 1990. Permaneceu na Presidência da Eletronorte até abril de 1990, quando foi substituído por Nelson Farhat.

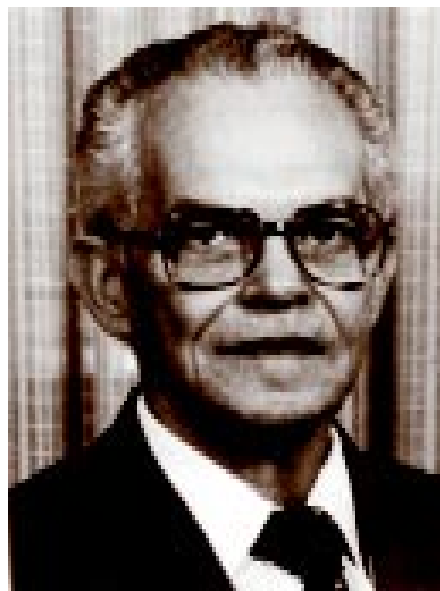
Foi consultor da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) para assuntos relacionados a fontes renováveis de

energia, com ênfase em energia eólica, e tornou-se consultor independente para empresas e órgãos correlacionados ao setor de energia elétrica.



OLIVEIRA, Luiz Cals de
Diretor-Administrativo da Eletrosul; presidente da Eletrosul; diretor de Planejamento de Furnas

Luiz Cals de Oliveira nasceu em Fortaleza (CE) no dia 1º de fevereiro de 1920.



Acervo Eletrosul

Militar, ingressou em 1937 no curso superior da Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro (DF), chegando a aspirante-a-oficial da arma de Infantaria em 1939. Coursou a Escola Técnica do Exército (ETEx), atual Instituto Militar de Engenharia (IME), de 1945 a 1948, formando-se engenheiro eletricitista. Em 1949 tornou-se professor dessa instituição, tendo lecionado, até o ano de 1954, entre outras disciplinas, Instalações Termelétricas e Hidrelétricas, Aplicações Industriais da Eletrônica, Medidas Elétricas e Magnéticas, Eletrônica e Distribuição de Energia Elétrica. Em 1955 tornou-se engenheiro-adjunto e depois chefe da Seção Técnica do 3º Batalhão Ferroviário em Campina Grande (PB), função que exerceria até 1957. Formou-se engenheiro civil em 1958 pela Escola Politécnica da Universidade da Paraíba.

Após concluir esse curso, nesse mesmo ano ficou à disposição do governo do Piauí, como assessor do diretor do Instituto de Águas e Energia Elétrica (IAEE).

Ingressou na Sociedade Termoeleétrica de Capivari S. A. (Sotelca), tendo sido diretor de Engenharia dessa empresa. Em 1968 ingressou no quadro de engenheiros da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobrás).

A partir de 1969 foi presidente da Comissão do Plano do Carvão Nacio-

nal, membro do Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Região Sul (Enersul) e do Conselho Consultivo das Companhias Siderúrgicas Nacionais. Foi assessor-chefe do gabinete do secretário-geral do Ministério das Minas e Energia (MME) entre 1971 e 1972. Representou o MME no Grupo de Estudos e Projetos (GEP) do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) entre 1972 e 1975, e no Conselho de Política Salarial, entre 1972 a 1976.

Em 1972 tornou-se diretor-administrativo da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S. A. (Eletrosul) – empresa que mais tarde seria transformada na Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) –, tendo exercido esse cargo até maio de 1978, quando foi eleito presidente dessa estatal, em substituição a Telmo Thompson Flores. Seu substituto na Diretoria Administrativa, em caráter interino, foi Everaldo Dingee Miranda.

Permaneceu no cargo até abril de 1979, tendo sido substituído por Telmo Thompson Flores, que retornou à Presidência da empresa. Nesse mesmo mês foi eleito para ocupar a recém-criada Diretoria de Planejamento de Furnas Centrais Elétricas S. A. (Furnas), tendo permanecido nesse cargo até abril de 1985.

Faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 24 de agosto de 1998.

P

PARENTE, Pedro

Ministro (interino) de Minas e Energia

Pedro Pullen Parente nasceu no Rio de Janeiro (DF) em 21 de fevereiro de 1953.

Formou-se em Engenharia Eletrônica pela Universidade de Brasília (UnB) em 1976 e fez cursos nas áreas de Controle e Auditoria. Ingressou por concurso público no Banco do Brasil em 1971, e no Banco Central do Brasil (BC) em 1973. Foi chefe de Divisão no Departamento de Administração Financeira do Banco Central entre 1979 e 1985.

Acervo Agência Brasil



Foi secretário-geral adjunto do Ministério da Fazenda em 1985 e 1986. Coordenou o grupo de trabalho que implementou a unificação dos orçamentos públicos no governo federal (1985) e o grupo de trabalho que desenvolveu e implementou o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) (1986).

Em 1987, ocupou a Secretaria-Adjunta do Tesouro Nacional e exerceu o cargo de secretário de Informática e de Programação Financeira. Colaborou na Comissão do Sistema Tributário, Orçamentário e Financeiro da Assembleia Nacional Constituinte (1987) e coordenou o grupo de trabalho encarregado da transferência da administração da dívida pública mobiliária federal do Banco Central para o Tesouro Nacional (1988). Foi consultor da Secretaria de Finanças de São Paulo (1988-1992) e da Secretaria de Finanças de Minas Gerais (1988).

Como secretário de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), foi responsável pela elaboração do Orçamento do Governo Federal em 1989 e 1990. Entre 1990 e 1991, ocupou a Presidência do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

Em 1991 e 1992, dirigiu a Secretaria Nacional de Planejamento do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

Entre 1992 e 1994, integrou o quadro de consultores externos do Fundo Monetário Internacional (FMI), tendo participado de missões em diversos países na Europa, África e América Latina.

Em 1995, foi Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda. Coordenou as negociações que culminaram no reescalonamento das dívidas estaduais com a União (1996-1998), assentando as bases para a construção de um novo regime fiscal no País.

Foi ministro do Orçamento e Gestão de abril a julho de 1999, tendo atuado na implementação de novas práticas gerenciais na administração pública federal, as quais foram estendidas a toda a administração a partir do Plano Plurianual 2000-2003 - Avança Brasil. Nesse mês tornou-se ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República.

No mês de maio de 2001 tornou-se presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia (CGCE), constituída para tratar do programa estratégico emergencial de energia elétrica. No início daquele ano, a redução da oferta de energia no país, provocada pelo atraso de importantes obras de geração, havia sido agravada por uma drástica redução nos níveis de chuvas verificados nos três primeiros meses do ano, período em que os reservatórios das usinas hidrelétricas atingiam, em média, 40%

de sua capacidade de armazenamento. A estiagem afetou principalmente as regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste do país, comprometendo seriamente a capacidade das usinas.

Da CGCE fizeram parte quatro coordenadores setoriais, incluindo o titular do MME, José Jorge de Vasconcelos Lima. Entre outras atribuições, a CGCE ficou responsável pelo estabelecimento dos regimes especiais de tarifação e pela instituição de limites ao consumo de energia, sendo tais medidas submetidas ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

No mês de junho teve início o racionamento de energia. A imposição das cotas para os consumidores das regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste previu a adoção de cortes de energia para aqueles que não conseguissem cumprir a meta de 20% de redução no consumo. A definição das cotas para cada unidade consumidora ficou a cargo das empresas distribuidoras, e teve por base a média de consumo verificada entre maio e julho do ano anterior.

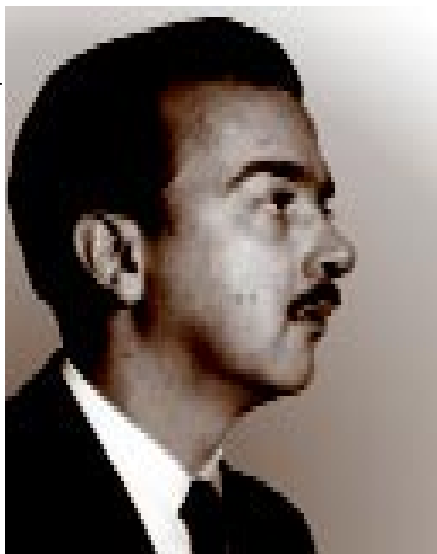
Em março de 2002, Pedro Parente assumiu em caráter interino a pasta de Minas e Energia, no lugar do titular José Jorge. No mês seguinte, foi nomeado em caráter definitivo para o ministério Francisco Luiz Sibut Gomide.

PASSOS, Celso

Chefe-de-gabinete, sub-secretário e ministro (interino) das Minas e Energia

Celso Gabriel de Resende Passos nasceu em Belo Horizonte (MG) no dia 28 de março de 1927.

Acervo pessoal



Bacharelou-se pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1950, transferindo-se em seguida para a França, a fim de cursar o doutorado na Faculdade de Direito da Universidade de Paris (1951-1952). De volta ao Brasil, desempenhou as funções de assistente do procurador-geral da República, Plínio de Freitas Travassos, e de chefe-de-gabinete (1961-1962) de seu pai, Gabriel de

Resende Passos, no Ministério das Minas e Energia (MME), cargo que acumulou com o de sub-secretário da pasta, no mesmo período. Com a morte de Gabriel Passos em junho de 1962, exerceu interinamente o cargo de ministro até o mês seguinte, voltando a chefiar a pasta, também provisoriamente, entre outubro e dezembro do mesmo ano.

De 1963 a 1969, exerceu o mandato de deputado federal, tendo sido vice-presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. Filiado à União Democrática Nacional (UDN), integrou a ala nacionalista do partido, chamada de “Bossa Nova”. Com a instauração do bipartidarismo em novembro de 1965, ingressou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Ainda como deputado, foi relator da lei de estruturação do MME. Cassado em 1969 e aposentado compulsoriamente pelo regime militar, afastou-se da vida pública.

Retomou as atividades políticas somente em 1986, filiando-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Trabalhou ainda no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no Rio de Janeiro (RJ), entre 1991 e 1999.

Publicou O quadrilátero ferrífero de Minas Gerais e A Hanna e a Política do minério de ferro.

Faleceu no Rio de Janeiro (RJ) no dia 14 de julho de 2001.

PASSOS, Gabriel

Ministro de Minas e Energia

Gabriel de Resende Passos nasceu em Itapecerica (MG) no dia 17 de março de 1901.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte (MG) em 1924.

Acervo Celso Passos



Iniciou-se na advocacia em Oliveira (MG), onde também foi professor da Escola Normal. Retornando a Belo Horizonte em 1928, tornou-se redator forense do jornal O Estado de Minas. Em setembro de 1930, foi nomeado chefe de gabinete do secretário do Interior e Justiça, Cristiano Monteiro Machado, no governo de

Olegário Dias Maciel. Tomou parte no movimento revolucionário deflagrado em 3 de outubro seguinte, que depôs o presidente da República Washington Luís Pereira de Souza. Deixando o gabinete de Cristiano Machado no mês de novembro, assumiu em seguida a Secretaria de Gabinete do governador, permanecendo no cargo até o falecimento do mesmo, em setembro de 1933.

Em maio desse ano foi eleito deputado à Assembléia Nacional Constituinte na legenda do Partido Progressista (PP) de Minas Gerais, assumindo sua cadeira em novembro seguinte. Com a promulgação da nova Carta, em julho de 1934, teve seu mandato prorrogado até maio do ano seguinte. Em outubro de 1934 foi eleito deputado federal.

Foi nomeado secretário do Interior e Justiça do estado de Minas Gerais em abril de 1935, no governo de Benedito Valadares Ribeiro, perdendo automaticamente sua cadeira na Câmara dos Deputados, em razão do dispositivo constitucional que vedava o licenciamento de deputados. Em maio de 1936 foi nomeado interinamente procurador-geral da República, tendo sido o mais jovem ocupante desse cargo, até então. Em 1940, participou do julgamento que determinou o pagamento da taxa de aproveitamento previs-

ta pelo Código de Águas de 1934 pelas concessionárias estrangeiras de serviços de energia elétrica atuantes no país, que jamais havia sido paga.

No início de 1945 renunciou à Procuradoria Geral para engajar-se na campanha do brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da União Democrática Nacional (UDN) à Presidência da República. Findo o Estado Novo em outubro de 1945, no pleito de dezembro seguinte foi eleito deputado por Minas Gerais à Assembleia Nacional Constituinte, assumindo o mandato em fevereiro de 1946. Após a promulgação da nova Carta, em setembro, exerceu mandato ordinário na Câmara dos Deputados.

Em 1948, integrou a delegação brasileira à 9ª Conferência Pan-Americana realizada em Bogotá, na Colômbia, da qual resultaria a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), tendo sido relator da primeira comissão técnica dos trabalhos e relator-geral da primeira Carta dessa organização, assinada pelos países membros em 30 de abril daquele ano. No mesmo período, foi líder da bancada da UDN na Câmara dos Deputados.

Candidato desse partido ao governo de Minas Gerais, tendo Pedro Aleixo como companheiro de chapa, ambos foram derrotados nas eleições de outubro de 1950 por Juscelino

Kubitschek de Oliveira e Clóvis Salgado da Gama, candidatos do Partido Social Democrático (PSD). Deixou a Câmara dos Deputados ao final da legislatura, em janeiro de 1951.

No pleito de outubro de 1954 voltou a se eleger à Câmara dos Deputados. Nessa legislatura, iniciada em fevereiro de 1955, participou, em 1957, da fundação da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), movimento pluripartidário que propugnava defender no Congresso uma política de desenvolvimento nacional autônomo.

Presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instituída em dezembro de 1955 para proceder a investigações sobre o problema da energia atômica no Brasil. Essa CPI apresentou suas conclusões em março de 1958, através do relator, deputado Dagoberto Sales, propondo-se a suspensão das exportações de urânio e tório.

Reeleito deputado federal em outubro de 1958, em fevereiro seguinte presidiu a CPI que apurou as atividades dos grupos Shell e Esso, concessionários de distribuição de petróleo em território brasileiro.

Após a renúncia do presidente da República Jânio da Silva Quadros, em agosto de 1961, e a aprovação, no mês seguinte, da emenda constitucional que instituiu o sistema parlamentarista de governo, e a posse do

vice-presidente João Belchior Marques Goulart, Gabriel Passos assumiu a pasta das Minas e Energia, tomando posse em 8 de setembro.

Sua gestão à frente desse ministério preocupou-se sobretudo em garantir uma proteção mais eficaz às jazidas de minério de ferro existentes em Minas Gerais, que tinham sido objeto de concessão à Hanna Mining Company. Favorável à exploração dessas jazidas pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), determinou a paralisação das atividades da empresa estrangeira, mas esta recorreu ao Tribunal Federal de Recursos, obtendo a garantia de suas concessões.

Logo em seguida à sua posse, Gabriel Passos determinou igualmente a criação de um grupo de trabalho, presidido pelo engenheiro Paulo Richer, com o fim de organizar em moldes empresariais as Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobrás), cujo projeto de criação fora sancionado pelo Congresso Nacional em abril de 1961, ainda no governo de Jânio Quadros. Entretanto, na qualidade de empresa holding do sistema nacional de energia elétrica, a Eletrobrás só começaria a operar em junho de 1962.

Gabriel Passos faleceu no Rio de Janeiro (RJ) no dia 19 de junho de 1962, quando se encontrava ainda no exercício desse cargo.

Publicou Código de Águas e taxa de aproveitamento (coletânea de julgamentos na Procuradoria Geral da República, 1940), Antologia nacionalista: brasileiros contra o Brasil (introdução, 1958), Nacionalismo (1959), Estudo sobre o Acordo de Roboré (1960) e Temas nacionalistas (1961). Inúmeros pareceres seus foram publicados na Revista Forense, na Revista dos Tribunais, na Revista do Arquivo Judiciário e na Revista de Direito Administrativo, editada pela Editora da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

PENNA, Henrique Amaral

Diretor da CPE; diretor administrativo e presidente da Caeeb

Henrique Amaral Penna nasceu no Rio de Janeiro (RJ) no dia 30 de janeiro de 1911.

Sentou praça como aspirante da Marinha em 1929 e, depois de cursar a Escola Naval (1929-1932), concluiu o Curso Superior de Navegação Aérea (Aviação Naval) em 1935. Com a criação do Ministério da Aeronáutica, em 1941, transferiu-se para a Força Aérea Brasileira (FAB), tendo integrado o Grupo de Caça durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Foi observador de guerra na Royal Air Force (RAF) do Reino Unido e fez os cursos de Estado

Maior (1949) e de Comando Superior (1952) da Aeronáutica. Em 1954, frequentou a Air University, nos Estados Unidos.

Desempenhou diversas funções como militar, tendo sido oficial de Relações Públicas do brigadeiro Eduardo Gomes no Ministério da Aeronáutica (1954-1955), diretor-geral de Engenharia da Aeronáutica (1959-1961), chefe do Estado-Maior (1961-1963) e comandante (1963) do Comando Aeronáutico Naval e interventor na Panair do Brasil. Promovido a major-brigadeiro-do-ar em fevereiro de 1963, passou para a reserva remunerada.

Exerceu em seguida os cargos de procurador (1963-1965) da Companhia Brasileira de Construções (CBC) e de assistente executivo (1965-1969) da Presidência da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caeeb). Assumiu a Diretoria Administrativa dessa empresa em 1969.

Ocupou esse cargo até janeiro do ano seguinte, quando assumiu a Presidência da Caeeb, no lugar de Ronaldo Moreira da Rocha. Foi sucedido na Diretoria de Administração por Flávio de Souza Castro.

Sua gestão como presidente da Caeeb deu-se ao longo do período de nacionalização das empresas da American & Foreign Power Company (Amforp), iniciado em 1964 com a sua aquisição pela Centrais Elétricas

Brasileiras S.A. (Eletrobrás). A Caeeb passou à condição de subsidiária da holding federal como companhia prestadora de serviços técnicos e administrativos, recebendo a atribuição de prestar assistência técnica, jurídica, administrativa, financeira e contábil às empresas estatais do setor de energia elétrica e ao Ministério das Minas e Energia (MME).

A Caeeb teve seu controle acionário transferido para a União em 1971, data em que deixou de ser uma companhia privada, jurisdicionada à Eletrobrás, para se transformar numa sociedade de economia mista diretamente subordinada ao MME. A partir de então, verificou-se um amplo processo de reestruturação interna, visando sua adaptação às novas responsabilidades que então lhe foram conferidas.

Das ações desenvolvidas pela Caeeb na gestão de Henrique Amaral Penna destacam-se os diversos serviços prestados ao MME, que incluíram a elaboração e a execução do Plano de Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal (Planfap); a implantação e operação do Centro de Processamento de Dados; a construção e administração do Museu da Terra e da Energia, em Brasília (DF) e do Centro de Estudos e Conferências (Centrecon), em Petrópolis (RJ), entre outras. A Caeeb atuou também na administração de empréstimos

contraídos pelas empresas estatais do setor de energia elétrica, na aquisição e importação de materiais e equipamentos e no assessoramento a projetos de aproveitamentos hidrelétricos. A partir de 1975, recebeu a atribuição da comercialização do carvão mineral nacional não utilizado na produção do coque.

Henrique Amaral Penna deixou a Presidência da Caeeb em março de 1977, tendo sido substituído por José Esmeraldo da Silva.

Publicou Manual de navegação aérea.

Faleceu no Rio de Janeiro (RJ) no dia 5 de janeiro de 1980.

PENNA, João Camilo

Diretor Técnico, vice-presidente, presidente (interino) e presidente da Cemig; presidente de Furnas

João Camilo Penna nasceu em Corinto (MG) no dia 19 de dezembro de 1925.

Bacharelou-se em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais em 1948. Iniciou sua carreira na Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) em Governador Valadares (MG). Chefiou a Seção de Estruturas (1949-1951) e foi assistente-geral do superintendente do Departamento de Obras dessa companhia (1951).



Acervo Furnas

Transferindo-se ainda em 1951 para a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. (Cemig), atual Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), trabalhou como engenheiro-residente em Governador Valadares e na construção da Usina Hidrelétrica Salto Grande, também denominada Usina Hidrelétrica Américo Renée Gianetti. Participou dos estudos iniciais para a construção da Usina Hidrelétrica Tronqueiras, chefiou os serviços de Custos e Orçamentos da empresa e foi o encarregado-geral das obras da Usina Hidrelétrica Itutinga e da barragem da Usina Hidrelétrica Cajuru. Em 1954 e 1955 atuou como assistente administrativo da Diretoria Técnica da empresa. Neste último ano, em viagem aos Estados Unidos, realizou estágio sobre organização de sistemas elétricos, projetos e operações de usinas no Northwest Power Pool e na Electric Bond & Share Corporation (Ebasco). De volta ao Brasil, assumiu

em 1956 a Diretoria de Operações da Cemig. Coordenou o projeto de construção da barragem da Usina Hidrelétrica Bernardo Mascarenhas, também denominada Usina Hidrelétrica Três Marias, e representou a empresa na Conferência Mundial de Energia realizada em Madri (Espanha) em 1960. No ano seguinte, foi nomeado diretor-técnico da Cemig, cargo que ocuparia até 1969.

Foi presidente do Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos (Ibeu) de 1963 a 1964 e delegado por Minas Gerais no Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Região Centro-Sul entre 1965 e 1968. Tornou-se vice-presidente da Cemig em fevereiro de 1966, ano em que representou Minas Gerais na Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí (CIBPU), órgão colegiado do qual seria membro até 1971. Entre 1966 e 1969, foi vice-presidente da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Em março deste último ano foi efetivado na Presidência da Cemig, em substituição a Mario Penna Bhering - vinha acumulando esse cargo por dois anos, em caráter interino, com a Vice-Presidência da empresa. Como presidente da Cemig implantou um amplo programa de eletrificação rural no estado e inaugurou vários empreendimentos, destacando-se a Usina Hidrelétrica

Itutinga e a Usina Hidrelétrica Bernardo Mascarenhas. Deixou a Presidência da empresa em março de 1975 para assumir a Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais, a convite do governador Antônio Avelino Chaves de Mendonça (1975-1978), sendo sucedido no cargo por Francisco Afonso Noronha. Exerceu a função de secretário até março de 1979, tendo também ocupado interinamente as secretarias de Planejamento (1976) e de Administração (1977). Foi em seguida ministro da Indústria e Comércio (1979-1984), no governo de João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985).

Em 1985, na gestão do presidente da República José Sarney Costa (1985-1990), assumiu a Presidência de Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), substituindo Licínio Marcelo Seabra.

Durante o período em que esteve à frente de Furnas a empresa passou por grandes dificuldades financeiras, decorrentes sobretudo da crise econômica do país nos anos 1980. Os altos índices de inadimplência das concessionárias estaduais, aliados ao crescimento das dívidas do setor, fizeram com que a companhia atrasasse o andamento de várias obras, principalmente na área de transmissão. Os planos de expansão do parque gerador foram também bastante afetados, com o adiamento da entrada

em operação de várias usinas, entre elas a Usina Hidrelétrica Corumbá e a Usina Hidrelétrica Serra da Mesa. Nesse contexto, a potência instalada na área de atuação de Furnas permaneceria inalterada até 1997, quando se deu a inauguração da Usina Hidrelétrica Corumbá.

João Camilo Penna deixou a Presidência de Furnas em 1989, sendo substituído por Eliseu Resende. Em 1997, exerceu em Belo Horizonte (MG) a Vice-Presidência da Comissão de Organização e de Estudos para a reunião da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), passando também a atuar como consultor em comércio internacional.

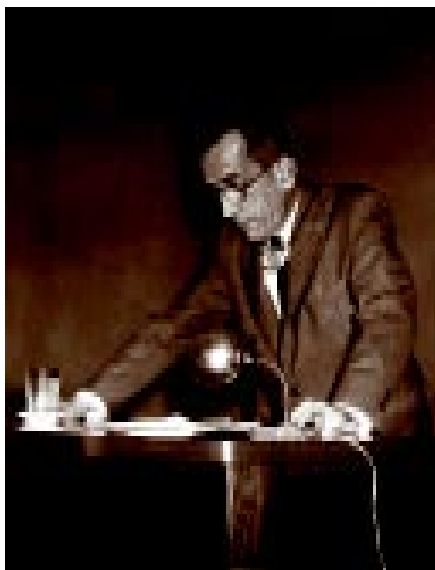
Além de artigos sobre problemas energéticos, publicou Temas e dilemas econômicos do Brasil de hoje (1978).

PENNA, Leo Amaral

Engenheiro-chefe, diretor-técnico e presidente da Caeab; diretor de Planejamento e Engenharia da Eletrobrás

Leo Amaral Penna nasceu no Rio de Janeiro (DF) no dia 20 de abril de 1907.

Formou-se em Engenharia Civil em 1929 pela Escola Politécnica, hoje Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



Iniciou sua carreira profissional ainda estudante, em fevereiro de 1928, quando ingressou como desenhista na Empresas Elétricas Brasileiras S. A. (EEB), empresa ligada à American & Foreign Power Company (Amforp), passando a engenheiro depois de formado. Em maio de 1941, a EEB foi transformada na Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caeab), após o que Leo Penna veio a assumir o cargo de engenheiro-chefe.

Em 1943 passou a diretor-técnico da mesma empresa, cargo que exerceria até 1965. Nessa condição, esteve à frente dos mais importantes empreendimentos da empresa, entre os quais o projeto e a construção da Usina Hidrelétrica Peixoto, na

época uma das maiores do país, depois denominada Usina Hidrelétrica Mascarenhas de Moraes. Integrou a Comissão da Indústria de Material Elétrico (Cime) do governo federal, de 1944 a 1947.

Após a compra das empresas da Amforp pelo Governo Federal em outubro de 1964, no ano seguinte foi conduzido à Presidência da Caeeb, tendo exercido esse cargo até março de 1967.

Durante o período em que esteve na Caeeb, Leo Penna participou de estudos de hidrometeorologia, mercado de energia elétrica, planejamento energético, anteprojetos e projetos relacionados com o suprimento de energia elétrica às capitais e diversas cidades nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte, além de algumas das principais cidades do interior do estado de São Paulo, tais como Campinas, Araraquara, Ribeirão Preto e Bauru. Participou da concepção, anteprojeto e projeto da Usina Hidrelétrica Chaminé e da Usina Hidrelétrica Guaricana, no estado do Paraná; da Usina Hidrelétrica Jaguari, da Usina Hidrelétrica Americana e da Usina Hidrelétrica Salto do Avanhadava, além da mencionada Usina Hidrelétrica Mascarenhas de Moraes, no estado de São Paulo; da

Usina Hidrelétrica Peti, no estado de Minas Gerais; da Usina Hidrelétrica Areal, no estado do Rio de Janeiro; da Usina Hidrelétrica Mascarenhas, no estado do Espírito Santo; da Usina Hidrelétrica Bananeiras, no estado da Bahia; e da Usina Termelétrica Carioba, no estado de São Paulo, e da Usina Termelétrica São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, bem como de várias instalações diesel-elétricas em quase todos os centros de carga dos serviços de responsabilidade da Caeeb.

Ainda em 1967 foi designado para o cargo de diretor de Planejamento e Engenharia da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobrás). Nessa condição, presidiu o Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Região Sul (Enersul), de 1967 a 1970, o Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia (Eneram), de 1969 a 1972, e o Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Região Nordeste (Enenorde), de 1969 a 1973. Em outubro e novembro de 1968 integrou a comitiva brasileira liderada pelo ministro das Minas e Energia, José Costa Cavalcanti, em viagem à Alemanha, França e Inglaterra, para estudos e observações relacionados com a construção da primeira central nuclear para produção comercial de energia elétrica no Brasil. Foi o responsável pela criação do Comitê Coordenador

da Operação Interligada (CCOI), que deu origem, em 1973, ao Grupo Coordenador para Operação Interligada (GCOI). Ainda como diretor da Eletrobrás, integrou o Comitê Executivo dos Estudos do Rio Paraná, criado no âmbito da Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaia (CMTBP) por convênio celebrado em abril de 1970 entre essa comissão, a Eletrobrás e a Administración Nacional de Electricidad (Ande). Integrou também o Comitê Executivo dos Estudos do Rio Uruguai, criado por convênio celebrado em março de 1972 entre a Eletrobrás e a Agua y Energia Electrica (AYEE), da Argentina. Participou da construção dos maiores empreendimentos hidrelétricos do país, a Usina Hidrelétrica Itaipu e a Usina Hidrelétrica Tucuruí. Também dirigiu importantes trabalhos de padronização de procedimentos do setor elétrico, relacionados a projetos de obras e fabricação de equipamentos.

Deixou a Eletrobrás em abril de 1976, tendo sido substituído por Licínio Marcelo Seabra, e, ao se aposentar, passou a integrar o quadro de consultores da Enge-Rio - Engenharia e Consultoria S. A., permanecendo nessa empresa até o fim da sua vida.

Em 1988 tornou-se membro do Conselho Consultivo da Centro da Memória da Eletricidade no Brasil -

Memória da Eletricidade. Foi também membro da American Society of Civil Engineers e da American Geophysical Union, sócio efetivo do Clube de Engenharia, membro titular do Instituto de Engenharia de São Paulo, membro do Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia (CBCME) e membro do Conselho Deliberativo do Comitê Brasileiro de Grandes Barragens (CBGB).

Faleceu no Rio de Janeiro (RJ) no dia 9 de março de 1990.

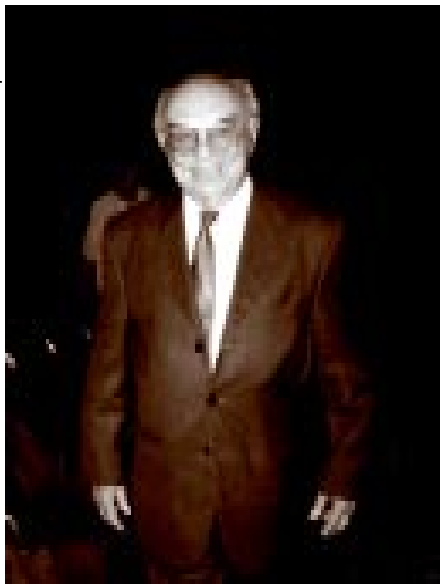
PEREIRA, Alvarino de Araújo
Diretor-Geral do Dnaee

Alvarino de Araújo Pereira nasceu em Campina Grande (PB) no dia 18 de março de 1923.

Iniciou carreira militar em 1940 quando ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro (DF), pela qual saiu oficial da arma de Engenharia em 1943. Nesse mesmo ano tornou-se instrutor de pontes, minas e tiro do 5º Batalhão de Engenharia em Curitiba (PR) e Porto União (SC), função que exerceu até o ano seguinte. No segundo semestre de 1944 cursou a Escola de Comunicações, no Rio de Janeiro, em preparação para participação na Segunda Guerra Mundial. De 1945 a 1947 foi instrutor de rádio e telefonia, além de ter exercido funções

administrativas e de comando na Companhia de Comunicações em Campo Grande (MT), atual capital de Mato Grosso do Sul.

Acervo pessoal



De volta ao Rio de Janeiro em 1947, tornou-se instrutor do Curso de Sargentos e ajudante-secretário do Batalhão da Escola de Engenharia. Em 1948 ingressou no Instituto Militar de Engenharia (IME), formando-se engenheiro militar e civil em 1951. No ano seguinte passou a trabalhar no Ministério da Guerra como engenheiro. De 1952 a 1956 foi engenheiro e chefe da Divisão Técnica do Serviço de Obras do Quartel-General da 5ª Região Militar em Curitiba (PR). Nesse período, foi encarregado da construção do Quartel de Guairá e do Hospital de Curitiba.

Em 1957 foi servir no 2º Batalhão Ferroviário em Rio Negro (PR) como engenheiro do Tronco Principal Sul. De 1958 a 1959 foi engenheiro e chefe do Serviço Técnico do 1º Grupo de Engenharia do Nordeste em João Pessoa (PB), onde dirigiu obras rodoviárias e ferroviárias de aterros e barragens.

No segundo semestre de 1959 participou de um curso de Problemas de Desenvolvimento Econômico sob o patrocínio da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) – depois denominado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - e do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno), em Recife (PE).

Em 1960 passou a servir à Presidência da República e nesse mesmo ano foi nomeado chefe da Divisão de Energia Elétrica do Departamento de Infra-Estrutura da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em Recife, na gestão de Celso Monteiro Furtado. De 1960 a 1963 participou da elaboração de plano de eletrificação do Nordeste, integrante do Plano Diretor da Sudene. Teve também a seu cargo a programação, supervisão e controle da execução e financiamento de diversos projetos de eletrificação e coordenou programas de expansão e

melhoria de serviços de Fortaleza (CE), São Luis (MA), Teresina e Parnaíba (PI). Em janeiro de 1964 passou para a reserva do Exército, afastando-se em consequência dessa autarquia.

Ingressou em seguida na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas das Faculdades Cândido Mendes, no Rio de Janeiro (GB), vindo a bacharelar-se em Economia em 1967.

Passou a trabalhar no Ministério das Minas e Energia (MME) também em 1964 como assessor da Presidência da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), no Rio de Janeiro, na gestão de Apolônio Jorge de Faria Sales, exercendo essa função até 1974, quando passou a assistente técnico da Presidência, desempenhando essa nova função até o ano seguinte.

Durante esse período na Chesf, Alvarino de Araújo Pereira colaborou na elaboração dos projetos da Fazenda-Escola de Eletrificação Rural dos reservatórios da empresa e de usos múltiplos dos recursos hídricos e terrestres. Foi também supervisor das administrações regionais nas capitais do Nordeste. Participou, entre outras missões, da programação de recursos dos diversos órgãos federais e do BNDE, do Gruppo Industrie per Impianti All Estero Spa. (GIE), do Banco Internacional

de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), entre outras instituições, para os empreendimentos a cargo da Chesf.

Em 1971, participou do Curso de Aperfeiçoamento dos Executivos do Setor Elétrico, realizado na Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, e no Rensselear Polytechnic Institute (Nova York, EUA). Em seguida, foi designado assistente técnico da Presidência da Chesf para supervisionar as administrações regionais situadas nos estados do Nordeste. Depois da transferência da sede da empresa para Recife (PE) em 1974, foi administrador do escritório regional no Rio de Janeiro até o ano seguinte.

No final de 1975, foi requisitado pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), quando era presidente da empresa Mario Penna Bhering, tornando-se assessor do diretor de Coordenação, engenheiro César Cals de Oliveira Filho. Em 1977 completou dois estudos, um sobre utilização múltipla das águas do rio São Francisco e possibilidade de conflitos de interesses e outro sobre termelétricas a lenha na Amazônia, concluindo pela não recomendação dessa alternativa. Em 1978 foi nomeado chefe da Assessoria do Meio Ambiente da estatal, no Rio de Janeiro (RJ), cargo no qual permaneceu até

1982. No exercício desse cargo, participou de comitês de bacias hidrográficas, em cooperação com a Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), com vistas à racionalização do uso dos recursos hídricos. Coordenou a execução do Estudo de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica Segredo.

Em 1983 foi nomeado por César Cals de Oliveira Filho, Ministro das Minas e Energia, diretor-geral do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee), tendo substituído Oswaldo Baumgarten. Durante sua gestão foi definida uma nova política de tarifas de energia elétrica para o país e foi realizado um estudo sobre a transposição de águas da bacia do rio São Francisco para outras regiões do semi-árido nordestino. Também foi intensificado o programa de gestão de bacias hidráulicas.

Permaneceu no cargo até o início de 1985, tendo sido substituído por Getúlio Lamartine de Paula Fonseca. Nesse ano retornou à Eletrobrás como assistente da Diretoria de Planejamento e Engenharia, sob a direção de Antônio Carlos Tatit Holtz e José Luiz Alquéres, sucessivamente. Ficou encarregado da coordenação do programa de Memória Técnica do Setor Elétrico, do qual resultaram os roteiros básicos para a elaboração dos relatórios finais de obras de aproveitamentos hidrelétricos, usinas

termelétricas e nucleolétricas e de linhas de transmissão. Os respectivos manuais foram publicados pelo Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – Memória da Eletricidade. Com base nesses manuais, foi editado o relatório da Usina Hidrelétrica Tucuruí.

Permaneceu na Eletrobrás até 1990, quando se aposentou. Posteriormente, foi reformado pelo Exército.

Foi também membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caeeb).

PILLOTO, Ruberval

Secretário de Tecnologia, Energia e Meio Ambiente de Santa Catarina; presidente da Eletrosul

Ruberval Francisco Pilloto nasceu em Urussanga (SC) em 16 de julho de 1947.

Formou-se em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio Grande do Sul em 1973. Elegeu-se prefeito de sua cidade natal em 1976, pela Aliança Renovadora Nacional (Arena). Em 1979, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS). Em novembro de 1982 elegeu-se deputado estadual e,

em novembro de 1986, deputado federal constituinte. Reelegeu-se deputado federal em outubro de 1990. Nesse mandato, foi segundo-vice-presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. Em abril de 1993, filiou-se ao Partido Progressista Reformador (PPR).

Em abril de 1994, licenciou-se para assumir a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Energia e Meio Ambiente de Santa Catarina, permanecendo no cargo até o final do mandato do governador Vilson Kleinübing, em dezembro do ano seguinte.

Acervo Eletrosul



Em outubro de 1996, foi eleito prefeito de Urussanga, na chapa integrada pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB) e pelo Partido da Social Democracia Brasileira

(PSDB), tendo tomado posse em janeiro do ano seguinte, e deixado o cargo em 2000.

Em janeiro de 2002, tornou-se diretor-presidente da Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul), em substituição a João Paulo Karam Kleinübing.

PIMENTEL, Oscar Marcondes

Diretor da Divisão de Controle Econômico Financeiro e diretor-geral do Dnaee; diretor de Coordenação da Light; diretor comercial da Eletropaulo

Oscar Marcondes Pimentel nasceu em Pirajuí (SP) em 5 de novembro de 1940.

Formou-se em Economia pela Universidade de São Paulo (USP).

Iniciou suas atividades profissionais em janeiro de 1963, no Departamento de Estatística do Banco Mercantil de São Paulo. No mesmo ano, foi contratado pela Usinas Elétricas do Paranapanema S.A. (Uselpa), empresa que, em 1966, juntamente com outras entidades do governo do estado de São Paulo, atuantes no setor de energia elétrica, deu origem à Centrais Elétricas de São Paulo S.A. (Cesp), depois transformada na Companhia Energética de São Paulo (Cesp).



Foi assessor técnico da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo de 1971 a 1972. Ingressou posteriormente no Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee), órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia (MME), tendo sido diretor da Divisão de Controle Econômico Financeiro e também diretor-geral, de 1978 a 1979.

Exerceu as funções de diretor de Coordenação da Light - Serviços de Eletricidade S.A. (Light) e de diretor comercial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S. A. (Eletropaulo) entre 1979 e 1983. No mesmo período, foi vice-presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE).

Entre 1984 e 1993 foi assessor da Presidência da Cesp e também da Secretaria de Energia e Saneamento do Estado de São Paulo, tendo-se aposentado nesse último ano.

Tornou-se a partir de então sócio-gerente da Pimentel Consultoria S/C Ltda. e da EDS – Energia do Sul Ltda., empresa importadora de energia.

PINHEIRO, Ricardo Pinto

Diretor-geral do Dnaee; presidente da Eletronorte

Ricardo Pinto Pinheiro nasceu em Itajubá (MG) no dia 5 de fevereiro de 1947.

Formou-se em Engenharia Elétrica e concluiu mestrado em Engenharia na Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Efei). Foi professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), da Universidade de Brasília (UnB) e da própria Efei.

Entre 1991 e 1992 foi diretor-geral do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee), órgão subordinado ao Ministério das Minas e Energia (MME). Também trabalhou na Secretaria de Energia e no Departamento Nacional de Combustíveis (DNC) do MME.

Assumiu a Presidência da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte) em maio de 1993,

no lugar de Afonso Tiago Pinto Simas.

Acervo Eletronorte



No primeiro ano de sua gestão, apesar das dificuldades financeiras então registradas e que acarretaram a reprogramação das obras da empresa, registrou-se a ampliação da capacidade de atendimento do seu parque gerador, mediante a transferência, para a região Norte, de seis unidades termelétricas anteriormente instaladas em Camaçari (BA), pertencentes à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf). Três dessas unidades foram colocadas na Usina Termelétrica Santana, no Amapá, duas foram destinadas à Usina Termelétrica Rio Acre, em Rio

Branco (AC), e uma à Usina Termelétrica Floresta, em Boa Vista (RO), o que permitiu a melhoria do atendimento da demanda nas capitais desses estados. Também destacaram-se as negociações com empreiteiras para a retomada das obras de construção da Usina Hidrelétrica Samuel.

Em 1994, foram instalados mais 20 MW no parque gerador da Eletronorte e construídos cerca de 1.000 quilômetros de linhas de transmissão, tendo a atuação da empresa garantido melhorias no atendimento da região, através da incorporação de 300.000 novos consumidores. Foi colocada em funcionamento a terceira unidade geradora da Usina Hidrelétrica Samuel, inaugurada a Usina Termelétrica Rio Acre e a energia da Usina Hidrelétrica Tucuruí passou a alcançar o estado do Tocantis, através da energização da Subestação de Porto Franco. Em janeiro de 1995, verificou-se a entrada em operação da segunda unidade geradora da Usina Termelétrica Rio Acre.

Ricardo Pinto Pinheiro permaneceu na Presidência da Eletronorte até julho de 1995, tendo sido substituído por Mario Fernando de Melo Santos, em caráter interino, e em definitivo por José Antônio Muniz Lopes.

R

RESENDE, Eliseu

*Diretor-Presidente de Furnas;
presidente da Eletrobrás*

Eliseu Resende nasceu em Oliveira (MG) no dia 7 de fevereiro de 1929.

Em 1950 ingressou no curso de Engenharia Civil da Universidade de Minas Gerais, atual Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pela qual se formou em 1954. Foi chefe do Departamento de Engenharia do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A. (Credireal).

Acervo Furnas



Tornou-se professor da Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais em 1955 e do Instituto de Pesquisas Radioativas da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais em 1957.

Em 1960 Eliseu Resende foi para os Estados Unidos, onde fez o mestrado e o doutorado em Ciências Matemáticas, ambos pelo Courant Institute of Mathematical Sciences da Universidade de Nova Iorque. Ali exerceu as funções de pesquisador do mesmo Instituto. De volta ao Brasil, foi nomeado, em maio de 1964, diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG) pelo governador José de Magalhães Pinto (1961-1966), da União Democrática Nacional (UDN), permanecendo à frente do DER após a eleição do governador Israel Pinheiro da Silva, do Partido Social Democrático (PSD), no pleito de outubro de 1965. Com a posse na Presidência da República do general Arthur da Costa e Silva, em março de 1967, foi nomeado diretor-geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), órgão ligado ao Ministério dos Transportes, cujo titular era o coronel do Exército Mário Davi Andreazza. Encerrou sua gestão em março de 1974, ao final do governo do general Emílio Garrastazu Médici. No DNER, realizou a Ponte Rio-Niterói, a Rodovia Transamazônica, a Rodo-

via Belém-Brasília e a Rodovia Rio-Santos, entre outros empreendimentos, somando um total de 50.000 quilômetros pavimentados em sete anos de gestão.

No mesmo ano, ingressou na empresa de mineração Samarco, para a qual projetou e construiu o primeiro mineroduto do país, ligando o quadrilátero ferrífero de Minas Gerais ao Porto de Vitória (ES), numa extensão de cerca de quatrocentos quilômetros. Em abril de 1975, foi eleito diretor-presidente dessa empresa.

Com a posse do general João Batista de Oliveira Figueiredo na Presidência da República em março de 1979, Eliseu Resende foi nomeado ministro dos Transportes. Suas principais realizações foram a conclusão do trecho inicial dos metrô do Rio de Janeiro e de São Paulo, a criação do Programa de Mobilização Energética (PME) para o setor de transportes e a concepção do Programa Nacional de Agroviás (PNA). Deixou o ministério em maio de 1982, para concorrer ao governo de Minas Gerais pelo Partido Democrático Social (PDS), sendo substituído na pasta por Cloraldino Soares Severo. No pleito de novembro desse ano foi derrotado por Tancredo de Almeida Neves, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Entre 1983 e 1989, dedicou-se ao setor petroquímico exercendo fun-

ções de direção e como membro de conselhos de empresas do Pólo de Camaçari, na Bahia. Em 1987 passou a integrar o Conselho de Administração da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e em 1990 o Conselho de Administração da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Em maio de 1990, no início do governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), foi nomeado pelo secretário nacional de Energia, Rubens Vaz da Costa, diretor-presidente de Furnas Centrais Elétricas S. A. (Furnas), sendo empossado no cargo em junho seguinte, em substituição a João Camilo Penna. Em 1991, tornou-se membro do Conselho de Administração da Nuclebrás Engenharia S. A. (Nucleen).

Permaneceu na Presidência de Furnas até outubro de 1992, quando foi substituído por Marcello Lignani Siqueira. Em seguida, assumiu a Presidência da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobrás), em substituição a José Maria Siqueira de Barros. Nessa condição colaborou na elaboração do projeto que resultou na Lei n.º 8.631, de 1993, que disciplinou as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e estabeleceu princípios orientadores da política tarifária. Integrou e presidiu o Conselho de Administração da Centrais Elétricas do

Norte do Brasil S. A. (Eletronorte). Permaneceu à frente da estatal somente até março de 1993, tendo sido substituído por José Luiz Alquéres.

Em maio seguinte foi nomeado ministro da Fazenda pelo presidente Itamar Franco (1992-1994), em substituição a Paulo Roberto Haddad. Também nessa época, filiou-se ao Partido da Frente Liberal (PFL), passando a integrar a Comissão Executiva da seção mineira dessa agremiação, em Belo Horizonte (MG). Entretanto, deixou o cargo de ministro no mesmo mês, em razão da crise que sucedeu à divulgação de denúncias que envolviam seu nome em processo de favorecimento à construtora Norberto Odebrecht, tendo na mesma ocasião tornado públicas as razões de sua renúncia em carta dirigida ao presidente da República. Foi sucedido na pasta por Fernando Henrique Cardoso.

No pleito de outubro de 1994, foi eleito deputado federal por Minas Gerais na legenda do PFL, assumindo uma cadeira na Câmara dos Deputados em fevereiro do ano seguinte. Durante esse mandato, tornou-se presidente da Comissão de Minas e Energia. Reelegeu-se no pleito de outubro de 1998 pela mesma legenda, iniciando novo mandato na Câmara dos Deputados em fevereiro de 1999. Foi relator e apresentou substitutivo a conjunto de Emendas

Constitucionais e projetos de leis versando sobre matérias na Ordem Econômica, na Ordem Tributária e de Reforma do Estado, destacando-se a legislação relativa ao setor elétrico, à quebra do monopólio de petróleo, instituição do Sistema Nacional de Recursos Hídricos e à nova legislação sobre a estrutura de transportes.

Publicou diversos trabalhos em revistas especializadas norte-americanas e nos anais da Academia Brasileira de Ciências, destacando-se *Propagation, reflexion and diffraction of elastic waves* (1964); *Solution of an initial-boundary value problem for wave equation* (1964); *Aspectos técnicos e econômicos da implantação de rodovias* (1966); *Papel da rodovia no desenvolvimento da Amazônia* (1969); *Transporte e produção* (1977); *The word crisis and transportation in Brazil* (1983); *Teoria matemática da elasticidade aplicada ao dimensionamento de pavimentos* (s.d.); *Investimentos rodoviários e sua contribuição à economia* (s.d.); *Investimentos rodoviários - considerações sobre a atual experiência brasileira* (s.d.); *Evolução dos Transportes em Minas Gerais* (s.d.); *Estudo sobre localizações industriais com aplicação à siderurgia no Brasil* (s.d.); *Econometria dos transportes* (s.d.); *A política nacional de energia e a nova lei do monopólio do pe-*

trôleo (1997), A conjuntura econô-
mica e seus desdobramentos (1999),
A Agência Nacional de Águas (ANA)
e o Sistema Nacional de Gerencia-
mento de Recursos Hídricos (2000)
e Transporte no Brasil – Nova estru-
tura administrativa – Novo modelo
de financiamento (2001).

RICHER, Paulo

*Presidente da Eletrobrás; diretor
comercial da Celusa; secretário-ge-
ral do MME*

Paulo Richer nasceu em Viscon-
de do Rio Branco (MG) no dia 20 de
setembro de 1926.

Ingressou em 1945 no Instituto de
Química do Paraná, transferindo-se
no final do ano para a Escola Nacio-
nal de Química da Universidade do
Brasil, posteriormente Universida-
de Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
Formou-se em 1948.

Trabalhou no Laboratório de Pro-
dução Mineral do Departamento
Nacional da Produção Mineral
(DNPM) do Ministério da Agricultura.
Em 1955 foi aprovado em concu-
so público para o cargo de tecnolo-
gista-químico do DNPM.

Em 1957, fez curso de Introdução
à Engenharia Nuclear no Instituto de
Engenharia Atômica da Universida-
de de São Paulo (USP). Estagiou, en-
tre 1959 e 1960, nos centros nuclea-

res de Mol (Bélgica) e Saclay (Fran-
ça). No final de 1960 foi nomeado pelo
governador do Rio Grande do Sul,
Leonel de Moura Brizola, membro do
grupo de trabalho encarregado de
estudar as possibilidades de utiliza-
ção da energia nuclear para comple-
mentação da oferta de energia elé-
trica naquele estado. Em 1961 parti-
cipou da campanha liderada pelo
governador gaúcho para assegurar a
posse do vice-presidente João
Belchior Marques Goulart no cargo
de presidente da República, vago
com a renúncia de Jânio da Silva
Quadros em agosto daquele ano.



Acervo Eletrobrás

Após a posse de João Goulart, re-
alizada em setembro, Paulo Richer
foi chamado a trabalhar no gabinete
do ministro das Minas e Energia,
Gabriel de Resende Passos, recebe-
ndo a missão de conduzir o processo
de constituição das Centrais Elétricas
Brasileiras S. A. (Eletrobrás), em

cumprimento à lei de criação da empresa, que havia sido sancionada em abril daquele ano. No mês seguinte, foi nomeado presidente do grupo de trabalho encarregado da atualização de dispositivos legais relacionados à constituição da Eletrobrás.

Promoveu um amplo inquérito sobre a criação da empresa e os problemas de financiamento do setor, ouvindo a respeito mais de vinte dirigentes de concessionárias públicas e particulares. A partir de janeiro de 1962, um novo grupo de trabalho, também sob sua chefia, tratou da elaboração do estatuto da empresa, tarefa que seria concluída em maio seguinte.

A Eletrobrás foi constituída em 11 de junho de 1962 como holding do setor elétrico federal, assumindo a partir de então as funções de coordenação da ação das empresas de energia elétrica já em funcionamento e de agente executivo da política setorial do governo, sendo Paulo Richer nomeado seu primeiro presidente. Foi também membro da Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos (Conesp), criada pelo governo federal em maio de 1962. A criação da Conesp decorreu do desdobramento da crise iniciada com a encampação da Companhia de Energia Elétrica Riograndense (Ceerg), subsidiária do grupo American &

Foreign Power Company (Amforp), em 1959, por decreto do governador gaúcho Leonel Brizola, ato que causara forte repercussão, mobilizando os altos escalões diplomáticos dos governos brasileiro e norte-americano.

Com relação à Eletrobrás, Paulo Richer participou de negociações com líderes parlamentares e dirigentes das empresas de energia elétrica que conduziram à aprovação da Lei nº 4.156, de novembro de 1962, que transformou o Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUUE) em imposto ad valorem e instituiu o Empréstimo Compulsório em favor da empresa. Criado em 1954, o imposto era até então pago segundo um valor fixo e sua arrecadação era prejudicada pela inflação. O Empréstimo Compulsório seria cobrado dos consumidores a partir de 1964, em troca de obrigações da Eletrobrás, resgatáveis em 10 anos e com juros anuais de 12%. A nova legislação assegurou o aumento de capital da Eletrobrás, que passou a abranger também uma participação minoritária nas empresas estaduais. Os financiamentos concedidos via aporte de capital garantiram a presença da holding como acionista minoritária em diversas concessionárias, mas os recursos foram destinados prioritariamente à Central Elétrica de Furnas S.A. (Furnas), depois denomina-

da Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas). A Usina Hidrelétrica Furnas entrou em operação em setembro de 1963, evitando um iminente racionamento de energia em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Como membro da Conesp, Paulo Richer contribuiu para a definição da proposta de compra das empresas subsidiárias do Grupo Amforp pelo governo brasileiro, divulgada em abril de 1963 e condenada por setores nacionalistas. A operação de compra seria concretizada em novembro de 1964, após a deposição de João Goulart e a instalação do regime militar no país.

Em abril de 1963, o Ministério das Minas e Energia (MME) criou o Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Região Centro-Sul, incumbido de coordenar o levantamento do potencial hidráulico e dos mercados de energia elétrica na região. A Eletrobrás delegou a Furnas o encargo de representá-la nos trabalhos do Comitê, e participou diretamente dos estudos relativos ao aproveitamento dos recursos energéticos do Salto de Sete Quedas, no rio Paraná, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Em dezembro de 1962, o MME encaminhou à empresa o anteprojeto elaborado por Otávio Marcondes Ferraz para o empreendimento, o qual indicava a possibilidade de um aproveitamento da ordem de 10.000 MW em

alternativa que, entretanto, não levava em conta os direitos do Paraguai sobre o mesmo potencial, o que levou a protestos do governo desse país.

Em junho de 1963, a Eletrobrás constituiu um grupo de trabalho com o objetivo de estudar outras alternativas para o aproveitamento do potencial hidráulico dos Saltos de Sete Quedas. Ainda nesse mês, Paulo Richer viajou a Assunção, Paraguai, acompanhando o ministro das Minas e Energia, Antônio Ferreira de Oliveira Brito, em busca de autorização para a realização de levantamentos técnicos em território daquele país. Em janeiro de 1964, o presidente João Goulart propôs ao presidente paraguaio Alfredo Stroessner a abertura de negociações em torno do aproveitamento conjunto dos saltos. Paulo Richer buscou a colaboração da URSS para realização do empreendimento e, em dezembro de 1963, engenheiros soviéticos vieram ao país em missão de intercâmbio técnico, patrocinada pela Eletrobrás, em iniciativa que entretanto não logrou desdobramento prático.

Logo após a deflagração do movimento político-militar que depôs o presidente João Goulart, Paulo Richer foi exonerado da Presidência da Eletrobrás, deixando o cargo em abril de 1964 e tendo sido substituído pelo general José Varonil de Albuquerque Lima. Em 6 de maio

seguinte, Otávio Marcondes Ferraz assumiria a Presidência da holding, por decisão do novo presidente da República, general Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967). Paulo Richer transferiu-se então para São Paulo, assumindo ainda em abril o cargo de diretor comercial da empresa estadual Centrais Elétricas de Urubupungá S. A. (Celusa). No ano seguinte, face os conflitos entre essa empresa e a nova administração da Eletrobrás, deixou a Celusa e ingressou na Construções e Comércio Camargo Corrêa.

Retornou à administração pública em março de 1985, no início do governo José Sarney Costa (1985-1990), assumindo o cargo de secretário-geral do MME, cujo titular era Antônio Aureliano Chaves de Mendonça. Nessa condição, tornou-se presidente do Comitê do Balanço Energético Nacional, função que exerceria até 1987.

Na secretaria-geral do MME, Paulo Richer enfrentou problemas na área energética, contribuindo para o lançamento, no final de 1985, do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) e do Plano de Recuperação do Setor de Energia Elétrica (PRS). O Procel visava combater o desperdício na produção e no consumo de eletricidade, através do esforço coordenado de governos, empresas concessionári-

as, consumidores, fabricantes de equipamentos e instituições de pesquisa tecnológica. Permaneceu na Secretaria-Geral até setembro de 1987, respondendo interinamente pelo ministério, na ausência do titular, durante curtos períodos. Foi membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional e do Conselho de Administração da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caeeb), entre 1985 e 1988.

Representou o Brasil em reuniões da Organização Latino-Americana de Energia (Olade), realizadas no Uruguai, em dezembro de 1985, e na Argentina, em novembro de 1986.

Após deixar a Secretaria-Geral do MME, retornou à iniciativa privada.

ROCHA, Ronaldo Moreira da
Diretor de Administração da Eletrobrás; presidente da Caeeb; presidente da CPFL; presidente da CBEE; presidente da CLFP; presidente da CFLMG; presidente da CEEB; presidente da CFLN; presidente da CCBFE

Ronaldo Moreira da Rocha nasceu no Rio de Janeiro (DF) no dia 21 de junho de 1930.

Bacharelou-se em Direito em 1954 pela Faculdade Nacional de Direito, atual Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



Iniciou sua carreira profissional ainda como estudante, em 1952, como auxiliar do Serviço Jurídico da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf). Depois de se formar passou a advogado da companhia e, pouco depois, a assistente do diretor-técnico da Chesf, tendo exercido essa função até 1955. No ano seguinte transferiu-se para a Companhia de Seguros Sul América, tendo assumido o cargo de gerente administrativo do Setor de Seguros Terrestres, Marítimos e Acidentes. Posteriormente, tornou-se superintendente da Administração da empresa, função que exerceu até 1964.

Nesse ano foi eleito diretor de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobrás), em substituição a Walter Tolentino Ál-

vares, na gestão de Octávio Marcondes Ferraz (1964-1967). Nessa condição, passou a integrar o Conselho de Administração da empresa. Participou, como diretor da Eletrobrás, das negociações para a compra das subsidiárias da American & Foreign Power Company (Amforp) pelo governo brasileiro, permanecendo no cargo até 1967.

Assumiu a Presidência da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caeeb) em 1967. Simultaneamente, foi presidente das seguintes empresas, anteriormente subsidiárias do Grupo Amforp: Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL); Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE); Companhia Luz e Força do Paraná (CLFP); Companhia Força e Luz de Minas Gerais (CFLMG); Companhia de Energia Elétrica da Bahia (CEEB); Companhia de Força e Luz do Nordeste (CFLN) e Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE). Permaneceu nesses cargos até 1970 e, em seguida assumiu a Presidência da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), tendo se tornado também presidente do respectivo Conselho de Administração, e tendo exercido esses cargos até 1974. A partir de então, passou a atuar na iniciativa privada.

Integrou a delegação brasileira à Conferência Mundial de Energia, em

Moscovo, na União Soviética, e participou das reuniões internacionais da Comissão de Integração Elétrica Regional (Cier), realizadas na Argentina, Bolívia e Paraguai.

Foi também diretor e vice-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), primeiro vice-presidente e superintendente geral do Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos (Ibeu).

Foi distinguido com as condecorações da Ordem do Mérito Naval, e Ordem do Mérito Militar Aeronáutico.

RODRIGUES, Sizínio

Presidente da Caeeb

Sizínio Rodrigues nasceu no Rio de Janeiro (DF) no dia 2 de janeiro de 1902.

Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1921 e posteriormente cursou a Academia de Altos Estudos, depois Faculdade de Filosofia e Letras.

Exerceu a advocacia e o jornalismo, tendo secretariado a Gazeta Jurídica da Gazeta de Notícias. Desempenhou, também, funções no Ministério Público, em caráter interino.

Em 1927 ligou-se à Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caeeb), como advogado, advogado geral, chefe dos serviços

jurídicos e vice-presidente. Foi presidente da Caeeb entre 1959 e 1964. Nesse último ano, foi efetuada a aquisição do controle acionário das empresas do Grupo Amforp pelo governo federal.



Acervo Marli Rodrigues Genta

Ocupou a Presidência da Companhia Promotora de Desenvolvimento Econômico, também subsidiária da American & Foreign Power Company (Amforp).

Foi diretor do Instituto dos Advogados e membro do seu Conselho Superior. Fez parte do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ocupando a Vice-Presidência dessa entidade e o integrando o Tribunal de Ética Profissional. Repre-

sentou o Instituto na Federação Interamericana de Advogados em diversas conferências e foi membro titular da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

Faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 16 de outubro de 1987.

ROMANO, Paulo Azevedo

Engenheiro-chefe da Seção de Concessões, Legislação e Estudos Econômicos e diretor da Divisão de Águas do DNPM; diretor-geral do Dnaee; chefe do Departamento de Tarifas da Diretoria de Gestão Empresarial da Eletrobrás; chefe de gabinete do Ministro das Minas e Energia; diretor comercial da Chesf

Paulo Azevedo Romano nasceu no Rio de Janeiro (DF) no dia 17 de fevereiro de 1926.

Formou-se em Engenharia Civil (1951) e em Engenharia Elétrica (1954) pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Iniciou sua carreira profissional ainda como estudante, tendo sido estagiário na Divisão de Terras e Colonização (1948) e na Divisão de Águas (1948-1952) do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) do Ministério da Agricultura. Depois de formado, atuou como

engenheiro interino na Divisão de Águas (1952-1956).

Atuou na Seção de Estudos do Mercado Consumidor da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) em 1956 e 1957 e, nesse último ano, ingressou na Divisão de Águas, como engenheiro concursado. Tornou-se engenheiro-chefe da Seção de Concessões, Legislação e Estudos Econômicos da mesma Divisão em 1961 e 1962. Nesse último ano, integrou a comissão administrativa do grupo de trabalho criado para proceder às providências precedentes aos atos constitutivos da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), relativas à organização dos serviços básicos da sociedade, ao arrolamento em especificações dos bens e direitos da União destinados à integralização do capital da empresa e à elaboração dos seus estatutos.



Acervo pessoal

Foi diretor da Divisão de Águas do DNPM entre 1962 e 1966. No mesmo período, presidiu a Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos (Conesp), responsável pelas negociações para compra das empresas subsidiárias brasileiras da American & Foreign Power Company (Amforp) e da Brazilian Electric Power Company (Bepco), em 1963. Como representante do Ministério das Minas e energia (MME), participou da comissão especial criada para acompanhar os trabalhos de verificação do preço de compra dessas empresas e que ficou encarregada, também, da redação do contrato final da transação.

Em 1964, realizou estágio nos Estados Unidos, México e Panamá, sob os auspícios da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), no campo do planejamento e aproveitamento de recursos hídricos.

Representou o MME no Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em 1964 e 1965, foi suplente do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (Cnaee) em 1965 e 1966 e membro do conselho executivo do Comitê Nacional para a Conferência Nacional de Energia, com mandato de 1963 a 1965.

Foi o primeiro diretor geral do Departamento Nacional de Águas e

Energia (Dnae), depois denominado Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee), entre março de 1966 e janeiro de 1968, tendo sido sucedido por José Pacheco da Veiga.

Em 1967, representou o MME no grupo de trabalho criado no Conselho Nacional de Comércio Exterior (Concex) para estudar a incidência do custo do Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE) e do Imposto Único sobre Lubrificantes., Combustíveis Líquidos e Gasosos nos produtos industrializados.

Chefiou o Departamento de Tarifas da Diretoria de Gestão Empresarial da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) de setembro de 1968 a fevereiro do ano seguinte, quando tornou-se chefe do gabinete do Ministro das Minas e Energia, Antônio Dias Leite Júnior. Em junho de 1971, assumiu a Diretoria Comercial da Chesf, permanecendo nessa empresa até junho de 1974.

No mesmo mês, ingressou na Itaipu Binacional. De julho de 1975 até fevereiro de 1991, data de sua aposentadoria nessa empresa, desempenhou a função de assistente técnico da Diretoria Técnica, tendo acompanhado, nesse período, todas as etapas do desenvolvimento do projeto e da construção da Usina Hidrelétrica Itaipu. Em seguida, e até janeiro de 1996, foi assistente de

John Reginald Cotrim, consultor técnico da Itaipu Binacional.

A partir de maio de 1992, atuou como consultor do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – Memória da Eletricidade.

S

SALES, Apolônio

Presidente da Chesf

Apolônio Jorge de Faria Sales nasceu em Altinho (PE) no dia 24 de agosto de 1904.

Diplomou-se engenheiro-agrônomo em novembro de 1923 pela Escola Superior de Agricultura de São Bento (PE). Em fevereiro de 1924 foi nomeado professor de Economia Rural do mesmo estabelecimento e, em julho do ano seguinte, professor de Agricultura Especial. Em 1928 passou a catedrático interino de Agricultura Geral, Hidráulica Agrícola, Topografia, Agrologia, Meteorologia e Direito Rural e, no mesmo ano, foi nomeado auxiliar do Serviço Estadual do Mosaico, órgão encarregado do controle fitopatológico, vindo a exercer o mesmo cargo no Serviço de Cana-de-Açúcar e Defesa Agrícola, em 1931.



Acervo Chesf

Foi chefe do Serviço Estadual da Cana de 1934 a 1935, órgão vinculado à Diretoria da Agricultura de Pernambuco. Nessa função introduziu modernas técnicas de irrigação, executando um projeto de sua autoria na Usina Catende.

Com a criação da Secretaria da Agricultura do estado em 1935, passou a exercer o cargo de assistente do Serviço de Experimentação Agrícola. Ainda nesse ano, viajou ao Havaí, Estados Unidos, para estudar os processos de irrigação e os métodos empregados na cultura da cana-de-açúcar. Foi secretário da Agricultura de Pernambuco de 1937 a 1942.

Em fevereiro desse último ano foi nomeado ministro da Agricultura pelo presidente Getúlio Dornelles

Vargas (1930-1945), em substituição a Carlos de Sousa Duarte, que ocupava interinamente o ministério desde junho do ano anterior. Em 1943, Apolônio Sales desencadeou campanha pelo aproveitamento do potencial da Cachoeira de Paulo Afonso, no rio São Francisco, como forma de solucionar o problema de energia elétrica do Nordeste. No ano seguinte visitou o estado do Tennessee, nos Estados Unidos, para inteirar-se da organização do Tennessee Valley Authority (TVA), iniciativa que foi considerada a primeira manifestação de planejamento regional, sob a égide do Estado, naquele país. Como resultado dessa campanha, elaborou os projetos que deram origem ao Decreto-Lei n.º 8.031, ao Decreto-Lei n.º 8.032 e ao Decreto-Lei n.º 19.706, de 3 de outubro de 1945, assinados pelo presidente Getúlio Vargas, criando a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), abrindo crédito para a organização da empresa e outorgando à mesma concessão para aproveitamento da energia hidráulica do rio São Francisco, no trecho compreendido entre Juazeiro (BA) e Piranhas (AL). Entretanto, a Chesf só viria a ser instalada em 15 de março de 1948, após a assembléia constitutiva da companhia. As primeiras unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Paulo Afonso I entrariam em funcionamento em dezembro de 1954.

Apolônio Sales deixou a pasta em 29 de outubro de 1945, quando da queda do Estado Novo, tendo sido substituído por João Maurício de Medeiros.

Com a redemocratização do país e a promulgação da nova Constituição em setembro de 1946, foi eleito senador por Pernambuco no pleito suplementar de 19 de janeiro de 1947, na legenda da coligação formada pelo Partido Social Democrático (PSD) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), para um mandato de quatro anos. Em 1948, elaborou o projeto que criava o Serviço do Fomento à Energia Elétrica (SFEE), com o intuito de incrementar a técnica de produção agrícola e elevar o nível de vida dos habitantes do campo. No pleito de 3 de outubro de 1950, reelegeu-se para o Senado na legenda do PSD.

Durante o segundo governo de Getúlio Vargas foi novamente nomeado ministro da Agricultura, licenciando-se do Senado para tomar posse do cargo no dia 28 de junho de 1954, em substituição a João Cleofas de Oliveira.

Manteve-se à frente da pasta da Agricultura até 31 de agosto, depois do suicídio de Getúlio Vargas, quando, na Presidência de João Café Filho, foi substituído por José da Costa Porto, reassumindo em seguida seu mandato de senador. Em 1956, foi

eleito vice-presidente do Senado, reelegendo-se para essa função nos três anos seguintes. Em janeiro de 1959 concluiu seu mandato no Senado.

Apolônio Sales foi eleito presidente da Chesf em maio de 1962, assumindo o cargo em substituição a Amaury Alves de Menezes, que ocupava a Presidência da companhia em caráter interino desde dezembro do ano anterior. Voltaria a ser reeleito presidente da empresa, sucessivamente, em 1964, 1968 e 1972. Destacam-se, nessa sua gestão, a entrada em operação da segunda e da terceira unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Paulo Afonso II, com 75 MW cada uma, em 1962 e 1964, respectivamente, e a posterior conclusão dessa usina, totalizando 465 MW de potência nominal, a conclusão da Usina Hidrelétrica Paulo Afonso III, com 768 MW, e o início da construção da Usina Hidrelétrica Moxotó, que em 1983 passaria a ser denominada Usina Hidrelétrica Apolônio Sales. Criou, organizou e instalou, em 1963, a Eletrificação Rural de Paulo Afonso S. A. (Erpsa).

Em junho de 1974, deixou a Presidência da Chesf, tendo sido substituído por André Dias de Arruda Falcão Filho, e foi eleito presidente do Conselho de Administração da empresa. Exerceu esse cargo até 1976, tendo sido sucedido por Alberto Costa Guimarães. A partir de então passou a

membro desse conselho, que integrou até o dia 12 de outubro de 1982, quando faleceu no Rio de Janeiro.

Publicou O Ministério da Agricultura no governo Getúlio Vargas (1930-1944) (1945), A recuperação de um vale (1946), Problemas do São Francisco (1947), Aspectos da economia brasileira (1949), Política agrária do Brasil (1956) e Israel, jovem nação milenar (1958).

SALOMÃO NETO, Alfredo

Coordenador geral da Vice-Presidência de Planejamento Empresarial, diretor-adjunto de Planejamento Tarifário e Orçamento, diretor-adjunto de Planejamento Financeiro; superintendente-geral de Planejamento Financeiro, superintendente-geral de Orçamento, superintendente-geral de Apoio Administrativo e superintendente-Geral de Serviços e Transportes da Light; diretor-geral do Dnaee; diretor financeiro da Eletrosul

Alfredo Salomão Neto nasceu no Rio de Janeiro (RJ) no dia 20 de outubro de 1944.

Formou-se em Engenharia Elétrica pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1968, pós-graduando-se em Engenharia de Produção pela mesma universidade.



Fez carreira na Light - Serviços de Eletricidade S.A. (Light), onde desempenhou as funções de diretor-adjunto de Planejamento Tarifário e Orçamento (1979-1980), de diretor-adjunto de Planejamento Financeiro (1980-1981), de superintendente-geral de Planejamento Financeiro (1981-1982), de superintendente-geral de Orçamento (1982-1986), de superintendente-geral de Apoio Administrativo (1989-1990) e de superintendente-geral de Serviços e Transportes (1996-2001).

De 1990 a 1991, foi diretor-geral do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee), órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia (MME). No Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), ocupou os cargos de secretário-geral adjunto, secretário de

Controle Interno e diretor da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – Dataprev.

Juntamente com a Secretária do Tesouro Nacional, foi responsável pela elaboração da Lei n.º 8.631, de 4 de março de 1993, que extinguiu o regime de remuneração garantida das concessionárias dos serviços de energia elétrica.

Foi também diretor financeiro da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) – empresa que mais tarde seria transformada na Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) - e subsecretário de Estado de Cultura e subsecretário de Estado de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro.

Tornou-se diretor da Fundação de Seguridade Social Braslight, patrocinada pela Light.

SAMPAIO NETO, Firmino Ferreira

Diretor econômico-financeiro e diretor-presidente da Coelba; presidente da Eletrobrás; presidente do CBCME; diretor-presidente da Eletronuclear

Firmino Ferreira Sampaio Neto nasceu em Piritiba (BA) no dia 14 de maio de 1946.



Formou-se em Economia em 1969 pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Iniciou sua carreira profissional como economista na Camas União S.A. em janeiro de 1970, assessorando a diretoria da empresa, tendo exercido essa função até março de 1971. Desde então e até março de 1975 foi diretor das divisões técnicas da Secretaria da Indústria e Comércio do Estado da Bahia, durante o primeiro governo de Antônio Carlos Peixoto de Magalhães, tendo coordenado trabalhos técnicos nas áreas de planejamento de pólos industriais e promoção de investimentos. Em 1973 fez pós-graduação em Planejamento Industrial na Fundação Getú-

lio Vargas (FGV). De 1975 a 1979 trabalhou na Secretaria de Minas e Energia do Estado da Bahia, no governo de Roberto Figueira Santos, tendo sido chefe do Grupo de Economia Mineral e coordenador-adjunto da Coordenação da Produção Mineral. De 1980 a 1984, no segundo governo de Antônio Carlos Magalhães, foi chefe de Gabinete da Secretaria de Minas e Energia do estado e secretário substituto.

Nesse último ano foi nomeado diretor econômico-financeiro da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), função que exerceu até 1987, quando foi nomeado administrador regional da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) para os estados da Bahia e Sergipe. Ainda nesse ano deixou essa função para assumir a chefia de Gabinete da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), na qual permaneceu até 1990, quando retornou à Coelba como diretor econômico-financeiro. Exerceu esse cargo até 1994, quando tornou-se diretor-presidente dessa estatal baiana. Permaneceu no cargo até 1996.

Em abril desse ano assumiu a Presidência da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), em substituição a Antônio José Imbassahy da Silva. No mês seguinte Firmino Ferreira Sampaio Neto

tornou-se presidente do Conselho de Administração dessa estatal e em junho passou a integrar o Conselho de Administração da Itaipu Binacional.

No primeiro ano de sua gestão, a Eletrobrás efetuou a contratação do consórcio de consultoria liderado pela Coopers & Lybrand, empresa inglesa que atuou conjuntamente com técnicos da holding e da Secretaria Nacional de Energia do Ministério de Minas e Energia (MME), na elaboração do projeto de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro (Reseb). Como parte do Programa Nacional de Desestatização (PND), foi efetuada a alienação do controle acionário da Light - Serviços de Eletricidade S.A. (Light), em maio, e foi iniciado o processo de reestruturação das empresas controladas, destacando-se a segregação da geração nuclear de Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), através da criação da Eletrobrás Termonuclear S.A. (Eletro-nuclear). Em julho seguinte, Firmino Ferreira Sampaio Neto assumiu o cargo de diretor-presidente dessa empresa, no qual permaneceria até março de 2001.

Em 1997, teve continuidade o processo de reestruturação setorial, tendo sido vendidas as participações acionárias da Eletrobrás na Empresa Energética de Mato Grosso do Sul (Enersul), na Centrais Elétricas

Matogrossenses S.A. (Cemat), na Empresa Energética de Sergipe (Energipe) e na Companhia Energética do Rio Grande do Norte (Cosern). Além disso, a Eletrobrás assumiu a maior parte do capital votante da Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (Ceron), da Companhia Energética do Piauí (Cepisa) e da Companhia Energética de Alagoas (Ceal), que passaram à condição de empresas federais e foram incluídas no PND, e celebrou com os governos do Pará e do Acre os acordos que permitiram o início de gestão compartilhada na Centrais Elétricas do Pará S.A. (Celpa) e na Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre). No mesmo ano foi concluída a cisão parcial da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul), originando-se a Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul).

No ano seguinte, foi concluída a implantação da linha de transmissão Norte-Sul, com 1.277 quilômetros de extensão na tensão de 500 kV, interligando os dois grandes sistemas regionais de energia brasileiros, o Norte-Nordeste e o Sul-Sudeste-Centro-Oeste. Foram criados o Mercado Atacadista de Energia (MAE) e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o que caracterizou a transferência para a iniciativa privada das atividades de coor-

denação da operação e da comercialização de energia, até então realizadas pelo Grupo Coordenador para Operação Interligada (GCOI). Ainda em 1998, foi efetuada a privatização da Gerasul.

De julho de 1998 a agosto do ano seguinte Firmino Ferreira Sampaio Neto presidiu o Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia (CBCME).

Em 1999, foi lançado o Programa Nacional de Eletrificação Rural Luz no Campo e foi criado o Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos (CCPE), que substituiu o antigo Grupo Coordenador do Planejamento do Sistema Elétrico (GCPS), controlado pela Eletrobrás. Em 2000, a Eletrobrás assumiu o controle acionário da Companhia Energética do Amazonas (Ceam), visando a preparação da privatização dessa empresa, em conjunto com a Mesa – Manaus Energia S.A.

Firmino Ferreira Sampaio Neto integrou o Conselho de Administração da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), o Conselho de Administração de Furnas e o Conselho de Administração da Eletronuclear e integrou e presidiu o Conselho de Administração da Eletrobrás.

Permaneceu no cargo até abril de 2001 e foi substituído por Cláudio Ávila da Silva.

SANTOS, Almir José dos

Coordenador do Grupo de Análise de Projetos e chefe da Divisão de Análise de Projetos do Departamento de Investimentos da Eletrobrás; chefe do Departamento de Investimentos da Eletrobrás; diretor-financeiro da Eletronorte; presidente da Caeab

Almir José dos Santos nasceu no Rio de Janeiro (DF) no dia 29 de junho de 1934.



Acervo pessoal

Formou-se em Economia pela Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro e, em 1972 e 1973, realizou curso de pós-graduação em Administração Financeira na Universidade de São Paulo (USP).

Na Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), foi assistente técnico (1970), coordenador do Grupo de Análise de Projetos (1973) e chefe da Divisão de Análise de Projetos (1978) do Departamento de Investimentos. Em 1980, assumiu a Chefia do mesmo departamento. Em 1982 e 1983, realizou curso de Cálculo Econômico de Investimentos e estágio na área econômico-financeira na Electricité de France (EDF).

Foi diretor-financeiro da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte) entre 1985 e 1989 e, no mesmo período, substituiu o presidente da empresa.

Foi presidente da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caeeb) em 1989 e 1990. Nesse último ano, exerceu a função de assessor do presidente da Eletrobrás.

Entre 1991 e 1997, atuou como consultor sênior de empresas privadas, tendo realizado serviços nas áreas de Planejamento Econômico e Econômico-Financeiro para a Asea Brown-Boveri e para a Camargo Corréa.

Entre 1994 e 2000, foi diretor-financeiro da Nativa Engenharia S.A. e, em 1996, realizou curso de Gerência Financeira e Mercado de Capitais na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro.

Em 2001, tornou-se diretor administrativo e financeiro da Fundação

Eletronuclear de Assistência Médica.

SANTOS, Luís Carlos dos

Secretário de Energia Elétrica e Saneamento do Estado de São Paulo; presidente de Furnas

Luís Carlos dos Santos nasceu em Araxá (MG) no dia 26 de maio de 1932.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) em 1958.

Ingressou na política filiando-se ao Partido Democrata Cristão (PDC). Em 1961 e 1962 trabalhou na Secretaria de Justiça de São Paulo e, no ano seguinte, foi eleito vereador na capital paulista. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965, e a instauração do bipartidarismo, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar instaurado no país em abril de 1964.

Elegeu-se deputado estadual em 1978 pelo MDB. Assumindo o mandato em fevereiro do ano seguinte, integrou a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa paulista como primeiro-secretário, função que exerceria até 1981. Após a reforma partidária que extinguiu o bipartidarismo em novembro de 1979, filiou-se ao

Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sucessor do MDB.

Acervo Furnas



Foi reeleito deputado estadual em novembro de 1982 e novamente em novembro de 1986. Nessa última legislatura, presidiu a Constituinte estadual. Por força do exercício da Presidência da Assembléia Legislativa, assumiu interinamente em 1988 o governo do Estado. No mesmo ano, licenciando-se do mandato, foi secretário de Negócios Metropolitanos (1988) e secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano (1988-1990), no governo de Orestes Quêrcia (1987-1991).

Em outubro de 1990 foi eleito deputado federal. Assumindo sua ca-

deira na Câmara dos Deputados em fevereiro do ano seguinte, integrou diversas comissões permanentes da Câmara e do Congresso Nacional, tendo sido vice-líder do PMDB de 1991 a 1993 e tendo atuado em várias comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

Licenciou-se do mandato em abril de 1993 para assumir a Secretaria de Energia Elétrica e Saneamento do Estado de São Paulo, no governo de Luís Antônio Fleury Filho (1991-1995). Retornou à Câmara dos Deputados em janeiro de 1994, assumindo a liderança do governo Itamar Franco (1992-1994).

Foi reeleito deputado federal pelo PMDB em outubro de 1994, tendo sido mantido na liderança do governo após a posse de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República, em janeiro do ano seguinte.

Em abril de 1996 foi nomeado ministro extraordinário para a Coordenação Política, tendo atuado junto ao Congresso Nacional em prol da aprovação da Emenda Constitucional que permitiu a reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos.

Em setembro de 1997 transferiu-se para o Partido da Frente Liberal (PFL). Deixou o Ministério Extraordinário da Coordenação Política em abril de 1998, retornando em seguida à Câmara dos Deputados.

Concorreu ao cargo de vice-governador de São Paulo no pleito de outubro desse ano, na chapa encabeçada por Paulo Salim Maluf, do Partido Progressista Brasileiro (PPB), a qual veio a ser derrotada pelo candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e governador Mário Covas Júnior, que concorria à reeleição. Deixou a Câmara dos Deputados em janeiro de 1999, quando se encerraram o seu mandato e a legislatura.

Entre maio de 1999 e julho de 2002, Luís Carlos Santos assumiu a Presidência de Furnas Centrais Elétricas S. A. (Furnas) tendo sido substituído por Dimas Fabiano Toledo em 04 de julho de 2002.

SANTOS, Mario Fernando de Melo

Chefe da Divisão de Manutenção Elétrica, chefe do Departamento de Transmissão, chefe do Departamento de Movimento e Energia e diretor de Operações da Chesf; vice-presidente do CCONN; diretor de Operação e presidente (interino) da Eletrobrás; presidente do ONS.

Mario Fernando de Melo Santos nasceu em Recife (PE) no dia 18 de julho de 1938.

Formou-se em Engenharia Elétrica pela Escola de Engenharia de

Pernambuco em 1962. No ano seguinte ingressou na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), assumindo funções de crescente importância na área de operação da empresa. Foi sucessivamente chefe da Divisão de Manutenção Elétrica (1967), do Departamento de Transmissão (1970) e do Departamento de Movimento de Energia (1972), e tornou-se diretor de Operações em 1979, integrando a diretoria da empresa até maio de 1990. Complementou sua formação realizando cursos de especialização na Électricité de France (EDF) e também em centros de controle de operação norte-americanos e europeus.

Participou ativamente dos trabalhos de coordenação operativa dos sistemas elétricos brasileiros, realizados por organismos colegiados sob a liderança da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobrás).

Em 1974, foi designado representante da Chesf no Comitê Coordenador para Operação do Nordeste (CCON), organismo criado em setembro daquele ano pelo Ministério das Minas e Energia (MME) com o objetivo de disciplinar o relacionamento operativo e comercial entre a Chesf e as empresas responsáveis pela distribuição na sua área de atuação. Colaborou com a execução do projeto de interligação Norte-Nordeste,

efetivado em 1981 mediante a conexão dos sistemas elétricos da Chesf e das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte). Foi vice-presidente do Comitê Coordenador de Operações Norte e Nordeste (CCONN), órgão que sucedeu o CCON em 1984, e presidente do mesmo no biênio seguinte.

No período de 1978 a 1990 representou a Chesf no Grupo Coordenador para Operação Interligada (GCOI), organismo responsável desde 1973 pela coordenação da operação dos sistemas elétricos interligados das regiões Sudeste e Sul. A Chesf passara a integrar o GCOI em 1977 em razão da interdependência hidráulica entre os sistemas das regiões Sudeste e Nordeste, decorrente do aproveitamento comum das águas do rio São Francisco.

Atuou igualmente na Comissão de Integração Elétrica Regional (Cier), fórum de cooperação sul-americano na área de energia elétrica, sediado em Montevidéu, Uruguai. Além de coordenador-técnico nacional do Sub-Comitê de Operação e Manutenção entre 1977 e 1979, foi delegado do Brasil na Reunião de Altos Executivos do Cier, realizada em Quito, no Equador, em 1985.

Deixou a diretoria da Chesf em julho de 1990 para ocupar o cargo de coordenador nacional do abastecimento do Departamento Naci-

onal de Combustíveis (DNC), vinculado à Secretaria Nacional de Energia, do Ministério da Infra-Estrutura (Minfra), no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992). Em abril de 1991 assumiu a Diretoria de Operação da holding federal Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobrás) e, por força dessa condição, tornou-se o principal dirigente do GCOI, chefiando seu comitê executivo, formado pelos diretores de operação das principais empresas de energia elétrica do país. No ano seguinte passou a integrar o Conselho de Administração da Eletronorte, assumindo a Presidência do mesmo em 1993, em substituição a Eliseu Resende.



Acervo Eletronorte

No final de dezembro de 1994, assumiu interinamente a Presidência da Eletrobrás, substituindo José Luiz Alquéres. Em maio de 1995 a Eletrobrás e suas quatro empresas

controladas de âmbito regional, responsáveis por quase metade da capacidade instalada de energia elétrica do país, foram incluídas no Programa Nacional de Desestatização (PND), no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Mario Santos permaneceu no cargo durante seis meses, sendo substituído por Antônio José Imbassahy da Silva. Ainda em 1995, exerceu interinamente o cargo de diretor-presidente da Eletronorte, até a posse do novo titular, José Antônio Muniz Lopes. Permaneceu na Presidência do Conselho de Administração da Eletro-norte até setembro do ano seguinte, tendo sido sucedido por Benedito Aparecido Carraro.

Como titular da Diretoria de Operação da Eletrobrás, integrou o núcleo dirigente do projeto de reestruturação institucional do setor de energia elétrica, coordenado pelo MME, com o auxílio de consultores internacionais contratados em 1996. O projeto teve por objetivo, basicamente, a definição de um novo marco regulatório do setor, em virtude da perspectiva de privatização das empresas de energia elétrica e da implantação de um modelo mais competitivo, em substituição ao modelo predominantemente estatal, então vigente.

Manteve-se na diretoria da Eletrobrás até setembro de 1998, quan-

do foi designado presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), entidade privada criada com base na Lei nº 9.648, de maio do mesmo ano. A missão do ONS seria a de executar as atividades de coordenação e controle de operação da geração e da transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados, em substituição ao antigo GCOI, assegurando a qualidade e a economicidade do suprimento de energia elétrica e garantindo o livre acesso à rede básica.

SCALCO, Euclides

Diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional

Euclides Girolamo Scalco nasceu em Nova Prata (RS) no dia 16 de setembro de 1932.

Em 1951 ingressou no curso de Química Farmacêutica da Faculdade de Farmácia da Universidade do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, concluindo sua formação em 1954.

Filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tornando-se secretário do Diretório Municipal dessa agremiação em Francisco Beltrão (PR) de 1960 a 1962. No mesmo período, foi também vereador nesse município, e depois prefeito, de 1963 a 1964.



Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional n.º 2, em outubro de 1965, e a instauração do bipartidarismo, foi um dos fundadores, no ano seguinte, da seção paranaense do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e secretário do Diretório Municipal do mesmo partido até 1970. Foi novamente eleito vereador em Francisco Beltrão, por essa legenda, exercendo o mandato até 1969. No ano seguinte fez pós-graduação em Economia Agrária na Universidade de Louvain, na Bélgica, e de Economia no Instituto Lebet, na França.

Em novembro de 1974 foi eleito suplente do senador Francisco Leite Chaves na legenda do MDB e, quatro anos depois, elegeu-se deputado

federal pelo Paraná, assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados em fevereiro de 1979. Com a extinção do bipartidarismo em novembro desse ano, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), agremiação que sucedeu o MDB, tornando-se primeiro-secretário (1980-1981) e depois segundo-secretário da Executiva Nacional do mesmo partido (1981-1983).

Reeleito em novembro de 1982 na mesma legenda, em março de 1983 licenciou-se do mandato para exercer o cargo de chefe da Casa Civil (1983-1986) do governador paranaense José Richa.

Afastou-se da chefia da Casa Civil em 1986, reassumindo seu mandato de deputado federal e, no mesmo ano, apoiado pela tendência peemedebista denominada “esquerda independente”, substituiu o senador paranaense Afonso Camargo no posto de primeiro-secretário da Executiva Nacional do PMDB (1986-1987).

Nas eleições de 15 de novembro de 1986 foi eleito deputado federal constituinte pelo PMDB. Tornou-se primeiro vice-líder do partido e foi seu líder durante os trabalhos da Comissão de Sistematização, em virtude do afastamento do titular na Constituinte, senador Mário Covas Júnior (PMDB-SP). Na Constituinte foi autor da proposta, aprovada, da jornada de trabalho de 44 horas semanais.

Em junho de 1988, juntamente com Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, André Franco Montoro, José Serra, José Pimenta da Veiga Filho e José Richa, também egressos do PMDB, foi um dos principais organizadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Após a promulgação da Constituição, em outubro de 1988, tornou-se líder da nova agremiação na Câmara dos Deputados. Em outubro de 1990, foi candidato a vice-governador do Paraná na chapa encabeçada pelo senador José Richa, tendo sido derrotado. Permaneceu na Câmara dos Deputados até o fim de janeiro de 1990, quando se encerraram o seu mandato e a legislatura.

Em 1994, Euclides Scalco coordenou por um curto período a campanha do candidato do PSDB, Fernando Henrique Cardoso, à Presidência da República. Com a vitória desse candidato nas eleições de outubro, coordenou o grupo que estudou a organização do sistema de assistência social do novo governo, do qual resultou a iniciativa da criação do programa Comunidade Solidária.

Em junho de 1995, desligou-se do PSDB por discordar do ingresso do ex-governador do Paraná Álvaro Fernandes Dias no partido, permanecendo a partir de então sem vinculação partidária. Em 28 de setembro do mesmo ano, assumiu a Diretoria-Geral brasileira da Itaipu Binacional, em

substituição a Francisco Luiz Sibut Gomide. Nessa sua gestão foi promovida a renegociação da dívida da empresa, de US\$ 16 bilhões (dezesseis bilhões de dólares americanos), com a Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobrás). No mesmo período, a Usina Hidrelétrica Itaipu bateu recorde mundial de produção de energia elétrica, atingindo 81,654 milhões de MWh em 1996. No ano seguinte, a geração da usina teve um incremento de 9,3%, atingindo 89,237 milhões de GWh, estabelecendo novamente o recorde mundial de geração anual de energia por uma só usina.

Em 15 de junho de 1998, Euclides Scalco foi exonerado da Diretoria-Geral da empresa, a pedido, tendo sido substituído, interinamente, pelo diretor-técnico executivo Altino Ventura Filho, que permaneceria no cargo até 19 de outubro seguinte. Assumiu em seguida a coordenação política da campanha à reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, o que ocorreria ainda no primeiro turno do pleito, realizado em 3 de outubro desse ano. No dia 19 desse mesmo mês, foi novamente nomeado para a Diretoria-Geral brasileira da Itaipu Binacional.

Integrou o Núcleo Executivo da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (GCE) de maio de 2001 a abril de 2002. Deixou a Diretoria-Geral de Itaipu Binacional em março de 2002.

SCHULMAN, Maurício

Chefe do Departamento de Engenharia, superintendente-técnico e diretor técnico da Copel; diretor-administrativo, diretor de gestão empresarial e presidente da Eletrobrás

Maurício Schulman nasceu em Curitiba (PR) no dia 21 de janeiro de 1932.

Formou-se em Engenharia Civil pela Universidade do Paraná em 1954. Dois anos depois, trabalhando na Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel), integrou-se ao Grupo Especial de Energia Elétrica, vinculado ao Plano Estadual de Desenvolvimento Econômico (Pede). Em maio de 1958 assumiu a chefia da Divisão de Estudos Contratados e em 1960 estagiou em empresas de eletricidade na França. De volta ao Brasil, assumiu em março de 1961 o Departamento de Engenharia da Copel, passando a superintendente-técnico em outubro. Em dezembro seguinte foi nomeado pelo governador Ney Aminthas de Barros Braga (1961-1964) diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Paraná (DAEE/PR). No ano seguinte tornou-se diretor administrativo da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná. Nessa condição, representou o estado, a partir de maio de 1962, no Conselho Consultivo e Coordenador da Centrais

Elétricas de Urubupungá S. A. (Celusa). No mesmo ano foi eleito diretor-técnico da Copel para o triênio de 1962 a 1965.



Acervo Eletrobrás

Em novembro de 1963 passou a integrar o Conselho de Administração da Central Elétrica Capivari-Cachoeira S.A. (Eletrocap) e o Conselho Deliberativo do Instituto de Engenharia do Paraná (IEPR). Foi assessor do ministro do Planejamento e Coordenação Econômica Roberto de Oliveira Campos (1964-1967) até 1966, quando foi reeleito diretor-técnico da Copel para o triênio de 1966 a 1969. Deixou a Copel em março de 1967 por ter sido nomeado diretor da recém-criada Diretoria de Gestão Empresarial da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobrás).

Nesse mesmo ano a Diretoria de Administração foi transformada na Diretoria de Gestão Empresarial. Maurício Schulman permaneceu no cargo até 1971, quando foi substituído por Antônio Carlos do Amaral Bastos. Em seguida foi nomeado secretário de Fazenda do Paraná, no governo de Pedro Viriato Parigot de Sousa (1971-1973), tendo sido mantido no seu cargo pelo sucessor Emílio Gomes (1973-1975). Em 1974, deixou essa secretaria estadual para assumir a Presidência do Banco Nacional da Habitação (BNH), em substituição a Rubens Vaz da Costa, permanecendo no cargo ao longo de todo o período de governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979).

Deixando o BNH em março de 1979 e, tendo sido substituído por José Lopes de Oliveira, Maurício Schulman assumiu em seguida a Presidência da Eletrobrás, sucedendo a Arnaldo Rodrigues Barbalho. Sua gestão foi marcada por sérias dificuldades, desde a etapa de elaboração do programa de trabalho para o setor elétrico, em 1980, e por divergências com a orientação da política setorial no âmbito do Ministério das Minas e Energia (MME), o que determinou o seu pedido de exoneração da Presidência da empresa no mês de setembro. Foi substituído pelo general José Costa Cavalcanti, então presidente da Itaipu Binacio-

nal. Participou ele próprio do Conselho de Administração dessa empresa entre 1979 e 1989.

Presidente dos conselhos de administração da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e da Light - Serviços de Eletricidade S.A. (Light) (1979-1980), Schulman também participou nesse período do Conselho Superior de Energia (CSE), dirigido pelo então vice-presidente da República Antônio Aureliano Chaves de Mendonça.

Em outubro de 1980 Maurício Schulman passou a atuar no setor bancário privado, assumindo o cargo de diretor-coordenador de quatro empresas da área de crédito imobiliário do grupo Bamerindus. Em outubro de 1991, ainda ligado ao Bamerindus, foi eleito para a Diretoria Executiva da Federação Brasileira de Associação de Bancos (Febraban) e da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban). Em dezembro de 1994 foi eleito presidente da Febraban e da Fenaban, com mandato de três anos. Posteriormente, Maurício Schulman passou a atuar também como consultor de empresas.

SEABRA, Licínio Marcelo

Diretor de Operações (interino), diretor de Operações, 2º vice-presidente e vice-presidente da Cemig; diretor-tesoureiro do Sindicato das

Indústrias de Energia Hidro e Termo Elétrica do Estado de Minas Gerais; diretor da Ermig; diretor de Planejamento e Engenharia da Eletrobrás; presidente de Furnas; presidente da Nuclen

Licínio Marcelo Seabra nasceu em Itajubá (MG) no dia 24 de outubro de 1925.

Formou-se em Engenharia Mecânica e Elétrica pelo Instituto Eletrotécnico de Itajubá, atual Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Efei), em 1948. Iniciou sua carreira na Servix Engenharia S.A. (Servix) em 1949. Como engenheiro da Companhia Aços Especiais Itabira (1949-1952), supervisionou e chefiou o projeto, a construção e a entrada em operação da Usina de Sá Carvalho.

Ainda em 1952, ingressou na Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. (Cemig), depois denominada Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Na Diretoria de Operações da Cemig, foi assistente e chefe do Departamento de Produção e Transmissão e chefe da Divisão de Despacho de Carga e do Departamento de Engenharia. Assumiu interinamente a Diretoria de Operações em 1964, sendo eleito diretor de Operações em março de 1966.

De 1965 a 1969, foi diretor-tesoureiro do Sindicato das Indústrias de Energia Hidro e Termo Elétrica do

Estado de Minas Gerais e, de 1968 a 1974, diretor da Eletrificação Rural de Minas Gerais S.A. (Ermig). Assumiu como interino a Segunda Vice-Presidência da Cemig em 1972, sendo efetivado no cargo em 1975. Exerceu interinamente a Presidência da empresa de 24 de fevereiro a 4 de março e de 24 de maio a 5 de junho de 1975. No mesmo ano, foi eleito diretor-tesoureiro do Sindicato das Indústrias de Energia Hidro e Termo Elétrica do Estado de Minas Gerais, permanecendo no cargo até 1978.



Acervo Furnas

Foi diretor de Planejamento e Engenharia da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), função que assumiu em 1976, no lugar de Leo Amaral Penna, tendo sido suce-

dido neste cargo por José Gelázio da Rocha em fevereiro de 1978. Na ocasião, foi indicado para a Presidência de Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), cargo no qual sucedeu a Luiz Cláudio de Almeida Magalhães.

Licínio Marcelo Seabra assumiu a direção de Furnas numa conjuntura bastante desfavorável. Com o aumento do preço do petróleo no mercado externo e as dificuldades para a obtenção de novos financiamentos, o país vinha sendo obrigado a racionalizar os investimentos na área de energia. No setor elétrico, a prioridade passou a ser a construção da Usina Hidrelétrica Itaipu, empreendimento para o qual deveria ser canalizada a maioria dos recursos disponíveis. Além disso, Furnas vivia uma época de intensa mobilização sindical, com constantes reivindicações dos trabalhadores pela reposição das perdas salariais causadas pela recessão.

Licínio Marcelo Seabra teve grandes dificuldades para implementar os programas desenvolvidos na empresa. Apesar disso, sua gestão foi responsável pela concretização de importantes projetos, destacando-se a inauguração da Usina Hidrelétrica Itumbiara, com 2.100 MW de potência instalada, em 1981, e da Usina Termonuclear Angra I, em 1985, esta

última com 656 MW de capacidade total.

No setor de transmissão, sua principal realização foi o término da primeira etapa das obras do Sistema de Itaipu, o maior da América Latina. Concluída em setembro de 1984, esta fase envolveu a energização do primeiro circuito de 750 kV da América do Sul, ligando Ivaiporã (PR) a Tijuco Preto (SP).

Em consonância com as diretrizes econômicas do governo, foram adotadas em sua gestão várias medidas administrativas visando a racionalização e contenção dos gastos da empresa. Entre outras modificações, foi criada em 1982 a Diretoria de Produção Termonuclear, que reuniu os órgãos de apoio técnico e de operação ligados a esse setor.

Licínio Marcelo Seabra deixou a Presidência de Furnas em março de 1985, sendo sucedido por João Camilo Penna. Assumiu depois a Presidência da Nuclebrás Engenharia S.A (Nuclen).

Tornou-se membro da Conseil International des Grands Réseaux Électriques (Cigré) e do Comitê Brasileiro de Grandes Barragens (CBGB).

Licínio Marcelo Seabra faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 4 de agosto de 2000.

SILVA, José Esmeraldo da

Chefe do Departamento de Serviços Gerais da Eletrobrás; diretor de Coordenação e Pessoal, presidente e diretor de Administração da Caeeb

José Esmeraldo da Silva nasceu em Visconde do Rio Branco (MG) no dia 2 de novembro de 1920.

Formou-se pela Escola Superior de Agronomia, Veterinária e Química Industrial de Campos (RJ).



Acervo Júlio Pedro Vaz Esmeraldo

No início da carreira, trabalhou em diversas companhias de seguros e acidentes de trabalho, ocupando cargos de chefia. Foi funcionário da Companhia Adriática de Seguros (1939-1941), da Colúmbia - Companhia Nacional de Seguros e Acidentes do Trabalho (1944-1945) e da Sul América - Terrestres, Marítimos e Acidentes (1947-1950), entre outras. Em 1955, exerceu a função de assessor de seguros da Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. (Cemig), atual

Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1956, a fim de organizar a Companhia Real de Seguros, da qual foi vice-presidente e diretor-superintendente. Também exerceu este último cargo na Socirsa – Sociedade Comercial de Imóveis e Representações Gerais S.A., no Banco Real Unido S.A (1961-1962) – depois incorporado ao Banco Real S.A – e na Brasil Unido Seguros, Comércio e Indústria S.A.

Em dezembro de 1963, ingressou na Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobrás). Nessa empresa, foi chefe do Departamento de Serviços Gerais (1964-1967) e assistente da Diretoria Administrativa (1967-1968). Foi posto à disposição da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caeeb) em abril de 1971, tendo assumido, em agosto seguinte, a Diretoria Administrativa da mesma. A partir da transformação da Caeeb em sociedade de economia mista, passou a responder, no mesmo mês, pela Diretoria de Coordenação e Pessoal.

Deixou este cargo em março de 1977 para substituir Henrique Amaral Penna na Presidência da Caeeb. Esteve à frente da empresa até março de 1979, quando passou a atuar como assessor especial do ministro das Minas e Energia, César Cals de Oliveira Filho. Sucedido na Presidên-

cia da Caeab por Ney Webster Araújo, voltou à empresa em dezembro seguinte, novamente como diretor de Administração, permanecendo neste cargo até março de 1989.

José Esmeraldo da Silva foi membro do Sindicato das Indústrias de Energia Hidro e Termo Elétricas do Estado da Guanabara e diretor da Pernambuco Tramways and Power Company.

Faleceu no Rio de Janeiro em 30 de janeiro de 1991.

SIMAS, Afonso Tiago Pinto

Engenheiro-chefe do Setor de Planejamento, engenheiro-chefe do Setor de Construção de Linhas de Transmissão e Subestações e diretor-técnico da Celpa; diretor-presidente da Eletronorte

Afonso Tiago Pinto Simas nasceu em Belém (PA) no dia 26 de junho de 1941.

Formou-se engenheiro civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Pará (UFPA) em 1964.

Iniciou sua carreira profissional no ano seguinte no Ministério das Minas e Energia (MME), como engenheiro do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee), desenvolvendo estudos hidrológicos em bacias hidrográficas no Pará.



Acervo Eletronorte

Em 1966 deixou o MME e ingressou na Centrais Elétricas do Pará S.A. (Celpa), tendo assumido a Chefia do Setor de Planejamento da Diretoria Técnica e, posteriormente, a do Setor de Construção de Linhas de Transmissão e Subestações. Foi responsável pelo planejamento e implantação de sistemas de transmissão e subtransmissão em todo o Estado do Pará, notadamente em Belém, onde promoveu a reformulação total da rede então existente. No mesmo ano passou a engenheiro-superintendente de construção da Usina Hidrelétrica Curuá-Una. Exerceu essa função até 1971, quando assumiu o cargo de diretor-técnico da Celpa. Na área de geração, foi responsável por todas as fases de implantação da Usina Termelétrica Tapaná I e da Usina Termelétrica Tapaná II. Permaneceu na Diretoria Técnica da Celpa até 1979.

No ano seguinte ingressou na iniciativa privada, assumindo a Gerên-

cia de Projetos da Brascep Engenharia Ltda. Exerceu esse cargo até novembro de 1985, quando passou a diretor de Contratos. Nessa empresa, foi responsável pela execução de estudos de viabilidade, projetos básicos, projetos executivos de engenharia e gerenciamento de obras para os setores de petróleo, petroquímica e energia elétrica, em contratos assinados com a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), Companhia Petroquímica do Nordeste (Copen), Petro-Rio, Petroflex, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) – empresa que mais tarde seria transformada na Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) –, Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e Light - Serviços de Eletricidade S.A. (Light). Permaneceu na Brascep até abril de 1991.

No mesmo mês foi eleito e empossado diretor-presidente da Eletronorte, em substituição a Armando Ribeiro de Araújo. Durante sua gestão, na área administrativa, empreendeu uma importante reforma no quadro de pessoal. Concluiu a primeira etapa da Usina Hidrelétrica Tucuruí, com a finalização da mon-

tagem eletromecânica e início da operação comercial da 10^a, 11^a e 12^a unidades geradoras da usina, concluiu as obras do sistema de subtransmissão de Manaus (AM), permitindo o escoamento pleno da energia gerada na Usina Hidrelétrica Balbina, com a conseqüente redução no consumo de combustível do parque térmico dessa cidade, reiniciou as obras da Usina Hidrelétrica Samuel e iniciou as obras do Sistema de Transmissão do Norte do Estado de Mato Grosso e do Sistema de Transmissão do Leste do Estado do Pará. Permaneceu à frente da Eletronorte até maio de 1993, quando foi substituído por Ricardo Pinto Pinheiro.

A partir do mês seguinte tornou-se consultor independente na área de energia elétrica, prestando serviços especializados a empresas nacionais e estrangeiras, tais como BC Projetos Ltda., do Rio de Janeiro, e BP Amoco, multinacional de origem inglesa. De 1995 a 1998 foi vice-presidente do Conselho de Administração da Celpa.

SIQUEIRA, Marcello Lignani
Presidente de Furnas

Marcello Lignani Siqueira nasceu em Juiz do Fora (MG) no dia 22 de fevereiro de 1938.

Formou-se engenheiro civil em 1963 pela Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Acervo Furnas



Trabalhou na Coenge S. A. - Engenharia e Construções. Foi diretor-geral do Departamento Municipal de Água e Esgoto da Prefeitura de Juiz de Fora (MG), diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A. (Credireal), sócio-fundador da Simag - Engenharia Ltda., presidente do Clube de Engenharia de Juiz de Fora (MG) e ainda diretor financeiro da J. J. Engenheiros S. A.

Em 3 novembro de 1992 assumiu a Presidência de Furnas Centrais Elétricas S. A. (Furnas), em substituição a Eliseu Resende.

No primeiro ano de sua gestão, as principais realizações foram registradas nos segmentos de transmissão e transformação, tendo se verificado a energização do 2º circuito Itumbiara - Rio Verde e a entrada em operação do 1º circuito São José - Imbariê, do 2º banco de transformadores da Subestação de Ivaiporã e do 3º banco de transformadores da Subestação de Itumbiara. Em 1992 e 1993, a empresa prestou serviços técnicos e de consultoria em Angola, na Espanha, na Venezuela e no Paraguai, entre outros países. Em 1994, dadas as restrições financeiras então existentes, verificou-se a suspensão das obras de transmissão até então em andamento. No mesmo ano, destacou-se o estabelecimento da parceria com a iniciativa privada para conclusão da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, cuja execução passou à responsabilidade da Empresa Energisa S.A., depois Serra da Mesa Energia S.A. (Semesa), alternativa que viria garantir a conclusão do mesmo empreendimento, alcançada em 1998.

Marcello Lignani Siqueira permaneceu nessa função até 2 de abril de 1994, quando deixou o cargo para concorrer a mandato eletivo. Foi substituído, interinamente, por Norberto de Franco Medeiros, então diretor financeiro da empresa.

SOUZA, Antônio José Alves de

Diretor da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura; diretor-presidente da Chesf

Antônio José Alves de Souza nasceu no Rio de Janeiro (DF) no dia 4 de março de 1896.

Formou-se em Engenharia de Minas e Civil pela Escola de Minas de Ouro Preto (MG) no ano de 1920, ingressando em seguida no Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, tendo coordenado estudos pioneiros para o aproveitamento hidrelétrico do rio São Francisco entre 1920 e 1922, e tendo participado de vários estudos de rios e quedas d'água em diversas localidades do país. Assumiu, em agosto de 1933, a Diretoria de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), posteriormente transformada em Divisão de Águas. Membro do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) entre 1939 e 1949, também integrou o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (1942-1948), a Comissão do Estatuto de Petróleo e a Comissão de Revisão dos Códigos de Águas e de Minas. Dirigiu a Divisão de Águas até junho de 1942, quando passou a responder pela Diretoria-Geral do DNPM.



Acervo Chesf

Juntamente com o ministro da Agricultura, Apolônio Jorge de Faria Sales, foi um dos principais defensores da exploração do potencial energético do rio São Francisco como forma de reduzir o grande desequilíbrio regional existente no país. A iniciativa daria origem à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), criada pelo Decreto-Lei nº 8.031, assinado pelo presidente Getúlio Dornelles Vargas em 3 de outubro de 1945.

Concebida para realizar o aproveitamento hidrelétrico da Cachoeira de Paulo Afonso, no trecho entre os municípios de Juazeiro (BA) e Piranhas (AL), a Chesf teve sua organização adiada em função da deposição de Vargas em 29 de outubro seguinte. O processo foi retoma-

do no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), cabendo a Antônio José Alves de Souza a redação de um projeto anunciando os objetivos da empresa e as formas de captação de recursos para o empreendimento. O documento, que ficou conhecido como Manifesto da Chesf, enfrentou resistências no Congresso Nacional, principalmente por não ter incluído a Bahia entre os estados a serem beneficiados na primeira fase do empreendimento. O impasse só foi contornado em dezembro de 1947, quando Eurico Dutra anunciou o aumento do capital da companhia ou a realização de empréstimos, o que permitiria incluir a Bahia e a Paraíba no grupo de estados beneficiados nessa etapa. A Chesf foi oficialmente instalada em 15 de março de 1948. Eleito primeiro presidente da empresa, Antônio José Alves de Souza deixou, com isso, a direção do DNPM.

O início de sua gestão foi dedicado, quase que exclusivamente, ao desenvolvimento do projeto da Usina Hidrelétrica Paulo Afonso I. Concebido pelo engenheiro Octávio Marcondes Ferraz, então diretor técnico da companhia, daria origem à primeira usina subterrânea construída no Brasil. As obras tiveram início em março de 1949, com a construção da barragem da usina. Entre junho e setembro de 1954, foram efetuados

o desvio e o fechamento do rio São Francisco, iniciando-se em seguida o enchimento do reservatório. Em novembro, as duas primeiras unidades geradoras, de 60 MW cada, entraram em operação e, em janeiro de 1955, a usina foi oficialmente inaugurada, dando início ao abastecimento de Recife (PE) e Salvador (BA). Ainda no mesmo ano, passou a funcionar a terceira unidade projetada, também de 60 MW. Além dos 180 MW gerados pela usina, a Chesf contava na época com mais 22 MW de potência instalada, sendo 20 MW provenientes da Usina Termelétrica Cotegipe e 2 MW da Usina Hidrelétrica Piloto.

A captação de recursos para a construção de Paulo Afonso foi garantida com a divisão do capital inicial da empresa em 50% de ações ordinárias, adquiridas em sua totalidade pelo governo federal, e em 50% de ações preferenciais, subscritas em sua maioria pelos institutos de previdência federais e pelos governos da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Logo depois, a Chesf teve seu capital duplicado por autorização do governo. A empresa também contou com empréstimos concedidos pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) – depois denominado Banco Nacional de Desenvolvimento Econô-

mico e Social (BNDES) -, pelo Banco do Brasil e pelo Export-Import Bank (Eximbank).

Antônio José Alves de Souza foi reeleito presidente da Chesf em 1952, 1956 e 1960.

Faleceu em Recife (PE) no dia 8 de dezembro de 1961. Uma de suas últimas realizações foi a inauguração da primeira unidade geradora da Usina Hidrelétrica Paulo Afonso II, com 75 MW de potência, em janeiro deste último ano. Foi sucedido na Presidência da companhia por Amaury Alves de Menezes.

SOUZA, Genildo Nunes de

Diretor da Divisão de Serviços Industrializados do DAE do Estado de Pernambuco; chefe da Divisão de Convênios e Financiamentos de Eletrificação Rural, chefe do Departamento de Programação Eletro-Rural, chefe da Divisão de Estudos e Projetos de Eletrificação Rural, chefe do Departamento de Projetos e Construções Eletro-Rurais, chefe do Departamento de Cooperativas de Eletrificação Rural, superintendente de Eletrificação Rural, assistente do Diretor de Operação, superintendente de Operação do Interior e diretor econômico-financeiro da Celpe; diretor Econômico-Financeiro, diretor de Relações com o Mercado e diretor-presidente da Chesf.

Genildo Nunes de Souza nasceu em Serra Talhada (PE) no dia 19 de junho de 1944.

Formou-se em Engenharia Elétrica pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1966. Durante a graduação, foi estagiário do Departamento de Águas e Energia (DAE) do Estado de Pernambuco, sendo efetivado, já como engenheiro, em 1967.



Acervo Chesf

Durante sua passagem pelo órgão, ocupou as chefias da Seção de Projetos de Eletrificação Rural e do Serviço de Estudos e Projetos, a Diretoria da Divisão de Serviços Industrializados, a Presidência da Comissão de Concorrência e a Diretoria de Engenharia Econômica. Em 1970,

concluiu pós-graduação em Administração de Empresas na Escola de Administração da UFPE e, ainda no mesmo ano, ingressou na Companhia de Eletricidade de Pernambuco S.A. (Celpe), atual Companhia Energética de Pernambuco (Celpe). Fez ainda o curso Organization and Operation of Rural Electric Distribution Systems, no Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (1973); o Curso de Distribuição de Energia Elétrica, no Centro de Tecnologia da UFPE (1977); e o Curso Intensivo de Eletrificação Rural, na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRP), em 1979.

Em 1983, tornou-se coordenador do Comitê Econômico-Financeiro da Associação de Empresas Distribuidoras de Eletricidade do Norte/Nordeste/Centro Oeste (Aedenne).

Integrou os quadros da Celpe por mais de 35 anos. Ao longo deste período, chefiou a Divisão de Convênios e Financiamentos de Eletrificação Rural (1970), o Departamento de Programação Eletro-Rural (1970-1971), a Divisão de Estudos e Projetos de Eletrificação Rural (1971-1975), o Departamento de Projetos e Construções Eletro-Rurais (1975) e o Departamento de Cooperativas de Eletrificação Rural (1975-1979) des-

sa empresa. Foi também superintendente de Eletrificação Rural (1979-1980), assistente da Diretoria de Operações (1980-1983), superintendente de Operações do Interior (1983), diretor econômico-financeiro (1983-1985) e, mais tarde, assessor de Planejamento Empresarial (1991-1996).

Transferindo-se para a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) em 1985, chefiou a Diretoria de Relações com o Mercado e a Diretoria Econômico-Financeira da empresa (1985-1989).

Em julho de 1989 assumiu a Presidência da Chesf, em substituição a José Carlos Aleluia Costa. Em sua gestão, foi inaugurado o quinto gerador da Usina Hidrelétrica Luís Gonzaga, também chamada Usina Hidrelétrica Itaparica, perfazendo, até então, o total de 1.250 MW de capacidade instalada. Foi sucedido no cargo por Marcos José Lopes em maio de 1990.

Genildo Nunes de Souza foi ainda secretário de Administração do Estado de Pernambuco e membro do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Na iniciativa privada, tornou-se sócio-diretor e responsável-técnico da GNS Consultoria Ltda.

STEPANENKO, Alexis

Ministro de Minas e Energia

Alexis Stepanenko nasceu em São Paulo (SP) no dia 14 de abril de 1938.

Estudou na Escola de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo (USP) entre 1959 e 1961, transferindo-se em 1962 para a Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro (RJ), onde concluiu o curso de Sociologia em 1964.

Acervo pessoal



Foi professor de Sociologia do Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora, agregada à Universidade de Juiz de Fora, depois Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), de 1964 a 1969, e professor fundador e regente da cadeira de Metodologia e

Técnica de Pesquisa do mesmo curso, entre 1965 e 1969. Foi membro da Equipe de Especialistas em Ensino Superior (Epes) da Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que foi encarregada da reforma universitária (1966-1967).

Entre 1969 e 1971, foi co-gerente de Desenvolvimento de Administradores do Departamento de Planejamento de Recursos Humanos do Banco Lar Brasileiro S.A., tendo assumido também a função de gerente do Departamento de Planejamento de Recursos Humanos e gerente senior de Desenvolvimento e Treinamento de Recursos Humanos (1975-1978) e tendo integrado o Comitê Diretor Executivo da mesma instituição. Foi também vice-presidente e presidente do Centro Regional para el Fomento del Libro en America Latina da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), técnico do Programa Nacional de Treinamento de Executivos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep, 1975), técnico da Secretaria do Planejamento (Seplan), professor da cadeira de Metodologia e Técnica da Pesquisa do curso de pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Instituto de Bibliografia e Documentação do Conselho

Nacional de Pesquisa (CNPq, 1975), e gerente de consultoria de Marketing da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás).

Em 1988, tornou-se professor de Marketing e Pesquisa em Organizações da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em Brasília (DF), em cursos de pós-graduação.

Em julho de 1992, convidado pelo vice-presidente da República Itamar Franco, ocupou o cargo de coordenador da assessoria técnica do Gabinete da Vice-Presidência da República. Com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do afastamento de Fernando Collor de Mello, em 29 de setembro do mesmo ano, para responder a processo de impeachment, e tendo Itamar Franco assumido interinamente a Presidência em 2 de outubro, no mesmo mês Stepanenko foi promovido a subsecretário-geral da Presidência da República. Em novembro, tornou-se vice-presidente do sistema do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Assumiu o cargo de ministro de Estado-chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação (Seplan) da Presidência da República em maio de 1993, em substituição a Ieda Rorato Crusius, mantendo-se nessa pasta até março de 1994, sendo substituído pelo senador Benedito Claiton Veras de Alcântara.

Assumiu em seguida o Ministério das Minas e Energia (MME), no lugar de José Israel Vargas, que ocupava o cargo interinamente. Nesse cargo, apresentou Programa de Ações consolidando diretrizes relacionadas ao fortalecimento das funções de regulamentação, fiscalização e de gestão empresarial, entre outras.

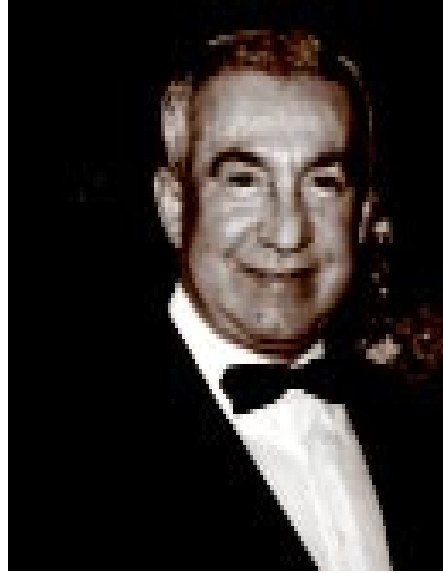
Em maio do mesmo ano, defendeu a parceria do setor elétrico estatal com empresas privadas, a partir do que, acreditava, se tornaria possível a retomada das obras paralisadas por falta de verbas e a redução das tarifas. Anunciou, também, a contratação de comissões especiais para fazer o levantamento dos custos da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) e da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobrás), com vistas ao início do processo de privatização dessas empresas.

Stepanenko demitiu-se do cargo no dia 19 de setembro de 1994, tendo sido substituído, interinamente, pelo secretário-executivo do ministério, Delcídio do Amaral Gomez. Entre novembro desse ano e fevereiro de 1995, foi vice-presidente da Telebrás.

No mesmo mês, após a posse de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República, Stepanenko foi nomeado diretor comercial da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) em Brasília, tendo

permanecido no cargo até setembro de 1997. Em seguida e até fevereiro de 2000, foi diretor do Departamento de Serviços Postais do Ministério das Comunicações. Desde então atuou como consultor.

Publicou diversos trabalhos, a maioria em co-autoria, entre os quais A zona rural da Guanabara - um levantamento sócio-econômico (1962), A educação cristã e o desenvolvimento à luz do Concílio e da Populorum Progressio (1968), Guia de saúde infanto-juvenil (1973 e 1974) e Você e o Sistema BNDES (Síntese da Pesquisa, 1992).



Acervo pessoal

T

TASSO, JOSÉ

Diretor de Administração e presidente da Escelsa

José Tasso de Oliveira Andrade nasceu em João Pessoa (PB) em 19 de abril de 1942.

Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim, em Cachoeiro de Itapemirim (ES) em 1981, e realizou pós-graduação em Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro (RJ).

Exerceu mandato de deputado federal pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) entre 1970 e 1974.

Em 1977 ingressou na Espirito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa), à frente da Diretoria Administrativa, tendo desenvolvido programa de benefícios tais como a implantação de plano de saúde para empregados e seus dependentes e sistema de acompanhamento de recursos humanos. Exerceu esse cargo até outubro de 1984, quando assumiu a Presidência da empresa, no lugar de Abdalla João Pereira Dalla.

Durante essa sua gestão, foi reativado o programa de eletrificação rural da empresa, realizado juntamente com o governo estadual, com recursos do Imposto Único so-

bre Energia Elétrica (IUEE). Foram realizadas obras no segmento de distribuição, em benefício às populações de baixa renda. Em 1986, foram concluídas obras em 11 subestações dos sistemas de transmissão.

Deixou a Presidência da Escelsa em março de 1986, tendo sido substituído por César Abaurre.

Exerceu mandato de deputado estadual no Espírito Santo, pelo Partido da Frente Liberal (PFL), de 1986 a 1990. Como Prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, entre 1992 e 1996, realizou melhorias na iluminação pública, no saneamento básico e na política habitacional do município, com a construção de casas populares.

Foi secretário-chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Espírito Santo de janeiro de 1999 a abril de 2001, quando assumiu novamente o cargo de deputado estadual, pelo Partido Trabalhista Cristão (PTC).

THIBAU, Mauro

*Diretor de Operações da Cemig;
Ministro das Minas e Energia*

Mauro Thibau nasceu no Rio de Janeiro (DF) no dia 10 de julho de 1923.

Em 1941 ingressou na Escola Nacional de Engenharia no Rio de Janeiro. Em 1945, ainda estudante,

tornou-se estagiário da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caeeb), vinculada a American & Foreign Power Company (Amforp). Foi incorporado aos quadros da empresa logo após a conclusão do curso de Engenharia, em dezembro seguinte.

Demitindo-se da Caeeb em janeiro de 1949, ingressou em seguida na Goodyear, em São Paulo (SP), como engenheiro comercial. No início do ano seguinte, passou a integrar, na qualidade de engenheiro-assistente, a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), órgão supraministerial diretamente vinculado à Presidência da República e que tinha por finalidade promover aquela região. Nessa função, coordenou a estruturação da divisão técnica da CVSF e participou dos estudos que culminaram com a definição do local para a construção da barragem de Três Marias, no rio São Francisco.

Em 1950, no governo de Milton Soares Campos em Minas Gerais (1947-1951), Mauro Thibau, cumulativamente com suas funções na CVSF, participou da equipe dirigida pelo engenheiro Lucas Lopes encarregada da elaboração do Plano de Eletrificação de Minas Gerais. Os trabalhos foram apresentados oficialmente ao governador em julho do mesmo ano e tiveram por objetivo o planejamento da construção de usi-

nas de grande porte que viabilizassem o suprimento a grandes instalações industriais, bem como a unificação do sistema então existente, com a integração das usinas em operação. Ainda em 1950, Mauro Thibau passou a trabalhar na área de Engenharia Comercial da Servix Engenharia S.A. (Servix).

Acervo Eletrobrás



Desligou-se de suas funções na CVSF e da Servix em fevereiro de 1952 para participar da primeira diretoria da Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. (Cemig), depois denominada Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). A criação da empresa estadual havia sido indicada no Plano de Eletrificação e previa, em sua primeira fase, o suprimento regionalizado de energia e,

progressivamente, a implementação de um sistema unificando as diferentes regiões do estado. A Cemig contava com a mesma equipe básica que havia elaborado o Plano de Eletrificação, reunindo, entre outros, os engenheiros Lucas Lopes, John Reginald Cotrim e Flávio Henrique Lyra da Silva. Posteriormente contou também com Júlio Soares e Mario Penna Bhering.

Na Cemig, Mauro Thibau organizou a Diretoria de Operações e encarregou-se dos serviços absorvidos de outras empresas do estado, responsabilizando-se pela distribuição de energia elétrica aos diversos municípios que foram incorporados à área de atuação da empresa e pelo funcionamento das novas unidades construídas. Posteriormente, com a saída de Lucas Lopes e John Reginald Cotrim, que haviam sido designados, respectivamente, para dirigir o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) – depois denominado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - e para o comando da construção da Usina Hidrelétrica Furnas, Mauro Thibau passou a acumular a Diretoria de Operações com a de Engenharia de Projetos e, posteriormente, com a área de relacionamento externo e de captação de recursos da empresa. Nesta última função, manteve contatos frequentes

na área política, sobretudo junto ao Executivo e ao Legislativo federais, tendo esta experiência embasado, em parte, sua futura indicação para o Ministério das Minas e Energia (MME). Como diretor da Cemig, Mauro Thibau foi eleito em 1957 para a primeira diretoria do Sindicato das Indústrias de Energia Hidro e Termo Elétrica do Estado de Minas Gerais, tendo ocupado a Presidência da entidade a partir de 1961.

Após a deposição do presidente João Belchior Marques Goulart (1961-1964) pelo movimento político-militar de 31 de março de 1964, Mauro Thibau foi convidado para ocupar a pasta das Minas e Energia no governo de Humberto de Alencar Castelo Branco, assumindo o ministério em 17 de abril de 1964. Para a chefia de gabinete foi nomeado o engenheiro Benedito Dutra, então diretor da Central Elétrica de Furnas S.A. (Furnas), depois denominada Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas).

Um dos primeiros atos da gestão de Mauro Thibau foi a apresentação da Exposição de Motivos de 9 de junho de 1964, intitulada “Diretrizes gerais no setor de energia elétrica”, que consolidou o novo modelo institucional do setor elétrico, vigente até 1990, e que previu a coexistência, no desenvolvimento das suas atividades, da iniciativa privada, dos gover-

nos estaduais e do governo federal. Foi definida como prioridade a revisão das tarifas dos serviços de energia elétrica, com o que se pretendia promover a recuperação financeira das empresas concessionárias, bem como garantir a rentabilidade das empresas estrangeiras, sobretudo as do Grupo Light, que então tencionavam manter suas operações no país.

No mesmo mês foi retomada a questão da compra das empresas subsidiárias da Amforp no Brasil, cujas condições haviam sido estabelecidas durante o governo de João Goulart, através do ministro da Fazenda Francisco Clementino de Santiago Dantas. Foi organizada uma comissão, chefiada pelo presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobrás), Octávio Marcondes Ferraz, e da qual fizeram parte membros designados por Mauro Thibau e pelos ministros Roberto de Oliveira Campos, do Planejamento, Otávio Gouveia de Bulhões, da Fazenda, e Vasco Tristão Leitão da Cunha, das Relações Exteriores. Os trabalhos foram concluídos no mês de agosto, recomendando a aquisição das empresas. O assunto foi levado ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), tendo-se informado a esse órgão sobre o acordo dos governadores dos estados interessados na compra da Amforp, exceto José de Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais,

que solicitara um prazo maior para exame. Posteriormente, o projeto foi encaminhado ao Senado e à Câmara dos Deputados, onde a questão foi discutida em comissões técnicas e aprovada em plenário, em ambas as casas. Os representantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), liderados pelos senadores João Agripino Filho, da Paraíba, e João Pedro Gouveia Vieira, do Rio de Janeiro, declararam-se contra a negociação, no que foram acompanhados pelos governadores dos estados da Guanabara, Carlos Frederico Werneck de Lacerda, e de Minas Gerais, Magalhães Pinto.

Em novembro de 1964, o CSN recomendou a aprovação do relatório de Mauro Thibau e Roberto Campos sobre a nova política de minérios. Para pôr em prática a orientação dessa nova política, que buscava o aproveitamento intenso dos recursos minerais, a revisão do Código de Minas, a aprovação dos grandes projetos de mineração por meio de negociação, o caráter supletivo do Estado e o atendimento à segurança nacional, foi formada uma comissão interministerial que contou com a participação de Mauro Thibau. Dessa forma, a nova política proposta pelo ministro resultou na reforma do Código de Minas, a partir do que se relegaria ao Estado a condição supletiva e se destinaria a exploração dos

recursos minerais à iniciativa privada. Apesar de não haver modificado substancialmente a estrutura ou a função do MME, durante a sua gestão inverteu-se a orientação nacionalista das diretrizes políticas que haviam caracterizado a ação da pasta desde sua criação, em 1960.

Também em dezembro de 1964, através de três decretos presidenciais, foi implantada a sistemática processual com vistas ao cálculo das tarifas de energia elétrica com base no serviço pelo custo, com o que foi removido o entrave da interpretação restritiva, até então em vigor, do investimento histórico, então contabilizado sem correção monetária. Com a medida, o governo promoveu um aumento da ordem de 40% no valor médio real das tarifas de energia elétrica do país.

Em maio de 1965 foi inaugurada a Usina Hidrelétrica Furnas, cuja construção havia sido iniciada em 1957. Em agosto seguinte, Mauro Thibau promoveu a liquidação da Companhia Hidroelétrica do Vale do Paraíba (Chevap), empresa controlada pelos governos dos estados de São Paulo e da Guanabara e que havia sido encarregada da construção da Usina Hidrelétrica Funil e da Usina Termelétrica Santa Cruz. Em dezembro do mesmo ano, foi sancionada a Lei nº 4.904, que regulamentou o funcionamento e definiu a es-

trutura do MME. Foi criado o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee), que passou a exercer a função de fiscalizador das empresas concessionárias de serviços de energia elétrica na país.

Em 21 e 22 de junho do ano seguinte, como membro da delegação do Brasil, e tendo como assessor John Reginald Cotrim, então presidente de Furnas, Mauro Thibau participou de uma reunião em Foz do Iguaçu (PR) com o presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner, e Juraci Montenegro Magalhães, ministro das Relações Exteriores, para discutirem o aproveitamento hidrelétrico do Salto de Sete Quedas, no rio Paraná, na fronteira entre os dois países. Considerando a posição brasileira definida pelo CSN, Mauro Thibau e John Reginald Cotrim concordaram com a proposta de reconhecer ao Paraguai o direito a 50% da energia produzida pela usina a ser construída em Sete Quedas, sendo que o país vizinho se comprometeria em vender ao Brasil, por um preço mínimo, o que não consumisse. O acordo firmado naquela ocasião, conhecido como Ata de Iguaçu ou Ata das Cataratas, pôs fim às questões de definição de fronteiras pendentes entre os dois países e fixou as bases para a construção da Usina Hidrelétrica Itaipu, que seria iniciada na década de 1970.

Em 15 de março de 1967, com o término do governo Castelo Branco, Mauro Thibau deixou o MME, transferindo essa pasta ao general José Costa Cavalcanti. Ainda em 1967, assumiu a Presidência do conselho consultivo da Matriz Energética Brasileira, vinculada ao mesmo ministério, tornando-se membro do Conselho de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Fluminenses S.A. (Celf). Em 1969, passou a exercer as funções de consultor da Sondotécnica Engenharia de Solos S.A.

Presidente do Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge) de 1972 a 1975, foi sucessivamente vice-presidente e presidente da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) de 1985 a 1989 e, a partir de então exerceu intensa atividade junto a grandes empresas nacionais e estrangeiras.

Foi presidente dos conselhos de administração das empresas Mecânica Pesada S.A., Electrovidro S.A., Masa - Alstom S.A., Cimento Mauá S.A. e Lloyd's Register.

Recebeu o título de doutor honoris causa do Instituto Eletrotécnico de Itajubá (MG) e a Légion d'honneur do governo da França, entre outras honrarias.

Sobre Mauro Thibau, o Centro da Memória da Eletricidade no Brasil

– Memória da Eletricidade lançou em 1997 o livro Mauro Thibau: a trajetória de um ministro.

TOURINHO, Rodolpho
Ministro de Minas e Energia

Rodolpho Tourinho Neto nasceu em Salvador (BA) no dia 27 de dezembro de 1941.

Acervo JBonline



Entre 1963 e 1964, trabalhou na Centrais Elétricas de Urubupungá S.A. (Celusa), em São Paulo (SP), exercendo a função de assistente administrativo. Nesse último ano assumiu o cargo de gerente da Bahema S.A., em Salvador, e, três anos depois, formou-se em Economia pela Universidade de São Paulo (USP). Em 1968 concluiu pós-graduação em Economia e Administração de

Empresas pela Bradley University, de Illinois, nos Estados Unidos (EUA).

De volta ao Brasil, foi contratado, em 1973, pelo Banco Econômico S.A., do qual foi diretor e vice-presidente. Permaneceu na instituição até setembro de 1989, quando assumiu a Diretoria de Operações Financeiras da Construtora OAS Ltda. Em março de 1991, deixou a OAS para chefiar a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, a convite do governador eleito Antônio Carlos Peixoto de Magalhães (1991-1994), ocupando esse cargo até abril de 1998. Exerceu em seguida as funções de consultor da RTN Assessoria e Consultoria Ltda. e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Em janeiro de 1999, assumiu o Ministério de Minas e Energia (MME), em substituição a Raimundo Mendes de Brito.

No MME, procurou dar continuidade ao processo de abertura do setor de energia iniciado por seu antecessor, tendo anunciado como prioridade a venda dos ativos de Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte) e da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf).

Juntamente com outras lideranças do governo, participou da equipe que elaborou o modelo de priva-

tização de Furnas, anunciado oficialmente em junho de 2000. A proposta previu a pulverização do capital da empresa, em vez da venda por blocos de ações, com o que se pretendia vencer algumas das resistências opostas a sua privatização e, ao mesmo tempo, assegurar uma maior competitividade ao setor.

Na área de transmissão, destacou-se em sua gestão a realização, em setembro do mesmo ano, de um leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, de quase 3.000 quilômetros de novas linhas, a serem totalmente construídas pela iniciativa privada. Comandado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o evento marcou a primeira licitação de linhas de transmissão realizada pelo governo federal.

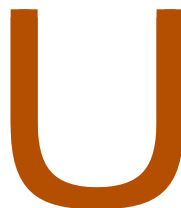
Apesar dessas iniciativas, o programa de desestatização enfrentou pressões políticas e dificuldades de ordem econômica, o que determinou o adiamento da privatização das grandes empresas geradoras federais, que não chegou a ser realizada na sua gestão.

No ano de 2000, as atenções do governo federal voltaram-se prioritariamente para o aumento da oferta de energia no curto prazo, de forma a evitar um possível colapso no abastecimento de energia elétrica. A iminência da crise tinha origem, entre outras razões, no atraso da con-

clusão de importantes obras de geração e de transmissão.

Dentre as medidas anunciadas por Rodolpho Tourinho para enfrentar o problema, destacaram-se as ações visando a implantação do Programa Prioritário de Termelétricas (PPT), lançado em fevereiro de 2000, que previu a construção de usinas termelétricas a gás natural. Outras iniciativas importantes foram os estímulos à co-geração de energia e à construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs).

Substituído por José Jorge de Vasconcelos Lima, Rodolpho Tourinho deixou o MME em fevereiro de 2001. Voltou em seguida a atuar como consultor da RTN Assessoria e Consultoria Ltda.



UEKI, Shigeaki

Ministro das Minas e Energia

Shigeaki Ueki nasceu em Bastos (SP) no dia 15 de agosto de 1935.

Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, em 1959.

Depois de formado, fez vários cursos de especialização sobre Organização e Superintendência de Empresas, Projetos Industriais, Mercado Financeiro, Contabilidade e Custos de Produção, além de atuar como consultor de empresas comerciais, elaborando projetos nos setores de café solúvel, têxtil, petroquímica e indústria elétrica.



Foi assessor do ministro da Indústria e Comércio Paulo Egídio Martins, durante o governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967). No final de 1969, na gestão do general Ernesto Geisel na Presidência da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), Shigeaki Ueki assumiu a Diretoria de Comercialização e Relações Internacionais da empresa e, concomitantemente, a Presidência da Petróleo Brasileiro S.A. - Distribuidora (Petrobrás – BR).

Com a posse de Ernesto Geisel na Presidência da República em 15 de março de 1974, assumiu o Ministério das Minas e Energia (MME).

Durante sua gestão, verificaram-se eventos de destaque na área de geração, tais como a conclusão da Usina Hidrelétrica Paulo Afonso III, o início da operação da Usina Termelétrica Bongi, em Recife (PE), a conclusão e inauguração da barragem de Sobradinho e o início da operação da Usina Hidrelétrica de Moxotó. Na área de transmissão, foi realizada a interligação dos sistemas elétricos da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) com o da Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança (Cohebe) e entrou em operação a linha de transmissão Paulo Afonso-Camaçari em 230 kV, isolada para 500 kV.

Em junho de 1975, Shigeaki Ueki participou da assinatura do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, por meio do qual ficou acertada a construção de oito centrais nucleares no país, de uma usina de enriquecimento de urânio e a organização de empresas destinadas ao reprocessamento do combustível atômico, além de trabalhos de prospecção de minérios radiativos. A implementação do acordo implicou a criação de diversas empresas binacionais, vinculadas, pelo lado brasileiro, às Empresas Nucleares Brasileiras S.A. (Nuclebrás).

Em outubro desse mesmo ano foi anunciada a assinatura dos contratos de risco entre a Petrobrás e em-

presas estrangeiras visando a prospecção de petróleo na plataforma continental do país, pondo fim ao monopólio estatal nessa atividade. Ao longo de 1975, Shigeaki Ueki anunciou a descoberta de seis novos campos petrolíferos: quatro na bacia de Campos (RJ), um em Sergipe e um no Rio Grande do Norte.

Em janeiro de 1979, pouco antes da conclusão do mandato do presidente Ernesto Geisel, Shigeaki Ueki foi convidado para presidir a Petrobrás no novo governo. Em 15 de março seguinte, quando da posse do general João Batista de Oliveira Figueiredo na Presidência da República, deixou a pasta das Minas e Energia, na qual foi substituído por César Cals de Oliveira Filho, tendo sido empossado dias depois na Presidência da Petrobrás, em substituição ao general Araquém de Oliveira. Acumulou provisoriamente a Presidência das subsidiárias Petrobrás Distribuidora e Petrobrás Internacional (Braspetro). Em dezembro desse ano assinou contrato com o consórcio paulista Paulipetro, formado pela Companhia Energética de São Paulo (Cesp) e pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), com vistas a exploração de petróleo no Estado de São Paulo.

Em agosto de 1980 foi substituído na Presidência da Petrobrás por Telmo Dutra de Resende. A partir de

então, dedicou-se a atividades na iniciativa privada.



VARGAS, José Israel

Ministro (interino) das Minas e Energia

José Israel Vargas nasceu em Paracatu (MG) no dia 9 de janeiro de 1928.

Em 1945 iniciou o curso de Química na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Minas Gerais (UMG), bacharelando-se em 1951 e licenciando-se no ano seguinte. Entre 1947 e 1950 frequentou também os cursos de Física e Química da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP).



Acervo Joana Domingues Vargas

De 1956 a 1959 fez doutorado em Filosofia na Universidade de Cambridge, na Inglaterra. De 1960 a 1963 chefiou a Divisão de Física Nuclear do Instituto de Pesquisas Radioativas da Escola de Engenharia da atual Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e foi diretor do Instituto em 1962. Foi o primeiro presidente da Associação Brasileira de Energia Nuclear (Aben), em 1963, representando o Brasil na Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em Viena, na Áustria. Foi assessor-técnico da Presidência da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) de 1963 a 1964.

Durante o governo de Antônio Aureliano Chaves de Mendonça (1975-1978) presidiu a Fundação João Pinheiro, o Grupo Executivo de Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais (1975-1976) e a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec) (1975-1979). Tornou-se o primeiro secretário de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, função que exerceu de janeiro de 1977 a março de 1979.

Nos últimos meses do general Ernesto Geisel na Presidência da República (1974-1979), Israel Vargas foi secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio e o principal gestor do Pro-

grama Pró-Álcool, atividade que desempenharia até 1984. Consultor da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) de 1972 a 1979, em 1976, tornou-se membro do Conselho Científico e Tecnológico do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), função que exerceria até 1985.

Integrou vários organismos internacionais, dentre os quais, como presidente, o Comitê de Ciência e Tecnologia (CCT) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a partir de 1985, e o Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em Paris, do qual foi vice-presidente de 1986 a 1987 e presidente de 1987 a 1989, além de membro do Conselho Diretor. Foi fundador do Clube Internacional de Energia de Moscou. Foi vice-presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), de 1984 a 1994, e membro da Comissão Nacional de Energia (CNE), de 1985 a 1988.

Com a posse na Presidência da República do vice-presidente Itamar Franco, no dia 2 de outubro de 1992, em substituição ao presidente Fernando Collor de Mello, após ter sido aprovada pela Câmara dos Deputados a admissibilidade de abertura do processo de impeachment do presidente, Israel Vargas foi indicado para ocupar o Ministério de Ciência e Tec-

nologia (MCT), no qual foi empossado poucos dias depois.

Em dezembro de 1993 assumiu interinamente o Ministério das Minas e Energia (MME), substituindo a Paulino Cícero de Vasconcelos. Ocupou cumulativamente as duas pastas até março de 1994, quando foi sucedido, na de Minas e Energia, por Alexis Stepanenko. Com o fim do governo de Itamar Franco e a posse de Fernando Henrique Cardoso em janeiro de 1995, Israel Vargas foi mantido na pasta de Ciência e Tecnologia, na qual permaneceu até 31 de dezembro de 1998. No dia seguinte, início do segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, Luís Carlos Bresser Pereira tornou-se o novo titular da pasta.

Publicou diversos trabalhos científicos em revistas nacionais e estrangeiras, entre os quais *Radiochemical research at the Instituto de Pesquisas Radioativas* (1963); *Influence des conditions d'irradiation et de l'état physique de l'échantillon sur la restauration des radicaux libres créés dans le p dichlorobenzene* - em colaboração (1972); *Estudo do tetramandolato de Háfnió por correlação angular perturbada* - em colaboração (1975); *Avaliação de demanda de energia do setor doméstico - Descrição e projeto de mercado - Abordagem metodológica* - em colaboração (1989).

VEIGA, José Pacheco da *Diretor-Geral do Dnaee*

José Pacheco da Veiga nasceu em Formiga (MG), no dia 3 de dezembro de 1909.

Formou-se em Engenharia Civil e em Geografia pela Escola Politécnica, atual Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1933, ingressou no Serviço Público Federal.



Acervo Elisa Pacheco

Foi diretor da Divisão de Águas e diretor-geral substituto (1968) do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee), órgão subordinado ao Ministério das Minas e Energia (MME).

Faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 25 de maio de 1999.

VENTURA FILHO, Altino

Chefe da Divisão de Planejamento da Geração, chefe do Departamento de Geração, chefe do Departamento de Estudos Energéticos, assistente da Diretoria de Planejamento e Engenharia e presidente da Eletrobrás; secretário executivo do GCPS; diretor-técnico executivo da Itaipu Binacional

Altino Ventura Filho nasceu em Recife (PE) no dia 20 de novembro de 1942.

Formado engenheiro-eletricista pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1965, fez pós-graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Universidade de São Paulo (USP). Integrou o quadro de professores da UFPE entre 1964 e 1970.

De 1968 a 1970, atuou como engenheiro do Departamento de Energia da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Esse departamento era então responsável pelo planejamento da expansão do sistema elétrico da região Nordeste, atuando sobre a distribuição de energia elétrica e na realização de estudos de mercado e de geração. Na Sudene, Ventura Filho participou da realização de um estudo de mercado, tendo visitado vários estados nordestinos para a coleta de informações. Coordenou também

estudo para instalação de uma usina hidrelétrica reversível, trabalho em função do qual recebeu bolsa do governo do Japão, tendo permanecido naquele país por quatro meses.



Acervo Eletrobrás

A partir de agosto de 1970, ainda como engenheiro da Sudene, transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro, onde passou a colaborar com o Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Região Nordeste (Enenorde). Nesse ano e em 1971, participou de um estudo de mercado desenvolvido pelo comitê tendo com horizonte o ano de 1985, encarregando-se da divisão da região Nordeste em zonas elétricas e de um estudo sobre iluminação pública.

Em abril de 1972, na gestão de Mario Penna Bhering na Presidência da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e sendo Leo Amaral Penna diretor de Planejamento e

Engenharia da estatal, Ventura Filho foi admitido no Departamento de Planejamento dessa diretoria.

Dois anos depois, passou a integrar o Departamento de Estudos Energéticos, um dos quatro departamentos resultantes da reestruturação da Diretoria de Planejamento e Engenharia, ao qual foram atribuídos os estudos de planejamento de geração. Por essa razão, esse departamento veio a ser considerado como um precursor do futuro Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos (GCPS), que seria criado mais tarde, em 1980. Ventura Filho participou da elaboração de algumas das mais importantes iniciativas desenvolvidas pela Eletrobrás, no âmbito desse departamento, destacando-se o Plano 90, de 1974, o Plano 92, de 1977, e o Plano 95, concluído em 1979, o qual caracterizou o primeiro plano oficial contemplando o país como um todo e que contou com a participação das empresas de energia elétrica de maior relevo.

Foi chefe da Divisão de Planejamento da Geração do Departamento de Geração da Eletrobrás em 1981 e 1982. Assumiu a Chefia do mesmo Departamento em meados do ano seguinte, permanecendo nesse último cargo até 1989, e passando a Chefe do Departamento de Estudos Energéticos, cargo que exerceu de 1989 a 1991.

Foi nomeado chefe da Secretaria Executiva do GCPS em fevereiro de 1991, época em que exercia o cargo de Coordenador do Comitê Técnico de Estudos Energéticos do mesmo órgão, exercendo essa função até 1996. Também de 1991 a 1996, foi assistente da Diretoria de Planejamento e Engenharia da Eletrobrás. Participou da elaboração do Plano 2010, considerado o primeiro plano de longo prazo realizado com a participação efetiva do GCPS, e atuou como coordenador-adjunto do Plano 2015, que contemplou de forma inédita a questão ambiental, objeto de tratamento detalhado nesse documento.

Em 1996, tornou-se diretor técnico executivo da Itaipu Binacional. Em junho de 1998, passou a exercer em caráter interino a Diretoria-Geral da empresa, em substituição a Euclides Girolamo Scalco, que havia sido exonerado, a pedido, para assumir a coordenação política da campanha à reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. Com a nova nomeação de Scalco, após o primeiro turno das eleições, em outubro, e a reeleição do presidente da República, Ventura Filho foi reconduzido à Diretoria Técnica Executiva.

Deixou esse cargo em abril de 2002 para assumir a Presidência da Eletrobrás. Substituiu nessa ocasião

o presidente interino Nereu Ramos, o qual, por sua vez, havia sido empossado no lugar de Cláudio Ávila da Silva.

Foi também presidente do Conselho de Administração de Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas) e integrou o Conselho de Administração da Itaipu Binacional e da Eletrobrás.

Bibliografia

Livros, Periódicos:

ABREU, Alzira Alves de (Coord.) et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

ANEEL. *Principais realizações 1998-2000*. Brasília, 2000.

BOLETIM INFORMATIVO FURNAS. Rio de Janeiro, v.3, n. 25, maio 1974.

_____. Rio de Janeiro, v.6, n. 62, jan./fev./mar. 1978.

_____. Rio de Janeiro, v.7, n. 66, jan./fev./mar. 1979.

CANAL DE APROXIMAÇÃO. Curitiba: Itaipu Binacional, v.5, n. 38, ago. 1991.

CARTA QUINZENAL. Rio de Janeiro: Eletrobrás, n. 76, abr. 2001.

CEMIG. *João Camilo Penna*: depoimento de história oral. Belo Horizonte, 1996. 101 p. il. (Memória da Cemig, 5).

CEMIG. *Mauro Thibau*: depoimento de história oral. Belo Horizonte, 1996. (Memória da Cemig, 3).

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Energia elétrica no Brasil breve histórico*: 1880-2001. Rio de Janeiro, 2001.

_____. *Guia de referências documentais para a história de Itaipu Binacional*. Rio de Janeiro, 1996.

_____. *Mauro Thibau*: a trajetória de um ministro. Rio de Janeiro, 1997. Depoimento e inventário do arquivo particular.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 17 maio 2001.

ITAIPU BINACIONAL. *Os dez primeiros anos 1974-1984*. [S.l.: s.n.], [198-?]

JORNAL DA LIGHT. Rio de Janeiro, v. 16, n. 183, fev. 1987.fev. 1987.

_____. Rio de Janeiro, v. 16, n. 191, set. 1987.

JORNAL DA LIGHT. Rio de Janeiro, v. 17, n. 204, jul. 1988.

LINHA DIRETA. Noticiário de Furnas. Rio de Janeiro, v.13, n. 118, jul. 1987.

_____. Rio de Janeiro. Separata aos n. 125-126, abr. 1987.

_____. Rio de Janeiro, v. 18, n. 152, mar./abr./mai. 1990.

_____. Rio de Janeiro, v. 20, n. 163, nov./dez. 1992.

_____. Rio de Janeiro, v.22, n. 180, abr. 1994.

_____. Rio de Janeiro, v.22, n. 183, jun. 1994.

_____. Rio de Janeiro, v.26, n. 258, jun. 1999.

Documentos Eletrônicos:

ANEEL. Informações disponíveis em: <http://www.aneel.gov.br>

COPEL. Informações disponíveis em: <http://www.copel.com.br>

ELETROSUL. Informações disponíveis em: <http://www.eletrosul.gov.br>

Documentos Eletrônicos Disponíveis em CD-ROM:

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Banco de imagens*: usinas de energia elétrica no Brasil (1883-1999). Rio de Janeiro, 2000. 1 CD-ROM.

_____. *Caminhos da Modernização*: cronologia do setor de energia elétrica brasileiro 1850-1998. Rio de Janeiro, 1999. 1 CD-ROM.

Relatórios:

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. *Relatório de atividades, 1965*. Brasília, 1966.

_____. *Relatório de atividades, 1966*. Brasília, 1967.

_____. *Relatório de atividades, 1968*. Brasília, 1969.

_____. *Relatório de atividades, 1970*. Brasília, 1971.

_____. *Relatório de atividades, 1971*. Brasília, 1972.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia *Relatório de atividades, 1972*. Brasília, 1973.

_____. *Relatório de atividades, 1973*. Brasília, 1974.

_____. *Relatório de atividades, 1976*. Brasília, 1977.

_____. *Relatório de atividades, 1977*. Brasília, 1978.

_____. *Relatório de atividades, 1979*. Brasília, 1980.

_____. *Relatório de atividades, 1980-1983*. Brasília, 1984.

_____. *Relatório de atividades, 1985*. Brasília, 1986.

CAEEB. *Relatório da diretoria, 1971*. Rio de Janeiro, 1972.

_____. *Relatório da diretoria, 1972*. Rio de Janeiro, 1973.

_____. *Relatório da diretoria, 1973*. Rio de Janeiro, 1974.

_____. *Relatório da diretoria, 1975*. Rio de Janeiro, 1976.

CEEE. *Relatório anual, 1957*. Rio Grande do Sul, 1958.

_____. *Relatório anual, 1958*. Rio Grande do Sul, 1959.

CEMIG. *Relatório anual, 1985*. Minas Gerais, 1986.

_____. *Relatório anual, 1986*. Minas Gerais, 1987.

_____. *Relatório anual, 1987*. Minas Gerais, 1988.

_____. *Relatório anual, 1988*. Minas Gerais, 1989.

_____. *Relatório anual, 1989*. Minas Gerais, 1990.

_____. *Relatório anual, 1990*. Minas Gerais, 1991.

CHESF. *Chesf 50 anos: 1948-1998*. Recife, 1998.

_____. *Relatório da diretoria, 1972*. Recife, 1973.

_____. *Relatório da diretoria, 1974*. Recife, 1975.

_____. *Relatório da diretoria, 1977*. Recife, 1978.

_____. *Relatório da diretoria, 1978*. Recife, 1979.

_____. *Relatório da diretoria, 1979*. Recife, 1980.

_____. *Relatório da diretoria, 1983*. Recife, 1984.

- CHESF. *Relatório da diretoria, 1984*. Recife, 1985.
- _____. *Relatório da diretoria, 1985*. Recife, 1986.
- _____. *Relatório da diretoria, 1986*. Recife, 1987.
- _____. *Relatório da diretoria, 1987*. Recife, 1988.
- _____. *Relatório da diretoria, 1989*. Recife, 1990.
- _____. *Relatório da diretoria, 1990*. Recife, 1991.
- _____. *Relatório da diretoria, 1991*. Recife, 1992.
- _____. *Relatório da diretoria, 1992*. Recife, 1993.
- DNAEE. *Relatório anual, 1996-1997*. Brasília, 1998.
- ELETROBRÁS. *Relatório de atividades, 1974*. Rio de Janeiro, 1975.
- _____. *Relatório de atividades, 1976*. Rio de Janeiro, 1977.
- _____. *Relatório de atividades, 1977*. Rio de Janeiro, 1978.
- _____. *Relatório de atividades, 1978*. Rio de Janeiro, 1979.
- ELETROSUL. *Relatório da administração, 1968*. Florianópolis, 1969.
- _____. *Relatório da administração, 1987*. Florianópolis, 1988.
- _____. *Relatório da administração, 1988*. Florianópolis, 1989.
- _____. *Relatório da administração, 1990*. Florianópolis, 1991.
- _____. *Relatório da administração, 1997*. Florianópolis, 1998.
- _____. *Relatório da administração, 25 anos de história 1968-1993*. Florianópolis, [1994].
- _____. *Relatório da diretoria, 1983*. Florianópolis, 1984.
- ESCELSA. *Relatório Anual, 1978*. Vitória, 1979.
- _____. *Relatório Anual, 1979*. Vitória, 1980.
- _____. *Relatório Anual, 1980*. Vitória, 1981.
- _____. *Relatório Anual, 1981*. Vitória, 1982.
- _____. *Relatório Anual, 1982*. Vitória, 1983.
- _____. *Relatório Anual, 1983*. Vitória, 1984.

ESCELSA. *Relatório Anual, 1984. Vitória, 1985.*

_____. *Relatório Anual, 1985. Vitória, 1986.*

_____. *Relatório Anual, 1986. Vitória, 1987.*

_____. *Relatório Anual, 1987. Vitória, 1988.*

_____. *Relatório Anual, 1988. Vitória, 1989.*

_____. *Relatório Anual, 1989. Vitória, 1990.*

_____. *Relatório Anual, 1990. Vitória, 1991.*

_____. *Relatório Anual, 1991. Vitória, 1992.*

_____. *Relatório Anual, 1992. Vitória, 1993.*

_____. *Relatório Anual, 1993. Vitória, 1994.*

_____. *Relatório Anual, 1994. Vitória, 1995.*

FURNAS. *Relatório da diretoria, 1974.* Rio de Janeiro. 1975.

_____. *Relatório da diretoria, 1975.* Rio de Janeiro. 1976.

_____. *Relatório da diretoria, 1976.* Rio de Janeiro. 1977.

_____. *Relatório da diretoria, 1977.* Rio de Janeiro. 1978.

_____. *Relatório da diretoria, 1978.* Rio de Janeiro. 1979.

_____. *Relatório da diretoria, 1979.* Rio de Janeiro. 1980.

_____. *Relatório da diretoria, 1980.* Rio de Janeiro. 1981.

_____. *Relatório da diretoria, 1981.* Rio de Janeiro. 1982.

_____. *Relatório da diretoria, 1982.* Rio de Janeiro. 1983.

_____. *Relatório da diretoria, 1983.* Rio de Janeiro. 1984.

_____. *Relatório da diretoria, 1984.* Rio de Janeiro. 1985.

_____. *Relatório da diretoria, 1994.* Rio de Janeiro. 1995.

_____. *Relatório da diretoria, 1995.* Rio de Janeiro. 1996.

_____. *Relatório da diretoria, 1996.* Rio de Janeiro. 1997.

_____. *Relatório da diretoria, 1997.* Rio de Janeiro. 1998.

FURNAS. *Relatório da diretoria, 1998*. Rio de Janeiro. 1999.

_____. *Relatório da diretoria, 1999*. Rio de Janeiro. 2000.

ITAIPU BINACIONAL. *Relatório anual, 1986*. Paraná, 1987.

_____. *Relatório anual, 1987*. Paraná, 1988.

_____. *Relatório anual, 1988*. Paraná, 1989.

_____. *Relatório anual, 1989*. Paraná, 1990.

LIGHT. *Relatório anual, 1972*. Rio de Janeiro, 1973.

_____. *Relatório anual, 1973*. Rio de Janeiro, 1974.

_____. *Relatório anual, 1978*. Rio de Janeiro, 1979.

_____. *Relatório anual, 1979*. Rio de Janeiro, 1980.

Fontes Primárias: Curriculum Vitae

Afonso Tiago Pinto Simas

Alberto Costa Guimarães

Almir José dos Santos

Altino Ventura Filho

Alvarino de Araújo Pereira

Amílcar Gazaniga

André Dias de Arruda Falcão Filho

Antonio Ferreira de Oliveira Brito

Antônio José Alves de Souza

Armando Ribeiro de Araújo

Arnaldo Rodrigues Barbalho

Confúcio Rodrigues Cavalcanti

Douglas Souza Luz

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Francisco Luiz Sibut Gomide

Gastão Luiz de Andrade Lima

Genildo Nunes de Souza

Getúlio Lamartine de Paula Fonseca

Helio Cunha Costa

João Paulo Karam Kleinübing

Jorge Nacli Neto

José Antônio Muniz Lopes

José Carlos Aleluia Costa
José Jorge de Vasconcelos Lima
José Marcondes Brito de Carvalho
Leo Amaral Penna
Licínio Marcelo Seabra
Luís Felipe Corrêa de Azevedo
Luiz Carlos Menezes
Luiz Cláudio de Almeida Magalhães
Luiz Gonzaga de Souza Fagundes
Luiz Laércio Simões Machado
Luiz Oswaldo Norris Aranha
Luiz Teixeira Alves de Lima
Marcos José Lopes
Marcus Vinícius Pratini de Moraes
Mario Fernando de Melo Santos
Mario Lannes Cunha
Miguel Rodrigues Nunes
Mozart de Siqueira Campos Araújo
Ney Webster Araújo
Norberto de Franco Medeiros
Octávio Marcondes Ferraz
Oscar Marcondes Pimentel
Paulo Azevedo Romano
Pedro Pullen Parente
Raul Garcia Llano
Ricardo Pinto Pinheiro
Rodolpho Tourinho Neto
Ronaldo Moreira da Rocha
Rubens Vaz da Costa
Ruberval Francisco Pilloto
Telmo Thompson Flores
Tullio Romano Cordeiro de Mello



Índice onomástico

Os nomes das personalidades biografadas estão destacados pela cor

A

ABAURRE, César 23, 84, 217
ABDO, José Mário Miranda 24, 25, 26
AGRIPINO FILHO, João 26, 220
ALCÂNTARA, Benedito Claiton Veras de 215
ALEIXO, Pedro 163
ALELUIA, José Carlos
ver COSTA, José Carlos Aleluia
ALQUÉRES, José Luiz 29, 31, 127, 173, 179, 201
ALVES, Márcio Moreira 73
AMARANTE, Carlos Alberto Pádua 32, 48
ANDRADE, José Tasso de Oliveira 23, 87, 216
ANDREAZZA, Mário Davi 136, 177
ARANHA, Luiz Oswaldo Norris 34, 144
ARAÚJO, Armando Ribeiro de 36, 37, 80, 217
ARAÚJO, Mozart de Siqueira Campos 39, 154
ARAÚJO, Ney Webster 41, 215
ÁVILA, Cláudio
ver Silva, Cláudio Ávila da
AZEVEDO, Celso Melo de 55
AZEVEDO, Luis Felipe Corrêa de 44, 92
BALBINO, Antônio 136

B

BARBALHO, Arnaldo Rodrigues
30, 45, 46, 92, 109, 120, 135, 148, 203
BARBALHO, Jáder Fontenelle 137
BARBALHO, Marta Helena 46
BARBIRATO, Luiz Moreira 33, 47, 48, 131
BARCESSAT, Jayme 78
BARROS, José Maria Siqueira de 49, 57, 178
BASTOS, Antônio Carlos do Amaral 65, 203
BASTOS, Arthur Ribeiro 67

BASTOS, Fernando José Caldeira 50, 104, 146
BATISTA, Eliezer
ver SILVA, Eliezer Batista da
BAUMGARTEN, Oswaldo 52, 53, 173
BELTRÃO, Hélio Marcos Pena 152
BERENHAUSER JÚNIOR, Carlos 147
BHERING, Mario Penna
32, 49, 54, 57, 65, 72, 81, 94, 135, 141, 167, 172, 218, 228
BORNHAUSEN, Jorge Konder 50
BRAGA, Ney Aminthas de Barros 57, 59, 73, 95, 202
BRANCO, Humberto de Alencar Castelo
27, 58, 79, 94, 121, 152, 183, 219, 221, 224
BRANDÃO, João Mauro 133
BRITO, Antônio Ferreira de Oliveira
28, 51, 60, 61, 79, 182
BRITO, José Said de 25, 59
BRITO, Raimundo Mendes de 62, 63, 106, 222
BRITO DE CARVALHO, José Marcondes
ver CARVALHO, José Marcondes Brito de
BRIZOLA, Leonel de Moura 61, 84, 180, 181
BULHÕES, Otávio Gouveia de 219

C

CAFÉ FILHO, João 93, 189
CALHEIROS, José Renan Vasconcelos 154
CALS, César
ver OLIVEIRA FILHO, César Cals de
CAMARGO, Afonso 200
CAMPOS, Milton Soares 217
CAMPOS, Roberto de Oliveira 61, 202, 219, 220
CARDOSO, Fernando Henrique
52, 62, 106, 153, 179, 196, 199, 201, 215, 227, 229
CARNEIRO, João Durval 114, 136
CARRARO, Benedito Aparecido 104, 199

CARVALHO, José Marcondes Brito de
63, 64, 65, 66, 70, 110, 144

CASTRO, Célio de 76

CASTRO, Flávio de Souza 165

CASTRO, Joaquim Afonso Mac Dowell Leite de 69, 70

CAVALCANTI, Confúcio Rodrigues 66, 69, 70

CAVALCANTI, Henrique Brandão 100

CAVALCANTI, Joaquim Francisco de Freitas 116

CAVALCANTI, José Costa
33, 56, 58, 71, 72, 87, 121, 169, 203, 221

CAVALCANTI, José Francisco de Moura 116

CHAVES, Aureliano
ver Mendonça, Antônio Aureliano Chaves de

CHAVES, Francisco Leite 200

CÍCERO, Paulino
ver Vasconcelos, Paulino Cicero de

COELHO, Nilo Augusto de Moraes 136

CORDEIRO DE MELLO, Tullio Romano
ver MELLO, Tullio Romano Cordeiro de

COSTA E SILVA, Arthur da
ver SILVA, Arthur da Costa e

COSTA, Hélio Cunha 77, 102, 129

COSTA, José Carlos Aleluia 27, 61, 213

COSTA, José Sarney 52, 56, 58, 74, 97, 136, 137, 167, 183

COSTA, Rubens Vaz da 39, 61, 78, 149, 178, 203

COSTA CAVALCANTI, José
ver CAVALCANTI, José Costa

COTRIM, John Reginald 80, 82, 139, 188, 218, 221

COVAS JÚNIOR, Mário 197, 200

CRUSIUS, Ieda Rorato 215

CUNHA, Carlos Alberto Baptista da 24, 83, 84, 151

CUNHA, Mario Lannes 84, 85, 98

CUNHA, Vasco Tristão Leitão da 219

D

DALLA, Abdalla João Pereira 86, 111, 216

DALLANHOL, Wilmar 87, 99, 146

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago 121, 219

DEBERNARDI, Enzo 56

DELFINO NETO, Antônio 49

DIAS LEITE

ver LEITE JÚNIOR, Antônio Dias

DIAS, Álvaro Fernandes 107, 201

DUARTE, Carlos de Sousa 189

DUTRA, Benedito Dutra 222

DUTRA, Eurico Gaspar 211, 215

F

FABRÍCIO, Ronaldo Arthur Cruz 88, 89, 90, 133, 141

FAGUNDES, Calmito 115

FAGUNDES, Luiz Gonzaga de Souza 45, 90

FALCÃO, Djalma 154

FALCÃO FILHO, André Dias de Arruda 46, 91, 190

FARACO, Daniel Agostinho 152

FARHAT, Nelson 39, 157

FARIAS, Osvaldo Cordeiro de 46

FERRAZ, Octávio Marcondes
55, 92, 93, 95, 182, 183, 184, 211, 219

FERREIRA, Fernando Xavier 59, 95, 96, 155

FIALHO, Vicente Cavalcanti 96, 97

FIGUEIREDO, João Batista de Oliveira
46, 52, 68, 74, 79, 149, 167, 178, 225

FIGUEIREDO, Pedro José Diniz de 89

FLEURY FILHO, Luís Antônio 196

FLORES, Telmo Thompson 86, 88, 98, 99, 158

FONSECA, Getúlio Lamartine de Paula 99, 173

FRANCO, Itamar Augusto Cautiero
31, 76, 105, 179, 196, 215, 226, 227

FREITAS, Noé de Melo 84

FROTA, Silvio 74

G

GAILLARD, Michel 69

GAMA, Clóvis Salgado da 163

GARCEZ, Lucas Nogueira 64

GARCIA LLANO, Raul
ver LLANO, Raul Garcia

GARCIA NETO, José 78

GAY, Alzir Nunes 42, 45, 102

GAZANIGA, Amílcar 43, 51, 103

GEISEL, Ernesto 55, 58, 72, 74, 135, 203, 224, 225, 226

GOMES, Eduardo 163, 165

GOMES, Emílio 203

GOMES, Severo Fagundes 152

GOMEZ, Delcídio do Amaral 62, 104, 105, 106, 215

GOMIDE, Francisco Luiz Sibut 106, 107, 118, 155, 160, 201

GONÇALVES SOBRINHO, Gustavo Krause 154

GOULART, João Belchior Marques
27, 51, 52, 57, 60, 61, 71, 77, 93, 94, 134, 164, 180, 182, 219

GUIMARÃES, Alberto Costa 46, 108, 109, 190

H

HADDAD, Paulo Roberto 179

HAIG, Roberto 87, 110

HOLTZ, Antônio Carlos Tatit 112, 114, 173

I

IMBASSAHY, Antônio
ver SILVA, Antônio José Imbassahy da

J

JORGE, José
ver LIMA, José Jorge de Vasconcelos

K

KLEINÜBING, João Paulo Karam 43, 118, 174

KLEINÜBING, Vílson 174

KRAUSE, Gustavo
ver GONÇALVES SOBRINHO, Gustavo Krause

KUBITSCHKEK, Juscelino
ver OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek

L

LACERDA, Carlos Frederico Werneck de 69, 220

LEAL, Alexandre Henriques 119

LEÃO, Mário Lopes 64

LEITE JÚNIOR, Antônio Dias 72, 120, 121, 122, 187

LIMA, Gastão Luiz de Andrade 122, 123

LIMA, José Jorge de Vasconcelos 116, 117, 118, 160, 223

LIMA, José Varonil de Albuquerque 94, 182

LIMA, Luiz Teixeira Alves de 35, 123, 124, 125

LIMA, Paulo de Tarso Flecha de 136

LLANO, Raul García 48, 78, 100, 129

LOPES, José Antônio Muniz 125, 127, 154, 176, 199

LOPES, Lucas 81, 93, 217, 218

LOPES, Marcos José 126, 213

LOTT, Henrique Teixeira 93

LOZADA, Gonzalo Sánchez de 52

LUZ, Douglas Souza 78, 102, 128, 129, 157

M

MACHADO, Cristiano Monteiro 162

MACHADO, Íris Resende 75

MACHADO, Kerman José 48, 111, 129

MACHADO, Luiz Laércio Simões 90, 132, 133, 134

MACIEL, Marco Antônio de Oliveira 116

MACIEL, Olegário Dias 162

MAGALHÃES, Antônio Carlos Peixoto de
46, 56, 62, 65, 114, 134, 135, 136, 192, 222

MAGALHÃES, José Duarte de 137

MAGALHÃES, Juraci Montenegro 221

MAGALHÃES, Luiz Cláudio de Almeida 82, 137, 205

MALUF, Paulo Salim 49, 79, 136, 197

MANGABEIRA, João 51

MANGABEIRA, Otávio 60

MARTINS, Paulo Egídio 224

MATOS, Haroldo Correia de 136

MEDEIROS, João Maurício de 189

MEDEIROS, Norberto de Franco 140, 141, 209

MÉDICI, Emílio Garrastazu 55, 72, 79, 121, 122, 152, 177

MELLO, Fernando Collor de
25, 31, 49, 50, 52, 57, 80, 136, 153, 154, 178, 198, 215, 226

MELLO, Tullio Romano Cordeiro de
35, 66, 109, 141, 142, 143

MELRO, Paulo Afonso de Freitas 50, 88, 145

MENDONÇA, Antônio Aureliano Chaves de
68, 73, 74, 75, 97, 167, 183, 203, 226

MENEZES, Amaury Alves de 146, 147, 190, 212

MENEZES, Luiz Carlos 46, 79, 147, 149

MIRANDA, Everaldo Dinee 158

MONTORO, André Franco 201

MORAES, Henrique Mello de 84, 149
MORAES, Marcus Vinicius Pratini de 76, 151
MOREIRA, Júlio Sérgio de Maya Pedrosa 40, 126, 153
MOTTA, Sérgio Saldanha da Gama 96

N

NACLINETO, Jorge 96, 107, 155
NEVES, Tancredo de Almeida 56, 136, 178
NORONHA, Francisco Afonso 167
NUNES, Miguel Rodrigues 67, 78, 129, 155, 156, 157

O

OLIVEIRA, Araquém de 225
OLIVEIRA, Armando de Sales 93
OLIVEIRA, João Cleofas de 189
OLIVEIRA, José Lopes de 203
OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de 54, 81, 93, 163
OLIVEIRA, Luiz Cals de 99, 157
OLIVEIRA BRITO, Antônio Ferreira de
ver BRITO, Antônio Ferreira de Oliveira
OLIVEIRA FILHO, César Cals de
46, 66, 67, 74, 97, 139, 149, 172, 173, 206, 225

P

PAIXÃO, Lindolfo Ernesto 66
PARENTE, Pedro Pullen 117, 118, 159, 160
PASCOAL, Guy Villela 56
PASSOS, Celso Gabriel de Resende 161
PASSOS, Gabriel de Resende 85, 93, 161, 162, 164, 180
PENNA, Henrique Amaral 164, 165, 166, 206
PENNA, João Camilo 55, 166, 168, 178, 205
PENNA, Leo Amaral 168, 169, 204, 228
PEREIRA, Alvarino de Araújo 170, 172
PEREIRA, Luís Carlos Bresser 227
PEREIRA, Natércio 103
PILOTTO, Ruberval Francisco 119
PIMENTEL, José Antônio Almeida 84, 151
PIMENTEL, Oscar Marcondes 174
PIMENTEL, Ruderico Ferraz 151

PINHEIRO, Ricardo Pinto 175, 176
PINTO, José de Magalhães 73, 177, 219, 220
PINTO, Paulo Roberto Ribeiro 141
PORTO, José da Costa 189

Q

QUADROS, Jânio da Silva
27, 51, 57, 60, 134, 163, 164, 180
QUÉRCIA, Orestes 196

R

RAMOS, Nereu 230
RAMOS, Rodrigo Otávio Jordão 93
REIS, Antônio Carlos Konder 50
RESENDE, Eliseu 31, 50, 168, 177, 178, 198, 209
RESENDE, Telmo Dutra de 225
RIBEIRO, Benedito Valadares 162
RIBEIRO, Ricardo Pinto 208
RICHA, José 107, 200, 201
RICHER, Paulo 85, 94, 164, 180, 181, 182, 183
ROCHA, José Gelázio da 205
ROCHA, Ronaldo Moreira da 165, 183
ROCHA NETO, Bento Munhoz da 57
RODRIGUES, Newton Moreira 154
RODRIGUES, Sizinio 185
ROMANO, Paulo Azevedo 186

S

SÁ JÚNIOR, Aderbal Fortes de 59
SALES, Apolônio Jorge de Faria
92, 147, 172, 188, 189, 190, 210
SALES, Colombo Machado 42
SALES, Dagoberto 163
SALOMÃO NETO, Alfredo 190
SAMPAIO NETO, Firmino Ferreira
43, 115, 191, 192, 193, 194
SANTOS, Almir José dos 91, 194
SANTOS, Francelino Pereira do 76
SANTOS, Luís Carlos dos 134, 195, 197

SANTOS, Mario Fernando de Melo
31, 115, 126, 176, 197, 199

SANTOS, Roberto Figueira 135, 136, 192

SARNEY, José
ver COSTA, José Sarney

SCALCO, Euclides Girolamo 107, 199, 201, 229

SCHULMAN, Maurício 46, 72, 202, 203

SEABRA, Licínio Marcelo 139, 167, 170, 203, 204, 205

SERRA, José 201

SEVERO, Cloraldino Soares 178

SILVA, Antônio José Imbassahy da 114, 115, 136, 192, 199

SILVA, Arthur da Costa e 55, 61, 72, 79, 102, 121, 152, 177

SILVA, Cláudio Ávila da 42, 104, 119, 198, 230

SILVA, Eliezer Batista 51, 52, 61, 85

SILVA, Flávio Henrique Lyra da 81, 218

SILVA, Israel Pinheiro da 139, 177

SILVA, José Esmeraldo da 42, 166, 206, 207

SILVA, Ozires 97, 136

SILVA, Roberto Requião de Melo e 59

SIMAS, Afonso Tiago Pinto 39, 176, 207

SIQUEIRA, Marcello Lignani 89, 141, 178, 208, 209

SMITH, Leslie Thomas 35

SOARES, Jair de Oliveira 45

SOARES, João Clemente Baena 42

SOARES, Júlio 81, 218

SOUSA, Pedro Viriato Parigot de 203

SOUTO, Paulo Ganen 115

SOUZA, Antônio José Alves de 147, 210, 211, 212

SOUZA, Francisco Valdir Pires de 80

SOUZA, Genildo Nunes de 29, 127, 212, 213

SOUZA, Washington Luis Pereira de 162

STEPANENKO, Alexis 106, 214, 215, 227

STROESSNER, Alfredo 182, 221

T

TASSO, José
ver ANDRADE, José Tasso de Oliveira

THIBAU, Mauro 61, 72, 81, 217, 218, 219, 220, 221, 222

TOLEDO, Dimas Fabiano 197

TOURINHO NETO, Rodolpho 63, 117, 222, 223

TRAVASSOS, Plínio de Freitas 161

TURRA, Francisco Sérgio 153

U

UEKI, Shigeaki 46, 68, 122, 223, 224, 225

V

VARGAS, Getúlio Dornelles 188, 189, 190, 210

VARGAS, José Israel 76, 215, 225, 226, 227

VASCONCELOS, Paulino Cicero de 75, 153, 227

VEIGA, José Pacheco da 187, 227

VEIGA FILHO, José Pimenta da 201

VELOSO, João Paulo dos Reis 152

VENTURA FILHO, Altino 44, 201, 228, 229

VIANA FILHO, Luís 61, 134

VIEIRA, João Pedro Gouveia 220

VILELA FILHO, Teotônio Brandão 154

Y

YASSUDA, Fábio 152

Z

ZAMORA, Jaime Paz 52



Índice de intitulativos



A. Reyrolle Co., 108

ABA

ver Associação Brasileira do Alumínio (ABA)

ABC

ver Academia Brasileira de Ciências (ABC)

ABCE

ver Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE)

Aben

ver Associação Brasileira de Energia Nuclear (Aben)

ABNT

ver Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

Abrace

ver Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia Elétrica (Abrace)

Abradee

ver Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee)

ABRH

ver Associação Brasileira de Hidrologia e Recursos Hídricos (ABRH)

Abril Cultural e Industrial, 79, 226

Academia Brasileira de Ciências (ABC), 179

Academia de Altos Estudos, 185

Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), 100, 102

Academia Nacional de Engenharia (ANE), 83, 144

Academia Russa de Ciências, 52

Acesa

ver Associação Nacional das Empresas Estaduais de Energia Elétrica (Acesa)

ACRJ

ver Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ)

Açucareira Rio-Grandense Ltda., 84

ADEPDSUL

ver Associação dos Deputados Pedessistas do Sul do Brasil (ADEPDSUL)

Adesg

ver Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg)

Administración Nacional de Electricidad (Ande), 65, 170

Adviesbureau P. W. Deerns N. V., 142

AEDENNE

ver Associação de Empresas Distribuidoras de Eletricidade do Norte/Nordeste/Centro Oeste (AEDENNE)

AEG - Companhia Sul Americana de Eletricidade, 23

AEP Resources Inc., 112

AES Coral Reef Inc., 69

Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), 29

Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), 226

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), 26, 29, 41, 44, 63, 223

Agência Nacional do Petróleo (ANP), 63

Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), 130, 138, 140, 187

Agua y Energía Electrica (AYEE), 170

AIEA

ver Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)

Air University, 165

ALCA

ver Área de Livre Comércio das Américas (Alca)

Alcon, 97

Alfândega de Vitória, 24

Aliança Renovadora Nacional (Arena), 27, 50, 57, 61, 68, 72, 73, 75, 87, 94, 134, 135, 173, 216

Allis Chalmers, 54

Alstom Brasil Ltda., 32

Alstom S.A.

ver MASA-Alstom S.A.

- Aman
ver Academia Militar das Agulhas Negras
- Amazônia Mineração, 97
- American & Foreign Power Company (Amforp), 27, 33, 51, 55, 61, 80, 108, 109, 165, 168, 169, 181, 182, 184, 185, 187, 217, 219
- American Geophysical Union, 170
- American Society of Civil Engineers, 94, 170
- American Water Resources Association (AWRA), 151
- Amforp
ver American & Foreign Power Company
- Ande
ver Administración Nacional de Electricidad (Ande)
- Andersen Consulting, 112
- ANE
ver Academia Nacional de Engenharia (Ane)
- Aneel
ver Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)
- ANP
ver Agência Nacional do Petróleo (ANP)
- Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), 168
- Arena
ver Aliança Renovadora Nacional
- ARMCO Industrial e Comercial, 41
- Asea Brown-Bö
ver, 195
- Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 134
- Associação Brasileira da Mecânica de Solos, 99
- Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), 108
- Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE), 175
- Associação Brasileira de Energia Nuclear (Aben), 226
- Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, 99
- Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas, 36
- Associação Brasileira de Hidrologia e Recursos Hídricos (ABRH), 113, 151
- Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), 167, 221
- Associação Brasileira do Alumínio (ABA), 105
- Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia Elétrica (Abrace), 105
- Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Atividades Técnicas e Científicas na Área Nuclear, 76
- Associação Comercial de São Paulo, 94
- Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), 144, 185
- Associação de Empresas Distribuidoras de Eletricidade do Norte/Nordeste/Centro Oeste (Aedenne), 114, 213
- Associação de Funcionários de Eletrosul, 99
- Associação dos Deputados Pedessistas do Sul do Brasil (ADEPDSUL), 104
- Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg), 75, 125
- Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento, 79
- Associação Nacional das Empresas Estaduais de Energia Elétrica (Acesa), 107
- Associação Promotora de Estudos de Economia, 144
- Atlântica Boa Vista de Seguros, 58
- Automáticos Elétricos Ltda., 142
- Autoridad de las Fuentes Flubiales, 28
- AWRA
ver American Water Resources Association
- AYEE
ver Agua y Energia Electrica
- B**
- Badesc
ver Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
- Bahema S.A., 222
- BAI - Brascan Administração Investimentos Ltda., 143
- Banco Bradesco, 112
- Banco Central do Brasil (BC), 44, 45, 159
- Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. (Credireal), 177, 209
- Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.
ver BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.
- Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), 24
- Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Desenbanco), 62, 136
- Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Badesc), 42, 87

- Banco do Brasil, 159, 212
- Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge), 221
- Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), 42, 50
- Banco do Estado de São Paulo S.A. (Banespa), 71
- Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), 24
- Banco do Nordeste do Brasil, 78, 79
- Banco Econômico S.A., 222
- Banco Industrial de Campina Grande, 27
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 34, 54, 79, 108, 113, 114, 172, 222
- Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), 38, 39, 59, 79, 85, 140, 172, 211
- Banco Lar Brasileiro S.A., 214
- Banco Mercantil de São Paulo, 174
- Banco Mercantil do Brasil (BMB), 139
- Banco Mundial (Bird), 54, 56
- Banco Nacional da Habitação (BNH), 79, 203
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), 29, 34, 140, 152, 171, 172, 211, 218
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 29, 31, 34, 140, 152, 171, 211, 212, 215, 216, 218
- Banco Real S.A., 206
- Banco Real Unido S.A., 206
- Bandes
ver Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes)
- Banespa
ver Banco do Estado de São Paulo S.A. (Banespa)
- Banestes
ver Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes)
- Batalhão de Caçadores (32º), 100
- Batalhão de Engenharia (5º), 170
- Batalhão Escola de Infantaria (BEI), 100
- Batalhão Ferroviário (2º), 171
- Batalhão Ferroviário (3º), 158
- BC Projetos Ltda., 86, 208
- BC
ver Banco Central do Brasil
- BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A., 139
- BEI
ver Batalhão Escola de Infantaria
- Bemge
ver Banco do Estado de Minas Gerais
- Bepco
ver Brazilian Electric Power Company
- Besc
ver Banco do Estado de Santa Catarina (Besc)
- BFB Engenharia e Consultoria Ltda., 57
- BID
ver Banco Interamericano de Desenvolvimento
- Billington Metais, 97
- Bird
ver Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
- BMB
ver Banco Mercantil do Brasil
- BNDE
ver Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
- BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), 31, 69
- BNDES
ver Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BNDESPAR
ver BNDES Participações S.A.
- BNH
ver Banco Nacional da Habitação
- Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, 223
- Bonneville Power Administration, 110
- BP Amoco, 208
- Bradesco
ver Banco Bradesco
- Bradley University, 222
- Brascan Administração Investimentos Ltda.
ver BAI - Brascan Administração Investimentos Ltda.
- Brascep Engenharia Ltda., 86, 208
- Brasil Unido Seguros, Comércio e Indústria S.A., 206
- Braslight
ver Fundação de Seguridade Social Braslight
- Braspetro
ver Petrobrás Internacional (Braspetro)

- Brazilian Electric Power Company (Bepco), 187
- C**
- Caeab**
ver Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caeab)
- Caema**
ver Companhia de Água e Esgoto do Maranhão
- CAF**
ver Corporação Andina de Fomento (CAF)
- Caixa Econômica Federal (CEF)**, 24
- Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (CGCE)**, 117, 160, 41
- Câmara dos Deputados**, 27, 61, 69, 76, 87, 88, 97, 135, 136, 146, 153, 161-163 174, 179, 196, 197, 200, 201, 215, 226
- Camargo Corrêa**, 27, 97, 195
- Camas União S.A.**, 192
- Canambra Engineering Consultants Ltd.**, 85
- Caraíba Metais S.A.**, 62
- Carioca Engenharia, Planejamento e Arquitetura**, 30
- Carteira Agrícola do Banco do Brasil S.A.**, 44
- Casa Civil da Presidência da República**, 160
- Castelo Energética S.A. (Cesa)**, 108
- CBC**
ver Companhia Brasileira de Construções (CBC)
- CBCME**
ver Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia (CBCME)
- CBEE**
ver Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE)
- CBGB**
ver Comitê Brasileiro de Grandes Barragens (CBGB)
- CBTN**
ver Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear (CBTN)
- CBTU**
ver Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU)
- CCBFE**
ver Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE)
- CCOI**
ver Comitê Coordenador da Operação Interligada (CCOI)
- CCONN**
ver Comitê Coordenador de Operação Norte e Nordeste (CCONN)
- CCPE**
ver Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos (CCPE)
- CDI**
ver Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI)
- Ceagesp**
ver Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp)
- Ceal**
ver Companhia Energética de Alagoas (Ceal)
- Ceam**
ver Companhia Energética do Amazonas (Ceam)
- CEB**
ver Centro de Estudos Brasileiros (CEB)
- CEB**
ver Companhia de Eletricidade de Brasília (CEB)
- CEB**
ver Companhia Energética de Brasília (CEB)
- Cebeu**
ver Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (Cebeu)
- CEDATE - Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação**, 48
- CEEB**
ver Companhia de Energia Elétrica da Bahia (CEEB)
- CEEE**
ver Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE)
- CEEE/RJ**
ver Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro (CEEE/RJ)
- Ceerg**
ver Companhia de Energia Elétrica Riograndense (Ceerg)
- CEF**
ver Caixa Econômica Federal (CEF)
- CEG**
ver Companhia Estadual de Gás (CEG)
- CEHPAR**
ver Centro de Hidráulica e Hidrologia Professor Parigot de Souza (CEHPAR)
- CEKOP**, 85
- Celesc**
ver Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc)
- Celetramazon**
ver Centrais Elétricas do Amazonas S.A. (Celetramazon)

- Celf
ver Centrais Elétricas Fluminenses S.A. (Celf)
- Celg
ver Centrais Elétricas de Goiás S.A. (Celg)
- Celipa
ver Centrais Elétricas do Pará S.A. (Celipa)
- Celpe
ver Companhia de Eletricidade de Pernambuco S.A. (Celpe)
- Celpe
ver Companhia Energética de Pernambuco (Celpe)
- Celusa
ver Centrais Elétricas de Urubupungá S.A. (Celusa)
- CEM
ver Companhia de Eletricidade de Manaus (CEM)
- Cemar
ver Centrais Elétricas do Maranhão S.A. (Cemar)
- Cemat
ver Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (Cemat)
- Cemig
ver Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. (Cemig)
- Cemig
ver Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)
- Cenosi Indústria e Comércio Ltda., 89
- Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), 24, 27, 30-38, 43, 44, 46, 48-51, 53-57, 63-65, 68, 72, 73, 82, 85, 88, 90, 94, 101, 109, 111-113, 115, 123, 125, 127, 131, 133, 135, 139, 140, 141, 144, 146, 148, 158, 164, 165, 169, 170, 172, 173, 178, 180-182, 184, 186, 187, 192, 194, 197, 198, 199, 201-204, 206, 208, 215, 219, 228-230
- Centrais Elétricas de Goiás S.A. (Celg), 112
- Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. (Cemig), 32, 54, 56, 65, 81, 92, 99, 114, 138, 166, 204, 206, 218
- Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (Ceron), 193
- Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc), 87, 103, 119, 145
- Centrais Elétricas de São Paulo S.A. (Cesp), 49, 53, 64, 65, 130, 148, 174
- Centrais Elétricas de Urubupungá S.A. (Celusa), 64, 130, 183, 202, 222
- Centrais Elétricas do Amazonas S.A. (Celetamazon), 150
- Centrais Elétricas do Maranhão S.A. (Cemar), 67, 156
- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), 25, 38, 39, 48, 55, 63, 65, 78, 101, 105, 113, 125-128, 131, 150, 154, 156, 157, 175, 176, 178, 179, 195, 198, 199, 208, 222
- Centrais Elétricas do Pará S.A. (Celpa), 112, 150, 193, 207, 208
- Centrais Elétricas do Piauí S.A. (Cepisa), 127
- Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul), 43, 50, 53, 55, 59, 63, 85, 86, 88, 98, 104, 105, 107, 115, 128, 146, 158, 191, 193, 208
- Centrais Elétricas Fluminenses (Celf), 33, 48, 89, 221
- Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (Cemat), 126, 130, 131, 148, 193
- Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul), 43, 63, 91, 193, 194
- Central Elétrica Capivari-Cachoeira S.A. (Eletrocap), 128, 202
- Central Elétrica de Furnas S.A. (Furnas), 54, 55, 81, 82, 89, 90, 132, 181, 219
- Central Elétrica de Rio Claro (Cerc), 93
- Centre D'Enseignement Supérieur des Affaires, 38
- Centrecon
ver Centro de Estudos e Conferências
- Centro da Memória da Eletricidade no Brasil - Memória da Eletricidade, 57, 83, 95, 144, 170, 173, 188, 221
- Centro das Indústrias da Cidade Industrial, 139
- Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação
ver CEDATE - Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação
- Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub), 25
- Centro de Estudos Brasileiros (CEB), 152
- Centro de Estudos e Conferências (Centrecon), 165
- Centro de Hidráulica e Hidrologia Professor Parigot de Souza (Cehpar), 106, 107, 113
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 95
- Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), 28, 57, 83, 107, 112
- Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva (CPOR), 138
- Centro Nacional de Operação do Sistema (CNOS), 66
- Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina, 214
- Cepal
ver Comissão Econômica para a América Latina (Cepal)
- Cepel
ver Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel)

Cepisa ver Centrais Elétricas do Piauí S.A. (Cepisa)	Chilectra S.A., 112
Cepisa ver Companhia Energética do Piauí (Cepisa)	CIBPU ver Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí (CIBPU)
Cerisa - Construções, Engenharia, Representações e Indústria S.A., 86	CICOEX Comercial Exportadora S.A., 36
Cerj ver Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro (Cerj)	Ciel ver Companhia de Indústrias Eletro-Químicas (Ciel)
Cerne ver Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste (Cerne)	Cier ver Comissão de Integração Elétrica Regional (Cier)
Ceron ver Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (Ceron)	Cigré ver Conseil International des Grands Réseaux Électriques (Cigré)
Cesa ver Castelo Energética S.A. (Cesa)	Cime ver Comissão da Indústria de Material Elétrico
Cesan ver Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan)	Cimento Mauá S.A., 221
Cesp ver Centrais Elétricas de São Paulo S.A. (Cesp)	Cimento Nacional de Minas (Ciminas), 79
Cesp ver Companhia Energética de São Paulo (Cesp)	Clipper - Transportes Internacionais Ltda., 70
Cetec ver Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec)	Clube de Engenharia, 125, 156, 170
Ceub ver Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub)	Clube de Engenharia de Juiz de Fora, 209
CFCE ver Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE)	Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, 94
CFLMG ver Companhia Força e Luz de Minas Gerais (CFLMG)	Clube Internacional de Energia de Moscou, 226
CFLN ver Companhia de Força e Luz do Nordeste do Brasil (CFLN)	CMO ver Comissão Mista de Operação (CMO)
CFLP ver Companhia Força e Luz do Paraná (CLFP)	CMTBP ver Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguai (CMTBP)
CGCE ver Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (CGCE)	Cnaee ver Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (Cnaee)
Cherp ver Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo (Cherp)	CNC ver Confederação Nacional do Comércio (CNC)
Chesf ver Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf)	CNE ver Comissão Nacional de Energia (CNE)
Chevap ver Companhia Hidroelétrica do Vale do Paraíba (Chevap)	Cnen ver Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen)
	CNI ver Confederação Nacional da Indústria (CNI)
	CNOS ver Centro Nacional de Operação do Sistema (CNOS)
	CNPE ver Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)
	CNPq ver Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq)

Cobe ver Companhia Brasileira de Estruturas (Cobe)	Comissão de Fiscalização da Matriz Energética Brasileira, 34
Cober ver Companhia Baiana de Eletrificação Rural (Cober)	Comissão de Integração Elétrica Regional (CIER), 35, 55, 64, 144, 185, 198
Codesul ver Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (Codesul)	Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, 73
Codi ver Comitê de Distribuição (Codi)	Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos (Conesp), 181, 182, 187
CODOMED - Comitê de Coordenação do Setor Odontológico-Médico-Hospitalar, 48	Comissão de Plano do Carvão Nacional, 158
Coelba ver Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba)	Comissão de Revisão do Código de Águas e de Minas, 210
Coelce ver Companhia Energética do Ceará (Coelce)	Comissão de Vistoria e Segurança do Estado da Guanabara, 69
CoEmsa ver Construções Eletromecânicas S.A. (CoEmSa)	Comissão do Estatuto do Petróleo, 210
Coenge S.A. - Engenharia e Construções, 209	Comissão do Plano de Carvão Nacional, 85
Cofavi ver Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi)	Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), 81, 217
Cohab/ES ver Companhia Habitacional do Estado do Espírito Santo (Cohab/ES)	Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), 62, 171
Cohebe ver Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança (Cohebe)	Comissão Especial do Plano Nacional de Eletrificação, 81
Colégio Baptista, 102	Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), 84
Colégio Tijuca-Uruguaí, 102	Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro (CEEE/RJ), 89
Colorado State University (CST), 107	Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí (CIBPU), 130, 145, 167
Colúmbia - Companhia Nacional de Seguros e Acidentes do Trabalho, 206	Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, 71
Comag ver Companhia Mineira de Águas e Esgotos (Comag)	Comissão Mista de Operação (CMO), 65, 112
Comando Aeronáutico Naval, 165	Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaia (CMTBP), 170
Comércio de Petróleo Trevo Ltda., 84	Comissão Nacional de Energia (CNE), 226
Comgás ver Companhia de Gás de São Paulo (Comgás)	Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), 97, 72, 121, 122, 226
Comissão da Indústria de Material Elétrico (Cime), 169	Comissão Nacional de Política Urbana da Região Metropolitana de Fortaleza, 97
Comissão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação, 99, 100	Comitê Brasileiro de Grandes Barragens (CBGB), 33, 75, 113, 151, 170, 204
Comissão de Desenvolvimento Sustentável, 154	Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia (CBCME), 31, 82, 113, 170, 194
Comissão de Energia Elétrica de Santa Catarina, 145	Comitê Coordenador da Operação Interligada (CCOI), 170
	Comitê Coordenador de Operações Norte e Nordeste (CONN), 65, 105, 198
	Comitê Coordenador do Corredor de Exportação Minas-Goiás-Espírito Santo, 24
	Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos (CCPE), 194
	Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia (Eneram), 101, 169

- Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Região Centro-Sul, 82, 85, 167, 182
- Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Região Nordeste (Enenorde), 101, 169, 228
- Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Região Sul (Enersul), 158, 169
- Comitê Coordenador para Operação do Nordeste (CCON), 197
- Comitê de Ciência e Tecnologia (CCT), 226
- Comitê de Coordenação do Setor Odonto-Médico-Hospitalar
ver CODOMED - Comitê de Coordenação do Setor Odonto-Médico-Hospitalar
- Comitê de Distribuição (Codi), 38, 65
- Comitê do Balanço Energético Nacional, 183
- Comitê Eletrotécnico Internacional (Seção do Brasil), 94
- Comitê Executivo dos Estudos do Rio Paraná, 170
- Comitê Executivo dos Estudos do Rio Uruguai, 170
- Companhia Aços Especiais Itabira, 204
- Companhia Adriática de Seguros, 206
- Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caeeb), 32, 42, 45, 80, 90, 103, 165, 168, 169, 173, 183, 184, 185, 195, 206, 207, 217
- Companhia Baiana de Eletrificação Rural (Cober), 109
- Companhia Bozano Simonsen Comércio e Indústria, 32
- Companhia Brasileira de Construções (CBC), 165
- Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE), 33, 184
- Companhia Brasileira de Estruturas (COBE), 33
- Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear (CBTN), 35, 121, 122
- Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), 91
- Companhia Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, 119, 124
- Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE), 33, 47, 184
- Companhia de Água e Esgoto do Maranhão (Caema), 156
- Companhia de Águas e Saneamento de Minas Gerais (Copasa), 139
- Companhia de Comunicações, 171
- Companhia de Desenvolvimento do Vale do Paraguaçu, 114
- Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná, 202
- Companhia de Eletricidade de Brasília (Ceb), 38, 123
- Companhia de Eletricidade de Manaus (Cem), 101, 114
- Companhia de Eletricidade de Pernambuco S.A. (Celpe), 46, 123, 213
- Companhia de Eletricidade do Acre (Eletoacre), 193
- Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), 27, 28, 109, 112, 114, 115, 192
- Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro (Cerj), 31, 33, 36, 141
- Companhia de Eletrificação Rural da Bahia, 114
- Companhia de Energia Elétrica da Bahia (CEEB), 108, 184
- Companhia de Energia Elétrica Riograndense (Ceerg), 181
- Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), 128
- Companhia de Força e Luz do Nordeste (CFLN), 184
- Companhia de Gás de São Paulo (Comgás), 66, 71
- Companhia de Indústrias Eletro-Químicas (Ciel), 91
- Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), 148, 173, 184
- Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais (Copelmi), 41, 42
- Companhia de Petróleo da Amazônia, 101
- Companhia de Seguros Sul América, 184
- Companhia de Transportes Urbanos de Recife, 46
- Companhia do Metropolitano de São Paulo, 49
- Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro, 49
- Companhia Energética de Alagoas (Ceal), 193
- Companhia Energética de Brasília (Ceb), 123, 150
- Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), 32, 54, 55, 57, 65, 75, 92, 99, 115, 138, 139, 141, 166, 204, 206, 218
- Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), 46, 123, 127, 141, 173, 213
- Companhia Energética de São Paulo (Cesp), 49, 50, 53, 71, 130, 148, 174, 175, 225
- Companhia Energética do Amazonas (Ceam), 194
- Companhia Energética do Ceará (Coelce), 112
- Companhia Energética do Maranhão (Cemar), 67, 156, 157
- Companhia Energética do Piauí (Cepisa), 112, 126, 193

- Companhia Energética do Rio Grande do Norte (Cosern), 193
- Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan), 24
- Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), 53, 65, 84, 91, 147
- Companhia Estadual de Gás (CEG), 141
- Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi), 23
- Companhia Força e Luz de Minas Gerais (CFLMG), 184
- Companhia Habitacional do Estado do Espírito Santo (Cohab/ES), 83
- Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança (Cohebe), 67, 156, 224
- Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo (Cherp), 49
- Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), 27-29, 34, 39, 40, 46, 50, 55, 61, 63, 65, 66, 79, 83, 92, 93, 105, 109, 114, 125-127, 141, 147-149, 154, 172, 176, 184, 186, 187, 189, 190, 192, 194, 197, 198, 203, 208, 210-213, 222, 224
- Companhia Hidroelétrica do Vale do Paraíba (Chevap), 220
- Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentícios, 78
- Companhia Luz e Força do Paraná (CLFP), 184
- Companhia Manufatora de Tecidos do Nordeste, 46
- Companhia Matogrossense de Siderurgia (Cosima), 130
- Companhia Melhoramentos de Videira, 87
- Companhia Mineira de Águas e Esgotos (Comag), 33
- Companhia Nacional de Seguros e Acidentes do Trabalho ver Colúmbia - Companhia Nacional de Seguros e Acidentes do Trabalho
- Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza (Conefor), 67
- Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel), 59, 107, 128, 202
- Companhia Paulista de Eletricidade (CPE), 148
- Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), 53, 60, 66, 71, 141, 148, 184
- Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene), 208
- Companhia Petroquímica do Sul (Copesul), 45
- Companhia Promotora de Desenvolvimento Econômico, 185
- Companhia Real de Seguros, 206
- Companhia Rio Grandense de Saneamento (Corsan), 90, 91
- Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, 178
- Companhia Siderúrgica de Tubarão, 24
- Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), 69
- Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), 61
- Companhia Sul Americana de Eletricidade (AEG) ver AEG - Companhia Sul Americana de Eletricidade
- Companhia Sul Mineira de Eletricidade (CSME), 55
- Companhia Técnica Internacional (Techint), 86
- Companhia Telefônica Brasileira (CTB), 34
- Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), 51, 52, 63, 75, 86, 97, 105, 121, 164, 166, 178
- Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec), 62
- Comunidade Solidária, 201
- Conama
ver Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)
- Concex
ver Conselho Nacional de Comércio Exterior (Concex)
- Conciet
ver Conselho de Política Científica e Tecnológica (Conciet)
- Conefor
ver Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza (Conefor)
- Conesp
ver Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos (Conesp)
- Confederação Nacional da Indústria (CNI), 83
- Confederação Nacional do Comércio (CNC), 144
- Conferência Mundial de Energia, 55, 81, 82, 82, 94, 141, 167, 184
- Conferência Mundial de Grandes Barragens, 82
- Conferencia Nacional de Energia, 187
- Conferencia Pan-Americana (9ª), 163
- Congresso Nacional, 39, 58, 60, 74, 121, 122, 153, 164, 196, 211
- Conseil International des Grands Réseaux Électriques (Cigré), 94, 127, 204
- Conselho Consultivo das Companhias Siderúrgicas Nacionais, 158
- Conselho Consultivo do Planejamento (Consplan), 121

- Conselho Coordenador das Ações Federais, 52
- Conselho de Desenvolvimento de Minas Gerais, 221
- Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (Codesul), 57, 87
- Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno), 171
- Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), 99, 158
- Conselho de Política Aduaneira, 100
- Conselho de Política Científica e Tecnológica (Conciect), 104
- Conselho de Política Salarial, 158
- Conselho de Segurança Nacional (CSN), 77, 78, 102, 120, 219, 220, 221
- Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentado, 52
- Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (Cebeu), 152
- Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico, 139
- Conselho Estadual de Energia, 45
- Conselho Estadual de Energia de Minas Gerais, 56
- Conselho Estadual de Energia do Estado de Mato-Grosso, 26
- Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), 81, 210
- Conselho Mundial de Energia (CBCME), 141
- Conselho Nacional da Amazônia Legal, 100
- Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (Cnaee), 187
- Conselho Nacional de Comércio Exterior (Concex), 187
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 131, 214, 226
- Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, 210
- Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), 117, 160
- Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), 100
- Conselho Superior de Energia (CSE), 203
- Consórcio Engevix-Themag, 150
- Consplan
ver Conselho Consultivo do Planejamento (Consplan)
- Construção e Comércio Obras Ltda., 49
- Construções e Comércio Camargo Corrêa, 183
- Construções Eletromecânicas S.A. (CoEmSa), 86
- Construtora Mendes Junior S.A., 150
- Construtora OAS Ltda., 222
- Coope/UFRJ
ver Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ)
- Cooperativa de Laticínios de Garanhuns, 78
- Cooperativa de Melhoramentos de Caruaru, 123
- Coopers & Lybrand, 112, 193
- Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ), 116
- Cooperativa de Serviços de Engenharia Ltda.
ver COOSENGE - Cooperativa de Serviços de Engenharia Ltda.
- COOSENGE - Cooperativa de Serviços de Engenharia Ltda., 66
- Copasa
ver Companhia de Águas e Saneamento de Minas Gerais (Copasa)
- Copel
ver Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel)
- Copelmi
ver Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais (Copelmi)
- Copene
ver Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene)
- Copesul
ver Companhia Petroquímica do Sul (Copesul)
- Copisa
ver Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa)
- Corporação Andina de Fomento (Caf), 114
- Correio da Bahia, 135
- Corsan
ver Companhia Rio Grandense de Saneamento (Corsan)
- Cosern
ver Companhia Energética do Rio Grande do Norte (Cosern)
- Cosima
ver Companhia Matogrossense de Siderurgia (Cosima)
- Costa Rica Energética S.A., 108
- Courant Institute of Mathematical Sciences, 177
- CPDOC
ver Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)

CPE	ver Companhia Paulista de Eletricidade (CPE)	Deerns Planejamento e Engenharia S.A., 142
CPE	ver Companhia Pelotense de Eletricidade (CPE)	Denatran ver Departamento Nacional de Trânsito (Denatran)
CPFL	ver Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL)	Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco (DAE/PE), 45, 91, 212
CPM Informática S.A., 70		Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (Dae/SP), 107, 112
CPOR	ver Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva	Departamento de Águas e Energia Elétrica do Paraná (Dae/PR), 202
CPRM	ver Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM)	Departamento de Energia Elétrica do Piauí, 67
Creative Propaganda e Marketing, 36		Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG), 177
Credireal	ver Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A.	Departamento de Estradas de Rodagem do Maranhão (DER), 97
Cruzeiro do Sul S.A., 155		Departamento Municipal de Água e Esgoto da Prefeitura de Juiz de Fora, 209
CSE	ver Conselho Superior de Energia (CSE)	Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), 180, 186, 210, 211
CSME	ver Companhia Sul Mineira de Eletricidade (CSME)	Departamento Nacional de Águas e Energia (Dnae), 187
CSN	ver Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)	Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee), 25, 29, 53, 59, 60, 63, 100, 113, 123, 137, 148, 150, 156, 173, 175, 187, 191, 207, 221
CST	ver Colorado State University (CST)	Departamento Nacional de Combustíveis (DNC), 175, 198
CTB	ver Companhia Telefônica Brasileira (CTB)	Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético (DNDE), 53, 125
CVRD	ver Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), 96, 177
CVSF	ver Comissão do Vale do São Francisco (CVSF)	Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), 97, 98
		Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), 97
		DER ver Departamento de Estradas de Rodagem (DER)
DAE/PE	ver Departamento de Águas e Energia do Estado de Pernambuco (DAE/PE)	DER/MG ver Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER/MG)
Dae/PR	ver Departamento de Águas e Energia Elétrica do Paraná (Dae/PR)	Desenbanco ver Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Desenbanco)
Dae/SP	ver Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (Dae/SP)	Diretoria da Agricultura de Pernambuco, 188
Dataprev	ver Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev)	Diretoria de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), 210
DCN	ver Departamento Nacional de Combustíveis (DNC)	Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura (MEC), 214
		Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, 187, 210

Divisão de Cavalaria (3ª), 77

Dnae

ver Departamento Nacional de Águas e Energia (Dnae)

Dnaee

ver Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee)

DNDE

ver Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético (DNDE)

DNER

ver Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER)

DNOS

ver Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS)

DNPM

ver Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM)

Dow Chemical, 97

E

Ebasco

ver Electric Bond & Share Corporation (Ebasco)

Eceme

ver Escola de Comando e Estado Maior do Exército (Eceme)

École Nationale Supérieure d'Énergie Électrique, 45

Economia e Engenharia Industrial S. A. Consultores
ver Ecotec - Economia e Engenharia Industrial S. A. Consultores

Economic and Social Council (Ecosoc), 94

Economic Development Institute (EDI), 140

Ecosoc

ver Economic and Social Council (Ecosoc)

Ecotec - Economia e Engenharia Industrial S. A.

Consultores, 121

ECT

ver Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)

EDF Internacional S.A., 69

EDF

ver Électricité de France (EDF)

EDI

ver Economic Development Institute (EDI)

EDS - Energia do Sul Ltda, 175

EEB

ver Empresas Elétricas Brasileiras S. A. (EEB)

EEFEX

ver Escola de Educação Física do Exército (EEFEX)

Efei

ver Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Efei)

Efes

ver Escola Federal do Espírito Santo (Efes)

EFLSC

ver Empresa Força e Luz Santa Catarina (EFLSC)

Electric Bond & Share Corporation (Ebasco), 80, 166

Électricité de France (EDF), 30, 63, 195, 197

ElectroPeru, 34

Electrovidro S.A., 221

Eletrificação Rural de Minas Gerais S.A. (Ermig), 138, 204

Eletrificação Rural de Paulo Afonso S.A. (Erpsa), 189

Eletroacre

ver Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre)

Eletróbás Termonuclear S.A. (Eletronuclear), 90, 133, 141, 193

Eletróbás

ver Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletróbás)

Eletrocap

ver Central Elétrica Capivari-Cachoeira S.A. (Eletrocap)

Eletronorte

ver Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte)

Eletronuclear

ver Eletróbás Termonuclear S. A. (Eletronuclear)

Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S. A. (Eletropaulo), 66, 71, 112, 141, 144, 175

Eletrosul

ver Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul)

Eletrosul

ver Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul)

Embalagens Líder S.A., 36

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), 104, 215

Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (Dataprev), 70

Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), 191

- Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S. A. (Enersul), 106, 193
- Empresa Energética de Sergipe S.A. (Energipe), 193
- Empresa Energética do Mato Grosso do Sul (Enersul), 112, 108, 131
- Empresa Energisa, 209
- Empresa Força e Luz Santa Catarina (EFLSC), 145
- Empresa Melhoramentos e Construções S.A., 98
- Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul), 43, 50, 51, 53, 55, 59, 63, 86, 88, 91, 98, 104, 105, 107, 115, 119, 128, 146, 158, 174, 191, 208
- Empresas Elétricas Brasileiras S. A. (EEB), 168
- Empresas Nucleares Brasileiras S.A. (Nuclebrás), 35, 224
- Enbar Assessoria e Participações S. C. Ltda., 49, 50
- Enenorde
ver Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Região Nordeste (Enenorde)
- Eneram
ver Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia (Eneram)
- Enerconsult Engenharia Ltda., 83
- Energia do Sul Ltda
ver EDS - Energia do Sul Ltda
- Energipe
ver Empresa Energética de Sergipe (Energipe)
- Enersul
ver Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Região Sul (Enersul)
- Enersul
ver Empresa Energética de Mato Grosso do Sul (Enersul)
- Eneserv Engenharia e Serviços Ltda., 151
- Engebrás
ver Engenharia Especializada Brasileira (Engebrás)
- Engenharia Especializada Brasileira (Engebrás), 37
- Enge-Rio - Engenharia e Consultoria S. A., 83, 170
- Engevix Engenharia Ltda., 112, 150, 151
- EPC - Empreendimentos Participações e Consultoria Ltda., 70
- Ermig
ver Eletrificação Rural de Minas Gerais S.A. (Ermig)
- Esag
ver Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG)
- Esao
ver Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Esao)
- Escelsa Participações S.A. (Escelsapar), 108
- Escelsa
ver Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa)
- Escelsapar
ver Escelsa Participações S.A. (Escelsapar)
- Escelsos - Fundação Escelsa de Seguridade Social, 24
- Escola de Administração da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 213
- Escola de Agronomia Eliseu Maciel, 44
- Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Esao), 57, 71, 77
- Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), 71, 77, 102
- Escola de Comércio de Mimoso do Sul, 83
- Escola de Comunicações, 170
- Escola de Educação Física do Exército (EEFEx), 102
- Escola de Engenharia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), 99
- Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais, 138, 166, 177
- Escola de Engenharia da Universidade do Paraná, 51, 112
- Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 91, 123, 126
- Escola de Engenharia da Universidade Federal do Pará (UFPA), 207
- Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 95, 106
- Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 36, 80, 168, 190
- Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), 99
- Escola de Engenharia de Campina Grande, 126
- Escola de Engenharia de Pernambuco, 45, 46, 197
- Escola de Engenharia Mackenzie, 49
- Escola de Equitação do Exército, 77
- Escola de Instrução Especializada de Realengo, 102
- Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Efei), 23, 28, 38, 47, 63, 110, 130, 132, 142, 145, 146, 175, 204
- Escola Militar de Resende, 100, 102
- Escola Militar do Realengo, 57, 67, 77, 100, 158, 170

Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, 32, 34, 67, 89, 120, 124, 137, 140, 186

Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil, 180

Escola Naval, 164

Escola Normal, 162

Escola Politécnica, 80, 119, 146, 168

Escola Politécnica da Universidade da Bahia, 108

Escola Politécnica da Universidade da Paraíba, 158

Escola Politécnica da Universidade de Pernambuco (Fesp), 40

Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), 112

Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 114

Escola Politécnica do Espírito Santo, 52

Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre, 102

Escola Preparatória de Fortaleza, 67

Escola Superior de Administração e Gerência (Esag), 88

Escola Superior de Administração e Gerência de Florianópolis (Esag), 42

Escola Superior de Agricultura de São Bento, 188

Escola Superior de Agronomia, Veterinária e Química Industrial de Campos, 206

Escola Superior de Guerra (ESG), 140

Escola Técnica de Salvador, 108

Escola Técnica do Exército (ETEx), 67, 101, 158

Escola Técnica Federal de Pernambuco, 125

Escritório de Direito Econômico, 62

Escritório OMF Ltda., 93

Escritório Técnico Carlos Berenhauser Júnior, 147

Escritório Técnico Eurico Meili, 70

ESG

ver Escola Superior de Guerra (ESG)

Espirito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa), 23, 32, 34, 47, 50, 63, 69, 83, 86, 108, 110, 112, 131, 151, 216

Esso, 163

Estrada de Ferro Vitória-Minas, 51, 86

Etel S.A., 107

Etex

ver Escola Técnica do Exército (Etex)

Eximbank

ver Export-Import Bank (Eximbank)

Export-Import Bank (Eximbank), 54, 212

F

F.A. Dittl Engenharia Ltda., 142

FAB

ver Força Aérea Brasileira (Fab)

Fábrica Nacional de Motores (FNM), 142

Faculdade Católica de Ciências Econômicas de Pelotas, 44

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 30

Faculdade de Ciências Contábeis e Administração Moraes Júnior, 59

Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, 120

Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul, 151

Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 106

Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade Cândido Mendes, 172

Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, 35

Faculdade de Direito da Bahia, 60

Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, 75

Faculdade de Direito da Universidade de Paris, 161

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), 195

Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, 185

Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 62

Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), 153

Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 87

Faculdade de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), 83

Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 183

Faculdade de Direito de Belo Horizonte, 162

Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim, 83

- Faculdade de Direito de Recife, 26
- Faculdade de Economia e Administração (FEA), 122
- Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro, 194
- Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 209
- Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 146
- Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), 84
- Faculdade de Farmácia da Universidade do Rio Grande do Sul, 199
- Faculdade de Filosofia e Letras, 185
- Faculdade de Medicina da Bahia, 134
- Faculdade Fluminense de Engenharia, 73
- Faculdade Nacional de Direito, 183
- Faculdades Cândido Mendes, 77
- Farmer Credit Administration, 79
- Fazenda-Escola de Eletrificação Rural, 172
- Fea
ver Faculdade de Economia e Administração (Fea)
- Febraban
ver Federação Brasileira de Associação de Bancos (Febraban)
- Federação Brasileira de Associação de Bancos (Febraban), 203
- Federação das Indústrias de Santa Catarina, 88
- Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), 144
- Federação Interamericana de Advogados, 186
- Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), 203
- Fenaban
ver Federação Nacional dos Bancos (Fenaban)
- FERMASA Máquinas e Equipamentos S.A., 36
- Ferro e Aço de Vitória, 61
- Fesp
ver Fundação de Estudos Sociais do Paraná (FESP)
- FGV
ver Fundação Getúlio Vargas (FGV)
- Finame
ver Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame)
- Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), 100, 214
- Financiamento à Pequena e Média Indústrias (Fipeme), 29
- Finep
ver Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)
- Fipeme
ver Financiamento à Pequena e Média Indústrias (Fipeme)
- Firjan
ver Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan)
- FMI
ver Fundo Monetário Internacional (FMI)
- FNCE
ver Fundação Nacional de Comércio Exterior (FNCE)
- FNDE
ver Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
- FNM
ver Fábrica Nacional de Motores (FNM)
- Fonplata
ver Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata)
- Força Aérea Brasileira (Fab), 164
- Forjas e Aciarias Longwy, 93
- FPN
ver Frente Parlamentar Nacionalista (FPN)
- Frente Liberal, 74, 136
- Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), 163
- Funcitec
ver Fundo Rotativo de Fomento e Pesquisa Científica e Tecnológica (Funcitec)
- Fundação Baiana de Estudos Econômicos e Sociais, 136
- Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec), 226
- Fundação de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, 42
- Fundação de Estudos Sociais do Paraná (Fesp), 155
- Fundação de Seguridade Social Braslight, 125, 191
- Fundação Dom Cabral, 140
- Fundação Eletronuclear de Assistência Médica, 195
- Fundação Escelsa de Seguridade Social
ver Escelsos - Fundação Escelsa de Seguridade Social
- Fundação Getúlio Vargas (FGV), 36, 38, 95, 110, 119, 164, 172, 192, 215, 216
- Fundação João Pinheiro, 226

- Fundação Liceu Pasteur, 94
- Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (Fundação Mudes), 57
- Fundação Mudes
ver Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (Fundação Mudes)
- Fundação Nacional de Comércio Exterior (FNCE), 152
- Fundação Nacional Pró-Memória, 30
- Fundação Teotônio Vilela, 153
- Fundação Vanzolini, 40
- Fundo Federal de Eletrificação (FFE), 61
- Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), 114
- Fundo Monetário Internacional (FMI), 160
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), 45
- Fundo Rotativo de Fomento e Pesquisa Científica e Tecnológica (Funcitec), 104
- Furnas Centrais Elétricas S. A. (Furnas), 25, 39, 48, 55, 63, 64, 81, 89, 92, 103, 110, 114, 132-134, 139, 141, 158, 167, 178, 182, 193, 197, 204, 208, 209, 219, 222, 230
- Furnas
ver Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas)
- G**
- G. E. Crippen Associates Ltd., 85
- GAT-CRN
ver Grupo de Apoio Técnico às Concessionárias da Região Norte (GAT-CRN)
- Gazeta de Notícias, 185
- GCE
ver Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (GCE)
- GCOI
ver Grupo Coordenador para Operação Interligada (GCOI)
- GCPS
ver Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos (GCPS)
- GE
ver General Electric do Brasil S.A. (GE)
- General Electric (GE), 36
- General Electric do Brasil S.A., 91, 105, 140
- Geórgia Tech University, 70
- Gerasul
ver Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A.
- Gibbs and Hill Inc., 85
- GIE
ver Gruppo Industrie per Impianti All Estero Spa. (GIE)
- GNS Consultoria Ltda., 213
- Goodyear, 217
- Grupamento de Engenharia do Nordeste (1º), 171
- Grupamento de Unidade de Escolas da Vila Militar, 77
- Grupo Amforp
ver American & Foreign Power Company
- Grupo Bamerindus, 203
- Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos (GCPS), 31, 112, 194
- Grupo Coordenador para Operação Interligada (GCOI), 24, 37, 65, 112, 170, 194, 198, 199
- Grupo de Apoio Técnico às Concessionárias da Região Norte (GAT-CRN), 65
- Grupo de Trabalho de Conversão de Frequência, 137
- Grupo de Trabalho de Sete Quedas (GTSQ), 64, 137
- Grupo de Trabalho para Estudos do Alto Paraíba, 137
- Grupo Executivo de Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais, 226
- Grupo Inepar, 52
- Grupo Light, 46, 120, 124, 135, 143, 219
- Grupo MECO-Caeab, 37
- Grupo Othon, 33
- Grupo Sul América, 94
- Grupo Telefônica, 96
- Grupo Votorantim, 60
- Gruppo Industrie per Impianti All Estero Spa. (GIE), 172
- GTSQ
ver Grupo de Trabalho de Sete Quedas (GTSQ)
- H**
- Hadan Engenharia Ltda., 142
- Hanna Mining Company, 164
- Hidrel Engenharia, 155
- Houston Industries Energy Inc., 69

IAA

ver Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)

IAB Assessoria Tributária, 36

IAEE

ver Instituto de Águas e Energia Elétrica (IAEE)

Ibama

ver Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama)

Ibeu

ver Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos (Ibeu)

Ibre

ver Instituto Brasileiro de Economia (Ibre)

Idort - Instituto da Organização Racional do Trabalho, 112

IEPR

ver Instituto de Engenharia do Paraná (IEPR)

IESA - Internacional de Engenharia S.A.

IESA - Internacional de Engenharia S.A., 83, 149

IIT

ver Illinois Institute of Technology (IIT)

Illinois Institute of Technology (IIT), 37

IME

ver Instituto Militar de Engenharia (IME)

INB

ver Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB)

Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A., 70

Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB), 35

Inepar

ver Grupo Inepar

Institut National Polytechnique de Grenoble, 39

Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas, 36

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), 88

Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos (Ibeu), 167, 185

Instituto de Águas e Energia Elétrica (IAEE), 158

Instituto de Eletrotécnica, 146

Instituto de Engenharia Atômica da Universidade de São Paulo (USP), 180

Instituto de Engenharia de São Paulo, 170

Instituto de Engenharia do Paraná (IEPR), 202

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 34, 140

Instituto de Pesquisas Econômicas do Ministério do Planejamento, 85

Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 149

Instituto de Pesquisas Radioativas da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG), 177

Instituto de Química do Paraná, 180

Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), 144

Instituto dos Advogados, 185

Instituto Eletrotécnico de Grenoble, 92

Instituto Eletrotécnico de Itajubá, 47, 63, 73, 92, 130, 132, 142, 145, 204

Instituto Lebre, 200

Instituto Militar de Engenharia (IME), 101, 158, 171

Instituto para a Integração da América Latina (Intal), 79

Instituto Politécnico da Universidade Católica de Minas Gerais, 73

Intal

ver Instituto para a Integração da América Latina (Intal)

Internacional de Engenharia S.A.

ver IESA - Internacional de Engenharia S.A.

International Association of Navigation, 99

International Telegraph and Telephone (ITT), 61

Ipea

ver Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

IPT

ver Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT)

Itabira Eisenerz GMPH, 52

Itabira International Company, 52

Itaipu Binacional, 31, 39, 41, 49, 55, 58, 59, 72, 73, 82, 83, 86, 95, 107, 114, 115, 155, 183, 187, 188, 193, 201, 203, 229, 230

ITT

ver International Telegraph and Telephone (ITT)

Iven S.A., 151

J.J. Engenheiros S.A., 209

J. Malucelli Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda., 155

JL Alquéres Engenharia Consultiva, 32

John Hopkins University, 152

L

Leeds & Northrup Technical Training Center, 110

Light - Serviços de Eletricidade S.A. (Light), 23, 30, 35, 36, 46, 49, 63, 66, 69, 70, 71, 83, 109, 111, 112, 114, 120, 124, 125, 141, 143, 144, 148, 175, 191, 193, 203, 208

Light Participações S. A. (Lightpar), 141

Light
ver Light - Serviços de Eletricidade S.A. (Light)

Lightpar
ver Light Participações S. A. (Lightpar)

Lloyd's Register, 221

Longovica, 93

M

MA
ver Ministério da Agricultura (MA)

Macedo Koerich S.A., 119

Machadinho Energética
ver MAESA - Machadinho Energética

MAE
ver Mercado Atacadista de Energia (MAE)

MAer
ver Ministério da Aeronáutica (MAer)

MAESA - Machadinho Energética, 60

Manaus Energia S.A.
ver Mesa - Manaus Energia S.A.

Masa - Alstom S.A., 221

Massachusetts Institute of Technology (MIT), 119

Matriz Energética Brasileira, 39, 221

MC
ver Ministério das Comunicações (MC)

MCT
ver Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT)

MDB
ver Movimento Democrático Brasileiro (MDB)

MEC
ver Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura (MEC)

MEC
ver Instituto de Bibliografia e Documentação
Ministério da Educação e Cultura (MEC)

Mecânica Pesada S.A., 221

Memória da Eletricidade
ver Centro da Memória da Eletricidade no Brasil -
Memória da Eletricidade

Memória Técnica do Setor Elétrico, 173

Mendes Júnior
ver Construtora Mendes Júnior S.A.

Mercado Atacadista de Energia (MAE), 127, 193

Mesa - Manaus Energia S.A., 194

Metropolitana - Empresa de Shopping Centers S.A., 87

MF
ver Ministério da Fazenda (MF)

MG
ver Ministério da Guerra (MG)

MI
ver Ministério do Interior (MI)

MIC
ver Ministério da Indústria e Comércio (MIC)

Mineração Rio do Norte, 156

Minerações Brasileiras Reunidas S.A., 52

Minérios Centurião S.A., 68

Minfra
ver Ministério da Infra-Estrutura (Minfra)

Ministério da Aeronáutica (Maer), 164, 165

Ministério da Agricultura (MA), 57, 153, 186, 188, 210

Ministério da Educação e Cultura (MEC), 214

Ministério da Fazenda (MF), 159, 160

Ministério da Guerra (MG), 71, 171

Ministério da Indústria e Comércio (MIC), 99, 152, 167, 226

Ministério da Infra-Estrutura (Minfra), 39, 53, 80, 97, 136, 198

Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), 191

Ministério das Comunicações (MC), 95, 215

Ministério das Minas e Energia (MME), 25-27, 34, 41, 46, 48, 51, 53, 59, 61, 63, 68, 72, 74, 76, 84, 85, 97, 100, 105, 113, 114, 121-123, 126, 137, 139, 149, 153, 156, 158, 161, 165, 169, 172, 173, 175, 180, 182, 183, 187, 191, 197, 199, 203, 206, 207, 215, 219-221, 224, 225, 227

Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), 131, 226

Ministério de Minas e Energia (MME), 108, 112, 117, 160, 164, 193, 222, 223

Ministério do Interior (MI), 145

- Ministério do Meio Ambiente (MMA), 154
- Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal, 100
- Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, 140
- Ministério dos Transportes (MT), 177, 178
- Ministério Extraordinário da Coordenação Política, 196
- Ministério Extraordinário para Assuntos de Irrigação, 97
- Ministério Público, 185
- MIT
ver Massachussets Institute of Technology (MIT)
- MMA
ver Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- MME
ver Ministério das Minas e Energia (MME)
- MME
ver Ministério de Minas e Energia (MME)
- Monasa - Montreal Engenharia S. A, 147
- Monasa Consultoria de Projetos Ltda., 150
- Montreal Engenharia S.A.
ver Monasa - Montreal Engenharia S.A.
- Montreal Engineering Company Ltd., 37, 85
- Movimento Democrático Brasileiro (MDB), 61, 69, 161, 195, 196, 200
- MP
ver Ministério do Planejamento (MP)
- MPAS
ver Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS)
- MT
ver Ministério dos Transportes (MT)
- Museu da Terra e da Energia, 165
- N**
- Nacional Energética, 112
- National Rural Electrification Cooperatives Association (NRECA), 138
- Nativa Engenharia S.A., 195
- Nederlandsch Bureau voor Ingenieurswerke, 142
- Nestlé S.A., 78
- Norberto Odebrecht, 179
- Northwest Power Pool, 166
- NRECA
ver National Rural Electrification Cooperatives Association (NRECA)
- Nuclebrás Engenharia S.A. (Nuclen), 89, 90, 141, 178, 204
- Nuclebrás
ver Empresas Nucleares Brasileiras S.A. (Nuclebrás)
- Nuclen
ver Nuclen Engenharia e Serviços S.A. (Nuclen)
- Núcleo de Energia da Universidade de Campina Grande
- O**
- OAB
ver Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
- OAS
ver Construtora OAS Ltda.
- OEA
ver Organização dos Estados Americanos (OEA)
- OIT
ver Organização Internacional do Trabalho (OIT)
- Olade
ver Organização Latino-Americana de Energia (Olade)
- ONS
ver Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)
- ONU
ver Organização das Nações Unidas (ONU)
- Operador Nacional dos Sistemas Elétricos (ONS), 41, 193, 199
- Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 185
- Organização das Nações Unidas (ONU), 78, 79, 94
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), 113, 214, 226
- Organização dos Estados Americanos (OEA), 30, 42, 44, 113, 163
- Organização Internacional do Trabalho (OIT), 226
- Organização Latino-Americana de Energia (Olade), 33, 113, 139, 183
- Othon
ver Grupo Othon
- Oxigênio do Brasil S.A., 94
- P**
- PADCT - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 48
- Panair do Brasil, 165

- Paraná Banco S.A., 155
- Paraná Financeira, 155
- Partido da Frente Liberal (PFL), 29, 42, 50, 58, 74, 75, 76, 88, 97, 115, 116, 136, 146, 179, 196, 217
- Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), 76, 115, 174, 197, 201
- Partido Democrata Cristão (PDC), 58, 195
- Partido Democrático Social (PDS), 42, 50, 58, 68, 72, 74, 76, 104, 116, 135, 136, 145, 152, 153, 173, 178
- Partido Democrático Trabalhista (PDT), 161
- Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), 27, 69, 136, 153, 178, 196, 200, 201
- Partido dos Trabalhadores (PT), 106
- Partido Liberal (PL), 57
- Partido Popular (PP), 27, 69, 162
- Partido Progressista Brasileiro (PPB), 174, 197
- Partido Progressista Reformador (PPR), 174
- Partido Social Democrático (PSD), 60, 68, 75, 163, 177, 189
- Partido Social Progressista (PSP), 75
- Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), 189, 199, 220
- Partido Trabalhista Cristão (PTC), 217
- Paulipetro, 225
- Paulo Habib Engenharia, 75
- PDC
ver Partido Democrata Cristão (PDC)
- PDS
ver Partido Democrático Social (PDS)
- PDT
ver Partido Democrático Trabalhista (PDT)
- Pernambuco Tramways and Power Company, 46, 207
- Petrobrás Distribuidora, 225
- Petrobrás Internacional (Brapetro), 225
- Petrobrás Química S.A. (Petroquisa), 72
- Petrobrás
ver Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás)
- Petrobrás-BR
ver Petróleo Brasileiro S.A. - Distribuidora (Petrobrás-BR)
- Petroflex, 208
- Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), 63, 72, 106, 121, 122, 157, 207, 215, 224, 225
- Petróleo Brasileiro S.A. - Distribuidora (Petrobrás - BR), 139
- Petroquisa
ver Petrobrás Química S.A. (Petroquisa)
- Petro-Rio, 208
- PFL
ver Partido da Frente Liberal (PFL)
- Pimentel Consultoria S/C Ltda., 175
- PL
ver Partido Liberal (PL)
- PLAE Planejamento S.C. Ltda., 34, 36
- Plano de Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal (Planfap), 165
- Plano Estadual de Desenvolvimento Econômico (Pede), 202
- PMDB
ver Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
- Polícia Militar do Distrito Federal, 102
- Pontifícia Uni versidade Católica (PUC), 29, 59, 69, 95, 214
- Pontifícia Uni versidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG), 177
- Pontifícia Uni versidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 70
- Pontifícia Uni versidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), 195
- Pontifícia Uni versidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), 99, 90, 173
- PP
ver Partido Popular (PP)
- PPB
ver Partido Progressista Brasileiro (PPB)
- PPR
ver Partido Progressista Reformador (PPR)
- PR
ver Presidência da República (PR)
- Prefeitura de Niterói, 89
- Prefeitura Municipal de Itajubá, 73
- Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 98
- Prefeitura Municipal de Vitória, 47
- Presidência da República (PR), 59, 62, 78, 215
- Procel

- ver Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel)
- Prodec
ver Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec)
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ver PADCT - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec), 104
- Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), 183
- Programa Nacional de Desestatização, 50
- Pró-Memória
ver Fundação Nacional Pró-Memória
- Promon Engenharia S.A., 70
- PSD
ver Partido Social Democrático (PSD)
- PSDB
ver Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)
- PSP
ver Partido Social Progressista (PSP)
- PTB
ver Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)
- PTC
ver Partido Trabalhista Cristão (PTC)
- Public Quadras Esportivas Ltda., 50
- PUC
ver Pontifícia Universidade Católica (PUC)
- PUC/MG
ver Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)
- PUC/RGS
ver Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RGS)
- PUC/RJ
ver Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ)
- PUC/SP
ver Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)
- R**
RAF
ver Royal Air Force (RAF)
- RC Telecomunicações Ltda., 119
- Rede Mineira de Viação (RMV), 138
- Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro (Reseb), 112, 193
- Refinaria Alberto Pasqualini, 37
- Refinaria de Manaus, 101
- Refinaria Gabriel Passos, 37
- Região Militar (5°), 171
- Regimento de Artilharia Montada (8°), 138
- Regimento de Cavalaria (5°), 77
- Regimento Escola de Cavalaria, 77
- Rensselaer Polytechnic Institute, 109, 172
- Revisão Institucional do Setor Elétrico (Revise), 83, 144
- Revise
ver Revisão Institucional do Setor Elétrico (Revise)
- RGE
ver Rio Grande Energia (RGE)
- Rhodia Indústrias Químicas e Têxteis S.A., 94
- Rio Doce Internacional S.A., 52
- Rio Grande Energia (RGE), 60
- Rio Light S.A., 124
- Rio Light S.A. - Serviços de Eletricidade, 142
- Rio Light S.A. - Serviços de Eletricidade e Carris, 142
- RMV
ver Rede Mineira de Viação (RMV)
- Rodhia S.A., 95
- Royal Air Force (RAF), 164
- RTN Assessoria e Consultoria Ltda., 222, 223
- S**
SAE
ver Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE)
- Samarco, 178
- Samarco Mineração, 151
- Santa Catarina Consultoria e Projetos Ltda., 119
- São Paulo Light S.A. - Serviços de Eletricidade, 143
- São Paulo Tramway, Light and Power Company Ltd., 93
- SC Gás - Companhia de Gás de Santa Catarina, 104
- Sebrae
ver Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas

Empresas (Sebrae)

- Seção do Estado-Maior do Exército (6ª), 78
- Secretaria da Agricultura, 188
- Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, 222
- Secretaria da Indústria e Comércio do Estado da Bahia, 192
- Secretaria das Obras Públicas, Saneamento e Habitação do Estado do Rio Grande do Sul, 90, 91
- Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), 52
- Secretaria de Ciência e Tecnologia, Energia e Meio-Ambiente do Estado de Santa Catarina, 42
- Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, 191
- Secretaria de Energia do Ministério de Minas e Energia, 53
- Secretaria de Energia e Saneamento do Estado de São Paulo, 175
- Secretaria de Energia Elétrica e Saneamento do Estado de São Paulo, 196
- Secretaria de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia, 62
- Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais, 167
- Secretaria de Finanças de Minas Gerais, 159
- Secretaria de Finanças de São Paulo, 159
- Secretaria de Justiça de São Paulo, 195
- Secretaria de Justiça do Estado de Santa Catarina, 42
- Secretaria de Minas e Energia do Estado da Bahia, 62, 192
- Secretaria de Minas e Energia do Estado de Minas Gerais, 76
- Secretaria de Minas e Energia do Estado do Rio de Janeiro (SME), 141
- Secretaria de Minas, Energia e Comunicações do Estado do Rio Grande do Sul, 45
- Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, 84
- Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), 159, 214, 215
- Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo, 79
- Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, 46
- Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, 60
- Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, 71
- Secretaria de Tecnologia, Energia e Meio Ambiente de Santa Catarina, 174
- Secretaria de Transportes do Estado de São Paulo, 49
- Secretaria de Viação e obras Públicas de Pernambuco, 46
- Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado do Espírito Santo, 47
- Secretaria do Tesouro Nacional, 191
- Secretaria do Trabalho e Coordenação Política do Estado de Santa Catarina, 50
- Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), 35, 172
- Secretaria Nacional de Energia (SNE), 31, 36, 39, 80, 198
- Secretaria Nacional de Planejamento do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, 159
- Secretaria-Geral do Ministério das Minas e Energia (MME), 46
- Sema
ver Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema)
- Semesa
ver Serra da Mesa Energia S.A. (Semesa)
- Senado, 57, 68, 94, 106, 136, 190, 220
- Seplan
ver Secretaria de Planejamento (Seplan)
- SERFHAU
ver Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU)
- Serra da Mesa Energia S.A. (Semesa), 133, 209
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), 155
- Serviço de Cana-de-Açúcar e Defesa Agrícola, 188
- Serviço de Expansão do Trigo, 44
- Serviço de Experimentação Agrícola, 188
- Serviço de Força e Luz do Município de Fortaleza (Serviluz), 67
- Serviço de Obras da 10ª Região Militar, 67
- Serviço do Fomento a Energia Elétrica (SFEE), 189
- Serviço Estadual da Cana, 188
- Serviço Estadual do Mosaico, 188
- Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), 29
- Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), 159
- Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, 210
- Serviço Nacional de Informações (SNI), 77, 103

Serviluz ver Serviço de Força e Luz do Município de Fortaleza (Serviluz)	SMSE ver Sustainable Markets for Sustainable Energy (SMSE)
Servix Engenharia S.A. (Servix), 64, 128, 204, 218	SNE ver Secretaria Nacional de Energia (SNE)
Servix ver Servix Engenharia S.A. (Servix)	SNI ver Serviço Nacional de Informações (SNI)
Se vero e Villares, 29	SNTEE ver Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica (SNTEE)
Shell, 163	Socel ver Sociedade Campograndense de Engenharia Ltda. (Socel)
Shell do Brasil, 105	Sociedade Brasileira de Direito Internacional, 186
Siafi ver Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi)	Sociedade Campograndense de Engenharia Ltda. (Socel), 130
Siemens A.G., 126	Sociedade Comercial de Imóveis e Representações Gerais S.A. ver SOCIRSA - Sociedade
Siemens S.A., 70	Sociedade de Economistas de Minas Gerais, 139
Siese ver Sistema de Informações Empresariais do Setor de Energia Elétrica (Siese)	Sociedade Termoeletrica de Capivari S. A. (Sotelca), 158, 145
Simag - Engenharia Ltda., 209	Société des Ingénieurs Civils de France (Seção do Brasil), 94
Sinaenco ver Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco)	Société Générale de Belgique, 43
Sindicato das Indústrias de Energia Hidro e Termo Elétrica do Estado da Guanabara, 207	SOCIRSA - Sociedade Comercial de Imóveis e Representações Gerais S.A., 206
Sindicato das Indústrias de Energia Hidro e Termo Elétrica do Estado de Minas Gerais, 139, 204, 219	Sólida Participações Ltda., 104
Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco), 151	Sondotécnica Engenharia de Solos S.A., 29, 86, 221
SINSC ver Sistema Nacional de Supervisão e Coordenação da Operação do Sistema Interligado (SINSC)	Sotave Nordeste, 70
Sintrel ver Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica (Sintrel)	Sotelca ver Sociedade Termoeletrica de Capivari S. A. (Sotelca)
Sistema de Informações Empresariais do Setor de Energia Elétrica (SIESE), 48	Sudam ver Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)
Sistema Eletrobrás, 69	Sudene ver Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)
Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), 159	Sudesul ver Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul)
Sistema Nacional de Supervisão e Coordenação da Operação do Sistema Interligado (SINSC), 65	Sul América - Terrestres, Marítimos e Acidentes, 206
Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica (Sintrel), 31	Sul América ver Grupo Sul América
SME/RJ ver Secretaria de Minas e Energia do Estado do Rio de Janeiro (SME/RJ)	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), 100

Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul), 145

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), 67, 79, 100, 154, 171, 187, 192, 213, 228

Sustainable Markets for Sustainable Energy (SMSE), 108

T

Techint

ver Companhia Técnica Internacional (Techint)

Telebahia

ver Telecomunicações da Bahia S.A. (Telebahia)

Telebrás

ver Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás)

Telecomunicações Brasileiras S. A. (Telebrás), 95, 96, 215

Telecomunicações da Bahia S.A. (Telebahia), 62, 114

Telecomunicações do Paraná S. A. (Telepar), 95

Telefônica de Espanha, 96

Telepar

ver Telecomunicações do Paraná S. A. (Telepar)

Tennessee Valley Authority (TVA), 28, 110, 189

Termoal

ver Termoelétrica de Alegrete S.A. (Termoal)

Termochar

ver Termoelétrica de Charqueadas S.A. (Termochar)

Termoelétrica de Alegrete S.A. (Termoal), 85

Termoelétrica de Charqueadas S.A. (Termochar), 85

Tesouro Nacional, 159

Texas Electric Service Company, 28

Themag Engenharia Ltda. (Themag), 105, 126

Tractebel, 43

Transcontinental Comercial Exportadora S.A., 36

Transformadores União S.A., 70

Tratex-Rural/Servix, 57

Tribunal de Contas de Santa Catarina, 88

Tribunal de Ética Profissional, 185

Tribunal de Justiça da Bahia, 136

Tribunal do Povo, 27

Tribunal Federal de Recursos, 164

Tribunal Regional Federal, 161

TV a Cabo Vitória, 108

TVA

ver Tennessee Valley Authority (TVA)

U

Udesc

ver Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Udesc)

UDN

ver União Democrática Nacional (UDN)

UEG

ver Universidade do Estado da Guanabara (UEG)

Uerj

ver Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj)

Uesc

ver Universidade do Estado de Santa Catarina (Uesc)

Ufal

ver Universidade Federal de Alagoas (Ufal)

UFBA

ver Universidade Federal da Bahia (UFBA)

UFCE

ver Universidade Federal do Ceará (UFCE)

UFES

ver Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

UFJF

ver Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

UFMG

ver Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

UFPA

ver Universidade Federal do Pará (UFPA)

UFPB

ver Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

UFPE

ver Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

UFPR

ver Universidade Federal do Paraná (UFPR)

UFRGS

ver Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

UFRJ

ver Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

UFRP

ver Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRP)

UFRS

ver Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS)

- UFSC
ver Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
- UnB
ver Universidade de Brasília (UnB)
- Unesco
ver Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)
- União Democrática Nacional (UDN), 26, 69, 71, 73, 134, 161, 163, 177
- União Pan-Americana, 79
- Unicap
ver Universidade Católica de Pernambuco (Unicap)
- Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), 116
- Universidade da Bahia, 78
- Universidade de Brasília (UnB), 24, 25, 38, 159, 175
- Universidade de Campina Grande, 126
- Universidade de Chicago, 30
- Universidade de Louvain, 200
- Universidade de Madri, 116
- Universidade de Minas Gerais, 177
- Universidade de Nova Iorque, 177
- Universidade de Pittsburgh, 152
- Universidade de Purdue, 79
- Universidade de São Paulo (Usp), 28, 70, 174, 194
- Universidade do Brasil, 54, 180
- Universidade do Ceará, 79
- Universidade do Estado da Guanabara (UEG), 38
- Universidade do Estado de Santa Catarina (Uesc), 118
- Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), 38, 175
- Universidade do Paraná (UPR), 128, 202
- Universidade do Rio Grande do Sul (Urgs), 98, 99, 147, 199
- Universidade Federal da Bahia (UFBA), 28, 108, 109, 192
- Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 38
- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 75, 138, 177
- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 28, 39, 40, 116, 123
- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 50, 103, 118
- Universidade Federal do Ceará (UFCE), 96
- Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), 23, 47, 48, 86
- Universidade Federal do Parana (UFPR), 113, 128
- Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 32, 34, 36, 38, 54, 67, 89, 96, 116, 120, 124, 137, 140, 149, 161, 180, 186
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), 41, 53, 149
- Universidade Federal Fluminense (UFF), 86
- Universidade George Washington, 79
- Universidade Mackenzie, 70
- Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Udesc), 88
- Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, 84
- UPR
ver Universidade do Paraná (UPR)
- URGS
ver Universidade do Rio Grande do Sul (URGS)
- Usaid
ver Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid)
- Uselpa
ver Usinas Elétricas do Paranapanema S.A. (Uselpa)
- USGS Water Resources Division, 149
- Usiminas
ver Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas)
- Usina Catende, 188
- Usina de Sá Carvalho, 204
- Usinas Elétricas do Paranapanema S.A. (Uselpa), 64, 174
- Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), 76, 61
- USP
ver Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP)
- USP
ver Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP)
- USP
ver Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP)
- USP
ver Instituto de Engenharia Atômica da Universidade de São Paulo (USP)
- USP
ver Universidade de São Paulo (USP)

N

VBC Energia, 60

Viação Férrea do Rio Grande do Sul, 98

Virginia Electric and Power Co., 110

Votorantim Energia Ltda., 60

W

Webster Consultoria S/C Ltda., 42

WGC Networks Ltda., 104

Worthington Pump and Machinery Co., 120

[ISBN 85-35147-33-3



9 788585 147556

MEMBROS DA
ELETRICIDADE

Eletrobrás 


Eletrobrás


ELETROSUL


FURNAS

Chesf


ITAIPU
BINACIONAL